

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOÃO OTÁVIO GALBIERI

**Das Letras aos Números:
a produção de estatísticas e ativismos pelos movimentos
LGBTI+**

São Carlos

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOÃO OTÁVIO GALBIERI

**Das Letras aos Números:
a produção de estatísticas e ativismos pelos movimentos
LGBTI+**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Jorge Leite Júnior

São Carlos
2024

João Otávio, Galbieri

Das Letras aos Números: a produção de estatísticas e
ativismos pelos movimentos LGBTI+ / Galbieri João
Otávio -- 2024.
231f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Jorge Leite Júnior
Banca Examinadora: Bruna Andrade Irineu, Silvia Aguião
Bibliografia

1. Sociologia das Diferenças; . 2. Gênero e Sexualidade; .
3. Sociologia da Quantificação. I. João Otávio, Galbieri.
II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato João Otávio Galbieri, realizada em 07/08/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar)

Profa. Dra. Bruna Andrade Irineu (UFMT)

Profa. Dra. Silvia Aguião Rodrigues (CEBRAP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Em memória de Natan Fiorentino, que entrou para
as estatísticas, mas nunca deixará nossos corações.*

Agradecimentos

O caminho até a escrita final deste texto se provou difícil. Mais do que uma dificuldade individual, carrega consigo a vida de muitas pessoas que cercaram a minha existência nos últimos anos. E são essas pessoas ou instituições que pretendo agradecer nessa parte que se convencionou dedicar a isso.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para realização da pesquisa. Que muitas pessoas que se interessem pela pesquisa acadêmica possam usufruir da possibilidade de se dedicar ao trabalho científico e receber uma remuneração por isso.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e especialmente aos professores que me formaram: Aline Suelen Pires, Fabiana Luci de Oliveira, Gabriel Feltran, Jacob Carlos Lima, Jacqueline Sinhoretto, Luana Dias Motta e Samira Feldman Marzochi. Obrigado por me ensinarem a ver o mundo através das lentes da Sociologia.

Gostaria de agradecer à Silmara Dionizio, assistente administrativa do PPGS, pelo seu trabalho e sua orientação burocrática.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Jorge Leite Júnior, que me ensinou a realizar um trabalho sério e dedicado, que me ensinou a pensar criticamente e compreender o mundo de outra forma. Obrigado, Jorge, por sempre incentivar a criatividade, o compromisso social e a ciência. Você não sabe o quanto mudou a minha trajetória!

Gostaria de agradecer aos meus companheiros de trabalho do Grupo de Pesquisa em Sexualidade e Entretenimento: Bruno Benichio, Cris Melo, Dionys dos Santos, Fideles Rangel, Pâmela Baena, aos que entram, permanecem e aos que alçarão outros voos. Que possamos sempre continuar diálogos frutíferos!

Gostaria de agradecer às professoras Bruna Irineu e Silvia Aguião, por aceitarem participar da banca de qualificação e de defesa. É uma honra enorme ser lido por pessoas que são referências para mim e tantas outras pessoas que realizam pesquisa. Gostaria de agradecer aos professores Alexandre Paiva Rio Camargo e Luana Dias Motta por aceitarem participar como suplentes e pela disponibilidade ao diálogo.

Gostaria de agradecer às pessoas que integraram o Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+), por permitirem que eu realizasse a pesquisa: Anne Zago, Gabe Teodoro, Marcus Araújo, Márcia Oliveira, Marina Yoza, Leticia David, Sofia Rodrigues e Soraya Mattar.

Gostaria de agradecer às pessoas que integram a Associação Blanca González: Alex Kreibich, Camila Marques, Fernanda Mariano, Lê Fernandes, Lorenz Gobbi, Thays Sanchez, entre tantas outras pessoas, que foram e que virão.

Gostaria de agradecer aos meus amigos, os que passaram e os que continuaram, os que se mantém mais próximos e os que, por razões distintas, se mantêm mais afastados:

Elisa Costa, Leonardo Monari e Victoria Guaratti, cada um em uma parte desse mundo, ainda assim permanecem no meu coração.

Yan Costa, Paulo Bueno e Raquel Tolentino, obrigado pelos momentos divertidos que tivemos! Foram inesquecíveis. Leticia Tizioto, grande professora e companheira, obrigado por compartilhar comigo o prazer de ensinar!

Gabriela Rocha, amiga que mesmo distante, está sempre tão perto! Querida, você é alegria em meio ao caos que é essa vida. Que você sempre floresça e nunca esmoreça.

Isabela Vianna Pinho, obrigado por compartilhar comigo seus conselhos, sua tranquilidade e a permanência da sua amizade. Juliana Alcantara, obrigado pela parceria, que sempre se reatualiza a cada vez que nos vemos ou nos falamos.

Marilizi Gonçalves, obrigado por sempre oferecer o conforto da sua companhia, por me ajudar a enfrentar o mundo e saber que sempre tenho com quem contar.

Yuri Espósito, obrigado pela troca de referências acadêmicas, filmes e séries, por emanar arte e criatividade. Sobretudo, por permitir que eu possa ser contagiado por isso.

Fernanda Marciano, querida pessoa que eu tenho o prazer de chamar de amiga. Obrigado por me ajudar a pensar o mundo, acreditar que as coisas são possíveis e na ascensão pela educação. Ingrid Manente, grande artista e amiga, obrigado por aceitar loucuras, projetos e conversas comigo!

Luiz Gustavo, obrigado por sempre estar comigo, compartilhar arte, música, momentos especiais e me ajudar nos percalços da vida. Thalia Marques, obrigado por compartilhar comigo o seu jeito de ver o mundo, sua maturidade e sua sensibilidade.

Gostaria de agradecer à querida psicóloga que me atende: Natana Pissaia. Obrigado por me ajudar a lidar com o mundo!

Por fim, e mais importante, gostaria de agradecer à minha mãe, Diuseti dos Santos Galbieri, que me ensinou desde cedo a lidar com o princípio da realidade: a vida não é fácil. Mãe, você é uma inspiração pra mim e eu sei que se eu tiver menos da metade da sua força, eu consigo fazer qualquer coisa! Obrigado, mãe.

*Uma ética bixa sempre será particular, pois
nossa particularidade de ser bixa vem antes
de qualquer outra coisa. Todas as éticas
universalistas, feitas para todo mundo,
acabaram nos massacrando, nos
discriminando, nos prejudicando. Quando
alguém fala em nome de uma ética
universal, uma ética para a humanidade,
pode ter certeza que será contra nós.*

(Ética Bixa, Paco Vidarte, 2019)

Resumo

Esta dissertação busca discutir a produção de estatísticas pelos movimentos LGBTI+, que a partir da segunda década dos anos 2000 têm consolidado o uso de narrativas numéricas como estratégia política. Para tanto, entrelaçamos o uso de materiais e metodologias diversas, como dados de campo obtidos pelo uso da observação participante em reuniões de movimentos sociais, recuperação de leis que versam sobre gênero e sexualidade e análise qualitativa de dados quantitativos. Os dados compõem o que buscamos denominar “números LGBTI+” e foram coletados em relatórios produzidos por distintos segmentos dos movimentos LGBTI+, como o Grupo Gay da Bahia, entre 2011 e 2021, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, entre 2017 e 2023 e o Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+, entre 2020 e 2022, iniciativa acompanhada no âmbito da cidade de São Carlos. O embasamento teórico da pesquisa busca conjugar um diálogo entre os estudos de gênero e sexualidade, cujos avanços possibilitam uma concepção crítica do sujeito político LGBTI+, com os de sociologia da quantificação, campo emergente nas ciências sociais, que abordam os números pelos seus significados sociais e culturais, não se limitando à suposta leitura “neutra” da realidade social que eles forneceriam. Nosso argumento é o de que os “números LGBTI+” direcionam críticas à ausência de identidade de gênero e orientação sexual nos critérios de mensuração que embasam as estatísticas governamentais, além de evidenciarem a busca por uma argumentação baseada na linguagem estatística para a reivindicação de políticas públicas e contraporem a ausência de memória administrativo-institucional nos aparatos desenvolvidos para essa população.

Palavras-chave: população LGBTI+; estatísticas; gênero e sexualidade; movimentos sociais; quantificação.

Abstract

This dissertation seeks to discuss the production of statistics by LGBTI+ movements, which from the second decade of the 2000s have consolidated the use of numerical narratives as a political strategy. To do so, we interweave the use of different materials and methodologies, such as field data obtained through the use of participant observation in meetings of social movements, recovery of laws that deal with gender and sexuality and qualitative analysis of quantitative data. These data are those found in reports produced by different segments of the LGBTI+ movements, such as the Gay Group of Bahia, between 2011 and 2021, the National Association of Transvestites and Transsexuals, between 2017 and 2023 and the Movement for Advances in Public Policies for Attention to LGBTI+ populations, between 2020 and 2022, an initiative monitored within the scope of the city of São Carlos. The theoretical basis of the research seeks to combine a dialogue between gender and sexuality studies, whose advances allow a conception of the LGBTI+ political subject, with the sociology of quantification, an emerging field in the social sciences, which approach numbers through their social and cultural meanings, not limited to the supposed “neutral” reading of the social reality that they would provide. Our argument is that the "LGBTI+ numbers" direct criticism to the absence of gender identity and sexual orientation in the measurement criteria that underpin the governmental statistics, in addition to evidencing the search for an argument based on statistical language to claim public policies and counteract the absence of administrative-institutional memory in the apparatuses developed for this population.

Keywords: LGBTI+ population; statistics; gender and sexuality; social movements; quantification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxas das mortes anuais de pessoas LGBTI+ (GGB).....	80
Figura 2 – Taxas de mortes anuais de pessoas LGBTI+ por Estado (GGB).....	82
Figura 3 – Taxas de mortes anuais de pessoas LGBTI+ por região (GGB).....	83
Figura 4 – Taxas dos assassinatos de pessoas trans entre 2017 e 2022 (ANTRA).....	86
Figura 5 – Taxas dos assassinatos anuais de pessoas trans por região (ANTRA).....	87
Figura 6 – Taxas anuais do assassinato de pessoas trans por estado (ANTRA).....	88
Figura 7 – Distribuição dos respondentes por gênero (MAPPA LGBTI+).....	92
Figura 8 – Distribuição dos respondentes por sexualidade (MAPPA LGBTI+).....	92
Figura 9 – Distribuição dos respondentes por raça/cor (MAPPA LGBTI+).....	93
Figura 10 – Distribuição dos respondentes por faixa etária (MAPPA LGBTI+).....	94
Figura 11 – Distribuição de serviços públicos de educação utilizados (MAPPA LGBTI+).....	95
Figura 12 – Distribuição dos respondentes pelas faixas de renda (MAPPA LGBTI+)..	97
Figura 13: Distribuição de respondentes pelo território de São Carlos.....	98
Figura 14: Distribuição de respondentes sem renda pelo território de São Carlos.....	99
Figura 15: Distribuição de respondentes que recebiam até 1 salário mínimo pelo território de São Carlos.....	99
Figura 16: Distribuição de respondentes com mais de 9 salários mínimos pelo território de de	São Carlos.....
Figura 17 – Taxas de acesso de pessoas cisgênero aos serviços públicos de saúde.....	102
Figura 18 – Taxas de acesso de pessoas trans aos serviços públicos de saúde.....	103
Figura 19 – Distribuição de avaliação do atendimento público de saúde por gênero..	104
Figura 20 – Taxas de respeito ao nome social nos serviços públicos de educação e saúde.....	106

LISTA DE SIGLAS

ABG	Associação Blanca González
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
CDRH	Centro de Referência em Direitos Humanos
CMDS	Conselho Municipal de Diversidade Sexual
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexuais e demais ident.
MAPPA LGBTI+	Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às
Populações LGBTI+	
PPA	Plano Plurianual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Construção do objeto da pesquisa.....	17
Divisão dos capítulos.....	19
CAPÍTULO 1: Notas teórico-metodológicas: entrelaçamentos de gênero, sexualidade e quantificação.....	22
1.1. Construção analítica das diferenças: a produção de sujeitos políticos e identidades.....	23
1.2. A produção da população e dos movimentos LGBTI+: da qualificação à quantificação.....	28
1.3. Sociologia da quantificação: Estado, estatística e governamentalidade.....	36
1.4. As estatísticas governamentais no Brasil.....	41
CAPÍTULO 2 – A construção da participação social dos movimentos LGBTI+: os espaços de formulação e reivindicação de demandas.....	47
2.1. Brasil e São Carlos: entre as conquistas legislativas, administrativos-institucionais para a população LGBTI+ e suas descontinuidades..	48
2.2. O Conselho Municipal de Diversidade Sexual “sangrando”.....	55
2.3. “Não tem história, vamos reescrever a história”.....	62
2.4. Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+): uma análise do coletivo.....	68
CAPÍTULO 3 - Os “números LGBTI+”: a construção de uma população quantificável.....	76
3.1. Grupo Gay da Bahia (GGB): <i>“um dos países mais violentos com sua população LGBTI+”</i>	77
3.2. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA): <i>“o país que mais mata trans e travestis no mundo”</i>	86
3.3. Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+): <i>“o 1º Censo LGBTI+”</i>	89
3.3.1. O espaço da classe no mapeamento.....	96
3.3.2. Serviços Públicos de Saúde.....	101

3.3.3. Nome social.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
ANEXO I.....	119
ANEXO II.....	143

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo sobre a produção de estatísticas e números pelos movimentos LGBTI+¹ brasileiros, que têm desenvolvido narrativas numéricas como formas de ativismo. Esses elementos têm sido parte do repertório de ação coletiva dos ativismos de gênero e sexualidade e se constituído como uma das principais estratégias para a reivindicação da cidadania. Nosso argumento é o de que os “números LGBTI+” direcionam críticas à ausência de identidade de gênero e orientação sexual nos critérios de mensuração que embasam as estatísticas governamentais, além de evidenciarem a busca por uma argumentação baseada na linguagem estatística para a reivindicação de políticas públicas e contraporem a ausência de memória administrativo-institucional nos aparatos desenvolvidos para essa população.

Para tanto, realizamos uma análise do Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+), coletivo que atuou entre 2020 e 2022 na cidade de São Carlos, e teve como proposta principal a realização de um mapeamento desta população no município para demandar seu acesso aos serviços públicos. “MAPPA” é uma sigla que representa o nome do coletivo e faz alusão a proposta política de produzir dados, mapas e representações gráficas sobre a população LGBTI+ no município. O coletivo foi formado por pessoas trans, gays, bissexuais e aliados, como o grupo Mães Bordadeiras pela Diversidade² e uma representante da Defensoria Pública do município. O intuito era fomentar o debate sobre a (in)visibilidade das questões relativas à sexualidade e ao gênero na cidade, através da produção de documentos, como relatórios e materiais informativos de fácil acesso à população mais ampla.

O mapeamento foi feito através da aplicação de um questionário digital, que abarcava questões socioeconômicas, relativas aos serviços públicos de saúde, educação,

¹ LGBTI+ é a categoria que designa o sujeito político de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais identidades sexuais e de gênero não heteronormativas. Como veremos no decorrer do texto, esse sujeito está em constante tensão, ampliação e reformulação. Optamos por essa utilização, em detrimento de outras como “LGBTQIA+” ou “LGBTQIAP+”, por ser a forma mais utilizada pelos grupos aqui analisados. Quando aparecerem de outra forma em documentos ou falas de interlocutores, alteramos para o respectivo uso.

² As Mães Bordadeiras pela Diversidade são um grupo local de mães que atuam na assistência de alguns grupos sociais, entre os quais se destacam os grupos LGBTI+. A atuação é feita através do acompanhamento de encontros dos movimentos sociais ou a entrega de cestas básicas, móveis ou algum tipo de ajuda financeira.

segurança pública e situações de violência. O questionário foi divulgado em jornais locais e por redes sociais e era relacionado à característica da “*realização do 1º censo LGBTI+*”³, que buscava evidenciar o ineditismo local na produção de dados públicos sobre gênero e orientação sexual e como a ausência de dados estatísticos prejudica esta população⁴.

Buscamos demonstrar que essa experiência constitui um quadro mais amplo de outras iniciativas no âmbito dos movimentos⁵ LGBTI+ brasileiros, que tem o intuito de promover discussões sobre aspectos quantitativos da população LGBTI+ e como mensurá-la. Nesse sentido, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) são organizações emblemáticas no que se refere à produção de relatórios que centralizam narrativas numéricas sobre a população LGBTI+ no caso do primeiro grupo e a população trans no segundo. A partir de tais narrativas, tornou-se posição comum em diversos segmentos dos movimentos LGBTI+ e até setores sociais mais amplos, que o Brasil é “*o país que mais mata trans e travestis*”⁶ no mundo, além de se caracterizar também como um dos “*mais violentos com sua população LGBTI+*”.

Os números são parte central na mobilização deste repertório de ação coletiva, e as afirmações mencionadas buscam enfatizar os altos índices de violência contra a população LGBTI+, que evocam usos políticos de dados quantitativos (Didier; Bruno, 2021). São posições sustentadas pelos movimentos LGBTI+ que, contudo, fornecem mais do que uma leitura “neutra” da realidade social a partir das estatísticas. Dessa forma, buscamos conciliar as noções que ganharam espaço no debate acadêmico brasileiro através do campo de estudos de gênero e sexualidade com as da sociologia da quantificação, campo emergente na sociologia brasileira que tem abordado os números como artefato cultural (Camargo, Lima, Hirata, 2021).

³ São Carlos terá 1º Censo LGBTI+. Disponível em: <https://saocarlosemrede.com.br/sao-carlos-tera-1-censo-lgbti/>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

⁴ Divulgação de lançamento do questionário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzTKmSd4hUU>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

⁵ Utilizamos o termo no plural por considerar que os movimentos LGBTI+ não são homogêneos, tanto em estratégias políticas quanto concepções ideológicas, dentre as quais visualizamos diversas vertentes, como as mais institucionalizadas, aquelas com uma perspectiva *queer*, que são mais críticas aos processos de institucionalização, as com tendências mais quantificadoras, que buscam atuar com um viés “técnico-científico”, como a que apresentamos aqui, entre outras.

⁶ Consideramos que este é um discurso êmico e, assim como os demais, estarão grafados em itálico no restante do texto. À título de contextualização, esta é uma afirmação divulgada no Brasil pela ANTRA desde o primeiro relatório publicado em 2017, que divulga estatísticas sobre as mortes e violências cometidas contra pessoas trans no Brasil. A comparação dos dados mundiais é feita pela ONG Transgender Europe.

Em termos metodológicos, partimos da análise de um conjunto de documentos, como os relatórios produzidos pelo GGB de 2011 a 2021, pela ANTRA de 2017 a 2023 e pelo MAPPA LGBTI+ em 2022. Esse material constitui um quadro de parte das pesquisas dos movimentos LGBTI+ que têm utilizado distintos enquadramentos para mobilização de críticas no debate público. Algumas das características das pesquisas aqui analisadas são o uso do que denominamos “metodologias alternativas”, como a coleta de dados através de notícias em jornais e outras mídias ou a aplicação de questionários digitais, a influência de uma abordagem teórico-analítico interseccional e a apresentação de insatisfações com as categorizações governamentais utilizadas pelo Estado brasileiro, especialmente no que se refere aos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como veremos no decorrer do texto, as metodologias variam de acordo com cada grupo ou segmento dos movimentos sociais que realizam a pesquisa, mas são empregadas tendo em vista os condicionamentos impostos para sua realização, como ausência de financiamento, elemento que também influencia nos resultados produzidos. No caso do MAPPA LGBTI+, a metodologia consistiu na elaboração de um formulário com perguntas sociodemográficas e relacionadas aos serviços públicos utilizados pela população LGBTI+ local, a sua divulgação e aplicação em contextos digitais e posterior análise dos dados coletados. No caso do GGB e da ANTRA, a metodologia consiste no acompanhamento de notícias veiculadas na mídia impressa ou digital, casos diretamente enviados por ativistas e sua posterior tabulação e quantificação. Nesse sentido, o uso de “metodologias alternativas” para se referir à operacionalização das pesquisas produzidas pelos movimentos LGBTI+ brasileiros, em certo sentido, difere de uma concepção normativa acerca da pesquisa quantitativa, em que há a seleção de um conjunto amplo de respostas e a seleção posterior de uma amostra representativa que permitiria inferências estatísticas “validadas”. Ainda assim, são produzidos números inovadores e são construídas séries históricas que tornam possível a visualização de processos através de dados quantitativos.

Portanto, o trabalho apresenta uma análise qualitativa de dados quantitativos, por levar em consideração os números fornecidos e a contextualização de sua produção, a partir dos relatórios disponibilizados publicamente em páginas na internet de cada grupo. Também analisamos um conjunto de leis municipais que, a partir de 2008, criaram um contexto administrativo-institucional voltado à população LGBTI+ local,

reflexo de medidas tomadas em âmbito federal que buscavam produzir a participação social dos movimentos sociais. Assim, lançamos mão de um conjunto de dados obtidos pela observação participante em reuniões e encontros promovidos pelo Conselho Municipal de Diversidade Sexual. A cidade de São Carlos-SP, onde o MAPPA LGBTI+ realizou a pesquisa, teve a implementação de políticas públicas voltadas ao público LGBTI+ local no período de 2010, através da atuação do movimento social local conjuntamente com a administração pública (Vergili, 2012).

Para produzir estatísticas, os movimentos LGBTI+ operacionalizam categorias de identidade historicamente formuladas e elaboradas por meio de processos que conjugam diferentes atores: integrantes de movimentos sociais, acadêmicos, poder público e sociedade civil. O uso dessas tecnologias de mensuração evoca dilemas e ambiguidades. Se, por um lado, ressaltam a importância do Estado como “protetor” frente às múltiplas formas de violência que atingem a população LGBTI+, por outro, reforçam a integração a uma instituição que historicamente criminalizou práticas e deu suporte à patologização desse mesmo grupo.

Construção do objeto da pesquisa

A pesquisa teve início em agosto de 2021, momento no qual iniciei o processo seletivo para ingresso no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Pouco antes, havia finalizado a graduação e uma pesquisa de Iniciação Científica, que buscou analisar as políticas das diferenças implementadas em festas universitárias identificadas como “LGBTQ+”. Naquele momento, buscava construir um objeto de pesquisa, com o intuito de dar continuidade às investigações em torno da construção da categoria e das relações de sentido que definem as diferenças de gênero e sexualidade, quando fiquei sabendo sobre a iniciativa do coletivo MAPPA LGBTI+.

O MAPPA LGBTI+ surgiu a partir da iniciativa de um grupo de pessoas trans, que tinha o intuito de demandar acesso aos serviços públicos de saúde para esta população na cidade de São Carlos. Em 2020, a ausência de atendimento no processo de hormonioterapia para pessoas trans pelo serviço público de saúde, quando “(...) a única

médica endocrinologista da cidade que atendia pessoas trans em terapia hormonal parou de atender por falta de equipe preparada ou interessada”⁷, foi considerada o principal elemento motivador da pesquisa. Nesse sentido, a realização de um questionário, sua aplicação em contextos digitais e a análise posterior foram considerados caminhos válidos para legitimar essa demanda específica, assim como demandas mais amplas, como a reivindicação da construção de um Centro de Referência LGBT, um ambulatório de sexualidade humana e políticas públicas direcionadas à população LGBTI+ no município.

Entrei em contato com uma integrante do coletivo, apresentando meu interesse em realizar uma pesquisa acadêmica sobre a iniciativa. À época, questionei sobre a possibilidade de participar das reuniões que eram realizadas através de plataformas digitais, por conta da pandemia de COVID-19. O início da minha participação em reuniões do MAPPA LGBTI+ foi marcado pelo interesse em visualizar o desdobramento da utilização da categoria de gênero e sexualidade que denomina o sujeito político mais amplo dos movimentos LGBTI+ como uma estratégia para realizar a demanda por políticas públicas. O MAPPA buscava implementar noções acerca das diferenças nos critérios de mensuração e nos indicadores propostos, de forma que os números produzidos, justamente por seu caráter inovador e sua ausência na memória estatística governamental, tornavam as demandas legítimas.

Em um primeiro momento, passei a acompanhar um Grupo de Trabalho que se formou para dar prosseguimento à análise dos dados coletados, que se reunia quinzenalmente, em semanas alternadas às reuniões gerais. Esse grupo era formado por uma equipe com quatro pessoas de diferentes áreas, como estatística e ciência da computação, que tinham em comum o fato de terem se aproximado da iniciativa para a análise dos dados, serem pessoas cisgênero⁸, mas que compunham segmentos de identidades sexuais dentro do guarda-chuva mais amplo LGBTI+. Além disso, a ampliação do público-alvo para LGBTI+, em vez de uma amostra composta apenas por

⁷ **Movimento cria mapeamento da comunidade LGBTI+ em São Carlos.** Disponível em: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/movimento-cria-mapeamento-da-comunidade-lgbti-em-saocarlos/>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

⁸ Utilizamos o termo cisgênero em conformidade ao uso que tem sido operacionalizado pelos movimentos sociais LGBTI+. Nesse sentido, uma referência utilizada para legitimar o termo é Jaqueline Gomes de Jesus (2012), que o define como um conceito guarda-chuva para denominar pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (Jesus, 2012).

pessoas trans, foi feita com o intuito de incluir politicamente um grupo maior de pessoas.

No segundo semestre de 2022, aproximadamente um ano após a aproximação inicial com o coletivo, o relatório já havia sido finalizado e uma atividade planejada seria a formulação de materiais de divulgação dos resultados em uma linguagem menos técnica nas redes sociais. Contudo, foi nesse momento que o coletivo passou por um processo de desarticulação, tornado evidente pela considerável diminuição da frequência de suas reuniões, que passaram a não ocorrer mais. A desarticulação do coletivo parece ter ocorrido por inúmeros motivos, alguns dos quais buscamos discutir neste texto. Além disso, a experiência do MAPPA se associava às experiências da ANTRA e do GGB, organizações de alcance nacional com uma produção de relatórios e dados que se tornaram referência no debate público e em setores dos movimentos sociais.

Como era a experiência local do MAPPA LGBTI+ principal objeto de análise da pesquisa até aquele momento, tornou-se imperativo a operacionalização da observação participante em outros contextos nos quais havia a atuação dos movimentos LGBTI+ local. Por isso, incluímos o acompanhamento de outros grupos e coletivos, como o Conselho Municipal de Diversidade Sexual (CMDS), cujo início da atuação remonta ao final dos anos 2000, momento em que havia a consonância do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal e municipal. O CMDS passou por uma descontinuação em 2015 e foi reativado no final de 2019. A experiência do Conselho se contrapunha à do MAPPA por sua institucionalização, mas também se aproximava por apresentar uma participação social marcada por uma linguagem especializada, a burocrática nesse caso, levando em especial consideração no presente texto. A partir desse campo de participação social mais institucionalizada, obtivemos acesso a tensões que dialogavam mais com os dados obtidos acompanhando o MAPPA LGBTI+.

Divisão dos capítulos

Tendo em vista o que foi exposto, buscamos apresentar de maneira preliminar o objeto da discussão e como buscamos compreender um processo histórico e social, em que os movimentos LGBTI+ brasileiros têm aderido à produção de estatísticas como

uma forma de estratégia política. O título proposto para a presente dissertação, “das letras aos números”, torna evidente como as estratégias passam da ênfase na qualificação do sujeito político para a quantificação.

No capítulo 1, intitulado “Notas teórico-metodológicas: entrelaçamentos de gênero, sexualidade e quantificação”, apresentamos a conjugação dos debates em que se insere a pesquisa. Nesse sentido, os estudos de gênero e sexualidade nos fornecem a possibilidade de localizar historicamente e socialmente o sujeito político LGBTI+, uma categoria construída para representar um conjunto heterogêneo de identidades sexuais e de gênero. Os estudos de sociologia da quantificação, por outro lado, nos fornecem a possibilidade de identificar que os números não são artefatos neutros. Assim, quantificar a população LGBTI+ parte de um interesse político, com vistas a causar efeitos sociais mais amplos. Um destes efeitos é legitimar a existência em números, nos termos de uma linguagem estatística, de um grupo social ainda não considerado pelo Estado brasileiro em diversas esferas e pesquisas produzidas.

No capítulo 2, intitulado “A construção da participação social dos movimentos LGBTI+: os espaços de formulação e reivindicação de demandas”, recuperamos as leis, decretos e projetos que buscavam criar aparatos administrativo-institucionais para a população LGBTI+ em São Carlos e no Brasil. Neste percurso, evidenciamos como a sociedade civil, o poder público e a administração pública se constroem em um contexto marcado pela fragilidade institucional, ausência de memória administrativa e baixas condições de efetividade política das demandas. É neste contexto desfavorável que surge o coletivo MAPPA LGBTI+ na cidade de São Carlos.

No capítulo 3, intitulado “Os ‘números LGBTI+’: a construção de uma população quantificável”, realizamos uma análise qualitativa dos dados quantitativos produzidos pelos movimentos LGBTI+ brasileiros. O intuito é ressaltar as principais características comuns às iniciativas que buscam produzir estatísticas sobre a população LGBTI+, tendo em vista que operacionalizam categorias historicamente elaboradas pelos movimentos sociais para a mensuração de identidade de gênero e orientação sexual. Além dessa aproximação conceitual, apresentamos os aspectos financeiros que se relacionam com a produção e divulgação desses números, que são limitantes para as pesquisas. Para tanto, exploramos as representações gráficas das estatísticas produzidas e seus significados possíveis.

As Considerações Finais são um balanço final do texto e sintetizam os principais pontos discutidos, ressaltando a relevância da produção de estatísticas como estratégia política para os movimentos LGBTI+.

CAPÍTULO 1: Notas teórico-metodológicas: entrelaçamentos de gênero, sexualidade e quantificação

Neste capítulo, buscamos fornecer um panorama teórico-metodológico da pesquisa, a partir do diálogo entre os estudos de gênero e sexualidade e os de sociologia da quantificação. O atual acrônimo LGBTI+ busca representar o sujeito político de um grupo social heterogêneo, em constante disputa e (re)construção. Historicamente, visualizamos que os discursos sociais em torno deste grupo variaram entre o pecado e o crime nos séculos XVIII, XIX, até pouco mais da metade do século XX, especificamente ao final da década de 1970, momento no qual passam a ser politizados pelos movimentos sociais no Brasil e em outras partes do mundo. A partir dos anos 2000, passamos a um crescente processo de institucionalização, que passa a produzir este grupo enquanto uma população, no sentido de um enquadramento fornecido pelo Estado por meio de categorias elaboradas em conjunto com os movimentos sociais e aparatos administrativo-institucionais.

Os números e as estatísticas, como veremos neste capítulo, também remetem a processos históricos e sociais próprios, que remontam aos séculos XVIII, XIX e XX, períodos nos quais transformações políticas e econômicas influenciaram a criação de matrizes explicativas da realidade social com viés quantificador. São tecnologias políticas com origem na Europa que produziram efeitos na construção de critérios de mensuração utilizados no Brasil a partir do final do século XIX e com aplicação até os dias de hoje. Nesse sentido, as categorias e critérios utilizados para a produção das estatísticas governamentais evidenciam o que é contado enquanto uma população.

Entrelaçar os debates de gênero, sexualidade e quantificação nos permite visualizar sentidos políticos em relação à criação de categorias que buscam agregar identidades e números que buscam transformar essas identidades em quantidades. Portanto, a produção de “números LGBTI+” pelos movimentos sociais evoca a ausência de critérios de mensuração na produção das estatísticas governamentais que considerem as diferenças de identidade de gênero e orientação sexual, assim como uma argumentação embasada na linguagem estatística para a realização de reivindicações e demandas frente ao Estado brasileiro, a ausência de memória

administrativo-institucional nos aparatos desenvolvidos para a população LGBTI+ e elementos sociais e históricos mais amplos que buscamos explorar.

1.1. Construção analítica das diferenças: a produção de sujeitos políticos e identidades

Uma extensa literatura abordou discussões sobre questões relacionadas às diferenças, como sexualidade (Foucault, 2019), a forma pela qual gênero, raça e classe também são categorias relevantes para análise (Brah, 2006; Butler, 2018, 2019; Hall, 2000) e a partir de uma abordagem que se relaciona aos movimentos LGBTI+ brasileiros (Facchini, 2002; 2003; Colling, 2013, 2015; Aguião, 2014; Irineu, 2016; Coacci, 2018; Martins, 2020).

A partir das formulações mais clássicas, é possível afirmar que são criadas categorias para definir as diferenças de sexualidade e de gênero, desde as acusatórias, sociodemográficas, biológicas, até as autoatribuídas, que são resultado de processos correlacionados de produção das diferenças. É o que Michel Foucault denuncia ao quebrar com a hipótese repressiva da construção do sexo e demonstrar a proliferação e produção de discursos sobre o assunto a partir do século XVIII. É assim que passam a se produzir verdades sobre a sexualidade, conjuntamente com a necessidade de reproduzi-las no plano individual e social, de acordo com uma forma hegemonicamente legítima de compreensão⁹. A disseminação dos processos de confissão da Igreja Católica na Europa em diversas outras práticas, que já davam indícios de sua consolidação no século anterior (Foucault, 2019, p. 21), mas também os processos de contabilidade e classificação através de pesquisas quantitativas (Foucault, 2019, p. 26), são exemplos utilizados pelo filósofo para elucidar seu argumento. Nesse sentido, o século XVIII apresenta o surgimento da “população” enquanto uma questão a ser visualizada pelo Estado, os europeus em específico, e o “sexo” como um dos elementos

⁹ “O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discrição, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. Em compensação, o que se interroga é a sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas essas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são.” (Foucault, 2019, p. 43)

a serem geridos para a produção de uma administração eficaz, a partir de taxas de natalidade, frequência de relações sexuais, mortalidade, entre outras (Foucault, 2019, pp. 28-29).

Para Foucault uma “história da sexualidade” deve ser feita a partir da economia dos discursos a ela relacionadas. Não se trata de uma sexualidade que é reprimida, mas que é produzida através de um dispositivo de poder influenciado por processos históricos e sociais que constituem o conteúdo das categorias de sexualidade (Foucault, 2019). Na passagem do século XVIII para o XIX, então, ocorrem algumas transformações, como a ampliação de um regime das práticas sexuais, que passam a não ser apenas assunto do direito, da pastoral cristão e da lei civil (Foucault, 2019, p. 41), mas também da medicina. De acordo com o autor, os três registros propunham uma regulação, sobretudo sobre o sexo matrimonial, tendo como efeito que a infração constituía algo no nível do “contra a lei”, enquanto o quarto registro propiciou o nível do “contra a natureza”.

O que é interessante para o que buscamos argumentar a partir das contribuições de Foucault é que ao operar com estratégias de produção de números e estatísticas, os movimentos LGBTI+ se defrontam com ambiguidades. Ao mesmo tempo que operacionalizam categorias de identidade e orientação sexual formuladas historicamente, através de esforços coletivos, imbricam-se com tecnologias políticas que foram elaboradas com o intuito de controlar. Mesmo lidando com a temática das diferenças, Foucault não se apropriou do conceito de gênero, que surgiu no contexto das experiências médicas relacionadas à “diferença sexual” (Piscitelli, 2002). Foi cunhado pelo pedopsiquiatra estadunidense John Money, em 1957, com o intuito de denominar a pertença cultural de um indivíduo ao que era reconhecido como “feminino” ou “masculino”, diferenciando-o assim de um “sexo” que seria anatômico e biológico (Leite Jr, 2008; Preciado, 2018). Mesmo com as problemáticas de origem, o termo passa a ganhar força no âmbito das teorias feministas¹⁰.

Como nos diz Judith Butler (2018; 2019), os esforços teóricos e analíticos devem ser no sentido de explicitar as relações e significados das categorias de identidades sexuais e de gênero, vistas como efeitos de práticas e discursos difusos. Butler toma

¹⁰ Gayle Rubin (2003), por exemplo, pensa as “políticas sexuais” como aquelas em que o Estado atua estruturando e legislando sobre as relações do sistema “sexo”/“gênero” a partir de políticas.

como exemplo de instituições o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. É nesse sentido que são formulados conceitos como heteronormatividade (Warner, 1993; 1999) e cisheteronormatividade (Vergueiro, 2016), que buscam evidenciar como as práticas sociais produzem a heterossexualidade e a identificação com o gênero atribuído no momento do nascimento como formas corretas de expressão. Tais formulações ocorrem no que passa a ser denominado teoria *queer*¹¹, que é um termo formulado em língua inglesa e em seu contexto de origem designa de forma pejorativa o que é estranho, cujo intuito é a positivar um insulto. De acordo com o crítico literário Michael Warner, trata-se de uma rejeição à lógica de representação imposta pelo sistema liberal-democrático, no qual busca-se representar uma minoria política por meio de um regime de normalização das quais as identidades sexuais e de gênero seriam fruto (Warner, 1993).

Para o sociólogo Richard Miskolci (2009) essas produções focaram em construir uma analítica social que se opõe criticamente às formas hegemônicas de produção de conhecimento nas Ciências Sociais canônica, que tomava a heterossexualidade¹² como pressuposto teórico e conceitual, com o intuito de desnaturalizar concepções sobre sexualidade, gênero e o corpo.

Por isso que para Butler (2019), referência no âmbito das teorias *queer* e feministas, o “feminino” e a categoria “mulher”, são termos melhor compreendidos a partir de suas relações e significados, que são tão erráticos e fluidos quanto se possa pensar. A filósofa propõe que, no plano da ação política, a atuação dos movimentos feministas não deveria ser no sentido de resolução das questões de identidade, sendo mais frutífero que esse campo esteja aberto à indeterminação. Isto porque, ao mesmo tempo que representação é um termo que aponta para o processo político de visibilidade, também aponta para a função normativa de uma linguagem que revelaria uma “verdade”.

¹¹ A tradução do *queer* para além do contexto estadunidense também foi objeto de debate (Córdoba, Saez, Vidarte, 2007), propondo-se a atenção contextual para a forma como o insulto é direcionado para grupos ou pessoas que exercem alguma dissidência do regime (cis)heteronormativo, como *marica* no contexto espanhol ou *bixa* no contexto brasileiro. Nesse sentido, pontua-se que são teorias interessantes para informar a produção de pesquisas acadêmicas locais a partir da atenção dada aos contextos de análise (Pelúcio, 2016).

¹² “O foco *queer* na heteronormatividade não equivale a uma defesa de sujeitos não heterossexuais, pois ele é, antes de mais nada, definidor do empreendimento desconstrutivista dessa corrente teórica com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia.” (Miskolci, 2009, p. 157).

Apesar de aderir a tais dinâmicas tenha sido um processo importante para a teoria e os movimentos feministas, tendo em vista a necessidade de se promover a visibilidade política da condição cultural desigual das mulheres, isso também foi alvo de críticas internas ao movimento social por conta de suas limitações com relação a quem é incluído na representação e quem é excluído (Butler, 2018, p. 18). Butler sugere que são as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo que minam as possibilidades de ação do movimento, por não questionarem as restrições do discurso representacional sob o qual funcionam e se articulam. É por conta das exigências dessa forma de política que o feminismo estaria aberto a discursos que criticam sua falta de representatividade.

A partir da perspectiva sociológica, Avtar Brah (2006) também desenvolveu importantes contribuições para os debates em torno da formação de sujeitos políticos, como em seu artigo *Diferença, diversidade e diferenciação*, em que relaciona o uso do termo “negro” para referir-se a pessoas de diferentes ascendências na Grã-Bretanha: africana, caribenha e sul-asiática. O argumento de Brah neste texto é que a aproximação da experiência de racialização se deu a partir de classe e gênero, por meio de um racismo que colocava a “não brancura” destes grupos como tema comum no discurso sobre “pessoas de cor”.

Segundo a autora, justificações em torno desse processo de diferenciação entre os grupos tinham definições que muitas vezes possuíam sentidos relacionados às categorizações de “diferença”. No período pós-guerra, esses grupos ocuparam uma posição estrutural semelhante como trabalhadoras em ocupações predominantemente não qualificadas ou semiqualficadas nas camadas da baixa economia (Brah, 2006, p. 332). As descrições em discursos populares, políticos e acadêmicos se referiam a elas como “*pessoas de cor*”. Para Brah, o termo não é puramente descritivo, mas remonta ao código colonial que prescrevia uma relação de dominação e subordinação entre colonizador e colonizado.

A importância analítica dessas considerações reside em tornar explícito que o binário branco/não branco construiu uma equivalência e similaridade na experiência de sujeitos diversos. Ao dizer isso, a autora se refere às práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e discriminação em diversas arenas, como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, serviços de saúde, entre outros aspectos, que criaram condições para uma nova política de solidariedade. Além

dos processos racializadores, Brah também considera classe como importante elemento na politização do conceito de “negro”, tratando da articulação entre racismo e relações de classe, questionando a primazia desta sobre as demais categorias (Brah, 2006, p. 334).

Portanto, para Brah (2006), a diferença é considerada enquanto relação social, constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais, políticos e práticas institucionais. Também é vista como subjetividade, a partir de discursos teóricos feministas, pós-estruturalistas, como o sujeito é produzido no discurso e não existe como um dado. E, por fim, as diferenças são entendidas como identidade, marcadas pela multiplicidade de posições do sujeito, não sendo fixas e nem singulares. As diferenças são múltiplas, relacionais e em constante mudança.

Na chave desse debate, Stuart Hall (2000) também desenvolveu considerações sobre o conceito de identidade, criticando a noção de uma possível identidade integral, originária e unificada. Hall revisita como o debate se desenvolveu em diversos campos teóricos: na filosofia, com a crítica do sujeito autossustentável da metafísica ocidental pós-cartesiana; na crítica feminista e na crítica cultural, influenciadas pela psicanálise, em que a ênfase estaria nos processos inconscientes de formação da subjetividade. Ao se perguntar “*Quem precisa de identidade?*”, Hall aponta dois caminhos.

O primeiro seria a partir da crítica desconstrutivista, que tem submetido conceitos essencialistas ao processo de “rasura”, que indicaria como determinados conceitos não são mais suficientes para pensar algumas questões. Tendo em vista que esses termos ainda não foram completamente superados, seriam “destotalizados” ou “desconstruídos” (Hall, 2000, p. 104). A identidade, então, é um desses conceitos que não podem ser pensados em sua forma antiga, mas que, ao mesmo tempo, relaciona-se a certas questões-chave que não podem ser pensadas sem o mesmo.

O segundo seria observar qual conjunto de problemas apresenta a irredutibilidade do conceito de identidade. Neste caso, estaríamos no âmbito da agência e da política. Política no sentido dos movimentos sociais em suas formas modernas, em que o significante de identidade tem relação com uma política de localização, enquanto agência se relacionaria com o sujeito fruto de processos correlacionados de produção das diferenças. Nessa lógica, a identidade funcionaria a partir do estabelecimento de

uma “violenta hierarquia” entre dois pólos, por exemplo, homem/ mulher, em que o primeiro seria essencializado, enquanto o segundo seria um acidente marcado, assim como branco/negro. Poderíamos extrapolar esses dualismos a heterossexual/homossexual, cisgênero/transgênero e assim por diante. Portanto, a identidade não é algo que fixa, mas é constituída pelo jogo das diferenças, tornando-se instáveis pelo seu exterior constitutivo, aquilo que é deixado de fora.

Segundo Hall (2000), Foucault ataca o “*grande mito da interioridade*”, realizando uma leitura negativa da psicanálise, do humanismo e da filosofia da consciência (Hall, 2000, p. 119). Assim, o filósofo torna a categoria de sujeito histórica, enquanto algo que é produzido como um efeito do discurso e no discurso, de formações discursivas específicas. Sendo assim, o sujeito não tem nenhuma existência própria. Portanto, é possível concluir que os discursos constroem posições-de-sujeito, dando uma descrição formal da construção dessas posições. Contudo, a crítica dirigida a esse trabalho reside no fato de que eles não explicam as razões pelas quais os indivíduos ocupam determinadas posições e não outras (Hall, 2000, p. 120).

Nesse sentido, Foucault lançou bases de compreensão dos processos discursivos, das relações de poder e, por consequência, da compreensão do corpo e do sujeito, que fornecem substrato para desenvolvimentos no âmbito de teorias *queer* e feministas. Butler, proporcionou avanços na compreensão da construção cultural, social e política, tanto de sexo, quanto de gênero, explicitando os limites das categorias representacionais de sujeitos políticos. Brah (2006) focou seus esforços analíticos na compreensão de como diferentes grupos podem se representar em uma categoria comum, por meio de estratégias políticas. E, por fim, Hall (2000) aponta a proposta de pensar a relação, a negociação e resistência dos processos de formação discursivas como uma articulação. Reforça-se, assim, a compreensão da multiplicidade dos processos de diferença, identidade e desigualdade. Além disso, se fortalece a necessidade analítica das dimensões contextuais do surgimento, produção ou acionamento de categorias de identidade.

1.2. A produção da população e dos movimentos LGBTI+: da qualificação à quantificação

Enquanto se construía as bases para a forma política que tomaria o Estado-nação na Europa, no Brasil colonial era notável a presença de categorias que enfatizavam o caráter acusatório e criminal das práticas de dissidência de gênero ou sexualidade em relação ao regime cisheteronormativo¹³: a criminalização da sodomia, considerada pela penetração anal de um homem ou mulher (Green, 2019), os “pederastas”, as “cudinas”, que seriam as travestis contemporâneas (Rayara, 2018). Como apresenta o historiador brasileiro James Green, é no início do século XIX que o Rio de Janeiro começa a ser vendido como uma versão tropical da moderna Paris, cujo custo social seria a expulsão dos habitantes pobres dos centros para as periferias. Além disso, Green comenta sobre o centro do Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes), onde havia encontros entre homens homossexuais, sob a égide de uma estátua do imperador D. Pedro I (1798-1834), construída a pedido de D. Pedro II em 1862, para comemoração dos 40 anos de proclamação da República. A praça se tornava símbolo de sentimentos nacionalistas, mas pouco tempo depois de sua inauguração, tornou-se centro de encontro para homens homossexuais.

Em 1889, já no período do Governo Republicano, o novo Código Penal descriminalizava a sodomia. Contudo, através do Artigo 282, que punia “Atentados públicos ao Pudor”, ou o Artigo 379, “Do Uso de Nome Supposto, Títulos Indevidos e Outros Disfarces” que tornava o uso de roupas de outro gênero proibidas por lei. Portanto, mesmo com a descriminalização da sodomia¹⁴, no Código Penal do Governo Republicano, nas décadas posteriores é possível visualizar o recrudescimento da influência do discurso biomédico na criação de termos, categorias e pesquisas que enfatizavam o caráter patológico das identidades LGBTI+. Daí surge o uso do sufixo “ismo” no século XIX como parte dos conceitos relacionados à sexualidade que conotam as doenças, como homossexualismo, lesbianismo, travestismo, que enquadram identidades sexuais e de gênero como patologia.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, a nomeação de Leonídio Ribeiro como diretor do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal provocou efeitos sobre a população de homens homossexuais. Isto se deu por sua pesquisa

¹³ Cisheteronormatividade é utilizado para se referir ao regime político de sexualidade e gênero, que produz e aprova a correspondência entre o gênero designado ao nascimento, sexualidade e órgãos “reprodutores”.

¹⁴ A sodomia é a relação sexual caracterizada pela penetração anal, que remete à narrativa bíblica de Sodoma e Gomorra, presentes no livro de Gênesis. As cidades teriam sido destruídas em detrimento de práticas “imorais”.

científica sobre a identificação civil e criminal, na qual recrutou “homossexuais profissionais” para estabelecer relações entre esta população e o mau funcionamento do sistema endócrino (Green, 1999). A pesquisa tinha forte caráter eugenista, teoria científica em voga cuja uma das ideias tinha como base a noção de predição de indivíduos criminosos.

Em resposta a essa visão, temos o surgimento e a elaboração de categorias de cunho político, como homossexualidade masculina (Hocquenghem, 2009), lesbiandade (Wittig, 2006), “travestis” e “transexuais” (Bento, 2006; Leite Junior, 2008), a transgeneridade (Butler, 2004) e intersexualidade (Morland, 2009), que são noções usadas em teorias e movimentos sociais mais recentes ao considerar a não "naturalidade" do sexo, da binariedade sexual e de gênero.

Somente a partir da segunda metade do século XX é que é possível visualizar a emergência de formas de politização das identidades no Brasil e no mundo, contestando o caráter dito “natural” dos comportamentos sexuais e dos papéis de gênero. As discussões dos movimentos sociais LGBTI+ brasileiros, neste primeiro momento, deram-se principalmente em torno de como melhor qualificar essas categorias, como é possível notar pelas pesquisas que analisam o período inicial de sua constituição, nos anos 70, 80 e 90 (Facchini, 2002; 2003), além do contexto dos anos 2000 e 2010 (Aguião, 2014; Irineu, 2016).

Como demonstra a antropóloga Regina Facchini (2002), nos anos 70 ainda temos um movimento caracterizado em termos de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), com atuação centralizada no eixo sul-sudeste do país em uma militância opositora ao regime ditatorial e no formato de ativismo por tabloides, através da produção de jornais e revistas que compartilhassem informações (Facchini, 2002; 2003). Na análise de Facchini (2002), essa seria a "primeira onda" do MHB, e um dos primeiros grupos identificados foi o Somos, fundado em 1978 e rebatizado como Somos – Grupo de Afirmação Homossexual em dezembro do mesmo ano. Ainda em abril de 1978, ocorreu a publicação do número zero do *Lampião da Esquina* (Facchini, 2002:67). Em termos de encontros políticos, foi no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1979, que houve a realização do I Encontro de Homossexuais Militantes, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A partir da primeira metade dos anos 80, de acordo com Facchini (2002), os movimentos ficaram marcados pela diminuição quantitativa de grupos, ainda que seja marcante nesse período o surgimento do Grupo Gay da Bahia (GGB). Dois principais fatores são associados à desmobilização da atuação dos grupos: a redemocratização e a epidemia de AIDS (2002:73). Os grupos da "primeira onda" ficaram marcados pelo caráter antiautoritário e comunitarista, característica que teria tornado dificultosa a adaptação para o momento político pós-redemocratização (2002:74). Emblemático disso foi o encerramento das atividades do Lâmpião em 1981 e do Somos em 1983. De acordo com a antropóloga, foi uma posição que não se fechava apenas às ideologias de esquerda e uma certa abertura à institucionalidade que permitiram a continuação dos movimentos, mesmo com as dificuldades impostas pela abertura democrática, que requeriam uma reformulação do ativismo.

Uma menor refratariedade à institucionalidade e pouco envolvimento com posições ideológicas de esquerda ou anarquistas estão entre as características que, a meu ver, já estavam presentes. Estas características permitiram que esse movimento não chegasse a desaparecer em meados da década de 80, passando de uma ênfase antiautoritária e comunitarista, para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário. (Facchini, 2002:77)

No que se refere às posições ideológicas de esquerda da época, o antropólogo Edward McRae (2018) aborda a distinção entre “militantes respeitáveis”, aqueles que buscavam se alinhar à luta de classes e certo higienismo da imagem “homossexual” (MacRae, 2018, p. 40), e as “bichas loucas”, que buscavam um ativismo mais provocativo sobre o regime sexual dominante e a estigmatização da homossexualidade (MacRae, 2018, p. 39). Essa análise é feita a partir das tensões levantadas acerca da publicação enviada pelo GGB para discussão do 1º Encontro de Homossexuais Organizados do Nordeste, que gerou considerações negativas por parte da editoria homossexual de um dos jornais da época.

Antes de prosseguirmos aos desdobramentos do que Facchini denomina de "reflorescimento do MHB" nos anos 90, é importante retomarmos a epidemia de HIV-AIDS, tematizada como um dos elementos ambíguos na trajetória dos movimentos LGBTI+ durante os anos 80. A também chamada Síndrome da Imunodeficiência Adquirida teria produzido a desmobilização das ações coletivas em detrimento da ampla

divulgação como "peste gay" ou "câncer gay", além da noção de "grupo de risco" com relação à doença, que foi extremamente prejudicial por rearticular a visão patológica historicamente vinculada a tais grupos e inibiu quem não se identificava com estes como indivíduos passíveis de adquirir o vírus (Pelúcio¹⁵, 2007:140; Quinalha, 2022:113). Os efeitos do HIV-AIDS no ativismo dos movimentos LGBTI+ se dão no sentido de deslocar uma agenda de demandas para o campo da saúde, o que propiciou iniciativas de financiamento, públicas e privadas, que tornaram possível certa profissionalização e aumento da infraestrutura do ativismo (Quinalha, 2022).

Nos anos 90, como aponta Isadora Lins França (2006), emerge o mercado segmentado, intitulado primeiramente como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Este mercado se torna um importante locutor para a atuação dos movimentos sociais e para a própria elaboração da categoria. Contudo, é importante salientar que a categoria GLBT, adotada já nos anos 2000 pelos movimentos sociais, denota o caráter político dos sujeitos a serem representados pela sigla, forma utilizada até o momento da dissertação de mestrado de França (2006). Apesar de haver "cercas e pontes" entre ambos os segmentos, GLS representa uma forma ambígua de incluir os "simpatizantes", o que denota a produção de um público consumidor e evidencia o caráter mercadológico da sigla.

A onda de visibilidade característica da década de 1990, da qual as ações do movimento GLBT não se excluem, também está relacionada a outros fatores, como a atuação da mídia e o fortalecimento do mercado GLS. Após um tempo de menor atividade, por conta da aids, o circuito voltado para o público homossexual expande-se em São Paulo, e a mídia passa a abordar constantemente a homossexualidade e a sua própria visibilidade social, vista como crescente. Também há a valorização da atitude do "orgulho" e de assumir-se publicamente. (França, 2006:91)

Como apontamos, algumas distinções ocorrem entre as esferas do mercado de consumo e dos movimentos sociais, havendo o que alguns autores denominam como diálogo crítico por parte do movimento, explicitado no uso da categoria GLBT em

¹⁵ A AIDS produz efeitos duradouros na população LGBTI+ que serve de referência para Larissa Pelúcio (2007:122) elucidar o processo de "SIDAdanização" da categoria, mais especificamente das travestis, a partir do modelo preventivo de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) do Sistema Único de Saúde (SUS), que focava no desenvolvimento da "consciência política" e "responsabilização individual". O termo DST é uma sigla que buscava designar as doenças comumente transmissíveis pelo contato sexual, que caiu em desuso em detrimento de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

oposição à anterior (Carrara; Simões, 2007). Contudo, existem tensões internas aos próprios movimentos sociais, conforme Leandro Colling (2013) destaca as distinções entre políticas dentro do 'paradigma da igualdade' e aquelas do 'paradigma da diferença', que “evidenciam que somos muito diferentes dentro e fora da própria sigla LGBT” (Colling, 2013: 418).

No contexto estadunidense, Lisa Duggan (2003) formulou o conceito de homonormatividade com o intuito de evidenciar como setores do movimento social LGBTI+ conviviam com pressupostos que não questionavam a heteronormatividade ou os ideais liberais. Jasbir Puar (2007), seguindo a discussão deste conceito, propõe o homonacionalismo, que busca evidenciar setores contemporâneos de grupos de dissidências sexuais e de gênero que aderem a discursos que favorecem a produção de nacionalismos, como no conflito entre Israel e Palestina.

Ambos os conceitos evidenciam que não é possível um enquadramento que caracterize os movimentos LGBTI+ apenas como resistente ou opositor às normas excludentes, mas que, ao contrário, há uma relação de convivência com a inclusão de certos corpos no projeto de nação em detrimento de outros. O que é interessante nesses apontamentos é que a população “LGBT” adquire um valor nas discussões referentes à nação, como cidadãos, a partir de seu valor econômico, social e político.

O início da formulação de políticas públicas direcionadas a essa população ocorreu no Brasil com o Programa Federal Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004. O BSH incluía o termo “orientação sexual”, mas não “identidade de gênero”. Como destaca Silvia Aguião (2014), o termo só viria a aparecer no relatório do I Congresso da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis¹⁶ (ABGLT), realizado em 2005, consolidando-se no mesmo congresso no ano seguinte com o par conceitual 'orientação sexual' e 'identidade de gênero' (Aguião, 2014: 150). Além disso, é válido destacar o 'tripé da cidadania LGBT', política pública formulada nesse período no âmbito do BSH, que propunha três medidas: (i) coordenadorias LGBT; (ii) conselhos LGBT; e (iii) planos de combate à homofobia.

¹⁶ Atualmente, embora a sigla permaneça sendo ABGLT, o nome da associação passou a ser Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais. A mudança do nome da Associação pode ser lida como um efeito da ampliação do sujeito político LGBTI+, que no momento de surgimento da ABGLT era denominado GLT.

A pesquisadora aponta que havia um contexto institucional favorável, demonstrando como eram visíveis os esforços por parte dos militantes em “aprender a linguagem do Estado”, estratégia cuja ambiguidade, como nos diz, é aprender uma linguagem que se visa superar. Tais iniciativas remetem a um contexto mais amplo, no qual houve políticas de promoção de igualdade voltadas para diferentes eixos da diversidade, como gênero, raça e sexualidade. Nesse sentido, foi um período de investimento na “participação social” como método de governo, em que, por exemplo, durante os oito anos de gestão do governo Lula, ocorreram aproximadamente 74 conferências com 40 temas diferentes, nas quais noções de “transversalidade” e “intersetorialidade” das políticas norteavam as discussões (Aguião, 2017). Portanto, o argumento da autora é de que havia uma relação mutuamente constitutiva e produtiva entre sujeitos e direitos, através de mecanismos de reconhecimento e produção das diferenças (Aguião, 2017).

Fica claro, enfim, que termos e categorias para se referir a sujeitos específicos vão sendo construídas e reconstruídas, compreendidas e assimiladas de forma diferente ao longo do tempo (...). No entanto, são formulações também determinadas pela relação com táticas e estratégias características do movimento social tidas como mais ou menos propícias (Aguião, 2014:155-156).

Bruna Andrade Irineu (2016), por outro lado, aponta que houve depois um esgotamento das políticas voltadas para a população LGBT. Do 'pioneirismo' durante o governo Lula, através do BSH, às discontinuidades do governo Dilma Rousseff, configura-se o que a pesquisadora denomina de 'homofobia cordial' brasileira. Este processo seria marcado pela divulgação internacional do mencionado 'pioneirismo', mas pela perda da força política dos Conselhos LGBT nos processos decisórios, efetivando um acirramento das políticas de identidade (Irineu, 2016). Tal acirramento pode ser visto como um efeito ambíguo das políticas que buscavam produzir e constituir os sujeitos de direito aos quais Silvia Aguião faz referência (2014; 2017).

O pesquisador Thiago Coacci (2018) demonstra como os movimentos sociais também estão imersos nas disputas políticas e discute a ideia de “cidadania tecnocientífica”, caracterizada pela exigência de que os cidadãos também falem a linguagem dos dados e da ciência. De acordo com Coacci (2018), esse fenômeno pode

ser visto como um efeito da insuficiência da linguagem dos direitos humanos, historicamente adotada pelos movimentos LGBTI+. O movimento trans, segmento que ele analisa detalhadamente, tem produzido com essas pesquisas um conhecimento contra-hegemônico, cuja atuação tem sido discutir e tornar explícitas as precariedades a partir de uma abordagem que privilegia os diversos resultados que podem ser produzidos. São dois tipos de precariedades: (i) a falta de conhecimento sobre a população trans; (ii) a inadequação (em parte) do conhecimento produzido pela academia devido à sua construção não democrática, que apaga a vivência das pessoas trans.

A cidadania tecnocientífica é uma proposta que permite compreender o processo de “contagem das mortes” pelo movimento trans, como o relatório da Rede Trans acompanhado pelo pesquisador, que inspirou outros grupos e teve o efeito moral de tornar público o debate sobre as mortes. Nesse sentido, essa proposta política pode apresentar limitações, ao pressupor que os cidadãos, em algum nível, também compreendam a linguagem dos dados produzidos.

Após as descontinuações das políticas LGBTI+ durante o governo de Jair Bolsonaro, com a reeleição de Lula ao seu terceiro mandato, houve uma recuperação dos formatos institucionais adotados anteriormente. Em dezembro de 2022, ocorreu em Brasília a realização do I Encontro Nacional dos Conselhos LGBTQIA+¹⁷. Na ocasião do evento, ocorreu o lançamento de um Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+, ferramenta criada e elaborada pelo Instituto Matizes¹⁸, que propõe conter dados relativos à população LGBTI+, lidando com dados federais e estaduais em anos pares e dados municipais em anos ímpares. A ferramenta contaria com alguns índices de mensuração sobre o “*grau de maturidade*”, ao invés de *ranking*, sobre eixos como: insegurança e violência; participação e controle social; políticas públicas; por fim, orçamento público.

¹⁷ **1º Encontro Nacional de Conselhos LGBTQIA+ marca a institucionalização de políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/1deg-encontro-nacional-de-conselhos-lgbtqia-marca-a-institucionalizacao-de-politicas-publicas-pela-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil>. Acesso em: 24 jul. 2024.

¹⁸ **Instituto Matizes - Pesquisa e Educação para a Equidade.** Disponível em: <https://institutomatizes.com.br/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

A adoção da produção de dados como uma política de governo se relaciona à uma concepção de que para produzir uma política pública é necessário compreender uma população, no caso a “*LGBTQIA+*”, a partir de uma linguagem quantitativa. Além disso, essa adoção pode ser vista como efeito dos “números LGBTI+” produzidos pelos movimentos sociais. É nesse contexto, em que a produção de relatórios e resultados quantitativos adquire relevância, que buscamos explorar a produção de dados pelos movimentos LGBTI+. Por isso, faremos uma recuperação dos aportes teóricos de um campo acadêmico que têm ganhado espaço no debate sociológico brasileiro, denominado por “sociologia da quantificação” ou “estudos sociais da quantificação”.

1.3. Sociologia da quantificação: Estado, estatística e governamentalidade

Além de realizar considerações sobre uma “história das relações de poder no âmbito da sexualidade”, Michel Foucault (2008) assinala, no curso Nascimento da Biopolítica proferido no *Collège de France* em 1978-1979, que, no século XVIII, também é possível visualizar a “emergência de um certo tipo de racionalidade na prática governamental”. A economia, nesse sentido, em detrimento do direito, passa a exercer um papel proeminente na delimitação da prática governamental. Os princípios do utilitarismo, do indivíduo e do interesse orientam essa nova razão, que passa a se exercer na governamentalidade, forma que toma o dispositivo de poder do Estado, pautada pelo liberalismo.

Ao descrever a formação do Estado europeu no século XVIII, Foucault aponta a existência de dilemas internos devido a uma regulamentação prescritiva das atividades do Estado, e de objetivos ilimitados no sentido externo por meio da diplomacia do “equilíbrio europeu”, que visava boas relações entre as nações do continente. Trata-se da descrição de um contexto em que o Estado exerce um papel já dado, mas também como um objetivo a ser construído. A razão de Estado, para Foucault, é uma prática, mas também a racionalização de uma prática, e é justamente a moderação desta que é a questão do liberalismo¹⁹.

¹⁹ De acordo com o autor, o jogo econômico, como definido pelos liberais, segundo o qual o enriquecimento individual só pode se estabelecer através do enriquecimento mútuo (2008, p. 74), marca o surgimento de uma Europa como sujeito econômico coletivo. A partir da noção de enriquecimento mútuo,

O jogo entre liberdade e segurança é invocado como elemento central ao liberalismo e se estende à nova razão governamental descrita (2008, p. 89). Duas outras consequências disso são os desenvolvimentos extensivos de procedimentos de controle, como contrapartida às liberdades, e os mecanismos de produção de ampliação das liberdades (2008:92). As crises de governamentalidade, expressão da própria crise do liberalismo para Foucault, são um efeito dos mecanismos da proposição de fórmulas econômicas políticas desde os anos 1925-30, que buscavam, entre outros fatores, garantir Estados contra o comunismo foram respostas de intervenção econômica que surgiram contra “as ameaças às liberdades” - desde os alemães liberais da Escola de Friburgo (1927-30) até os estadunidenses, intitulados libertarianos (2008, p. 94).

Analizando o século XVIII, Benedict Anderson (1983 [2006]) pontua que esse período marca o surgimento do nacionalismo e o surgimento de modos científicos de pensamento. O autor propõe a ideia de comunidades imaginadas para refletir sobre a ideia de nação, no sentido de que é real e fictícia. Real, devido aos seus limites territoriais e geográficos, mas também imaginada como soberana, limitada e como uma comunidade. O argumento de Anderson é que a impressão editorial como mercadoria foi essencial para a construção de um senso de “simultaneidade”, de uma linguagem comum capaz de oferecer uma experiência compartilhada. Não se trata do desaparecimento dos modos religiosos de pensamento, mas da apresentação de novos modos a disputarem com este. Nesse sentido, a formulação e o desenvolvimento da estatística e da “linguagem científica” foram importantes para a consolidação do Estado e da nação, através de práticas como a produção de censos, mapas e representações gráficas acerca do território.

Diversos são os autores que irão definir o século XIX como o momento histórico decisivo para a consolidação e ascensão da estatística (Martin, 2001; Porter, 1995; Hacking, 1991; Desrosières, 1998; Camargo, 2016). De acordo com Olivier Martin (2001), as primeiras tentativas de enumeração de indivíduos ou bens comerciais remontam aos grandes impérios da Antiguidade, que possuíam estruturas organizativas fortes e produziam estatísticas com o intuito de conhecer sua extensão territorial e o

isso gera a consequência de que o mundo inteiro é convocado a trocar seus próprios produtos e os da Europa, em um mercado comandado por esse sujeito econômico coletivo (2008, p. 75).

número de seus súditos. Alguns traços dessas pesquisas censitárias permaneceram ao longo da história, mas apenas floresceram na Europa Ocidental no final do século XVIII e início do século XIX. Para o autor, isso se deu após um longo período de recuo das práticas censitárias centralizadas, por conta de fatores políticos, como o sistema feudal, e fatores morais/religiosos, como a acusação pela Igreja Católica de sacrilégio. Martin estabelece três principais linhagens: a estatística francesa, a alemã e a inglesa. A francesa seria caracterizada por ser um instrumento de governo e, portanto, focar nas práticas censitárias; a alemã, pelo ímpeto em conhecer todos os aspectos da vida humana e social, por isso mais descritiva e menos quantitativa; por fim, a inglesa seria mais focada na aritmética e na elaboração de análises matemáticas (Martin, 2001).

Theodore M. Porter (1995) aponta que “objetividade” parece ter se associado, após o século XVIII, aos sentidos filosóficos do realismo, cujo intuito seria conhecer as coisas em sua essência (1995, p.3). Neste sentido, a quantificação e a “objetividade científica” buscaram responder demandas morais por imparcialidade e justiça (1995:8). A credibilidade dos números, portanto, é um problema social, que se relaciona a questões associadas às moralidades de cada tempo histórico. Porter trabalha a noção de “tecnologias de confiança” e a disseminação de práticas de laboratório a partir do século XVIII, que evidenciam como o conhecimento viaja através de redes e nodos (1995, p. 15).

Os primeiros quantificadores, contudo, exprimiam certa “mania positivista”, como Karl Pearson (1857-1936), estatístico britânico considerado um dos “pais fundadores” do campo. Esse cientista é recuperado por Porter para demonstrar o foco no desenvolvimento de um método estatístico que fosse aplicável para questões biológicas e sociais (1995:20), o que evidencia como o surgimento da estatística enquanto um campo de conhecimento estava relacionado à pretensão uma matriz explicativa para diferentes campos. O positivismo de Pearson, segundo Porter, era antimaterialista e suas preferências eram por descrições e análises quantitativas²⁰. Medidas uniformes, nesse

²⁰ “Pearson’s conception of Science was more a social than a natural philosophy. The key to science he found not in the world, but in an ordered method of investigation. For Pearson, scientific knowledge depended on a correct approach, and this meant, first of all, the taming of human subjectivity.” (Porter, 1995, p. 21). “A concepção de ciência de Pearson era mais social do que uma filosofia natural. A chave da ciência ele encontrou não no mundo, mas em um método ordenado de investigação. Para Pearson, o conhecimento científico dependia em uma abordagem correta, e isso significava, antes de tudo, domar a subjetividade humana.” (tradução minha).

sentido, teriam efeitos vistos como positivos, pois ajudariam a economia a se afastar de uma ordem baseada no privilégio para o domínio da lei, além de aprimorar o controle administrativo em termos de taxaço e desenvolvimento econômico. A colaboração entre ciência e Estado na definição de um sistema métrico, salienta Porter, reflete interesses em comum, como a aspiração à regra da lei.

Ian Hacking (1991:181) também concebe as estatísticas como parte da tecnologia de poder do Estado moderno. Na sociologia, diferentes escolas atribuem diferentes papéis às "estatísticas". Auguste Comte, por exemplo, desejava denominar a ciência que buscava desenvolver como "mecânica social" ou "física social", afastando-se dessa ideia quando o astrônomo belga Adolphe Quetelet atribuiu o mesmo nome à estatística. Quetelet, por sua vez, era um grande defensor da estatística. Hacking destaca a importância das estatísticas médicas, que tornaram possível o conhecimento de uma lista de causas de morte durante o século XIX.

O sociólogo Alain Desrosières (1998) aponta que a estatística apresenta duas ferramentas com dois caminhos históricos distintos: um político-administrativo e outro cognitivo. O primeiro remonta às tabulações e codificações de diversos aspectos da vida social, como as utilizadas na Alemanha do século XVII; o segundo à formalização de esquemas científicos, como, por exemplo, a história do cálculo de probabilidade do século XVIII ao XIX. Nesse sentido, é válido mencionar os cálculos de média do matemático e estatístico belga Adolphe Quetelet, que resultaram em sua contribuição intelectual aos esquemas estatísticos, possibilitando a mudança de ações individuais aleatórias para a construção de agregados estáveis e comparáveis. No século XIX, a questão dos acidentes relacionados ao trabalho na Europa apresentou uma mudança da responsabilidade individual para a responsabilidade da firma garantir a seus funcionários. Ainda no final desse século, Desrosières descreve que os eugenistas biométricos ingleses, defensores da eugenia com base em argumentos construídos com referências científicas, acabaram por tornar necessária essa linguagem para seus opositores daquele momento histórico. Os termos dessa linguagem, que remontam aos períodos históricos retratados, constituiu-se como um dos atributos do Estado democrático indispensáveis para o debate público até os dias de hoje.

Essas transformações científico-políticas em torno das estatísticas tornaram-se importantes referências para políticas sociais e econômicas nos Estados Unidos pós-crise de 1929. Em suma, no início do século XX, os dados sobre a pobreza eram

informações importantes para orientar a ação do Estado, principalmente nos Estados Unidos na década de 1930 e na França na década de 1950, com o intuito de gerir a população. O principal ponto ao retratar o histórico da informação estatística, seja em suas transformações cognitivas ou administrativo-políticas, argumenta Desrosières, é que isso suscita investimentos técnicos e políticos, que constituíram uma linguagem comum na relação entre Estado e ciência. Em suma, a história das estatísticas é uma história coextensiva à construção do Estado (Bruno et al., 2016).

No plano econômico, mais ao final do século XX, vemos mudanças com o neoliberalismo que, segundo Foucault, terá como problemática central o exercício global do poder (Foucault, 2008). A população, por conseguinte, a vida da população que orientará as políticas: eis a biopolítica, a política da vida. O neoliberalismo é uma das transformações políticas e econômicas mais ressaltadas pela literatura no Estado recentemente. Enfatiza-se a especial influência em países como os Estados Unidos e o Reino Unido durante o final da década de 70 e início de 80 (Harvey, 2005). A forma que seus teóricos defendem o aumento das liberdades individuais, diminuição da intervenção do Estado e proteção da esfera privada (Brown, 2019).

Na interface do debate entre Estado, neoliberalismo e sexualidade, que a antropóloga Ochy Curiel menciona como os anos 80 foram ditos como “anos perdidos” para a América Latina. Ao descrever o contexto de democracia representativa, em que os representantes eram eleitos para governar com critérios de mercado, Curiel analisa como a Constituição de 1991 da Colômbia, na qual a palavra heterossexualidade não aparece, mas está dada: sem ter existência jurídica, produz efeitos, como uma *heteronación* (Curiel, 2013, p. 116). No Brasil, destaca-se o governo de Fernando Collor a dar início às transformações neoliberais, no período dos anos 90, que teve como efeito o que Evelina Dagnino (2004) denominou de “confluência perversa”. Esse processo ocorre entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal, operando deslocamentos de sentido sobre os significados de Sociedade Civil, Participação e Cidadania, em que estes são “despolitizados”. Sociedade Civil passa a remeter às ONG’s, Participação a mera “gestão” e Cidadania a “pobreza” e/ou como gerir a pobreza (Dagnino, 2004).

Nesse sentido, podemos interpretar a produção de estatísticas pelos movimentos LGBTI+ como um dos efeitos da dita “confluência perversa”, tendo em vista que tal

produção se orienta frente ao que estes segmentos sociais interpretam como ausência do Estado.

Na tese de Renato Sérgio de Lima (2005), o pesquisador evidencia que agências nacionais ou estaduais de estatísticas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscam uma objetividade quantitativa da realidade, em contraponto a órgãos ou setores das instituições de segurança e justiça criminal que valorizam discursos que abordam os usos individuais em detrimento dos agregados estatísticos. Em ambos os casos, de acordo com Lima, o foco está na produção de dados e não nos usuários. O que Lima aponta é o paradoxo do aumento dos estoques de dados, ao mesmo tempo em que há o reforço da opacidade das informações estatísticas nas práticas burocráticas (2005, p. 12). Tal contribuição é interessante ao pensarmos os “números LGBTI+”, em específico no caso do MAPPA LGBTI+, cujos dados foram produzidos, mas sem acessar usuários de serviços públicos e a população mais ampla.

Recentemente, têm havido reflexões acadêmicas dentro dos estudos de sociologia da quantificação sobre o conceito descritivo de “estatativismo”²¹, um neologismo que designa práticas militantes que atuam pelos números e pela produção alternativa de números (Didier, Bruno, 2019). Nesse sentido, um conceito de “estatativismo” mais amplo se refere a todas as práticas estatísticas cujo fim é a emancipação de uma autoridade, e um sentido mais restrito, cujo intuito é designar algumas das práticas reunidas e adaptadas ao tipo de poder exercido no âmbito da governamentalidade neoliberal (Didier; Bruno, 2021, p. 86).

É a partir desse enquadramento que podemos considerar o engajamento dos movimentos LGBTI+ na produção de estatísticas como uma prática que busca autonomia frente à ausência de dados governamentais. Nesse sentido, buscaremos traçar um histórico das estatísticas governamentais no Brasil na seção seguinte.

1.4. As estatísticas governamentais no Brasil

²¹ Ressaltamos a inspiração de “estatativismo LGBTI+” no uso de “estatativismo de gênero”, proposto pela pesquisadora Eugênia de Rosa (2014), com o intuito de designar a atuação de um conjunto de movimentos sociais que tem mobilizado politicamente os números.

No Brasil, a realização do primeiro recenseamento da população data de 1872²². Esse censo construiu categorias como sexo (homem e mulher), condição (livre ou escravo), estado civil, religião, nacionalidade, instrução (saber ler e escrever e analfabetos). Esse primeiro recenseamento foi realizado por grupos da Igreja Católica e, inclusive, reservava espaço para dados relacionados aos “defeitos físicos” da população recenseada. O recenseamento seguinte foi realizado em 1890, e do primeiro censo manteve-se a categoria sexo (biológico e binário) como central, uma estrutura que perdura até os dias de hoje.

Em sua tese, Alexandre Paiva Camargo (2016) trabalha com a hipótese de que “os dispositivos liberais de governo, como os censos e os mapas, permitem criar equivalências originadas na própria sociedade colonial, uma vez formulada a ideia de cultura nacional.” (Camargo, 2016, p. 136). Nesse sentido, o autor aponta que o início da produção de estatísticas governamentais no Brasil ocorreu devido a um internacionalismo estatístico, com relação ao aumento da demanda e oferta de estatísticas atreladas a uma noção de desenvolvimento (Camargo, 2016, p. 137).

Houve uma pressão internacional por informações a respeito da classificação de doenças tropicais e da situação epidemiológica de países considerados periféricos, inspirando convênios intergovernamentais. Resultado disso, foram acordos com fundações filantrópicas, como a Rockefeller, que atuava como braço sanitário dos Estados Unidos e combateu endemias rurais nas décadas de 1910 e 1920 (Camargo, 2016, p. 147). As estatísticas educacionais, por outro lado, permitiam medir a performance de cada país na área, mensurando a população alfabetizada, alunos que estavam inscritos em escolas, despesas que eram voltadas para educação (Camargo, 2016, p. 152).

A particularidade nacional do Brasil e a prova estatística do progresso eram definidas em termos raciais, tendo em vista que os dados demográficos permitiam documentar a existência de uma heterogeneidade étnica originária, que se confundia com o mito de origem da nação e das três raças formadoras da identidade nacional (Camargo, 2016, p. 157). Estas estatísticas nos primeiros censos brasileiros, diz o autor, como as taxas de fertilidade e mortalidade, buscavam realçar a capacidade reprodutiva

²² **Recenseamento do Brasil em 1872.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

dos brancos em relação a índios e negros (Camargo, 2016, p. 158). Nesse sentido, o silêncio sobre a explicação entre tal disparidade evidenciam que o discurso estatístico era mais determinado por pretensões internacionais do Brasil, do que pela criação de um referente capaz de justificar o aumento da intervenção do Estado (Camargo, 2016, p. 158).

Somente quarenta e seis anos depois da realização do Censo de 1872, em 1936, foi criado o IBGE, o órgão administrativo responsável pela produção dos censos nacionais. Os documentos do IBGE demonstram a centralidade das categorias “homem” e “mulher”, sob a rubrica da categoria sociodemográfica “sexo”, uma das únicas inalteradas desde a realização do primeiro recenseamento da população brasileira em 1872. Nesse primeiro momento, os dados eram produzidos por grupos da Igreja Católica, não pelo IBGE, mas podem ser encontrados em sua página na internet.

A metodologia do IBGE consiste na consideração de dados domiciliares e dos indivíduos que habitam a residência. Portanto, conceitos importantes são os de população residente e de domicílio. Parte dos dados coletados consiste na amostragem geral e parte na amostra, que irá amparar as inferências estatísticas. Durante o ano de 2022, quando foi realizado o último censo, após dois cancelamentos devido à pandemia de Covid-19, algumas notícias levantaram a relação tensa entre a instituição e a falta de reconhecimento da mensuração de orientação sexual e identidade de gênero em seus dados, bem como o subfinanciamento da pesquisa. A histórica ausência desses cruzamentos tornou-se ainda mais emblemática após diversas negativas por parte do IBGE de implementar tais critérios metodológicos e analíticos. A última que ganhou notoriedade foi a resposta ao pedido da Justiça Federal do Acre para que a inclusão fosse feita no Censo de 2022²³, com a justificativa de ausência de tempo hábil ou de que essas questões são de “âmbito íntimo e pessoal”. Essas notícias suscitam elementos que vêm sendo discutidos recentemente pelos movimentos LGBTI+, que pautam a ausência da coleta de informações a respeito de sexualidade nos questionários e dados obtidos pelo censo, e a permanência do critério binário de “sexo biológico”, em detrimento da identidade de gênero.

²³ **Sobre a decisão da Justiça Federal do Acre, o IBGE informa.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=34041>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Os pesquisadores Angelita Alves de Carvalho e Rafael Chaves Vasconcelos (2021) discutem as tensões em torno da inclusão da variável “orientação sexual” em pesquisas quantitativas de âmbito nacional. A primeira pesquisa que levou em consideração a possibilidade de inclusão foi a Contagem Populacional de 2007, que disponibilizou a possibilidade de preenchimento da variável “cônjuge de mesmo sexo”, mantida no Censo Demográfico de 2010. Contudo, destacam também as limitações da variável, que não considera indivíduos que não vivem em configurações matrimoniais, continua a não captar informações de gênero, e cujos dados relativos a tal variável não foram divulgados. Outra pesquisa que considerou tal possibilidade foi a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2019, não com um caráter censitário, mas fértil em suas possibilidades no campo voltado à saúde.

Ainda em debates que discutem os enquadramentos das pesquisas realizadas pelo IBGE e suas limitações, a antropóloga Eugênia Motta (2019) apresenta como a implementação da categoria “aglomerado subnormal”, em 1991 e 2010, produziu um enquadramento generalizador da representação da favela. Motta (2019) demonstra que a mudança da categoria ao longo do tempo se alarga e passa a objetivar outras realidades, carregando a representação que esses espaços sempre tiveram com a pobreza (2019, p. 79). Além disso, a autora evidencia como a própria noção de “domicílio” como realidade estatística marca a “anormalidade” das periferias, pois é caracterizada pela estrutura do local de moradia e pela família como “configuração ideal de indivíduos” que praticam a gestão dos recursos. Frente a esse contexto, Motta aborda uma experiência pioneira na favela da Maré que envolvia um autorrecenseamento, prática que pode ser considerada dentro do âmbito do estatativismo. As justificativas para a realização desses censos eram a insuficiência dos dados do IBGE para dar conta das especificidades e também a marginalização enfrentada pela população local.

A noção de domicílio opera a primeira fase de criação de uma população, ou seja, da ligação de uma quantidade de indivíduos a um determinado território, baseada no “isolamento” na gestão dos recursos necessários “à alimentação e à moradia”. Ela abarca também a ideia de “família”, configuração ideal desse conjunto de indivíduos. Uma das classificações dos domicílios se refere justamente ao estatuto familiar de seus moradores. Há, portanto, na realidade estatística do domicílio, relações definidas entre indivíduos, economia, família e espaços construídos. (Motta, 2019:81)

É neste enquadramento, que identifica a busca por uma produção autônoma de dados, caracterizada como um ativismo de dados, que podemos interpretar experiências como as do GGB, da ANTRA e do MAPPA LGBTI+. Retomando a ausência de gênero e de sexualidade nas estatísticas governamentais no Brasil, notamos aspectos políticos que caracterizam a centralidade da reprodução biológica, social e econômica nas mensurações das pesquisas censitárias. Ao invés de considerarmos que o pano de fundo é a busca por um “*retrato fiel do país*”, podemos trabalhar com a hipótese de que a dificuldade para a inclusão das categorias “orientação sexual” ou “identidade de gênero” está na perspectiva de controle e reprodução biológica. Nesse sentido, trata-se de questões políticas que envolvem a construção do Estado e da nação, “quem fica dentro” e é contado e “quem fica fora” e não é contado. Se, como vimos nas seções anteriores, os anos 2000 foram um período fértil no desenvolvimento da participação social como método de governo e a produção de uma “população LGBT” a ser visualizada pelo Estado (Aguião, 2017, 2017; Irineu, 2016), ainda visualizamos limitações na incorporação dessa população quando tratamos da questão dos dados governamentais.

Além disso, devemos levar em consideração que as categorias utilizadas pelo Estado podem ser demasiadamente engessadas e não acompanhar as transformações sociais. Aliados disso, homossexuais, bissexuais e demais identidades sexuais se enquadram nesses critérios binários e biológicos, sem que suas especificidades sejam reconhecidas. Já as identidades trans podem se enquadrar, tendo em vista o respeito por parte dos recenseadores ou de quem responde ao questionário ao seu gênero, ou serem desenquadradas, tendo também suas especificidades não reconhecidas.

Se há alguma forma de realizar a implementação de tais demandas nas estatísticas governamentais de abrangência nacional, como no Censo, uma das formas que se apresenta como viável é a aproximação com os movimentos LGBTI+, que têm operacionalizado a categorias de gênero e de sexualidade na realização de pesquisas que produzem números e estatísticas. Esses atores têm tido uma relação controversa com as estatísticas governamentais, no que se refere à inclusão das noções de orientação sexual e identidade de gênero em seus questionários e, consequentemente, nos resultados que produzem. A partir das questões levantadas até o momento, é possível compreender melhor a constituição dessas categorias de mensuração institucionais e seu

imbricamento em relações de poder, por um lado, e, ao mesmo tempo, o investimento na produção de pesquisas quantitativas pelos movimentos LGBTI+.

Tendo esses aspectos em vista, no capítulo seguinte, realizaremos uma recuperação de desenvolvimentos relacionados aos movimentos LGBTI+ brasileiros no plano nacional e no plano local do município de São Carlos e a atuação em espaços de formulação e reivindicação de demandas.

CAPÍTULO 2 – A construção da participação social dos movimentos LGBTI+: os espaços de formulação e reivindicação de demandas

Neste capítulo, buscamos recuperar as leis municipais voltadas para a população LGBTI+ em São Carlos, que foram instituídas a partir de 2008, em consonância com iniciativas em âmbito federal. Essas leis propiciaram avanços nas discussões de gênero e sexualidade, mas se demonstraram frágeis institucionalmente, tendo em vista a descontinuação dos projetos propostos a partir da metade da década seguinte e sua recuperação mais ao final da mesma. Nesse contexto, conforme argumentamos, há uma sociedade civil cujas iniciativas encontram dificuldades no diálogo administrativo-institucional.

Assim, como veremos pelos dados empíricos, o discurso de participação social é invocado por diversos atores em encontros promovidos pelo Conselho Municipal de Diversidade Sexual, que caracterizam a sociedade civil pelo ato contínuo de "sangrar". A metáfora traduz a situação da ausência de condições de efetividade, orçamento e memória administrativa-institucional. Ao final, iniciamos a descrição da experiência do Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+), a partir dos dados coletados pela observação participante nas reuniões do coletivo. Essas reuniões ocorreram quinzenalmente, entre o segundo semestre de 2021 e o início de 2022, em uma plataforma digital de chamadas por vídeo, devido ao contexto da pandemia de COVID-19.

No final dos anos 2000 e no início da década seguinte visualizamos a aproximação e o fortalecimento dos movimentos sociais por parte do Estado, resultados dos investimentos na participação social (Aguião, 2014; Irineu, 2019). Porém, no início dos anos 2020, período que cobre a presente pesquisa, têm apresentado um contexto dificultoso para a articulação política dos movimentos LGBTI+, vista como efeito da descontinuação das medidas tomadas no início do milênio.

2.1 Brasil e São Carlos: entre as conquistas legislativas, administrativos-institucionais para a população LGBTI+ e suas discontinuidades

O final dos anos 2000 e o início da segunda década do século XXI foi um período de relativas conquistas no âmbito judiciário e administrativo-institucional nas discussões de gênero e de sexualidade, tanto no contexto local da cidade de São Carlos quanto no contexto nacional do Brasil. Em 2004, foi criado o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH)²⁴, a primeira política pública LGBT no Brasil, no âmbito federal da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Embora o programa nunca tenha sido oficialmente publicado através de ato normativo (Irineu, 2019, p. 132), dele decorreram a realização das Conferências LGBT, a criação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, e o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT²⁵, publicado em 2009.

Tais medidas comporam o chamado “Tripé da Cidadania LGBT”, uma fórmula utilizada para expressar a implantação de medidas destinadas a promover a cidadania LGBTI+ em âmbito municipal, estadual e federal (Aguião, 2014). O BSH foi previsto no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que, de acordo com Bruna Andrade Irineu (2019; 2016), marcou a integração da política LGBT às contradições neoliberais²⁶, cujo início remonta ao governo de Fernando Collor e se intensifica nos governos posteriores, como o de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o de Luiz Inácio Lula da Silva. Essas contradições influenciam uma participação social contraditória, disputas orçamentárias e

²⁴ O programa é resultado da inserção do Brasil em discussões internacionais acerca dos Direitos Humanos. Podemos mencionar a criação do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, primeiro documento governamental a reconhecer “homossexuais” no âmbito dos Direitos Humanos (Facchini, 2009). Em 2001 ocorre a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) e no ano seguinte a segunda edição, o Plano Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), divulgada em 2002, que trazia 5 ações para contemplar “orientação sexual” a partir de políticas públicas. Contudo, ações em torno de reivindicações feitas pelos movimentos LGBT não chegaram a ser assumidas por nenhum órgão administrativo (Mello, Brito, Maroja, 2012, p. 408).

²⁵ **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

²⁶ Buscamos trabalhar as implicações das transformações políticas, sociais e econômicas do chamado neoliberalismo em interface com as políticas públicas. É válido mencionarmos que recentemente o pesquisador Alexandre Martins Nogueira (2020) trabalhou os efeitos de tais transformações em demandas de setores dos movimentos LGBTI+ na criminalização da LGBTfobia, que é fruto do investimento político em demandas focadas no poder judiciário. Nesse sentido, para o pesquisador as demandas pelo punitivismo são fruto da própria política do neoliberalismo

certa "desresponsabilização" por parte do Estado na execução das ações previstas. Embora o objetivo inicial do Programa fosse promover a cidadania LGBT, na prática, ele se provou frágil.

(...) a execução das ações direcionadas aos segmentos LGBT foram centralizadas nas mãos de ONG's de ativismo, o que, no decorrer dos anos, se distanciou consideravelmente de uma proposta de autonomia à sociedade civil ao desenvolver serviços sociais. (Irineu, 2019, 123:124).

Por outro lado, Irineu enfatiza que o BSH é ambíguo, pois, apesar de ser marcado pela fragilidade política, também possui um caráter de ineditismo global (Irineu, 2019, p. 134). A pesquisadora argumenta que há uma baixa institucionalização da política pública LGBT, uma característica que pode ser expandida para a política de Direitos Humanos de modo geral. Nesse sentido, a arena LGBT brasileira é marcada pela política *gay-friendly*²⁷ da boa vizinhança, caracterizada pelo personalismo político e pela homofobia cordial²⁸. Tal característica implica, segundo a autora, um foco nas disputas terminológicas e um acirramento das políticas de identidade para este segmento.

As Conferências LGBT foram previstas como parte da implementação do BSH e propunham a criação de espaços de negociação indireta entre o Estado e a sociedade civil. A instituição da I Conferência Nacional GLBT se deu por meio de um decreto presidencial de Lula em sua segunda gestão e ocorreu em Brasília, em junho de 2008 (Aguião, 2014). Na cidade de São Carlos, foi em 26 de março de 2008 que houve a oficialização da primeira lei municipal voltada à população LGBTI+, também na segunda gestão do então prefeito Newton Lima Neto (PT). Trata-se da Lei nº 14.417²⁹, de autoria de Silvana Donatti (PT), que instituiu a realização da I Conferência Municipal de Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais (GLBTT). Nos sete artigos que compõem a lei, há determinações de que a Conferência deveria ser um fórum de

²⁷ "Amigável à pessoas gays", em tradução literal, também é sinônimo de "*LGBTQ+ friendly*", termo que explicita a forma pela qual determinadas políticas ou espaços de consumo se caracterizam por, de forma ambígua, buscar agregar esse grupo, sem de fato atender à demandas substantivas.

²⁸ Berenice Bento (2014) também irá ressaltar esta característica ao analisar a política de nome social, uma solução especificamente brasileira para o reconhecimento administrativo-institucional do nome de pessoas trans, que seguiria certo padrão das políticas LGBTI+ no Brasil, em que "(...) a votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E assim se garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos." (Bento, 2014:3).

²⁹ **Lei Municipal nº 14.417**. Disponível em:

<https://file.camarasaocarlos.sp.gov.br/70792/lei/arquivo/CODIGOLEI_16965.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

debates, com periodicidade de dois anos, cujo objetivo seria "*a construção de uma sociedade sem homofobia*", com verbas para a realização de atividades sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Essa I Conferência ocorreu em 17 de maio de 2008, em São Carlos, com o tema "*Direitos Humanos e Políticas Públicas – O caminho para garantir a cidadania GLBTT*" e contou com discussões em diferentes eixos temáticos.

Para Guilherme Efraim Vergili (2016), a lei foi um reflexo local do decreto presidencial, com a característica distintiva de pontuar a obrigatoriedade da realização da Conferência a cada dois anos, de maneira independente das esferas estadual e nacional. Embora convocasse diversos setores dos movimentos sociais LGBTI+, ainda não havia, naquele momento, uma pluralidade de iniciativas, que passaram a ocorrer e construir o que veio a ser conhecido como “movimento LGBT de São Carlos”. Em 21 de novembro do mesmo ano, foi sancionada a Lei nº 14.785³⁰, também de autoria de Donatti, que instituiu o dia 17 de maio como o “*Dia Municipal de Luta Contra a Homofobia*”, uma data simbolicamente escolhida devido à desvinculação da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrida em 1990.

De acordo com Vergili (2016), essas leis produziram uma representação oficial da "homofobia" como um problema local, além de fortalecer uma comunidade política que se mobilizava em torno das pautas de gênero e sexualidade. Para o pesquisador, a vereadora Silvana Donatti desempenhou um papel importante no momento mais crítico da primeira gestão do petista Newton Lima, consolidando-se como uma das principais articuladoras do governo municipal na gestão seguinte (Vergili, 2016:83). Nesse sentido, o pesquisador evidencia que houve uma janela de oportunidade devido à consonância da sigla partidária em âmbito federal e municipal, o que permitiu o desenvolvimento de tais avanços legislativos. É nesse contexto favorável, tanto local quanto nacionalmente, que surgem as leis e políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade em São Carlos e no Brasil.

³⁰ **Lei Municipal nº 14.785.** Disponível em: https://file.camarasaocarlos.sp.gov.br/70792/lei/arquivo/CODIGOLEI_17311.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

No ano seguinte, em 2009, foi sancionada a Lei Municipal nº 15.073³¹, de autoria do vereador Lineu Navarro (PT), pelo prefeito Oswaldo Barba (PT), que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos de LGBT. A lei o definia como um “*órgão consultivo vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social*”, que deveria “*propor, deliberar, contribuir e fiscalizar as políticas relativas aos direitos LGBT*”, além de ser um espaço aberto ao debate. O Conselho foi o primeiro componente do chamado Tripé da Cidadania LGBT a ser implementado no município e deveria ser composto por integrantes da sociedade civil e do poder público, que poderiam ser do governo municipal ou da gestão pública (Vergili, 2016:67). O segundo componente do Tripé a ser implementado seria a Divisão de Políticas para a Diversidade Sexual, criada a partir do Decreto 295, em 1º de julho de 2011, dois anos após a criação do Conselho. A Divisão foi alocada no Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e seria responsável pela viabilidade institucional do Conselho e das demais políticas voltadas à população LGBTI+ (Vergili, 2016:67). O terceiro componente seria o Plano Municipal de Políticas para a Diversidade Sexual, instituído pelo Decreto nº 96, de 18 de março de 2012. O Plano consistia em dezenove pontos debatidos coletivamente sobre diretrizes das políticas de diversidade sexual e de gênero, mas nunca chegou a ser oficialmente implementado.

- 1) Promover a ampla difusão do conhecimento sobre diversidade sexual e direitos da população LGBT, a fim de combater a homofobia e levar o conhecimento a diversos setores da sociedade; 2) Realizar atividades de formação com a população são-carlense, em especial servidores públicos que visem o combate à homofobia; 3) Realizar campanhas que combatam a homofobia e divulguem leis e direitos já garantidos da população LGBT; 4) Promover ações que visem garantir que travestis e transexuais tenham sua identidade de gênero e seu nome social respeitados; 5) Fomentar e apoiar grupos que tenham como finalidade a discussão sobre diversidade sexual e o combate a homofobia; 6) Efetivar a Divisão de Políticas para Diversidade Sexual como órgão articulador de políticas públicas entre todas as Secretarias e Coordenadorias do município e centralizador das denúncias de homofobia; 7) Criar mecanismos que permitam mapear os casos de homofobia do município; 8) Desenvolver ações ; 9) Fomentar a inclusão da população LGBT em ações desenvolvidas no âmbito das políticas de fomento à economia solidária; 10) Fomentar ações que combatam a discriminação no mercado de trabalho, como capacitações e campanhas educativas; 11) Realizar formação continuada de profissionais ligados à área da educação; 12) Fomentar ações que visem ampliar o acesso ao atendimento nos equipamentos públicos municipais, garantindo o respeito a população LGBT, acolhimento com qualidade e não discriminatório; 13) Incluir nos prontuários de atendimento os campos: Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Nome

³¹ **Lei Municipal nº 15.073.** Disponível em: https://cache.gtp.net.br/index.php?/70792/lei/arquivo/CODIGOLEI_18055.pdf. Acesso em 24 jul. 2024.

Social; 14) Realizar ações voltadas a população LGBT, que informem dos riscos do uso do silicone líquido e hormonoterapia feita sem acompanhamento médico, bem como divulgar serviços oferecidos pelo poder público nessa área; 15) Realizar ações que visem fortalecer a participação e a representação da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas instâncias de controle social do SUS; 16) Garantir, por instrumento de lei, no calendário oficial do município, a Parada do Orgulho LGBT e o mês da diversidade, bem como previsão orçamentária; 17) Fomentar ações que visem resgatar a memória cultural LGBT; 18) Estimular ONGs que trabalham, direta ou indiretamente, com a população LGBT para integrar ações na área cultural; 19) Incentivar uma cultura de esporte que inclua LGBTs em todas as práticas esportivas de maneira não discriminatória.

Na perspectiva da antropóloga Silvia Aguião (2014), podemos visualizar a notoriedade que adquiriram a I e a II Conferência, que produziram um campo de direitos e uma “*população LGBT*” no Brasil, a ser visualizada e gestada pelo Estado. Para Aguião (2014), o contexto desse período histórico possibilitou a criação de espaços institucionais para as discussões e demandas dos movimentos LGBTI+, processo que evidenciou a coprodução de categorias de gênero e sexualidade entre movimentos sociais, Estado e acadêmicos. Apesar dessas considerações, da primeira à segunda Conferência, que ocorreu em dezembro de 2011, são diferentes as percepções da sociedade civil. Se na I houve uma forte crença no governo, que estava construindo pioneirismo internacional no debate, na II houve um visível descontentamento e críticas ao governo devido a certas discontinuidades. Irineu (2019) destaca que o primeiro ano do governo de Dilma Rousseff foi marcado pelo veto ao Projeto Escola Sem Homofobia³², que gerou conflitos de cunho religioso e críticas por parte dos movimentos LGBTI+ em relação às concessões que foram feitas.

Portanto, no final dos anos 2000, como pudemos visualizar a partir das leis, políticas e reflexões acadêmicas recuperadas, tivemos um período no qual houve certa articulação de iniciativas federais, estaduais e municipais de diálogo entre Estado e os movimentos LGBTI+. Tais iniciativas são fruto de uma aproximação mais ampla entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois primeiros governos com os movimentos sociais. Em São Carlos, as inovações legislativas mencionadas fizeram com que a cidade fosse considerada referência por seu pioneirismo nacional na promoção de

³² O Projeto Escola Sem Homofobia, buscou produzir a iniciativa de promoção da diversidade sexual e de gênero em escolas brasileiras, a partir da parceria do Brasil Sem Homofobia com o Ministério da Educação, recebendo pelos opositores políticos o nome pejorativo de “Kit Gay”, teve ampla repercussão nacional (Leite, 2014).

políticas públicas voltadas ao público LGBT local, através da atuação do movimento social, da recém-criada ONG Visibilidade LGBT, conjuntamente com a administração pública.

O Tripé de Cidadania LGBT (2009-2014) possibilitou a articulação de ONGs, projetos culturais, do CMDS, e a realização da Semana da Cidadania LGBT, com a Parada LGBT como encerramento (Vergili, 2016). As discussões que ocorriam em escala municipal eram então levadas para o âmbito estadual e, posteriormente, federal. Esses fenômenos locais são consonantes com os acontecimentos nacionais em torno dos debates LGBTI+, que presenciaram a produção de um campo de direitos e de inovações em termos de políticas públicas (Aguião, 2014; Irineu, 2019).

Seguindo as contribuições de tais análises, consideramos a importância dessas leis e aparatos institucionais criados para lidar com a população LGBTI+, assim como sua influência na produção do próprio movimento local e nacional. Nesse sentido, como aponta Aguião (2014), esses processos produziram identidades, disputas e o próprio movimento social que, naquele momento político favorável, chegava a ocupar cargos de gestão. Contudo, o período de intensificação do conservadorismo no Brasil e, em específico, na cidade de São Carlos, tornou difícil a continuação dos projetos institucionais associados à população LGBTI+. Durante o governo do prefeito Paulo Altomani (PSDB), que se elegeu nas eleições de 2012 e tomou posse em 2013, houve a descontinuação das Conferências e a desativação do CMDS. Nesse sentido, ressaltamos que, após o primeiro período de políticas e debates institucionais sobre a temática de gênero e sexualidade, descritos acima, a partir de 2015, notamos refreamento nessas discussões em tons favoráveis aos movimentos sociais.

Em 31 de agosto de 2016, concluiu-se o processo que culminou no golpe da presidenta Dilma Rousseff. Jair Bolsonaro (então PSL, atualmente PL) se elegeu em 2018, tendo seu governo marcado por declarações que enfatizaram como a população LGBTI+ se caracterizava como seu inimigo político³³ e da descontinuação de aparatos e discussões que incluíam esta população em discussões no âmbito dos Direitos

³³ **Bolsonaro afirma que pautas LGBT “destroem” a família e comemora ações na mão de Mendonça.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4976459-bolsonaro-afirma-que-pautas-lgbt-destruem-a-familia-e-comemora-pautas-na-mao-de-mendonca.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Humanos³⁴. Os aparatos institucionais só são recuperados oficialmente em São Carlos outubro de 2019 quando, através do Decreto nº 453, o prefeito Airton Garcia (então PSB, atualmente PSL) retoma a 4ª Conferência Municipal de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no penúltimo ano de seu primeiro mandato. O Conselho de Diversidade Sexual foi reativado nesse mesmo ano, através de pressão realizada pela sociedade civil em parceria com a Comissão da Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero da OAB. No ano de 2020, presenciamos a pandemia de COVID-19, que impôs dificuldades para a mobilização, participação social e efetivação de ações pelo Conselho³⁵, tendo em vista as medidas de restrição tomadas para prevenção do contágio.

Mesmo assim, conforme informou o presidente do Conselho à época, houve suporte institucional do Departamento de Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Cidadania, para o acompanhamento dos pensionatos locais, que consistiu na entrega de cestas básicas para a “*população LGBT vulnerável*”. É importante destacar que o Departamento era composto, à época, de um funcionário nomeado e uma estagiária para lidar com todas as vertentes da política de Direitos Humanos local.

No ano de 2021³⁶, a Lei Municipal nº 20.268³⁷, de autoria do vereador Djalma Nery (PSOL), alterou a anterior de Silvana Donatti e instituiu no Município de São Carlos o “*Dia Municipal de Luta Contra a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia*”. Embora tenha relevância simbólica por renovar os termos que designam o

³⁴ **Bolsonaro exclui LGBT de diretrizes de Direitos Humanos.** Disponível em: <https://andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-exclui-LGBT-de-diretrizes-de-direitos-humanos1>. Acesso em: 24 jul. 2024.

³⁵ Tais considerações são feitas com base no diálogo com interlocutores que integram o Conselho Municipal de Diversidade Sexual, assim como se fizeram presentes nos dados de campo. A participação, nesse contexto, além de requerer a tradicional construção de vocabulários políticos compartilhados, a produção de documentos e processos de construção coletiva, naquele período requeriam recursos tecnológicos, como celulares ou computadores com acesso à internet. Nesse sentido, esses elementos tecnológicos se tornam pressuposto da participação social, sobrepondo-se aos elementos burocráticos e se tornando condicionantes da mobilização política.

³⁶ Em 12 de novembro de 2021 também foi instituída a Lei nº 20.398, de autoria do vereador Elton Carvalho, cujo intuito era o de garantir o direito de grupos familiares “homoafetivos” à inscrição em programas habitacionais. O interessante sobre essa lei, é que invoca a “homoafetividade” dentro de um guarda-chuva mais amplo que se refere a população “LGBT(I)+”. Disponível em: <https://cache.gtp.net.br/index.php?/70792/lei/arquivo/CODIGOLEI_64849.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

³⁷ **Lei Municipal nº 20.268.** Disponível em: <https://cache.gtp.net.br/index.php?/70792/lei/arquivo/CODIGOLEI_64718.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

tipo de violência e preconceito motivado por diferenças de gênero e de sexualidade, devemos considerar que tal lei continua seguindo certo padrão de políticas e leis que não produzem mudanças substantivas na vida cotidiana de pessoas LGBTI+. Nesse sentido, continua o padrão de políticas “*LGBTfriendly*” (Irineu, 2019).

Em 2022, houve o resgate da Lei da Semana de Cidadania LGBT, momento no qual propiciou-se certo retorno às atividades propostas para a realização de atividades de gênero e sexualidade na cidade: a realização da pré-Conferência Municipal em 18 de janeiro e da Conferência Municipal LGBT em 25 de junho. Entretanto, para tornar visíveis as dimensões relacionadas aos efeitos que a descontinuação das políticas LGBTI+ teve, retomaremos o evento de divulgação da programação da Semana da Cidadania LGBT que ocorreu em 13 de abril, momento no qual se discutiu como o Conselho estava “*sangrando*” pela ausência de participação da sociedade civil.

2.2. O Conselho Municipal de Diversidade Sexual “*sangrando*”

Foi numa quarta-feira, no dia 13 de abril de 2022, às 14h, que ocorreu um evento de apresentação da programação da Semana da Cidadania LGBTQIAP+, que seria realizada em junho, na Câmara Municipal de São Carlos, promovido pelo Conselho Municipal de Diversidade Sexual. Enquanto subia as escadas para ir até a sala de sessões, reparei em um pano que cobria parte da porta, com uma estampa pintada do Santo Sudário em frente a uma das salas do prédio. Esse elemento religioso adornando o espaço institucional é digno de nota, pois será mencionado mais à frente na fala de uma vereadora presente no evento.

Após entrar na sala de sessões e me sentar, uma guarda municipal me entregou uma folha com os campos “*nome*”, “*instituição*” e “*e-mail*” para assinar. Gustavo Enrique Costa, o presidente do conselho à época, me entregou uma pasta volumosa com o cronograma do encontro e perguntou de onde eu era. Respondi que cursava Sociologia na UFSCar, ao que ele disse estar feliz com a minha presença, pois têm tentado aproximar as pessoas da Universidade do Conselho. Pouco tempo depois, Maria³⁸,

³⁸ Este é um nome fictício. Optamos por utilizar nomes fictícios em interlocutores que não são facilmente identificáveis. Os nomes de políticos e pessoas que ocupam cargos administrativo-institucionais não serão tornados fictícios, tendo em vista sua fácil identificação.

colega do MAPPA LGBTI+, chegou e comentou que o encontro “*está um arraso*”, pois chamaram até a Fillipa Brunelli (PT)³⁹, vereadora de Araraquara, que andava pelo espaço vestindo uma blusa rosa e com tranças brancas no cabelo. Ela me perguntou se eu a conhecia e respondi que sim, mas que nunca a havia visto pessoalmente.

O presidente do CMDS chamou Maria para representar o MAPPA LGBTI+ na mesa de autoridades, que ficava de frente para o público, e ela acabou se sentando ao lado de Fillipa Brunelli. A presidência do Conselho ficou ao centro da mesa; à esquerda ficaram os representantes do poder público presentes: os vereadores Djalma Nery (PSOL), Raquel Auxiliadora (PT) e Professora Neusa (Cidadania); à direita ficaram a representante da Guarda Municipal, Ana Zabeu, representante dos Direitos Humanos, Hamilton Vieira, o conselheiro da Secretaria da Educação. A referência aos cargos institucionais que cada pessoa ocupa em apresentações e falas, como veremos a seguir, é comum em espaços de discussão administrativos-institucionais como este e é uma característica ressaltada também por Aguião (2014). Nesse sentido, os enquadramentos institucionais, como os campos de “*nome*”, “*instituição*” e “*e-mail*”, são utilizados para identificar e categorizar os participantes que fazem parte dos eventos. Enquanto Maria foi facilmente identificada como integrante do MAPPA LGBTI+, um coletivo que compunha os movimentos LGBTI+ locais naquele período, eu me identifiquei como alguém da “Universidade”. Classificações como “gestão pública”, “movimento social” e “academia” produzem sentidos relacionais, reificados no cotidiano e a partir dos quais os sujeitos se posicionam no espaço (Aguião, 2014)⁴⁰.

O presidente do Conselho deu início ao evento fazendo um breve histórico da sua trajetória de militância e de aspectos de sua trajetória pessoal, como seus esforços voltados às “*travestis marginalizadas*” em situação de rua, sua origem do Mato Grosso e sua formação em pedagogia. Ao retratar sua trajetória no Conselho, enfatizou como

³⁹ Filipa Brunelli Iani foi eleita a primeira vereadora trans de Araraquara nas eleições de 2020, pelo Partido dos Trabalhadores, com o total de 1.119 votos, tendo iniciado seu mandato no ano seguinte e com vigência até dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.camara-arq.sp.gov.br/Vereador/Listar/221>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁴⁰ Ao trabalhar dados etnográficos de sua participação na implantação do Programa Rio Sem Homofobia, Sílvia Aguião (2014) aponta como os posicionamentos constantes que iam sendo realizados e criavam relações de sentido: “À ‘universidade’ caberia o saber acadêmico, mais reflexivo, e também o saber técnico concernente a áreas de formação específicas dos profissionais que atuavam nos centros, tido como mais instrumental e operativo. Já à ‘gestão pública ou ao gestor público’ caberia o saber político-administrativo, de cunho mais pragmático e resolutivo. A nenhum dos dois caberia aquilo que seria considerado, não menos estereotipadamente, como característico do ‘movimento social’: a mobilização apaixonada, a impulsividade e a improvisação livre diante dos imprevistos que por ventura se apresentem no dia a dia de uma instituição.” (Aguião, 2014, pp. 117-116).

sua gestão enfrentou um conselho “*sangrando*” e que estava retomando o projeto de participação social com caráter sugestivo e propositivo. A metáfora do Conselho sangrando remete à falta de participação da sociedade civil e à consequente dificuldade de construir diálogos entre esta e o poder público.

A próxima a falar foi a representante do CRDH, que compreende auxílio a quatro Conselhos: Idosos, Mulheres, Negros e LGBTI+. Ela disse que está há três meses com a missão de resgatar a participação da sociedade civil, pois esta “*é necessária*”. A gestora também ressaltou que há demandas requeridas pelo movimento social que já existem, como: 1) ensino de diversidade sexual nas escolas, que já existe nacionalmente; 2) o uso do nome social, para o qual também já existe legislação, “*por que não está acontecendo?*”, questiona. Também mencionou a demanda relativa ao 3) ambulatório médico e salientou que a “*sociedade civil tem que pressionar*” para que aconteça. Ela prosseguiu sua fala dizendo que em 2015 o Ministério Público obrigou a prefeitura a extinguir órgãos que já existiam em níveis de divisão⁴¹, mencionando como exemplo o órgão gestor das mulheres e do LGBT. A representante afirmou que foi por esse motivo que a Divisão de Políticas para Diversidade Sexual, criada no governo de Oswaldo Barba, foi descontinuada.

“*Não basta eu, setor de Direitos Humanos; temos que ter a participação da sociedade civil*”, ela menciona. “*Não posso eu, Ana, mulher branca, cis, privilegiada, falar no lugar de...*”. Também ressaltou que o Conselho de Diversidade Sexual estava “*sangrando*” com o distanciamento da sociedade civil. Nesse esquema, a partir de sua visão como funcionária pública, revisitamos a relação de sentido que posicionaria que a sociedade civil precisa ser participativa e reivindicativa, os funcionários públicos serem executores e o poder público, formulador de políticas públicas.

A vereadora Raquel Auxiliadora, próxima a falar, iniciou pontuando que o início da destruição das políticas de diversidade sexual e de gênero se deu no governo do prefeito Paulo Altomani (PSDB), o que acabou tornando a vida de “*pessoas que amam outras pessoas*” mais difícil. O vereador Djalma Nery mencionou como é “*difícil ter que defender o óbvio em 2022*”, referindo-se aos Direitos Humanos no geral e das pessoas LGBTI+, em específico, e mencionou a aprovação da Lei Municipal nº 20.268 de combate à bifobia, lesbofobia e transfobia. Além disso, ele mencionou a função dos

⁴¹ Isto se refere a alterações em níveis hierárquicos da administração pública e de uma portaria que teria impedido que pessoas da sociedade civil fossem indicadas a cargos de confiança.

aliados à causa LGBTI+, que é uma luta de todos, uma “(...) *luta civilizacional*. Quando damos um passo para trás, os adversários dão um passo para a frente.” A última representante do poder público a falar foi a vereadora Professora Neusa, que deu uma “*boa tarde a todes*” e mencionou situações de pessoas LGBTI+ em sua família.

É interessante pontuarmos que dos vinte e um vereadores da cidade de São Carlos, apenas três são mulheres. Duas delas estavam presentes no dia deste evento. Dos dezoito homens restantes, apenas um estava presente no encontro. Em outras palavras, a partir dos dados, podemos evidenciar como a pauta de gênero e de sexualidade conseguiu maior apoio local entre políticos alinhados à esquerda e, historicamente, a candidaturas do PT. Além disso, de maneira geral, conseguiu um maior apoio entre as mulheres. Se em 2008, momento das primeiras leis voltadas à população LGBTI+ local, o PT era maioria no executivo com cinco assentos, na gestão seguinte, de 2009 a 2012, esse número se reduziu para três. Na linha temporal proposta pela vereadora do PT, o início da “*destruição das políticas*” de gênero e sexualidade remonta ao governo de Paulo Altomani, que se elegeu nas eleições de 2012, iniciou seu governo em 2013 e continuou até 2016. Esse período compreende também uma fase de acirramento da dificuldade na articulação de projetos políticos voltados à “população LGBTI+”. O vereador do PSOL exprime um alinhamento às discussões de gênero e sexualidade no âmbito de uma “*luta civilizacional*”, em que o progresso estaria associado à implementação das demandas da população LGBTI+.

No discurso dos vereadores, representantes do poder público, a busca pela aproximação com a população LGBTI+ e suas demandas é caracterizada pela afeição e pelo apoio à pauta por seu aspecto simbólico. Essa característica na fala dos vereadores remete às dimensões da política “*gay-friendly da boa vizinhança*” ou “*LGBTfriendly*”, noção explorada por Irineu (2019), que é definida pelo personalismo político. Nesse sentido, a arena LGBTI+ local é marcada pela falta de representatividade no poder executivo, por discursos pessoalizantes que buscam produzir empatia, como “*eu tenho uma pessoa LGBTI+ na família*” ou, como veremos na fala seguinte, na expressão que se tornou senso comum em um vocabulário de respeito às diversidades: “*quebrar o tabu*”. Tal fala, pode ser vista como uma característica dos efeitos desse tipo de construção gramática da política, como aponta Irineu, que são a ausência de elementos técnicos para orientar o debate e a construção de políticas públicas.

A próxima a falar no evento foi a Secretária do Trabalho, que pediu desculpas pelo atraso, que se deu por conta de uma “agenda”, e agradeceu à presidência do Conselho pelo convite. Ela mencionou a existência de diversos preconceitos e apontou a necessidade de “(...) *políticas públicas para quebrar esse tabu*”. O próximo foi Hamilton Vieira, representante da Secretaria Municipal de Educação, que seguiu a lista de falas e disse: “(...) *Vocês não sabem a emoção que é ver uma aluna trans ser chamada pelo seu nome na formatura!*”. Ele falou sobre as discriminações que ocorrem com homens gays e com mulheres lésbicas, com o intuito de discutir o lugar da diferença nas narrativas. Em suma, buscou endossar uma perspectiva da “*cidadania da existência*” nas políticas públicas que leve em conta as diferenças. O discurso desses dois funcionários públicos acabou seguindo por certa redundância, comum a eventos institucionais como esses, que reiteram a existência de preconceitos e discriminações e são marcados pela afeição, elemento que reifica o respeito às diferenças⁴² como um valor mais afetivo, do que em termos de políticas públicas.

É a vez de Maria falar no púlpito: “*Sou travesti, moro aqui em São Carlos há 8 anos...*”, menciona o mapeamento realizado pelo MAPPA LGBTI+, que alcançou perto de 400 respostas, “*umas 380, né?*” e aponta com a cabeça em minha direção. Confirmo em resposta a ela. “*Contando uma historinha também...*”, em referência às falas antecedentes, fala de forma crítica a um atendimento com uma sexóloga pública, que lhe perguntou: “*Desde quando você sabe que nasceu em um corpo errado?*”. Maria falou que esperava que as autoridades envolvidas, ao invés de apenas contar histórias, propusessem medidas efetivas. A ênfase pode ser compreendida como o cumprimento de uma função específica destinada aos cargos de “gestão pública” que ocupam. No final de sua fala, pede “*desculpa por qualquer coisa*”. A referência aos números exatos do mapeamento, indicada a mim, suscita a posição do saber acadêmico, tendo em vista minha participação no movimento, a partir da contribuição na análise dos dados. Por fim, as “desculpas” ao final de sua fala, podem ser lidas pelos constrangimentos que espaços institucionais como a Câmara Municipal podem gerar na “sociedade civil”.

⁴² Apesar da importância do reconhecimento das diferenças, retomamos Nancy Fraser (2007): tanto reconhecimento, quanto redistribuição econômica são fundamentais para a compreensão das reivindicações de justiça no contexto social contemporâneo. Não só o reconhecimento das categorias morais demandadas pelos movimentos LGBTI+ são estratégias necessárias, mas também a redistribuição ética dos recursos econômicos. A cidadania, portanto, tem como pressuposto a conjunção entre reconhecimento e a possibilidade do exercício político, através da redistribuição, que pode ser de participação paritária, pois as pessoas podem ser impedidas de atuarem como pares na interação social, por conta de estruturas econômicas, por hierarquias de valor cultural ou de ter voz em decisões públicas e democráticas (2007, p. 130).

Quando é a vez da vereadora de Araraquara, Fillipa Brunelli, ela começa saudando Exú como uma referência à “*laicidade*” do Estado. Ela então demonstra, e eu não havia percebido até então, a enorme cruz que fica no centro da sala de sessões. Fillipa ressalta a necessidade de nos articularmos, pois “*nossos opositores sabem se articular*”. Agradece e saúda todos os vereadores e se refere a cada um pelo nome. Também agradece a *drag queen* Bia Karan⁴³, presente na plateia e fala sobre Marsha P. Johnson⁴⁴, travesti negra, exemplo a partir do qual comenta como o HIV/AIDS não é apenas uma questão para “*nós LGBTQIA+*”. Fillipa retoma a conversa que estava tendo com a presidência do Conselho, pouco antes do início do evento, em que Gustavo, o Presidente, havia falado com ela sobre ter conquistado algo em termos de Conselho. Ela diz que, claro que conquistaram, “*vocês ocuparam uma sala e encheram de transviado e sapatão*”. Fillipa salientou o papel dos vereadores, eleitos democraticamente, representantes da sociedade civil e questiona como irá ocorrer a reiterada participação da sociedade civil: “*se nem o passe dão para participar*”. Fillipa diz que “*nós*” não temos que implorar por nada, que é: “*Direito dado, Direito consolidado*”.

A vereadora de Araraquara mencionou que “*10% do PIB é da comunidade LGBTQIA+*”, o que explicita a importância entre a quantificação para a construção de argumentos para legitimar a população referenciada enquanto público-alvo de políticas públicas. Filipa também falou da inauguração do Ambulatório Trans em Araraquara, que iria ocorrer em breve, e apontou limitações na atuação do Conselho. Nesse sentido, questionou: “*onde já se viu um conselho que é apenas consultivo e não deliberativo?*”. Além disso, também mencionou que apenas Campinas e Araraquara são municípios onde a deliberação ocorre. Podemos acrescentar a isso que, em contraste com a cidade

⁴³ Bia Karan é uma *drag queen* reconhecida na cidade de São Carlos, tendo apresentado diversas vezes as Paradas do Orgulho LGBT, como as que ocorreram entre 2009 e 2014, assim como outros eventos públicos voltados para a população LGBTI+.

⁴⁴ Marsha P. Johnson (1945-1992) foi uma travesti estadunidense, que ficou conhecida pelo seu ativismo contra a violência policial e em prol dos direitos LGBTI+. A história da vida de Marsha se popularizou por meio de um filme produzido pela plataforma de streaming Netflix, intitulado “The Death and Life of Marsha P. Johnson” [A vida e a morte de Marsha P. Johnson] (dir. David France, 2017). No Brasil, Brenda Lee (1948-1996) foi uma travesti brasileira, que nasceu no Pernambuco e se mudou para o bairro do Bixiga, na região central da cidade de São Paulo, na Rua Major Diogo, nº 779, onde abrigou travestis em situação de vulnerabilidade, como vítimas de violência, expulsão da casa dos familiares consanguíneos ou soropositivas (Nicolau, , p. 17). Esse espaço fornecido por Brenda Lee foi uma das primeiras casas de apoio para pessoas com HIV-AIDS no Brasil, ficou conhecido como “Palácio das Princesas” e a ativista chegou a firmar convênios e parcerias com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. A história de Brenda se tornou um espetáculo de teatro intitulado “Brenda Lee e o palácio das princesas” (dra. Fernanda Maia).

de São Carlos, até aquele momento Araraquara⁴⁵ e Campinas também eram os dois únicos municípios do interior paulista a possuírem um Centro de Referência LGBT, além de São Paulo, capital do Estado.

O Governo Federal do Presidente Jair Bolsonaro, de acordo com ela, teria excluído a pasta LGBT do Ministério da Saúde, o que significava que a Cartilha dos Homens Trans também havia sido retirada. De acordo com ela, essas eram pequenas enunciações que anunciam a tragédia global: *“A burocracia foi feita para impedir nossa população de acessar a política. Eu entendo porque sou tão atacada, porque a sociedade de Araraquara está tendo que lidar com uma travesti dando pitaco no plano diretor da cidade. Transrevolucionando a política, que não quer apenas representatividade de carcaça”*. Muitas palmas se seguem.

Se o início dos movimentos LGBTI+ foi marcado por conflitos intensos com relação ao Estado e ao poder público, como evidenciado pela pesquisa de Alexandre Martins Nogueira (2020), no contexto contemporâneo o direcionamento de críticas ao Estado e a demanda pela integração via políticas públicas parece ter se tornado uma característica na forma de atuação. Esta conformação impõe dilemas à ação política, pois, como vimos a partir da descrição acima, o contexto institucional é construído de maneira ambígua. A divisão dos atores em funções específicas que passam de sociedade civil, para poder público, à administração pública fica evidente a partir das descrições. Isto pode ser visto nas expectativas em torno do desempenho da sociedade civil, que é chamada constantemente à participação social pelos funcionários públicos e à reivindicação de ações do poder público. Esses, por sua vez, têm o caráter de execução de ações pela administração pública, que deve ser orientada pelas demandas dos movimentos sociais.

A construção mútua desses atores e posições é visível nos dados descritos, a partir das relações de significados atribuídos às suas diferentes posições sociais. Além disso, o esforço por conexões políticas locais também fica evidente nos trânsitos, tendo em vista a participação da vereadora de Araraquara, Filipa Brunelli. Dentro das comparações da

⁴⁵ Além desse aspecto, o município de Araraquara apresentou um projeto robusto de políticas para a “população LGBT” nos últimos anos através da implementação do Projeto de Lei nº 163/2018, em que institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para a População LGBT. O Plano foi elaborado na ocasião da 2ª Conferência Municipal LGBT (LGBTQIA+), em 28 de abril de 2018 e a partir dele, houve o planejamento com vinte e duas diretrizes a serem implementadas de 2018 a 2021, distribuídas nas seguintes áreas: Enfrentamento contra a violência LGBTI+ e Segurança Pública; Educação e Geração de Trabalho e Renda; Cultura e Lazer e Saúde. Disponível em: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/Documentos/Documento/198906>. Acesso em: 24 jul. 2024.

participação social, São Carlos, que obteve certo “*pioneirismo*” na implementação de políticas públicas voltadas à população LGBTI+ em 2009, passou a ser vista como uma cidade onde, nas palavras da vereadora, “*a deliberação não ocorre*”. Nesse sentido, podemos entender como a desativação do CMDS em 2015 e sua posterior reativação em 2019 produziu um vácuo na política LGBTI+ local e a perda de autonomia nos processos decisórios (Irineu, 2016), assim como a memória administrativo-institucional, como veremos na seção seguinte.

A questão da hormonioterapia se configura como uma das demandas centrais para a população LGBTI+ de São Carlos, em específico para a população trans, como demonstra a pesquisa realizada pelo MAPPA LGBTI+. Existem outros coletivos com a temática de gênero e sexualidade na cidade, que têm atuado de diferentes formas para realizar reivindicações para a população LGBTI+. Contudo, como buscaremos demonstrar, nota-se um contexto de baixa captação de demandas, devido à dificuldade de efetivação por conta do orçamento, que não é destinado de forma robusta às ações.

Ainda que o Conselho tenha sido reativado, como vimos, um contexto dificultoso ainda se impôs. Pouco tempo depois da reativação, teve início a pandemia de Covid-19, que se sobrepôs às dificuldades como a falta de memória administrativa das políticas LGBTI+ na cidade e a falta de orçamento para efetivar as propostas e subsidiar a participação da sociedade civil. Buscaremos explorar essas questões na próxima subseção.

2.3. “*Não tem história, vamos reescrever a história*”

Em uma reunião do Conselho Municipal de Diversidade Sexual que ocorreu no dia 27 de setembro de 2022, aspectos relativos à falta de memória administrativo-institucional e falta de orçamento foram melhor elucidados. A reunião começou às 18h30, no Centro de Referência em Direitos Humanos, em formato híbrido⁴⁶, e teve como objetivo discutir duas pautas principais. A primeira tratava da aprovação do projeto de Lei Municipal nº 20.983⁴⁷, de autoria do vereador Gustavo

⁴⁶

⁴⁷ “Art. 1º Fica instituído o “Dia Municipal do Nascituro, da Vida e Contra o Aborto”, em 8 de outubro, a ser celebrado anualmente. Parágrafo único. Este dia fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Carlos/SP. Art. 2º O “Dia Municipal do Nascituro, da Vida e Contra o Aborto”, tem por finalidade a reflexão e a conscientização sobre esse tema, visando ao esclarecimento da população sobre

Pozzi (PL), que instituiu o “*Dia Municipal do Nascituro, da Vida e Contra o Aborto*”, a ser comemorado anualmente no dia 8 de outubro. A lei foi vista como algo que também afetaria a população LGBTI+ da cidade, tendo em vista que mulheres lésbicas e homens trans também têm o direito ao aborto. A segunda tratava de uma reflexão sobre a situação do CMDS naquele momento em termos de participação social. Estavam presentes na sala Fernando Calzavaglia, representante do CDRH, Gustavo Enrique Costa, o presidente do conselho, mais dois conselheiros, Ângela Lopes e Núbia⁴⁸, conselheiras em gestões anteriores, e mais nove pessoas que participavam da chamada por uma plataforma digital.

Pouco depois que cheguei na reunião, o presidente do CMDS me perguntou se eu poderia ajudar a redigir a ATA, o que tornou possível o acompanhamento e a descrição das falas e trechos aqui apresentados. Os aspectos que se referem às descrições aqui colocadas buscam apresentar as discussões referentes ao segundo ponto da pauta, que nos fornece o material para compreensão das dinâmicas ambíguas do Conselho.

Ângela: Quantas pessoas aqui leram a Lei nº 15.073⁴⁹? O Conselho tem função consultiva. Eu disse na primeira reunião, vou salientar, todas pessoas que participam do conselho, seja poder público, movimento social tem que estar alinhadas às pautas. As pessoas não devem ir contra o Conselho. É para contribuir com o debate da categoria. Se esse Conselho entende que alguém não está indo de acordo com esses princípios pode pedir a substituição. (...). Por exemplo, nós tivemos a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], tá na lei que precisa de consulta desse conselho. Quantos de vocês opinaram sobre o LDO? Após ninguém dizer nada, Ângela continua: fica a reflexão. Artigo segundo: é papel desse conselho fiscalizar todas as ações. Se o legislativo foi omissivo, é papel do conselho notificar para ampliar o debate. Esse debate não foi ampliado. Gustavo comenta algo com Ângela, que continua. Propor ações, avaliar, colaborar na defesa de direitos, fiscalizar... Entendam que a lei sempre reitera o papel de fiscalizador do Conselho. Artigo sétimo:

risco e consequências do aborto provocado. Art. 3º O “Dia Municipal do Nascituro, da Vida e Contra o Aborto”, tem como objetivos: I – Incentivar a promoção de palestras, seminários, campanhas, mobilizações e outras atividades que permitam estimular a sensibilização da população acerca dos direitos do nascituro, do direito à vida e das imputações penais no caso de aborto ilegal; II – Conscientizar sobre as sequelas deixadas no corpo, como a perda do útero e o abalo emocional, de modo a desenvolver: angústia, alto grau de depressão e transtornos mentais; III – contribuir com a redução dos abortos clandestinos; e IV – Divulgar os preceitos de defesa da vida. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

⁴⁸ Nome fictício.

⁴⁹ O conteúdo a que se refere esta lei foi discutido na página 29.

formular diretrizes. Eu tô sendo enfática com a lei, porque é necessário que entendamos. Primeiro, os conselhos são as formas mais antigas de controle social, a partir da Constituição de 88 ela passa a ser participativa. Os conselhos eram compostos por pessoas comprometidas e pessoas que de fato queriam uma transformação. Nós tivemos um retrocesso. Nós temos conselhos municipais, estaduais e federais, conferências (...). Como é que funcionava antes desse momento de retrocesso político? Nós tínhamos uma ligação muito importante com essas esferas. Na Conferência municipal traçávamos planos e metas para o município e ia para o estado. Ia para o estado e fazíamos a Conferência Estadual. Veja que mecanismo complexo e importante. Na estadual que era discutido planos e metas estaduais e planos que seriam levadas a instâncias superiores. Percebem? Não adianta apenas o micro. E aí nós tínhamos a Conferência Federal, era nessa que a gente normatizava as políticas: política nacional para travestis e transexuais, nome social decretado pela presidenta. Todas essas discussões não nascem lá, elas nascem aqui. vou lá que eu quero ser rápida... Colaborar, artigo Décimo (e aí) dar pareceres sobre as questões LGBTQIA+ no legislativo. (Trecho do diário de campo – 27 de setembro de 2022, grifos nossos)

Antes de prosseguirmos, é interessante ressaltarmos que Ângela é uma ativista que é referência nacional no movimento trans e na luta pelos direitos LGBTI+, por ter sido a primeira travesti a retificar o nome sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual⁵⁰. Isto se deu por meio de sua “*provocação ao judiciário*”, através de uma ação individual. Ângela também foi a primeira pessoa trans⁵¹ a receber o título de cidadã honorária da cidade de São Carlos⁵², em agosto de 2022, pouco tempo antes da reunião aqui apresentada.

Em sua fala na reunião, Ângela fez uma recuperação aprofundada acerca da lei de instituição do CMDS. Com formação acadêmica em Direito, a história de seu ativismo

⁵⁰ **Primeira mulher trans do país a retificar documentos fala sobre processo: ‘Vitória’.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/primeira-mulher-trans-do-pais-a-retificar-documentos-fala-sobre-processo-vitoria.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁵¹ Erika Hilton se tornou a segunda pessoa trans a receber o título de cidadã honorária de São Carlos, pouco menos de dois anos depois de Ângela. Ver mais em: **Erika Hilton volta à UFSCar para receber título de Cidadã Honorária de São Carlos.** Disponível em: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/politica/erika-hilton-volta-a-ufscar-para-receber-titulo-de-cidada-honoraria-de-sao-carlos/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁵² **Pela primeira vez uma travesti recebe título de cidadã honorária de São Carlos: ‘momento precursor’.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2022/08/12/pela-primeira-vez-uma-travesti-recebe-titulo-de-cidada-honoraria-de-sao-carlos-momento-precursor.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2024.

remonta ao momento de constituição de tais aparatos, quando integrou a ONG Visibilidade e posteriormente quando foi chefe da Divisão de Políticas Públicas para Diversidade Sexual, em 2015, seção que era vinculada à Secretaria Municipal Cidadania de Assistência Social. Ângela mencionou a necessidade de consulta e aprovação sobre a LDO pelo Conselho, o papel desse aparato para “*controle social*”, além das etapas e dos processos de participação social em diferentes instâncias: municipal, estadual e federal.

Há uma dimensão da própria legibilidade burocrática que se apresenta de forma pedagógica na fala de Ângela e que se reflete como um dos principais empecilhos para a participação social em espaços como o CMDS. Fazer ATAS e interpretar leis, assim como produzir ofícios, entre outros aspectos burocráticos que os diálogos administrativos-institucionais requerem, não são uma linguagem comum a todas as pessoas que frequentam esses espaços de participação social. Como nos diz Aguião (2018), “*aprender a língua do Estado*” foi uma estratégia importante para os movimentos LGBTI+, contudo, nem por isso deixou de ser ambígua. Nesse sentido, a participação social requer aprender uma linguagem que por vezes constrange os que não a conhecem. Além disso, a questão do “tempo institucional” na produção de projetos e iniciativas pela sociedade civil, por vezes, se mostrou como algo que causava frustração em pessoas que participavam do Conselho.

A dubiedade dessa espécie de “empoderamento” reside no fato de que se aprende a operar com a mesma linguagem de poder que supostamente se pretende superar. Ou seja, adquire-se competência em linguagens e modos de operação que dificultam o acesso daqueles que não são muito bem “entendidos” na “máquina pública” e que não transitam nas redes de contato e influência. Mas não se faz muito para que esses modos e linguagens sejam transformados. Nota-se, ao contrário, uma verdadeira pedagogia em relação à adequação a procedimentos tradicionais da política. (Aguião, 2018:189)

Seguindo com a fala de Ângela, passamos das dificuldades para a participação social, da dimensão da linguagem burocrática para a dimensão orçamentária. Como veremos, a participação política dos movimentos LGBTI+, a partir do que estamos construindo através dos dados, é marcada pela pressuposição da “*boa vontade*” das pessoas em constituir tais espaços. Os efeitos disso são que esses projetos de participação social não conseguem alcançar longevidade. Se recuperamos Max Weber (2003), vemos que, numa sociedade capitalista que supõe a disponibilidade econômica, os mais disponíveis serão os capitalistas. Nesse sentido, se não criticamos a forma pela

qual a participação social LGBTI+ ocorre em um contexto político desfavorável com relação ao suporte econômico e com baixa captação das demandas, temos como consequência lógica que seria falaciosa a atribuição da dificuldade de mobilização à “falta de vontade” da sociedade civil.

Ângela: *Bom, organização do conselho. E aí é uma sugestão de pessoa que já participou do conselho, está vinculado à Secretaria de Cidadania. É obrigação da secretaria, não pense que vocês estão pedindo favor, é função deles. Antes, tínhamos uma Secretaria que pagava transporte, pagava alimentação...*

Gustavo: *Já não ganha nada, é voluntário*

Ângela: *(...) funcionário público já está trabalhando sem ganhar hora extra (...) ou seja, a Secretaria precisa pensar condições de efetividade. No passado a gente tinha a Casa dos Conselhos. A casa era um espaço que reunia todos os conselhos. Conversando com o Gustavo, com a Ana [Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos], eu percebi que muitos documentos se perderam. Esse é o grande problema dos conselhos...*

Nubia: *Foi o que não aconteceu quando a gente passou para o Governo Altomani. Nós passamos com toda biblioteca intacta, completa – diz Lurdes, enfermeira lésbica de aproximadamente sessenta anos de idade*

Ângela: *Estavam debaixo de uma lona, no quintal da Secretaria da Cidadania. Por exemplo, Decreto 1914, aprovado durante minha gestão. Esse decreto garante o uso de nome social. É uma das coisas que vocês precisam fiscalizar: como é que tá a aplicação da lei? É preciso fiscalizar. A minha sugestão Gustavo é que você se reorganize. É importante essa relação com esses outros conselhos. Nós tínhamos muito forte antes: Conselho de Economia Solidaria, eu fui chamada para falar na Conferência Nacional de Assistência Social na categoria de mulheres trans. Nós temos aí um momento político que pode ser favorável. (...). Estou triste com a ausência de participação (...). Porque o dia que o conselho morrer, como já morreu, olha como eles fizeram, é preciso usar isso. Eu olho o portal dos conselhos e não vejo nada. Então Gustavo, a gente precisa garantir a memória, a gente precisa garantir que isso tá acontecendo. (...). Não tem problema. Não tem história, vamos reescrever a história. Temos pessoas aqui que participaram desse momento. A gente participou desse momento. (Trecho do diário de campo, 27 de setembro de 2022, grifos nossos)*

O ativismo de Ângela e Núbia remete ao momento político do final da primeira década do século XXI e início da década passada, quando os Conselhos possuíam mais força política e presenciaram sua aproximação do Estado, em suas diferentes esferas administrativas, aos movimentos LGBTI+ (Aguião, 2014; Vergili, 2016; Irineu, 2018). Naquele momento, como vemos na recuperação feita por Ângela, eram realizadas conferências municipais, estaduais e federais. Núbia também demonstrou incômodo com a dificuldade na dinamização do encontro em formato híbrido, consequência do período de pandemia de Covid-19. Conforme veremos na próxima seção, quando discutirmos o MAPPA LGBTI+, os encontros por chamadas de vídeo em plataformas digitais foi elemento central para o desenvolvimento da proposta política do coletivo, fator que evidencia características que outra geração de ativistas LGBTI+ implementam em sua atuação.

Uma dimensão da fala de Ângela, refere-se à relevância da história oral na transmissão da memória relativa à experiência de institucionalização das políticas voltadas à população LGBTI+. Michael Pollak (1989) aponta como esse aspecto é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, que buscam se opor à “memória oficial”, como a nacional⁵³. Tendo em vista que documentos sobre parte da história da instância de participação social foram perdidos, resta à oralidade das personagens que viveram aquele momento transmitir a experiência daquele contexto. A falta de memória administrativo-institucional das políticas públicas LGBTI+ é uma dimensão trabalhada por Irineu (2019) como uma característica da forma como o Brasil as tem implementado, cujo efeito vemos ser criticado por integrantes dos movimentos sociais.

Na página do CMDS no site da Prefeitura de São Carlos, só existem documentos a partir de 2012, e, quando fui procurá-los na sede do CDRH, encontrei documentos que datam também apenas desse período em diante. Embora mais investigações sejam necessárias para compreender o processo de “perda de memória” da política LGBTI+ local, não podemos deixar de salientar os aspectos políticos que têm se desenvolvido na arena pública com relação à produção da desinformação.

⁵³ “Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.” (Pollak, 1989, p. 5)

Ademais, na reunião aqui apresentada, discutem-se os sentidos relacionados à participação social construídos no cotidiano. Mesmo que tal participação seja ambígua, como aponta Evelina Dagnino (2004), vista como uma consequência das transformações neoliberais, em que são “empurradas” para a sociedade civil, podemos ver que mesmo esta pode não se concretizar. A lei nº 20.983, eminentemente normativa, aplica-se em um contexto social. Neste, a participação política das “mulheres” e “LGBTI+” foi “desrespeitada”, pois não foram consultadas para um diálogo amplo sobre uma legislação cujos efeitos têm implicação nesses grupos sociais. Além disso, o “*desrespeito*” iria contra outra normatização, como a lei de criação dos conselhos municipais, que impõe a necessidade de diálogo com os grupos sobre leis que os afetem.

A participação do movimento social, em sua forma institucional, como é feita nos conselhos, não é apenas balizada por leis, mas também pelos eventos do cotidiano, em que os sentidos são intermediados por espaços com pouca estrutura, funcionários que precisam trabalhar além do horário determinado para conciliação com a disponibilidade da sociedade civil e diálogos que variam entre o espaço físico e chamadas de vídeo. Em suma, constroi-se a própria participação social com a falta de suporte econômico e material.

Com estas considerações, buscamos contextualizar o contexto de baixa captação das demandas dos movimentos sociais LGBTI+, como a que a iniciativa do coletivo MAPPA LGBTI+ defrontou. Se no final dos anos 2000 e início da segunda década do século XXI houve um momento de aproximação do Estado brasileiro dos movimentos LGBTI+, em seus diferentes níveis administrativos, destacado pela bibliografia, o final da década e início da seguinte demonstrou indícios de um contexto contrário. Nas próximas páginas, abordaremos com mais profundidade o processo de discussões em torno do desenvolvimento do coletivo MAPPA LGBTI+.

2.4. Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+): uma análise do coletivo

O MAPPA LGBTI+, como era chamado durante sua atuação, foi um coletivo que passou a se desenvolver na cidade de São Carlos em 2020, quando um grupo de pessoas

trans se reuniu para realizar uma pesquisa quantitativa que buscasse compreender um quadro das características sociais e sociodemográficas da população LGBTI+ no município, além da sua situação com relação ao atendimento em serviços públicos. Os intuítos, nesse primeiro momento, tinham relação com a falta de dados específicos sobre a população LGBTI+ no município e a falta de atendimento no serviço de endocrinologia pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que a única médica da área de tratamento hormonal interrompeu os atendimentos por falta de equipe preparada, o que afetava principalmente a população trans. A pesquisa e os dados produzidos a partir dela buscavam tornar visível esse contexto, a forma pela qual as diferenças produziam desigualdades no acesso e legitimar a demanda pelos serviços.

Passei a acompanhar a iniciativa a partir de setembro de 2021, quando estava iniciando a pesquisa de mestrado em Sociologia, e fui convidado a integrar o grupo de trabalho de análise dos dados coletados como contrapartida à investigação acadêmica. Naquele momento, o movimento também passou a ser integrado por mais duas pessoas, que estavam interessadas na proposta política e possuíam formação acadêmica para colaborar na análise dos dados: Carlos⁵⁴, que estava fazendo doutorado em Ciência da Computação à época, e Priscila, que estava na graduação em Estatística. Isso diversificou a identidade de gênero e sexualidade das pessoas que compunham o coletivo.

Em artigo recente, Olívia Perez e Alberto Filho (2017) destacam a baixa produção acadêmica que trata dos coletivos, uma forma de mobilização marcada pelas características que os movimentos sociais adquiriram após os fenômenos de “Maio de 68”⁵⁵ na França, em que a noção de múltiplas opressões e abordagens de ativismo político ganha força, ao invés da crença de que elas se davam apenas pelas condições de exploração trabalhista.

Nesse contexto, é central a contestação ao neoliberalismo, a afirmação de diferenças culturais e de identidade (Perez, Filho, 2017:260). Entre os trabalhos que tratam dos coletivos, Perez e Filho (2017) salientam a recorrência da temática de gênero

⁵⁴ Nomes fictícios.

⁵⁵ O movimento de “Maio de 68” ocorreu na França e teve forte relação com as Universidades, segundo François Dosse. Um de seus líderes históricos Daniel Cohn-Bendit e muitos militantes de extrema-esquerda estavam mobilizados contra a guerra estadunidense no Vietnã. Os movimentos sociais que foram às ruas exigir o reconhecimento de suas demandas, colocavam em questão as premissas estruturalistas, em voga à época, que tinha como concepção a baixa possibilidade de alteração das estruturas sociais ou de crítica a um sistema mais amplo de desigualdades (Dosse, 1994).

e a característica de não serem institucionalizados. Assim, tomamos a experiência do MAPPA LGBTI+ como um coletivo que buscou referências no repertório de ação dos movimentos LGBTI+ para reivindicar direitos e reconhecimento, mas que passou por um processo de desarticulação.

Nas descrições que faremos a partir dos diários de campo, buscaremos dar ênfase ao processo de elaboração coletiva da pesquisa quantitativa, a principal proposta do coletivo. No percurso, buscamos destacar as características de desconfiança com relação a interesses do mercado, assim como a aproximação aos espaços de participação mais institucionalizada. Também enfatizamos a posição política que orienta o coletivo, tendo em vista a preocupação com a forma pela qual as categorias das diferenças de gênero, sexualidade, classe e raça são privilegiadas para a compreensão das desigualdades. Em suma, a partir dos dados é possível visualizar o processo coletivo de formulação de uma pesquisa quantitativa, cujos interesses são políticos e não apenas estatísticos. Portanto, a estatística aparece como uma linguagem lida como legítima para reivindicar demandas da “população LGBTI+”.

*

Foi no dia 08 de setembro de 2021 que participei pela primeira vez de uma das reuniões do MAPPA LGBTI+. Maria foi quem me enviou o link da chamada que teria início às 18h, além de me informar que as reuniões costumavam ser rápidas, durando em torno de 30 minutos. Quando entrei na sala, estavam Bia, Maria, Kátia e Maria Rita, representante das Mães Bordadeiras pela Diversidade. Maria e Kátia são formadas pela UFSCar e trabalham na área audiovisual, enquanto Bia cursava engenharia na USP.

Maria comentou um pouco sobre minha presença, a pesquisa acadêmica que eu estava finalizando naquele momento, que tratou sobre festas universitárias LGBTQ+. Bia questionou se o coletivo estava abrindo espaço para novas pessoas, ao que Maria respondeu não, mas disse sobre meu interesse em colaborar com a análise dos dados coletados. Maria também comentou que algumas pessoas estavam demonstrando interesse nos dados que vinham coletando há

algum tempo, como as de uma agência de marketing digital instalada na cidade. Além disso, mencionou que a EPTV, uma emissora de televisão da cidade, estava se propondo a realizar uma entrevista com o grupo, sendo essa uma forma de ajuda para divulgação do andamento da iniciativa. Maria Rita comentou que as Mães Bordadeiras pela Diversidade pensavam em levar as questões referentes ao ambulatório para o Conselho de Saúde. Bia respondeu que não esperava nada do Conselho de Saúde, ainda mais depois de uma reunião que teria acontecido anteriormente e teve as discussões e pautas alteradas de última hora, sofrendo um desvio do intuito esperado. A reunião acabou logo menos, às 18h44. (Trecho do diário de campo – grifos meus – 08 de set. de 2021)

Um dos aspectos presentes nesta primeira reunião foi a forma como se pontuaram os diversos atores que demonstraram interesse pelos dados: setores do mercado, como a agência de marketing digital, a imprensa local, e a academia, com a minha presença enquanto pesquisador. Dentre estes, o interesse acadêmico foi mais aceito, fator demonstrado pelo interesse do coletivo em se associar ao conhecimento público produzido academicamente, a partir da aprovação da minha participação na iniciativa.

Oposto a isso, houve um sentido de rejeição aos interesses associados ao mercado, salientados na negação à agência de marketing digital que também estava interessada em uma parceria a partir dos dados. Podemos realizar uma leitura dessa rejeição como um elemento contraditório, tendo em vista . Assim, havia uma preocupação por parte do coletivo de que os dados fossem utilizados para outros fins, como informações sobre um possível “público consumidor”. Na cena, também se revela uma relação de tensão com um dos conselhos municipais de São Carlos, cuja reunião não teria sido proveitosa aos interesses do grupo. Após algumas discussões, a chamada foi finalizada e somente em outubro iria ocorrer a reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Análise dos dados coletados.

Pouco mais de um mês após essa reunião, no dia 19 de outubro de 2021, ocorreu a primeira reunião do GT de Análise dos Dados. Trazemos esta reunião aqui para evidenciar os aspectos relacionados a certa horizontalidade que caracteriza a

experiência do MAPPA LGBTI+ enquanto coletivo, sua auto-organização e relações menos rígidas em relação a funções determinadas. Na situação aqui descrita, também é possível visualizar como a referência a outras experiências de pesquisas quantitativas, que visavam a produção de estatísticas sobre a população LGBTI+, vistas como “*materiais de referência*”. Esses materiais consistem em relatórios produzidos por outros grupos e segmentos dos movimentos LGBTI+, que também produzem números sobre esta população. Nesse sentido, a orientação social e política da proposta, assim como os aspectos relacionados à crítica de setores do mercado, são trazidos novamente. Na cena, como veremos, aspectos técnicos envolvem a proposta, como a formulação de hipóteses, categorias analíticas e preocupações metodológicas.

Natália começou o encontro dando os passos iniciais sobre a formulação dos materiais de referência, que são outros relatórios produzidos por diferentes segmentos da sociedade civil sobre a população LGBTI+. Carlos comenta que essas referências são boas já. Em relação às hipóteses, Natália diz que é interessante que nós possamos ver como os recortes de classe, raça, sexo, gênero influenciam no atendimento à saúde, por exemplo. “*Pessoas trans tem menor acesso aos serviços de saúde*”, pensando no recorte de gênero. (...). Natália pergunta se alguém tem alguma hipótese. “*De que os índices das cidades no interior do Estado de São Paulo estão abaixo dos níveis da cidade de São Paulo*”, diz Carlos. Ele fala também sobre as leis de acesso à informação, que tem poucas coisas com relação ao público LGBT. (...) Natalia diz que com relação a essas coisas de empresas, eles não gostaram e não tiveram muito interesse, como, por exemplo, as duas agências de marketing digital que demonstraram interesse nos dados. “*Eu fiquei pensando isso com relação a empresa, porque ficou algo meio no sentido de “queremos esses dados”*” e fez uma expressão de susto para elucidar o receio. (...). Natália também diz que com relação a entrevistas presenciais, teve esforços e preocupações nesse sentido, contudo “(...) também teve a preocupação com relação a possíveis situações de risco ou a questão do Conselho de Diversidade Sexual, que teria mais perna pra fazer isso”. (Trecho extraído do diário de campo, grifos meus – 19 de out. de 2021)

A expressão “*teria mais pernas*” utilizada por Natália para se referir ao Conselho Municipal de Diversidade Sexual pode ser interpretada como uma visão de que haveria mais apoio econômico e material, a partir das relações institucionais do órgão, para a realização de uma iniciativa como essa. Dessa forma, fornece a possibilidade de apreensão que, devido à institucionalidade, haveria mais condições para uma iniciativa que requeresse mais esforço e orçamento, como a realização de entrevistas presenciais. Como vimos na seção anterior, essa possibilidade parece pouco provável devido à fragilidade institucional e administrativa do Conselho, que foi caracterizado como “*sangrando*” por conta da falta de participação social.

Como vimos, nenhuma das pessoas presentes na primeira reunião estava nessa. Ao GT foi dada relativa autonomia para a realização dos procedimentos de análise dos dados, com alguns norteamientos principais, como a preocupação com dados específicos sobre as pessoas trans e a operacionalização das categorias das diferenças para a compreensão das desigualdades no acesso aos serviços públicos. Nesse sentido, é possível enfatizarmos os esforços políticos por trás da iniciativa, que buscava uma compreensão analítica de recortes informados pela forma como gênero, sexualidade, raça e classe produzem discriminações na experiência de pessoas LGBTI+.

Na próxima cena, buscamos explorar as dimensões que surgem a partir das implicações da iniciativa. Embora agregasse um perfil de pessoas com ensino superior, o coletivo teve de conjugar diferentes rotinas e demandas práticas. Enquanto o GT de Análise buscava produzir o relatório com o maior número de especificações acerca dos dados coletados, o coletivo mais amplo tinha uma preocupação com questões mais específicas e de compreensão menos técnico-científica.

(...) “vai ser uma reunião rápida mesmo”, diz Maria. A maioria das pessoas na chamada ainda não conseguiram ler o relatório. Após as pessoas presentes do GT de Análise de dados fazerem uma breve recuperação da amostra de respostas, Maria nos parabeniza pelo trabalho, mas salienta que o texto ficou “muito científico”, “cheio de informações”. Maria também aponta para a questão na distribuição de

transgênero por gênero, que deve/parece ser colocado informações específicas da divisão de gênero deste grupo. Rafaela pergunta se alguém poderia apresentar a tela com o texto e Maria se prontifica a fazê-lo. Comenta sobre o GT de produção textual que farão as análises qualitativas, que vai utilizar a estrutura produzida no relatório, mas pensar em outras formas de apresentar as informações e que se tiver questões retornariam a nós para tirar dúvidas se as informações são enviesadas. (Trecho do diário de campo, grifos meus, 14 de fevereiro de 2022)

Uma prática fortemente associada a uma “linguagem científica”, como a produção de estatísticas, foi considerada uma forma legítima de orientar a demanda por políticas públicas. Entretanto, há uma dimensão custosa à proposta de produção de dados, que se sobrepôs no cotidiano do coletivo e se expressou na demanda de que o GT de Análise dos Dados fosse menos técnico. Isso se traduz em falas como “*muito científico*” ou “*cheio de informações*”. O excesso de ciência é visto como um conflito na medida em que traz um grande volume de informações. Os códigos foram considerados demasiadamente difíceis de compreender diante das diferentes ocupações da vida cotidiana de cada integrante do coletivo.

Outro ponto a ser considerado é a importância dos números e das estatísticas para consolidar categorias, como as de gênero e de sexualidade, a partir da conversão de qualidades em quantidades. O esforço político do MAPPA LGBTI+ se encontra nesse sentido. Conforme buscamos apresentar através das cenas etnográficas trazidas, há uma dimensão processual da proposta política baseada na quantificação, que envolve negociações e reflexões coletivas.

Além do foco na quantificação, o MAPPA LGBTI+ acompanhava a possibilidade da judicialização de ações individuais para o requerimento da hormonioterapia. Tais processos demandam a autorização de um médico que assinasse o formulário a ser apresentado junto à Defensoria Pública.

Rafaela – “*Quem tá ajudando a gente com isso é o Pedro... Eu passei o formulário pra ele passar pros médicos de boa vontade.*” Rafaela também comenta sobre um texto que leu há algum tempo, dizendo

alguma distinção entre identidade de gênero e gênero) “*que seria preconceituoso usar o termo identidade de gênero pra pessoas trans, porque quando a gente pergunta pras pessoas cisgêneros, a gente utiliza apenas o termo gênero. O Pedro perguntou se a gente podia utilizar o termo identidade de gênero...*”

Maria – “*Eu penso que gênero é um termo abrangente. Gênero tem a ver com tudo, autoidentificação, leitura social, enquanto identidade de gênero é um tanto autoidentificação da pessoa. Mas, a princípio, entendo como termos intercambiáveis. Se fosse pra usar um em detrimento do outro, eu utilizaria gênero por já abarcar tudo.*

Bia – *Eu também não vi esse debate acontecendo... Então, ele mesmo não topou participar?*

Rafaela – “*Ele é enfermeiro, Bia... E como é um processo médico, precisaria de um médico para assinar...*”

Esta cena é interessante pois torna evidente, por exemplo, a construção do gênero no cotidiano. Dúvidas sobre a exatidão de noções e conceitos que se refiram a gênero e sexualidade são elaboradas e questionadas. Em um sentido mais amplo, a discussão evidencia questões em torno da inteligibilidade de conceitos e categorias que se referem ao gênero, no sentido ilustrado pela cena, mas que pode ser ampliado para outras categorias das diferenças. Nesse sentido, buscaremos visualizar como essas categorias se transformam em “números LGBTI+” no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - Os “números LGBTI+”: a construção de uma população quantificável

Neste capítulo, buscamos realizar uma análise qualitativa dos dados quantitativos coletados e publicados por grupos dos movimentos LGBTI+ brasileiros. Utilizamos aqui apenas dados públicos, disponibilizados em relatórios publicados na internet. Esses dados estatísticos compõem um quadro das pesquisas que buscam ilustrar como as (1) diferenças gênero e de sexualidade produzem desigualdades e discriminações; (2) a relevância de considerar as noções das diferenças na produção das estatísticas governamentais; e, por fim, (3) a mobilização política de acordo com uma linguagem científica que busca legitimar a existência de uma “população LGBTI+” quantificável. Ao operar com tais estratégias “estatativistas” ou quantificadoras, os movimentos sociais tornam evidentes as categorias pelas quais é possível mensurar essa população, que estão ausentes em pesquisas que fornecem estatísticas governamentais, como o Censo Nacional.

Para a produção de estatísticas públicas pelos movimentos LGBTI+, como veremos, são empregadas metodologias alternativas, como a coleta de dados através de notícias em jornais e outras mídias ou a aplicação de questionários digitais. Essas metodologias são empregadas tendo em vista os condicionamentos impostos para sua realização, como ausência de financiamento, que influencia nos resultados produzidos, como a “*subnotificação dos casos*” ou a seleção de públicos específicos dentro da “população LGBTI+”.

O Grupo Gay da Bahia, expoente nessa forma de ativismo, iniciou a realização de pesquisas em 1980, mas os dados e relatórios disponíveis em sua página na internet referem-se às pesquisas realizadas entre 2011 e 2019. A partir de 2020, as pesquisas são feitas através da parceria com a Acontece Arte e Política LGBTI+. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais deu início à realização das pesquisas em 2017, com a publicação do primeiro relatório no ano seguinte, em 2018, até a publicação mais recente em 2023. O MAPPA LGBTI+, que atuou na cidade de São Carlos de 2020 a 2022, diferencia-se das iniciativas anteriores porque a pesquisa realizada teve como

foco o uso de serviços públicos. O relatório foi finalizado no último ano de atuação do coletivo, que se desarticulou posteriormente.

A temática das violências e assassinatos privilegiados pelo GGB e pela ANTRA leva em conta o registro de um problema social a nível nacional, enquanto o MAPPA LGBTI+ levou em conta um problema social a nível local para constituir sua temática de pesquisa. Portanto, a produção de estatísticas em um sentido mais amplo é uma estratégia política que busca construir os “números LGBTI+”, tratados de forma precária pelo Estado no contexto contemporâneo.

3.1. Grupo Gay da Bahia (GGB): *“um dos países mais violentos com sua população LGBTI+”*

O Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma das organizações mais antigas dentro dos movimentos LGBTI+ no Brasil. Seu surgimento remonta à primeira onda do movimento, conforme a formulação analítica proposta por Facchini (2002). Embora tenha sido fundado por Luiz Mott em 29 de fevereiro de 1980, o GGB é enquadrado como pertencente à "segunda onda" do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Assim como o grupo Triângulo Rosa, já atuante desde o início dos anos 80, mas oficializado no Registro Civil de Pessoa Jurídica apenas em 27 de fevereiro de 1985, sob a liderança de João Antônio Mascarenhas. A trajetória de ambos é analisada por Facchini, que enfatiza a importância de suas atuações no momento de "declínio do movimento". Tanto Mott quanto Mascarenhas não estavam tão vinculados a concepções de contracultura ou a grupos político-revolucionários, como as lideranças do movimento homossexual na "primeira onda" (Facchini, 2002:79). Nesse sentido, havia um caráter mais pragmático na ação desses grupos, em detrimento de um projeto de transformação social mais amplo, além da valorização das relações com o movimento internacional, construção de personalidades jurídicas e conquista de espaços físicos para suas atividades.

A produção de estatísticas pelo GGB acontece desde 1980, centralizando o enquadramento das violências direcionadas à população LGBTI+, coordenadas por Luiz Mott, antropólogo e fundador do grupo. Do primeiro ao penúltimo volume dos relatórios aqui analisados, temos a autoria do advogado Eduardo Michels, publicados no

site Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, entre 2011 e 2018. A última publicação produzida exclusivamente pelo grupo, em 2019, foi organizada pelo advogado e sociólogo José Marcelo Domingos de Oliveira⁵⁶ e Luiz Mott.

A diferença no tamanho e especificidade do relatório deste ano em relação aos anteriores é notável: duzentas e quinze páginas, uma mudança considerável frente aos anteriores que tinham, em geral, de trinta a quarenta páginas. Acreditamos que isso se deve à consolidação da produção de números e narrativas numéricas como estratégia política, fator levado em consideração pelo aumento de pesquisas realizadas pelos movimentos LGBTI+, como as da ANTRA, como veremos na seção seguinte. A partir de 2020, a pesquisa e os relatórios passam a ser realizados em parceria com a Acontece Arte e Política LGBTI+, outro grupo que compõe os movimentos sociais.

A metodologia das pesquisas do GGB baseia-se no acompanhamento de notícias em jornais, fontes digitais e informações enviadas diretamente ao grupo. O primeiro relatório publicado no site foi em 2011, estabelecendo que houve 267 assassinatos de pessoas LGBTI+. Entre os assassinatos, especifica-se que foram 162 gays, 98 travestis e 7 lésbicas. O texto também aborda aspectos como a subnotificação das mortes, que tem uma relação direta com a metodologia da pesquisa, que se baseia na coleta de notícias em diversas mídias, o que pressupõe que as violências precisam ser publicizadas para serem contabilizadas. É possível ter acesso à informação de que nos três primeiros meses de 2012 foram documentados 104 assassinatos, que corresponderia a *"uma morte a cada 21 horas"*. Apesar disso, o relatório com os dados relativos ao ano de 2012 não foi disponibilizado, por isso não consideramos este ano nas análises.

O estudo seguinte só foi publicado em 2013, onde se pontua a ocorrência de "um assassinato a cada 28 horas". Na publicação, salienta-se os aspectos relativos à falta de verba e financiamento para a realização da pesquisa. A partir do que apresentamos até o momento, é possível visualizar três aspectos que se relacionam à produção de estatísticas como estratégia política: (1) a mobilização de um dado sensível, como o relativo ao número de mortes por horas, que estabelece uma média temporal para a ocorrência do fenômeno; (2) os dilemas metodológicos, como a subnotificação de

⁵⁶ José Marcelo Domingos de Oliveira é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em sua tese, Oliveira (2012) discute a relação entre desejo, preconceito e morte, através da análise dos assassinatos de LGBT's em Sergipe, entre 1980 e 2010. Nesse sentido, a trajetória de ativismo e a acadêmica se entrelaçam na produção de Oliveira, evidenciando a forma pela qual esses dois campos têm se correlacionado na produção dos "números LGBTI+".

dados; e (3) os aspectos financeiros envolvidos na realização da pesquisa. Nesse sentido, esses três aspectos caracterizam a produção de estatísticas pelos movimentos LGBTI+.

(...) mesmo sem verbas, sem apoio institucional, nosso site “HomoTransfobia Mata” é o único banco de dados disponível online sobre tais crimes. Por isso é que há mais de uma década o State Department dos Estados Unidos divulga nossos dados em seu relatório anual sobre direitos humanos.⁵⁷

A pesquisadora Eugenia de Rosa (2014) elenca como as estratégias de produção de dados envolvem a escolha de dados que mais poderão ter um efeito político e que, ao mesmo tempo, a produção desses números se defronta com dificuldades de financiamento. As pesquisas realizadas pelos movimentos LGBTI+ são marcadas pelos interesses políticos e seu direcionamento ao Estado. É a partir dos números produzidos por militantes e ativistas que esses aspectos são posicionados em uma narrativa que busca surtir efeito na cena pública, como a distribuição de médias de assassinatos e a associação dessas médias a períodos e governos específicos.

Retornando aos relatórios, no ano de 2014, temos que o período médio do assassinato de uma pessoa LGBTI+ foi de *"um assassinato a cada 27 horas"*. O texto que acompanha a publicação apresenta também uma média dos assassinatos de pessoas LGBTI+ por governo. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência, foram documentados 1.023 crimes, constituindo uma *"média de 27 por ano"*. Durante os oito anos de governo do presidente Lula, foram documentados uma *"média de 163 por ano"*, seguindo uma constante de aumento expressivo de *"325 mortes por ano"* durante o primeiro governo de quatro anos da presidenta Dilma Rousseff e também no período dos quatro anos seguintes, incluindo os dois últimos anos, chefiados por Michel Temer.

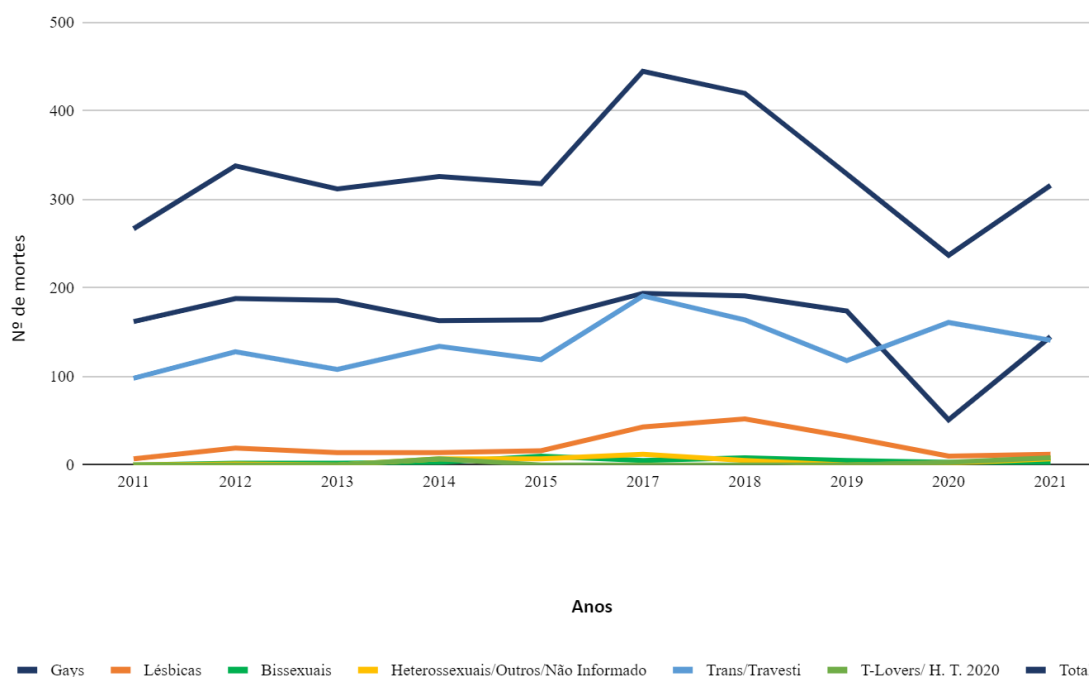
O relatório de 2015 estabelece a hipótese de que quanto maior o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), menor o número de violências contra pessoas LGBTI+. Em 2016, o GGB contabilizou 343 mortes e no relatório de 2017, pontuou que *"a cada 19 horas morria uma vítima da LGBTfobia"*. Em 2017, então, foram 445 pessoas LGBTI+ mortas no Brasil, dentro das quais 387 foram assassinatos e 58

⁵⁷ **Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil.** Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

suicídios, números que representaram um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Em 2018, de acordo com os dados, “a cada 20 horas um LGBT morria de forma violenta vítima da LGBTfobia”. Por fim, em 2019, o GGB destacou que a cada 26 horas uma pessoa LGBT foi assassinada no Brasil (Oliveira, 2020), contabilizando 329 mortes.

De acordo com os relatórios, de 2000 a 2021, foram 5.362 mortes de pessoas LGBTI+ documentadas pelo GGB. Conforme pode ser visto no gráfico da Figura 1, considerando a série histórica do período de 2011 a 2019, gays constituem a categoria que mais foi vítima de assassinatos ou violências, seguidos de trans e travestis. Em 2017, porém, podemos visualizar que o número de trans e travestis vítimas de violência quase se iguala ao de gays, além de ser o ano em que mais se documentou violências contra pessoas LGBTI+. Como veremos na seção seguinte, este também é o ano em que a ANTRA contabilizou o maior número de assassinatos contra pessoas trans. Ainda nesta série histórica, lésbicas constituem a terceira categoria em que a ocorrência de violência é mais expressiva.

Figura 1: Taxas das mortes anuais de pessoas LGBTI+ (GGB).



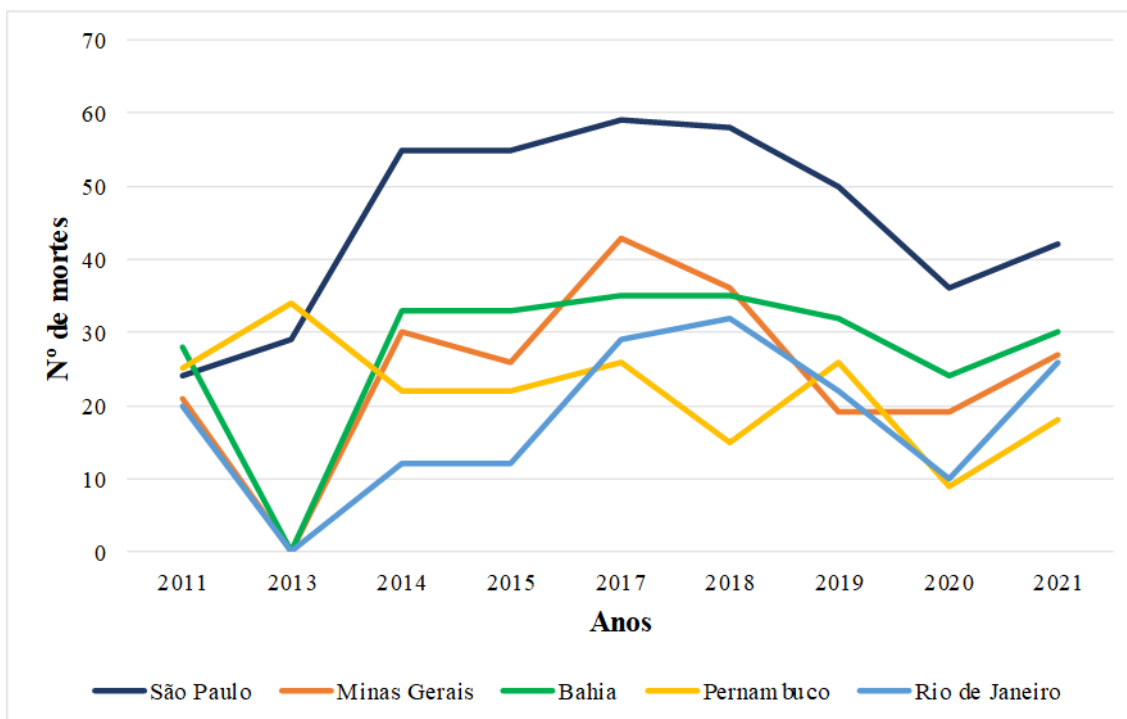
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do GGB.

O ano de 2017 constitui uma particularidade no que se refere às tensões de gênero e sexualidade no Brasil. Em outubro deste ano, ocorreu o fechamento do QueerMuseu, uma mostra artística que tinha como intuito a apresentação de obras não-heteronormativas em Porto Alegre, além da recepção violenta da filósofa Judith Butler ao país (Balieiro, 2022). Explicar sociologicamente tal fenômeno requer que olhemos mais detidamente para esses dois eventos, conjuntamente com os dados, que podem nos dar dimensões do que este ano significou e porque as taxas de mortes de pessoas LGBTI+ são maiores. Para Fernando Balieiro (2022), esses eventos, posteriores ao veto ao Projeto Escola Sem Homofobia em 2011, que teve como efeito as tentativas de proibição da menção ao gênero nas discussões em torno dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, entre 2014 e 2015, constituem a campanha contra a “ideologia de gênero”.

Nesse sentido, existem algumas nuances que escapam aos “números LGBTI+”, resultados de processos quantificadores, que seriam os aspectos qualitativos. Apesar de conseguirem exprimir o decréscimo ou aumento (como foi o caso da violência contra pessoas LGBTI+ em 2017) de fenômenos, sem recorrer a alguns episódios-chave, alguns elementos dificultam a explicação da intensificação do conservadorismo no Brasil, por exemplo.

Na Figura 2, é possível visualizar o gráfico que apresenta as mortes de pessoas LGBTI+ por estado, documentadas pelo GGB. Essas mortes se concentram em cinco principais estados, a saber, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre estes, São Paulo é o estado em que há mais mortes absolutas documentadas a partir de 2014.

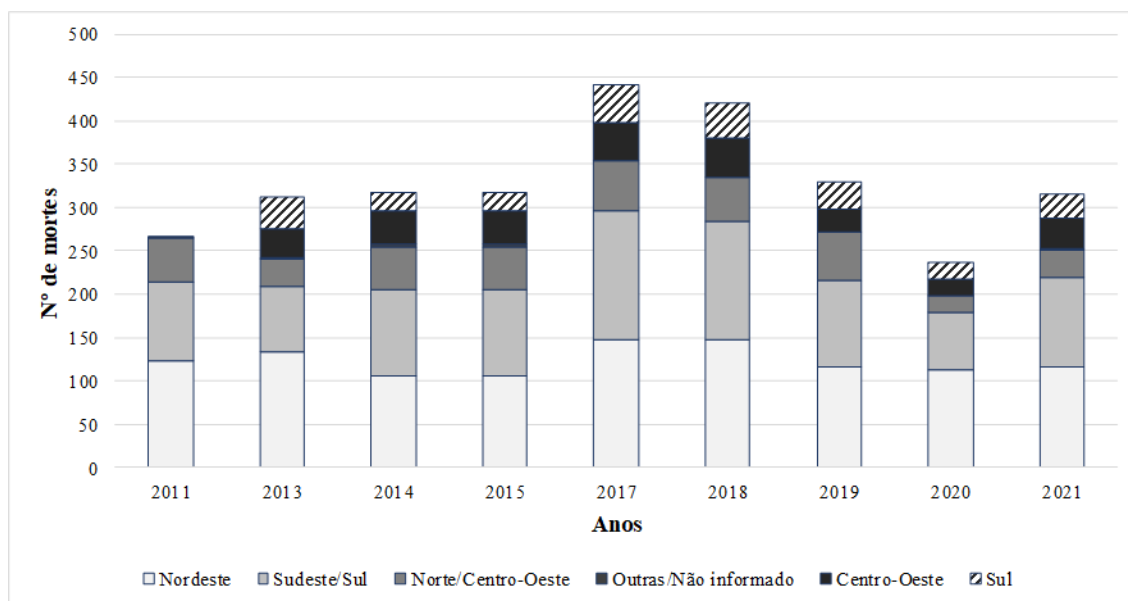
Figura 2: Taxas dos assassinatos anuais de pessoas LGBTI+ por estado (GGB).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do GGB.

No gráfico da Figura 3, é possível visualizar que as regiões Nordeste e Sudeste concentram o maior número de assassinatos documentados pelo GGB durante toda a série histórica de 2011 a 2021. É válido considerar que, tendo em vista as limitações metodológicas da pesquisa realizada, esses números podem ser ambíguos e incorrer em uma sobreposição de preconceitos. Nesse sentido, a crença de que esses números são um retrato fiel da realidade social pode ter como efeito a ideia de que a região Nordeste é “preconceituosa” e “atrasada”.

Figura 3: Taxas dos assassinatos anuais de pessoas LGBTI+ por região (GGB)⁵⁸.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do GGB.

Os números, como salienta Porter (1995:17), criam novos agregados, identidades e significados. Assim, mesmo que esses números possam não descrever a realidade social da maneira mais precisa, devido aos limites metodológicos de sua produção, eles representam a atuação dos movimentos LGBTI+ em estratégias de produção de estatísticas públicas. Apesar das limitações dos “números LGBTI+”, no cenário nacional, eles constituem alguns dos melhores dados existentes sobre essa população. Os efeitos esperados por esse tipo de atuação política podem ser vistos como a operacionalização e consolidação das categorias de mensuração utilizadas, assim como a comprovação, através de uma linguagem científica, das violências direcionadas às populações LGBTI+.

3.2. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA): “o país que mais mata trans e travestis no mundo”

⁵⁸ No relatório do ano de 2011, as regiões Sudeste e Sul estavam agregadas, assim como as regiões Norte e Centro-Oeste, por isso na legenda consta “Sudeste/Sul” e “Norte/Centro-Oeste”. Conforme as regiões foram desagregadas nos relatórios dos anos seguintes, também incorporamos a alteração no gráfico da Figura 3.

A ANTRA foi instituída no ano 2000, em Porto Alegre, após uma série de encontros nacionais de travestis, como a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), os Encontros Nacionais de Travestis (ENTLAIDS), que se tornou a Rede Nacional de Travestis (RENATA) e, posteriormente, com a inclusão da categoria Liberados, tornou-se Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL). Foi em 2016, segundo os relatórios disponíveis na página da associação na internet, que ocorreram as discussões sobre a necessidade da realização do levantamento dos assassinatos de travestis e transexuais, com o intuito de produzir dados estatísticos públicos sobre a realidade desta população. A pesquisa ocorreu pela primeira vez durante o ano de 2017, e o relatório foi publicado no ano seguinte com o título de Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017.

Em 29 de janeiro de 2018, tornou-se emblemático o início da publicação do relatório das pesquisas anuais, cujos dados têm como referência o ano anterior. Desde então, esses relatórios enfatizam como o Brasil é: *“o país que mais mata sua população trans no mundo”*. Desde a primeira publicação até a mais recente, em 2023, a ANTRA documentou 912 assassinatos cometidos contra pessoas trans. Já no primeiro relatório, foram contabilizados 179 assassinatos de pessoas trans, sendo 169 de travestis e mulheres transexuais, e 10 de homens trans. Como mencionamos anteriormente, foi já no primeiro ano de suas atividades na produção de estatísticas que a ANTRA contabilizou o maior número de mortes. No geral, a estimativa foi de que a cada 48 horas, uma pessoa trans, com idade média de 27,7 anos, era assassinada no Brasil naquele momento (ANTRA, 2018). Em relação ao gênero, a ANTRA apontou que 94% dos assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino, o que constitui um tipo de violência característica às pessoas trans no Brasil e confirma a necessidade de considerar a categoria LGBTI+, no sentido mais amplo, e as identidades trans, em específico, de maneira desagregada.

Além desses números, os relatórios também destacam a negligência do Estado na produção de *“dados oficiais”* sobre a população LGBTI+, principalmente a população trans. A metodologia utilizada pela ANTRA nas pesquisas segue o padrão estabelecido pela ONG Transgender Europe (TGEU), que realiza desde 2008 o monitoramento da violência contra pessoas trans no mundo, o que explicita as conexões internacionais do ativismo da ANTRA. Assim como o GGB, o levantamento é feito consultando matérias de jornais e mídias disponíveis na internet, informações enviadas por ativistas das

diferentes regiões do país ou notificação automática de termos publicados em páginas digitais. Esse procedimento metodológico gera algumas implicações, como o fato de que uma violência não divulgada ou não enviada diretamente à organização, não será documentada, assim como a dificuldade por parte das organizações em identificar a violência, tendo em vista que em muitos casos, as matérias não divulgam o gênero ou a sexualidade com a qual a vítima se identificava.

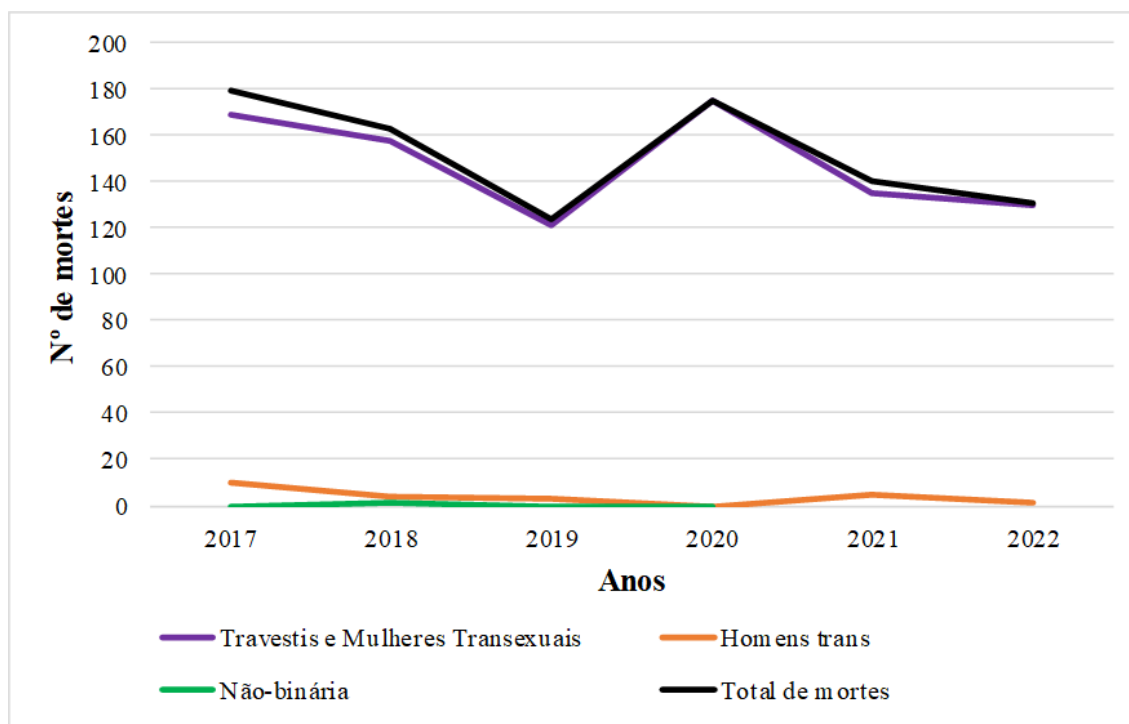
As publicações continuaram nos anos subsequentes até a edição mais recente, sempre no dia 29 de janeiro, data reconhecida desde 2004 como o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Contudo, na publicação de 2019, passaram a ser denominadas *Dossiês: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil*, o que forneceu um caráter mais formal e contínuo às pesquisas. Acrescenta-se a esse aspecto o fato de que, no segundo dossiê, publicado em 2019, a ANTRA deu início a uma parceria com o Instituto Brasileiro Trans Educação (IBTE) para o levantamento de dados e unificação de publicações das pesquisas sobre o tema. O levantamento realizado em 2018 e publicado em 2019 contabilizou 163 assassinatos de pessoas trans, dos quais 158 foram de travestis e mulheres transexuais, 4 de homens trans e 1 pessoa não-binária, constituindo um perfil de vítimas com idade média de 26,4 anos.

Publicado em 2020, o terceiro dossiê continuou dando ênfase à validade dos dados produzidos e dos métodos empregados na análise, que quantificou 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 121 de travestis e mulheres transexuais e 3 de homens trans, com idade média de 29,7 anos (Benevides; Nogueira, 2020). O quarto dossiê, publicado em 2021, contou 175 assassinatos, cujas vítimas foram, dessa vez, apenas travestis e mulheres transexuais, com idade média de 29,5 anos (Benevides; Nogueira, 2021). O penúltimo dossiê coletou informações quantitativas a respeito de 140 assassinatos de pessoas trans, dentre as quais 135 eram de travestis e mulheres transexuais e 5 de homens trans e transmasculinos, com idade média de 29,3 anos (Benevides, 2022). Por fim, o último dossiê, publicado neste ano, contabilizou 131 assassinatos, sendo 130 de travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans, com idade média de 29,2 anos, números que colocaram o Brasil, pelo 14º ano consecutivo, como o país que mais mata sua população trans (Benevides, 2023).

No gráfico da Figura 4, é possível visualizar a distribuição anual dos assassinatos neste período, em que travestis e mulheres transexuais se destacaram como o grupo cujo número de mortes anuais é o mais próximo ao número total da amostra. Emblemático,

nesse sentido, foi o ano de 2020, no qual apenas assassinatos de travestis e mulheres transexuais foram documentados.

Figura 4: Taxas dos assassinatos de pessoas trans entre 2017 e 2022 (ANTRA).



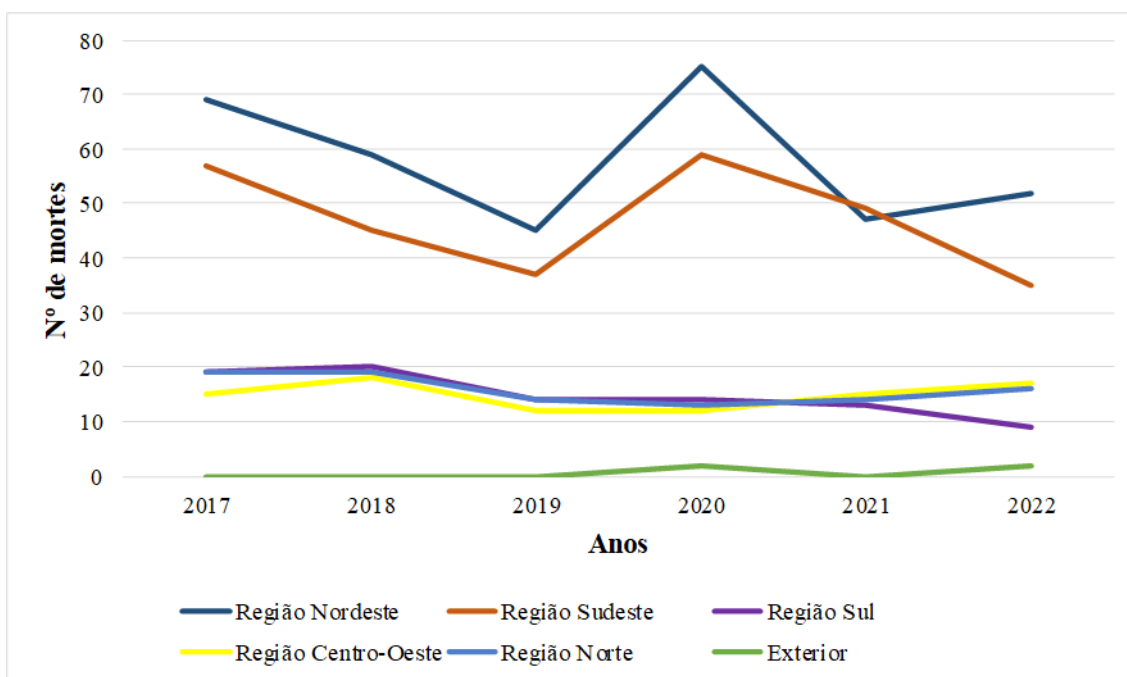
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da ANTRA.

De 2017 a 2022, como podemos visualizar no gráfico da Figura 5, é possível identificar que, ao considerarmos a distribuição dos assassinatos de pessoas trans por região brasileira, nordeste e sudeste, foram as duas regiões que concentraram o maior número de assassinatos de pessoas trans. Com exceção de 2021, em todos os outros anos, a região nordeste, em específico, foi a que mais concentrou os assassinatos. Esses dados seguem confirmando números e tendências levantadas pelo GGB, como vimos na seção anterior, que também aponta as regiões Sudeste e Nordeste como as mais violentas para pessoas LGBTI+.

Novamente, lidamos com uma imagem de violência que pode ser associada a uma região, subsequentemente, a grupos sociais ou territórios, a partir dos “números LGBTI+”. Tal percurso analítico seria resultado de uma leitura que associa os dados produzidos à revelação de uma realidade indiscutível, o que seria desconsiderar também o contexto de produção desses dados, implicados diretamente com uma noção de

“subnotificação”. Por isso, ao mesmo tempo que essas regiões podem ser as mais violentas para as pessoas trans e LGBTI+, também podem ser regiões em que os movimentos sociais têm tido uma articulação bem sucedida com relação à divulgação de violências.

Figura 5: Taxas dos assassinatos anuais de pessoas trans por região (ANTRA).



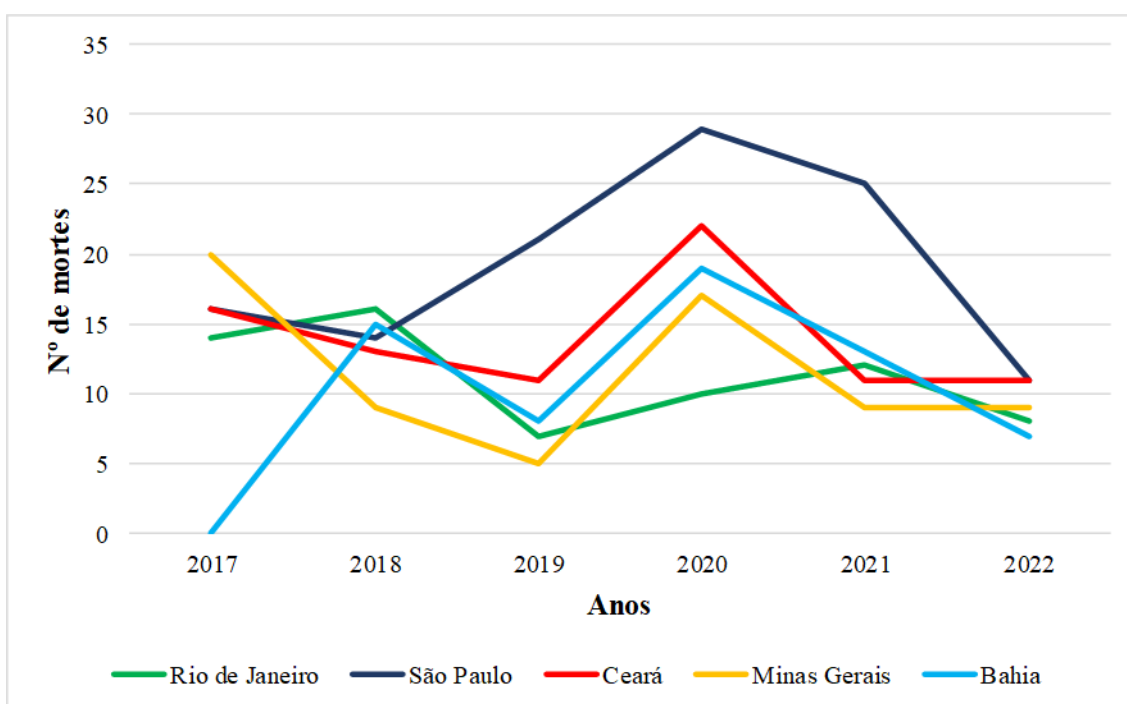
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da ANTRA.

Nesse sentido, a representação numérica e gráfica das taxas de assassinatos são imbuídas de outros elementos, como uma determinada representação de violência, enquadrando essas duas regiões como as mais violentas por si mesmas. Então, algumas ponderações analíticas podem nos ajudar a fornecer mais contexto para os “números LGBTI+” e os problemas sociais que buscam designar. Em primeiro lugar, a forma pela qual a coleta desses dados é feita pode ser mais abrangente nessas regiões, o que influi diretamente nos resultados e números obtidos. Em segundo lugar, os dados estatísticos são escolhidos como uma forma de representar determinado problema social como legítimo, tendo como ambiguidade enquadrar uma realidade em estatística e números, desconsiderando dimensões qualitativas contextuais importantes.

Ao considerarmos os cinco estados com maior número de assassinatos de pessoas trans de 2017 a 2022, temos Minas Gerais com os maiores números absolutos em 2017,

totalizando 20. Em 2018, ano seguinte, o Rio de Janeiro se destacou como o estado mais violento, totalizando 16 mortes, apenas uma a mais que o segundo lugar, a Bahia, com 15. São Paulo se destacou com o maior número absoluto de assassinatos entre 2019 e 2021. Em 2022, São Paulo e Ceará, um estado da região Sudeste e outro da região Nordeste, marcaram o mesmo número absoluto de assassinatos: 11 cada. Nesse sentido, ambos os estados seguem sendo representativos do padrão histórico, em que as regiões mais violentas para a população LGBTI+ são essas.

Figura 6: Taxas anuais do assassinato de pessoas trans por estado (ANTRA).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da ANTRA.

Com relação à posição do Brasil como um dos “países que mais mata pessoas trans” no mundo, em primeiro lugar, ressaltamos como os números produzidos pela ANTRA visam uma crítica política às violências dirigidas a pessoas por conta de diferenças de gênero no país. Além disso, ao mesmo tempo que produz essa noção, amparada em dados que em sua maior parte são dos próprios movimentos sociais, produz a contradição de que o Brasil é um dos países que mais produz “números LGBTI+”, tendo em vista a própria possibilidade da representação estatística. Nesse sentido, consideramos que o Brasil também é um dos países onde a produção de estatísticas pelos movimentos LGBTI+ é fortemente desenvolvida, mesmo com a

ausência de financiamento ou apoio institucional. Portanto, trata-se de uma posição política embasada em uma linguagem estatística, que através de séries históricas, números e representações gráficas, criam uma realidade que enquadra o país a partir de sua intolerância às diferenças e discriminações dirigidas às pessoas trans.

Nas palavras de Coacci (2018), as posições sustentadas pelos movimentos trans com base nos números suscitam “contra-narrativas” ao conhecimento produzido pelos “órgãos oficiais”, como a mídia ou o Estado.

Os relatórios produzidos pelo movimento trans funcionam nessa disputa, então, como uma forma de conhecimento contra-público que, insistindo em ser oposto ao conhecimento oficial dos jornais, do Estado e do registro civil, faz emergir uma narrativa alternativa da morte dessas pessoas, com o nome e o gênero com o qual essas pessoas supostamente se identificavam. Há uma dimensão ética e de justiça nessa forma de contra-narrativa que está relacionada, mas que extrapola a estratégia da política institucional. (Coacci, 2018, 203:204).

As pesquisas realizadas pela ANTRA sinalizam os aspectos prejudiciais da ausência de dados sobre a população LGBTI+, em específico para a população trans, como a falta de políticas públicas e ações direcionadas pelo Estado para o combate das desigualdades. Por isso, apontam que, mesmo realizando tais pesquisas, a subnotificação de casos é um fator levado em consideração, o que tem relação direta com a metodologia utilizada: os casos de violência precisam ser publicizados para serem acessados ou encaminhados para a ANTRA. Assim, através dos números e da construção de uma narrativa numérica, busca-se explicitar como o Brasil tem se constituído como um país violento para a população de travestis e mulheres trans com um perfil jovem.

3.3. Movimento por Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+): “o 1º Censo LGBTI+”

No caso de uma pesquisa, como as que produzem estatísticas pelos movimentos LGBTI+, um relatório é a materialização dos resultados obtidos e a forma de tornar legítima uma demanda coletiva através dos números. Durante a realização da pesquisa

de mestrado, pudemos acompanhar a produção do relatório do MAPPA LGBTI+⁵⁹, que atuou na cidade de São Carlos entre 2020 e 2022, a partir da iniciativa de um grupo de pessoas trans.

Uma das principais diferenças da pesquisa realizada em São Carlos pelo MAPPA LGBTI+, em comparação às discutidas nas seções anteriores, é o interesse por dados relativos ao acesso a serviços públicos, assim como a dimensão local em nível municipal. A ausência de dados quantitativos sobre esses aspectos apresentaria, de acordo com interlocutores de pesquisa, a dificuldade na construção de políticas públicas que atinjam e levem em consideração as características da população LGBTI+. Por isso, conceitos importantes são os de gênero e de orientação sexual, não reconhecidos em pesquisas governamentais que abrangem o contexto nacional.

Houve um primeiro período que abarcou a construção do formulário da pesquisa⁶⁰, que foi elaborado anteriormente à minha entrada em campo. O formulário contou com 70 questões, divididas pelas seções sociodemográficas (questões 3 a 30), serviços públicos de saúde (questões 31 a 40), serviços públicos de educação (41 a 46), violência e segurança pública (questões 48 a 61), participação em organizações políticas ou sociais (questões 62 e 63) e considerações finais (64 a 70). Um segundo período marcou a aplicação do formulário, que demorava aproximadamente 15 minutos para ser respondido e ficou disponível na internet para preenchimento de pessoas interessadas em participar da pesquisa, entre julho e setembro de 2021, o que proporcionou uma amostra de 389 respostas. Por fim, o terceiro período marcou a análise e discussão dos dados coletados, que consistiu na formação do GT de Análise de Dados e do uso de softwares que produzissem visualizações gráficas com base nos dados quantitativos, como Tableau Software⁶¹ e R⁶².

⁵⁹ Disponível no Anexo II.

⁶⁰ Disponível no Anexo I.

⁶¹ Tableau é um software de análise de dados pago, que produz análises visuais e é descrito em seu site oficial como uma forma de ajuda na tomada de decisões e eliminação de tarefas repetitivas. Nesse sentido, é válido ressaltarmos que a ferramenta é amplamente utilizada em setores do mercado de negócios. O uso do Tableau no MAPPA LGBTI+ foi feito apenas por pessoas do GT de Análise de Dados, que conseguiam acessar o uso gratuito do *software* através de contas universitárias institucionais. Disponível em: <https://www.tableau.com/pt-br/why-tableau/what-is-tableau>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁶² R é um software de análise de dados estatísticos, que funciona em diferentes sistemas operacionais a partir da linguagem de programação. Disponível em: <https://www.r-project.org/about.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

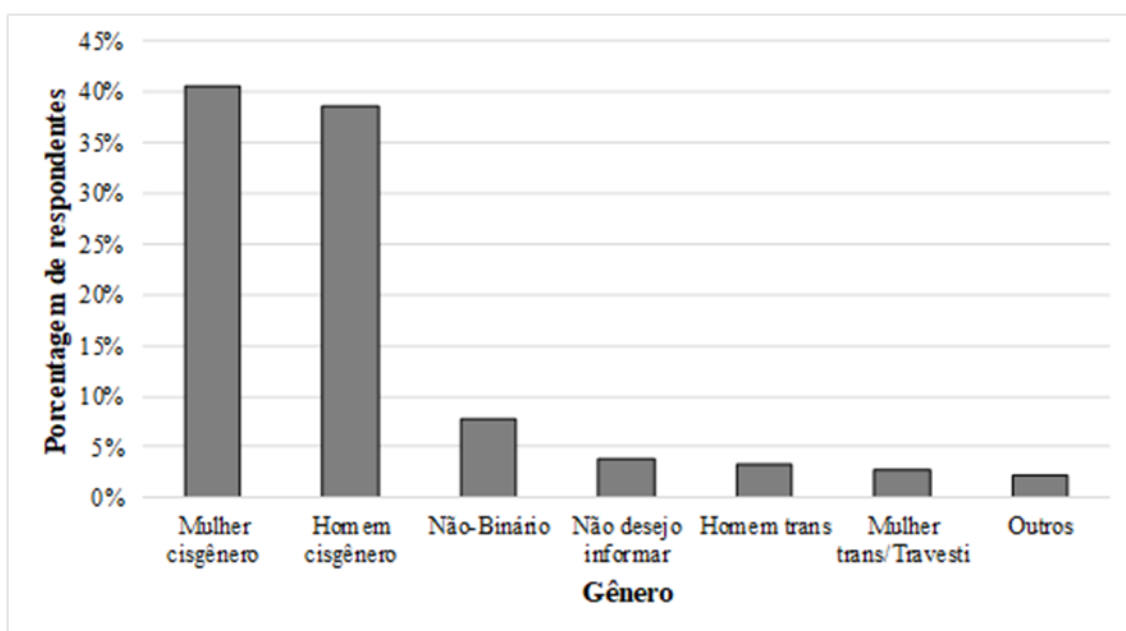
A pesquisa foi divulgada na rede social do coletivo⁶³ e em jornais locais, que envolviam o elemento da realização do “1º Censo LGBTI+” na cidade de São Carlos como forma de chamar atenção de possíveis respondentes.

Conforme podemos visualizar no gráfico da Figura 7, a distribuição de gênero se deu entre cinco agregados específicos de identidade, além das pessoas que não desejaram informar. Entre os cinco, criaram-se dois grupos: cisgêneros e transgêneros. Esse primeiro grupo evidencia uma distinção de gênero que têm sido acionada pelos movimentos LGBTI+, que propõe uma diferenciação entre pessoas que se identificam com o gênero atribuído no momento do nascimento e as pessoas que não se identificam. Houve uma concentração maior de respostas na categoria cisgênero, que corresponde a 79,18% dos respondentes, dentro da qual mulheres (40,62%) e homens representam as maiores faixas de respondentes, respectivamente. Na categoria transgênero, temos um maior número de pessoas que se identificaram como não-binárias, seguidas de homens trans e de mulheres trans/travestis.

Em termos de sexualidade, conforme podemos visualizar no gráfico da Figura 8, evidencia a concentração de respostas na categoria de pessoas bissexuais (35,99%), seguidas por pessoas que se autodeclararam gays (32,39%), pansexuais e lésbicas. Com menor expressão, estão as categorias de pessoas assexuais, heterossexuais e aquelas que não desejaram informar sua sexualidade. Em termos raciais (Figura 9), o perfil geral de respondentes é composto por uma maioria de pessoas que se identificaram como brancas, seguidas de pardas e pretas. Estas são as categorias raciais com maior número de respostas. Com menor expressão na amostra, estão as pessoas que se identificaram como amarelas e indígenas. Há uma tendência de que o perfil cisgênero reproduza a composição racial do perfil geral de respostas com as três categorias supracitadas, respectivamente, havendo uma alteração apenas quando levamos em consideração o perfil de pessoas trans, cuja somatória de pessoas pardas (33,33%) e pretas (10%) supera o total de pessoas brancas (36,67%).

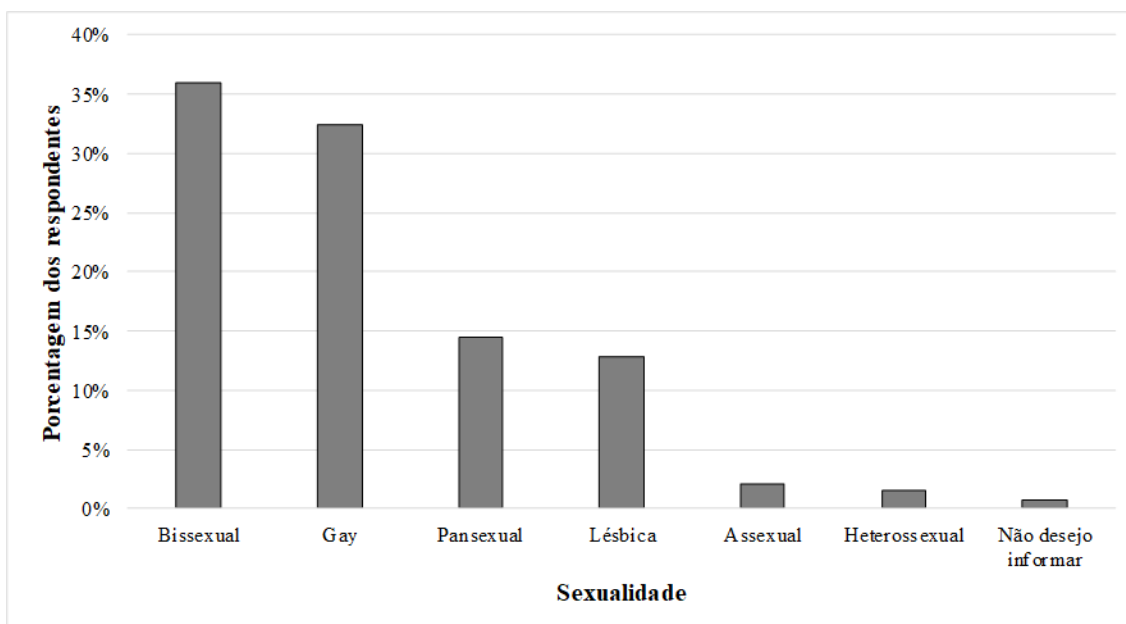
⁶³ Vídeo de divulgação do “1º Censo LGBTI+” em rede social do MAPPA LGBTI+. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COq4vxVA8t9/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Figura 7: Distribuição dos respondentes por gênero (MAPPA LGBTI+).



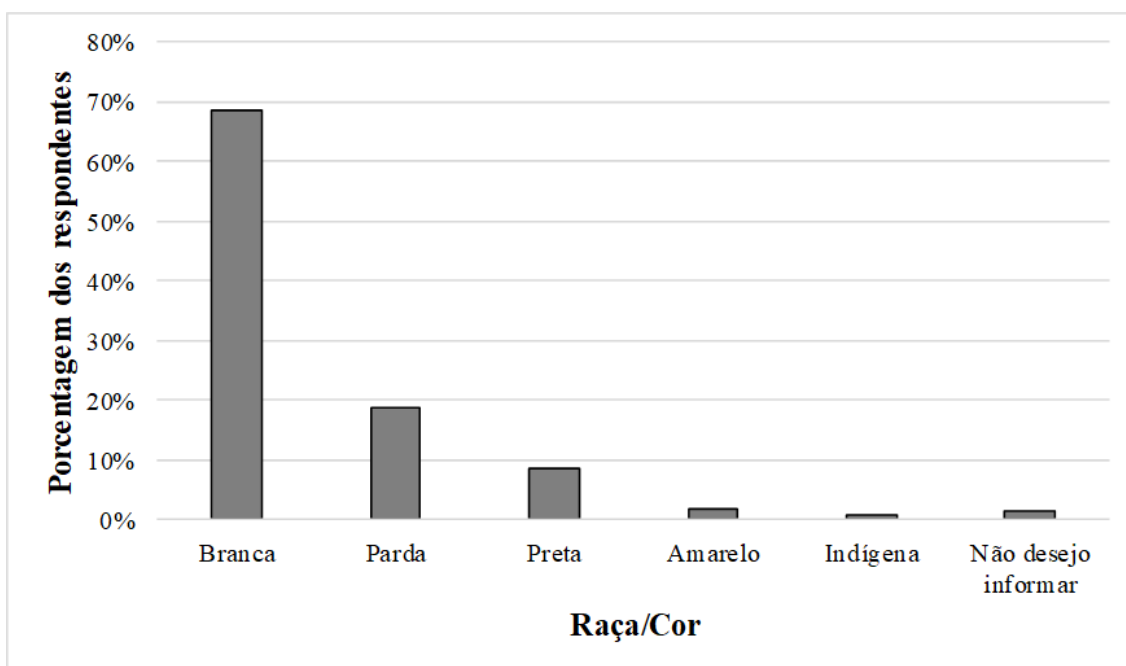
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

Figura 8: Distribuição dos respondentes por sexualidade (MAPPA LGBTI+).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

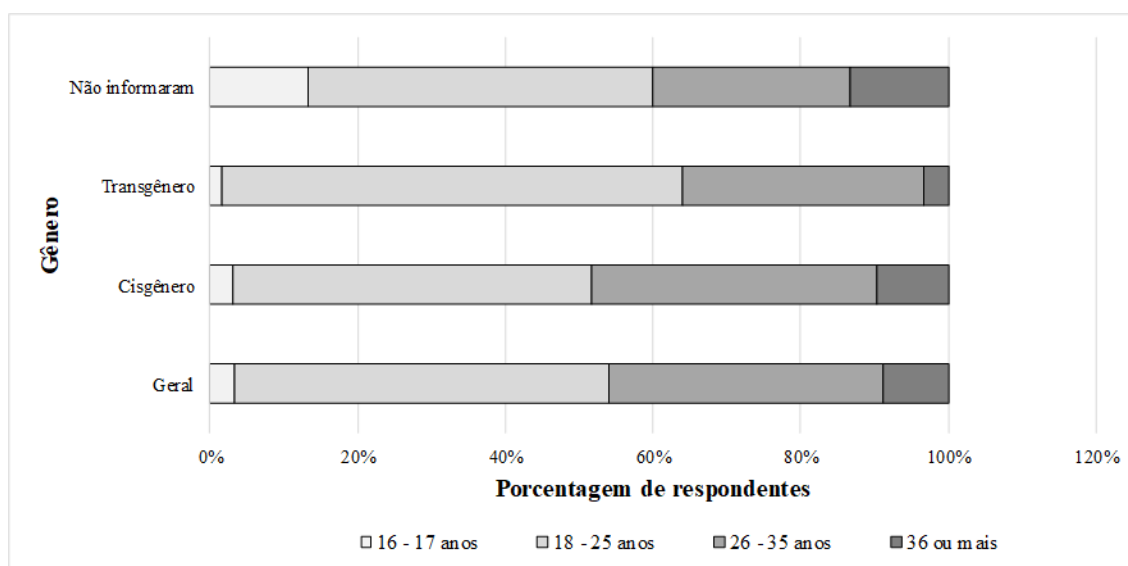
Figura 9: Distribuição dos respondentes por raça/cor (MAPPA LGBTI+).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

A opção metodológica da pesquisa por meios digitais foi um elemento considerado crítico em reuniões do coletivo. Um efeito disso seria a seleção de uma amostra composta principalmente por uma população mais jovem e escolarizada. Assim, uma limitação desses dados seria a de não atingir pessoas que vivem nas “periferias” ou mesmo pessoas com um “baixo nível de formação acadêmica”. Isso fica evidente quando consideramos a faixa etária dos respondentes, como podemos identificar na Figura 10, onde os dois menores agregados são os de idade entre 16 e 17 anos e maiores de 36 anos. A maior concentração está nas faixas de 18 a 25 anos e de 26 a 35 anos, tanto para pessoas que se identificavam como cisgênero quanto para as transgênero, assim como para aquelas que não informaram o gênero. Esses dados evidenciam que a pesquisa atingiu um público jovem, que provavelmente possui alguma relação institucional com as universidades presentes na cidade.

Figura 10: Distribuição dos respondentes por faixa etária (MAPPA LGBTI+).

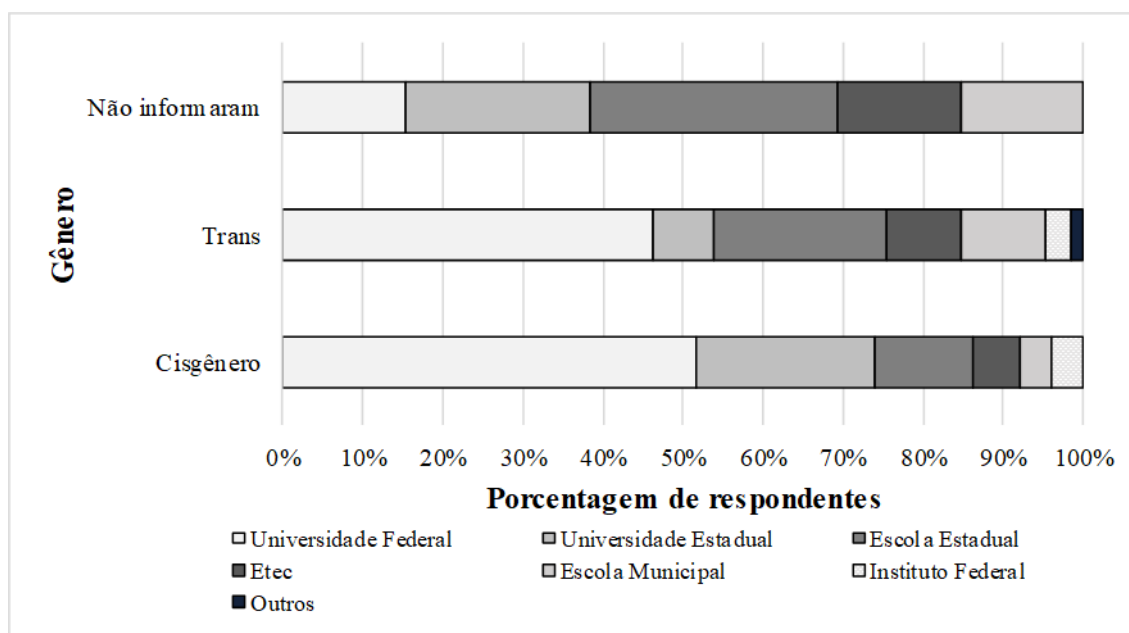


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

Em termos de escolaridade, o questionário não acessou nenhuma pessoa analfabeta. Essa característica da amostra remete aos contextos de aplicação da pesquisa, que se deu por meios digitais e que pressuponha a autonomia da pessoa que a respondesse. Assim, para passar por esse processo, a pessoa que desejasse realizar uma interlocução com a pesquisa, precisaria de um dispêndio de no mínimo quinze minutos de leitura e entendimento das questões propostas. Nesse sentido, essa característica se soma às limitações metodológicas e, por consequência, à ausência de financiamento, que inibiu a possibilidade de entrevistas presenciais em bairros e residências.

Com relação às pessoas com escolaridade, foi possível constatar que o serviço público de educação mais utilizado pela população LGBTI+ consultada foi a UFSCar. A diferença entre os perfis de pessoas cisgênero e trans é mais evidente ao compararmos com o segundo serviço de educação mais utilizado, a Universidade Estadual. Isso pode ser interpretado como fruto das Políticas de Ações Afirmativas implementadas pela UFSCar, que incentivaram o acesso e a permanência de estudantes com diferentes origens no ensino superior. Com relação aos serviços públicos de educação, contudo, respondentes que se autodeclararam gays (34,13%) e trans (33,93%) pontuaram as maiores taxas de discriminação por serem LGBTI+, respectivamente.

Figura 11: Distribuição de serviços públicos de educação utilizados (MAPPA LGBTI+).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

Para compreender como os números e estatísticas produzidas pela amostra de respondentes da pesquisa aplicada pelo coletivo, recorreremos aos dados do diário de campo. Com essa digressão, buscamos elucidar as tensões provenientes da amostra de pessoas “*jovens*” e “*universitárias*”, que forneciam limites para uma compreensão mais ampla da população LGBTI+ local. No dia 14 de junho de 2022, ocorreu uma das últimas reuniões do MAPPA LGBTI+ e a pauta que guiou a discussão foram os números coletados à luz dos comentários feitos pelas Mães Bordadeiras pela Diversidade ao relatório. Uma das integrantes do coletivo estava reproduzindo a tela com o arquivo do relatório aberto na chamada pelo Google Meet e a discussão se desenrola de maneira a tornar evidente certa insatisfação pelas limitações explicativas do cenário mais amplo da cidade de São Carlos a partir dos dados coletados.

Quando chegamos ao comentário referente ao uso da categoria raça/cor, as Mães Bordadeiras haviam comentado que seria um cruzamento frutífero com outros levantamentos. Maria Rita aponta que poderia ser interessante para identificar se revelaria uma disparidade. Maria responde que não sabe se há necessidade. Bia acredita que os critérios do IBGE são de relevância nacional, que embasa outras pesquisas. Maria Rita diz que o comentário pode ter mais relação com a possibilidade de comparação, não necessariamente

sobre os critérios. Rafaela comenta, em seguida, sobre o vício do “*público universitário*” na amostra, que não necessariamente representa a realidade brasileira. “*O problema da pandemia*”, enfatiza Maria Rita. Maria fala sobre o texto inicial, realizando apontamentos sobre as limitações dos dados, que compreende um público majoritariamente universitário. Rafaela brinca: “*Os dados são ruins, mas a realidade ampla é pior*”. (Trecho do diário de campo, 14 de jun. de 2022, grifos nossos)

Em primeiro lugar, cabe ressaltar a influência das estatísticas governamentais na produção dos números LGBTI+. Mesmo com a ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual, as considerações sobre raça/cor são vistas como uma possibilidade de aproximação aos “grandes números” (Desrosières, 1998), tendo em vista que essas são categorias consideradas em sua produção. Portanto, para compreendermos os números LGBTI+, é necessário superarmos certas “manias positivistas” que envolvem o uso das estatísticas. Mais do que produzir números que retratem uma suposta realidade social completa e fidedigna, trata-se de consolidar as próprias categorias de mensuração propostas em uma narrativa que busque criticar sua ausência nas estatísticas oficiais.

3.3.1. O espaço da classe no mapeamento

O Estado de São Paulo adquire centralidade na história do país a partir da ascensão da plantação cafeeira como principal mercadoria e, posteriormente, como polo privilegiado da industrialização. São Carlos é um município que se localiza na região central do interior do Estado de São Paulo e possui duas universidades públicas e um instituto federal. Através da Lei Municipal nº 14.917⁶⁴, de 23 de abril de 2009, de autoria do então vereador Lineu Navarro (PT), conferiu ao município o título de “Capital do Conhecimento”. Assim, o município é emblemático por produzir fortes paralelos locais com as histórias mais amplas do Estado e do país.

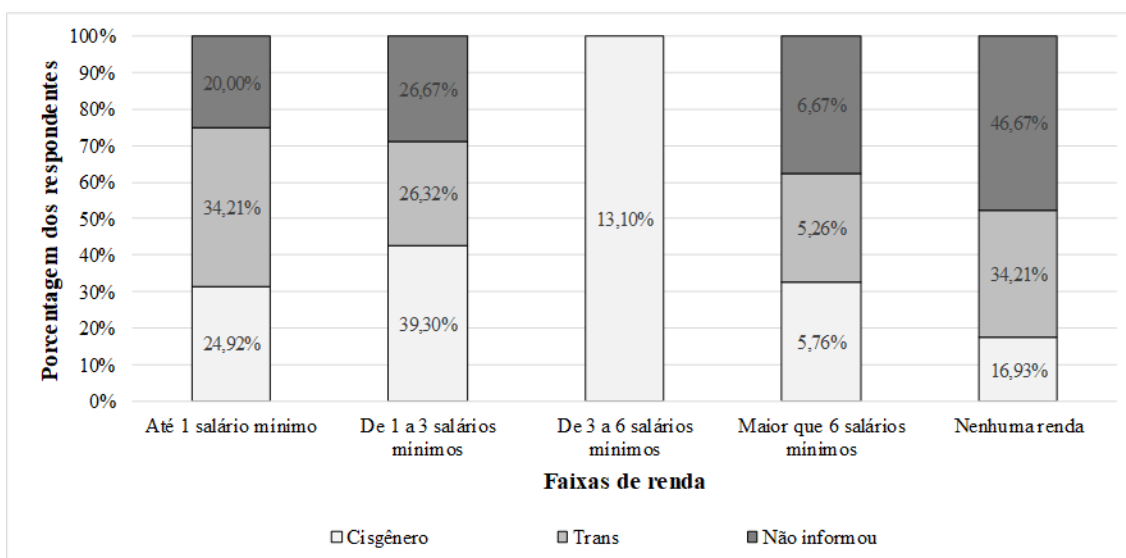
Nos detemos brevemente sobre os que possibilitam uma análise da relação com a renda mensal dos respondentes e sua distribuição pelo território de São Carlos. Esse

⁶⁴ **Lei Municipal nº 14.917.** Disponível em: https://file.camarasaoCarlos.sp.gov.br/70792/lei/arquivo/CODIGOLEI_17532.pdf. Acesso em: 16 de jun. 2024.

critério torna possível a identificação de características sociais de classe e sua relação com o espaço físico.

O formulário do MAPPA LGBTI+ acessou os aspectos de renda dos respondentes a partir do recebimento mensal aproximado, de forma que as opções fornecidas foram: nenhuma renda, até 1 salário mínimo (R\$ 1.100,00), de 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.100,01 até R\$ 3.300,00), de 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.300,01 até R\$ 6.600,00), de 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.600,01 até R\$ 9.900,00) ou, por fim, mais de 9 salários mínimos (a partir de R\$ 9.900,01). Como podemos ver na Figura 11, a ausência de renda ou o recebimento de até 1 salário mínimo foram faixas expressivas entre pessoas trans. Nesse sentido, os dados apresentam a característica de baixa renda entre essa categoria de gênero. Pessoas que se identificaram como cisgênero, concentram suas faixas de renda principalmente entre 1 a 3 salários mínimos e até 1 salário mínimo.

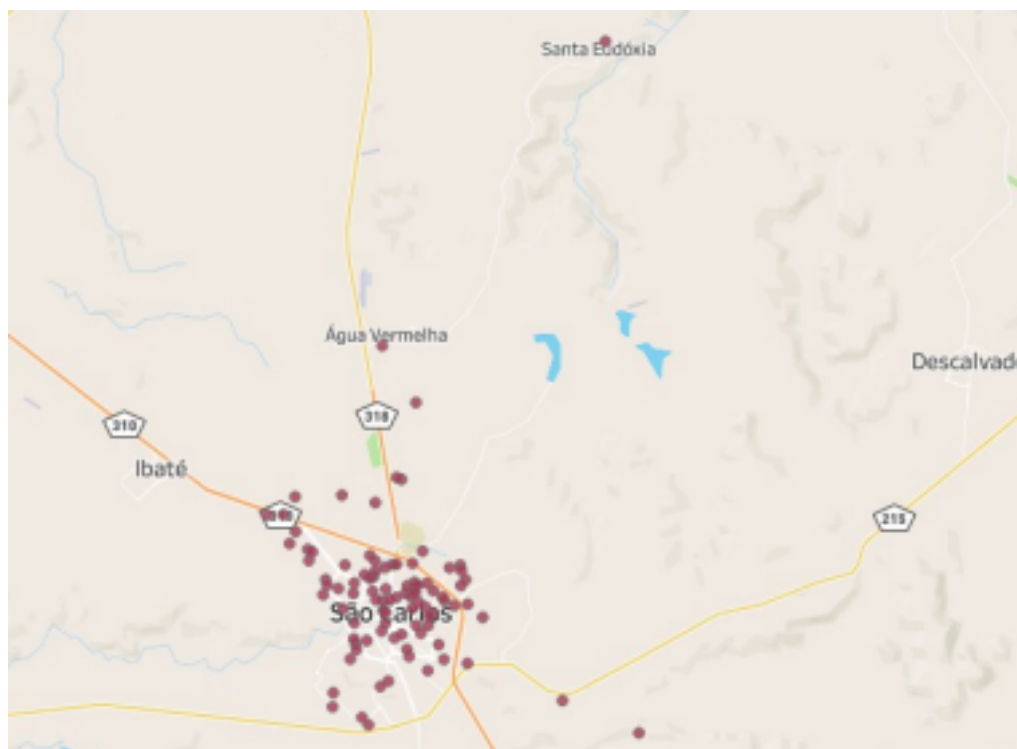
Figura 12: Distribuição dos respondentes pelas faixas de renda (MAPPA LGBTI+).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

Na Figura 13 é possível visualizar a distribuição total de respondentes pelo território. Identificamos a maior concentração de respostas entre pessoas que moravam no perímetro urbano, com poucas respostas no perímetro rural e nos distritos do município, como Santa Eudóxia e Água Vermelha.

Figura 13: Distribuição de respondentes pelo território de São Carlos.



Fonte: MAPPA LGBTI+, 2022.

Nas Figuras 14, 15 e 16 é possível visualizar uma representação mais ampla do território da cidade. Nas representações escolhidas, utilizamos o critério do recebimento de renda mensal das pessoas que responderam ao questionário do MAPPA LGBTI+, que nos fornece um parâmetro de classe, tornando possível identificarmos a distribuição no espaço físico a partir de critérios econômicos.

Como fica expresso na Figura 14, abaixo, o recorte das pessoas sem renda evidencia quarenta e uma pessoas distribuídas pelo território do município. É notória a localização em regiões como Residencial Deputado José Zavaglia, Jardim Itamaraty, Parque Fehr, Jardim Vista Alegre, entre outros, que são bairros populares da cidade. Essas denominações dos bairros carregam sentidos sociais diferentes, mas possuem a relação com a distância do centro da cidade como uma característica comum. Nesse sentido, as dinâmicas e relações da população LGBTI+ com esses lugares são diferentes das que veremos em comparação à Figura 16, em que respondentes com maior renda

Figura 16: Distribuição de respondentes com mais de 9 salários mínimos pelo território de São Carlos.



Fonte: MAPPA LGBTI+, 2022.

Na Figura 16, as distinções ficam mais expressivas, quando aparecem apenas nove marcações no mapa, correspondente às pessoas que recebiam mais de nove salários-mínimos. Uma das marcações é o Parque do Espirado, outras duas se localizam na região central da cidade, próximas ao São Carlos Clube, enquanto outras duas se localizam no Parque Faber II e no Parque Tecnológico Damha, respectivamente. Tradicionalmente, a região central da cidade é caracterizada pela classe média, tendo em vista os valores de aluguéis mais altos. Além disso, os dois últimos bairros citados, localizados mais afastados do centro e nos arredores da cidade são de classes mais altas e residentes de condomínios. Os próprios nomes dos bairros, já constata, no cotidiano dos moradores da cidade, posições sociais muito diferentes das regiões onde se concentram pessoas com baixa renda.

Se o espaço físico retraduz o espaço social e, portanto, as desigualdades e disputas (Bourdieu, 2008), podemos notar a disparidade de renda como um critério relevante para a distribuição da população LGBTI+ pelo espaço físico. Tem-se como efeito, a concentração de maiores rendas nas mãos de poucas pessoas no território da cidade de São Carlos. As pessoas com nenhuma ou pouca renda, espalhadas pela cidade, traduzem as dificuldades na própria mobilidade, principalmente quando se localizam em regiões mais afastadas da região central. Já as pessoas com altas rendas, ou ficam em posições

centrais ou nos arredores da cidade, onde existem bairros com famosos condomínios fechados. Além disso, o espaço físico se (re)constrói cotidianamente pela produção de lei, pelas disputas econômicas e pelos efeitos de processos sociais historicamente construídos.

3.3.2. Serviços Públicos de Saúde

A preocupação com dados quantitativos sobre o acesso às políticas públicas pela população LGBTI+ local foi um diferencial da pesquisa realizada pelo MAPPA. No caso dos serviços públicos de saúde, esse foi um dos principais focos, tendo em vista um problema social anterior, que se referia ao interrompimento do tratamento de hormonioterapia pelo SUS para pessoas trans no ano de 2020. Nesse sentido, a iniciativa do coletivo enquanto uma prática local de quantificação, possibilitou a formulação de documentos inovadores que apontam as limitações daqueles produzidos pelo Estado.

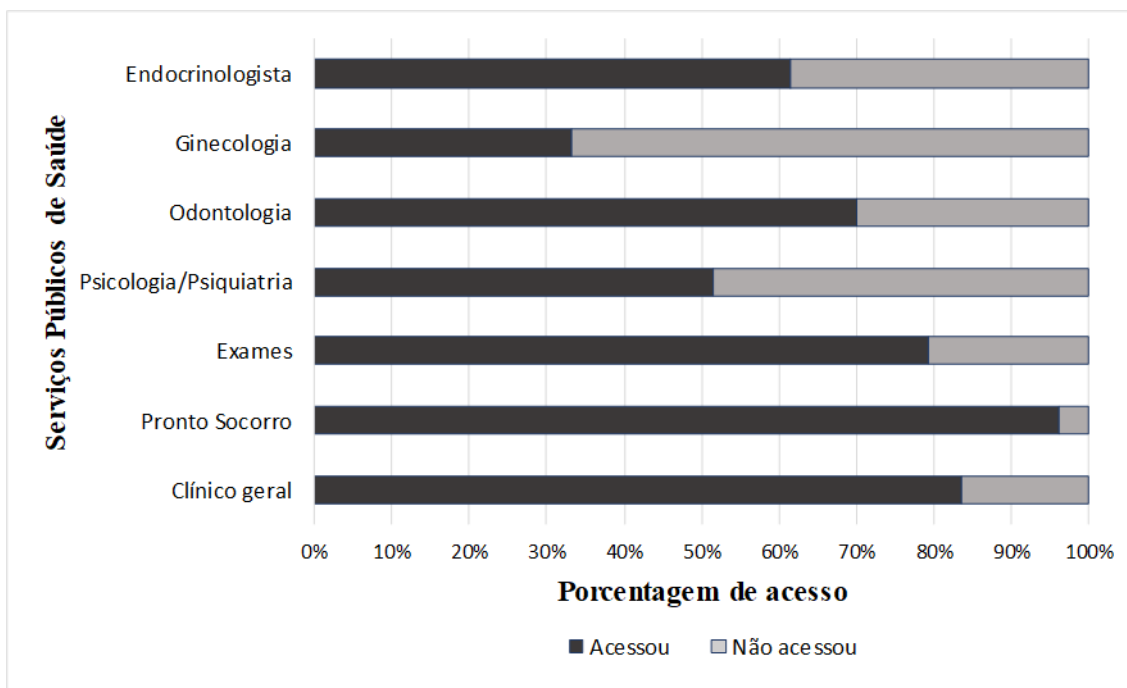
Ao perguntar no formulário se ao considerar o período dos últimos 5 anos, caso houvesse feito ou fizesse uso do nome social, se havia tido respeito por parte das instituições de saúde pública, a pesquisa do MAPPA constatou que apenas 22,72% da população trans afirmou ter o nome social respeitado em serviços públicos de saúde, e que 48,9% disseram não ir ao médico por tanto por desrespeito ao gênero, medo ou demora no atendimento.

Além disso, a pergunta relacionada a ter precisado de medicamentos ou tratamentos contínuos ou específicos do serviço público na cidade nos últimos 5 anos proporcionou resultados interessantes. Isso porque, a pergunta seguinte tinha o intuito de saber se aqueles serviços ou medicamentos não foram acessados ou recebidos.

Como podemos visualizar no gráfico da Figura 17, que busca representar a comparação entre o acesso e a ausência do acesso, visualizamos que os serviços menos acessados pelas pessoas cisgênero foram, respectivamente, os de ginecologia e psicologia/psiquiatria. Por outro lado, os mais acessados foram o Pronto Socorro, Clínico Geral e Exames. A partir desses dados, podemos considerar que os serviços de saúde mais pontuais, que não demandam continuidade, como é o caso dos três serviços mais acessados, são mais fáceis de serem utilizados pela população em questão. Os

menos acessados, da mesma forma, demandam não só um atendimento especializado, como geralmente pressupõem a continuidade em consultas periódicas, o que os torna mais difíceis de serem acessados pela população.

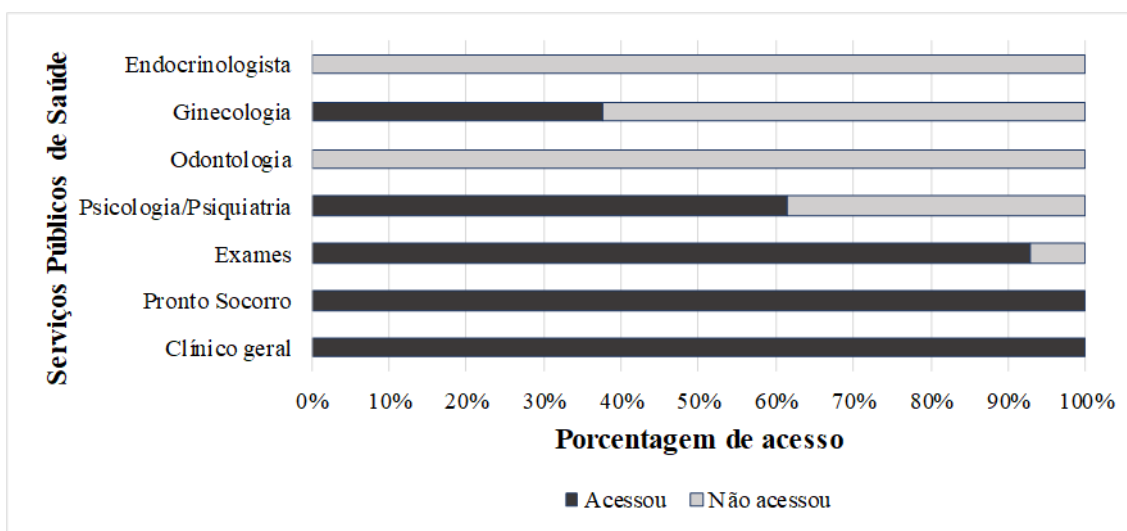
Figura 17: Distribuição do acesso de pessoas cisgênero aos serviços públicos de saúde.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados pelo MAPPA LGBTI+.

Com relação aos serviços públicos de saúde menos acessados por pessoas trans, conforme o gráfico na Figura 14, temos os de endocrinologia e odontologia, que não obtiveram nenhum acesso, seguidos pelo serviço de ginecologia, que teve um percentual de 37,5% de acessos. Os mais acessados, seguindo certa similaridade com relação ao perfil cisgênero, foram o Pronto Socorro e Clínico Geral, com 100% de acessos, seguidos por Exames, com 92,85% de acessos. Portanto, a ausência do atendimento endocrinológico para pessoas trans, um dos motivadores políticos para a iniciativa do MAPPA LGBTI+, se traduz nos números coletados.

Figura 18: Distribuição do acesso de pessoas trans aos serviços públicos de saúde.



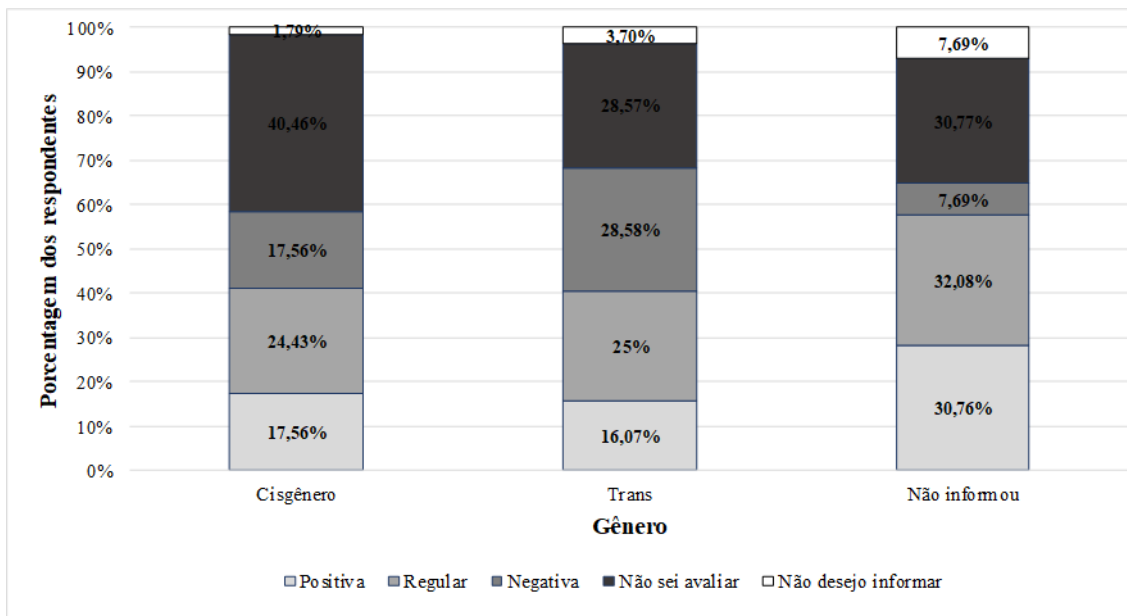
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados pelo MAPPA LGBTI+.

Neste sentido, a pesquisa realizada pelo MAPPA evidencia a ausência de atendimento endocrinológico para pessoas trans, por meio da realidade quantificada que exprime as respostas obtidas pelo questionário. As diferenças de sexualidade e de gênero são tornadas visíveis na comparação dos agrupamentos propostos. Apesar das diferenças entre os grupos que são comparados, as semelhanças também são perceptíveis. A dificuldade em acessar serviços públicos de saúde é um fenômeno que afeta a população LGBTI+, de maneira diferente a partir das distintas demandas de cada segmento, quando consideramos a dificuldade em utilizar determinados serviços de alguma identidade comparada a outra, mas ainda assim afeta a coletividade.

Na Figura 15, podemos visualizar que a maior parte dos respondentes cisgênero não soube avaliar os serviços públicos de saúde ou teve avaliações regulares. Nesse sentido, chama a atenção a expressividade de pessoas dessa categoria que não sabem avaliar os serviços públicos de saúde. As avaliações positivas e negativas obtiveram o mesmo número de respostas.

Por outro lado, na categoria de pessoas trans, as avaliações negativas e regulares são iguais, seguidas das avaliações regulares e, por último, as positivas. De maneira geral, é interessante como os números traduzem quantitativamente uma similaridade na avaliação de pessoas LGBTI+, quando consideramos as pessoas que identificaram seu gênero.

Figura 19: Distribuição de avaliação do atendimento público de saúde por gênero.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

3.3.3. Nome social

Quando discutimos a experiência de pessoas trans, o respeito ao nome e à identidade de gênero são elementos que tensionam a “população LGBTI+” mais ampla. O nome social, como vimos no capítulo 2, é acionado na fala de uma ativista como um mecanismo institucional que “*precisa ser acompanhado*”. Foi uma política instituída em âmbito federal pela ex-presidenta Dilma Rousseff, a partir do Decreto nº 8.727⁶⁵, processo que foi resultado da adoção em diversos espaços institucionais anteriormente (Bento, 2014).

Para a socióloga Berenice Bento (2014), o nome social é uma política especificamente brasileira na promoção de respeito às pessoas trans, caracterizada por ser uma gambiarra legal que constitui mais um episódio na trajetória brasileira marcada pela inclusão precária de seus cidadãos, no sentido de fornecer um direito sem a alteração substantiva na realidade de pessoas LGBTI+ e, em específico, das pessoas

⁶⁵ Decreto nº 8.727. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

trans. Em 2022, a Lei nº 14.382 alterou o artigo 56 da Lei de Registros Públicos para permitir que qualquer pessoa maior de idade (não só pessoas transgênero_, a qualquer tempo, requeira a mudança de prenome, independentemente de justificativa e de autorização judicial - direito que antes, em regra, só podia ser exercido no prazo de um ano após a maioridade.

A pesquisa realizada pelo MAPPA LGBTI+ disponibilizou perguntas sobre o uso de nome social nos serviços públicos, como se a pessoa respondente fazia uso do nome social (questão 18), a partir da qual era possível responder: sim; não sou uma pessoa trans ou travesti; já usei, mas não uso mais; já usei antes de retificar os documentos; sou uma pessoa trans ou travesti, mas nunca usei nome social; não sei responder ou não desejo informar. Pouco menos da metade das pessoas trans consultadas (42,11%) disseram fazer ou já ter feito uso do nome social. Dentro deste grupo, a maior parte ainda fazia uso quando respondeu a pesquisa (59,38%), enquanto o restante (41,62%) não fazia mais uso quando respondeu. Isto pode ter sido por terem feito a retificação de prenome e gênero em seus documentos ou por optarem por não fazer mais uso do nome social.

O nome social foi visto como uma política paliativa no momento de sua implementação, pois buscava respeitar a identidade de pessoas trans, ao mesmo tempo que era ambíguo na prática. Isto porque os dados da pessoa que utilizasse tal recurso, seja em uma consulta médica ou nos espaços educacionais, poderiam aparecer relacionando o nome social ao nome que não é mais desejado, comumente designado por pessoas trans como “*nome morto*”.

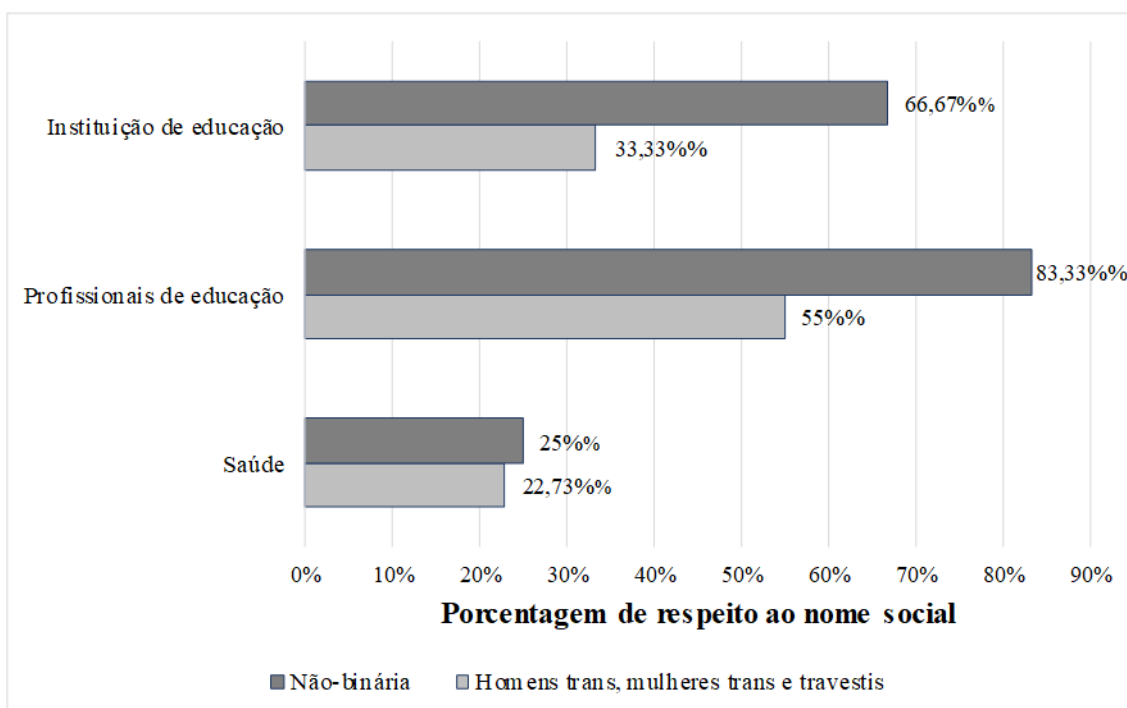
A retificação do prenome e gênero nos documentos, entretanto, foi custosa por algum tempo, quando requeria a realização de processos judiciais para a alteração, o que aumentava os custos e dificultava o acesso. A partir do Provimento 73/2018⁶⁶ do Conselho Nacional de Justiça, o processo de retificação se tornou “facilitado” por não necessitar mais de processo de judicialização, podendo ser realizado diretamente nos cartórios, com a apresentação de um grande conjunto de documentos.

Como podemos visualizar no gráfico da Figura 20, nos serviços públicos de educação, seja pela instituição ou pelos profissionais, as taxas de respeito ao nome

⁶⁶ **Provimento 73/2018.** Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_73_28062018_02072018160046.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

social de pessoas trans são maiores que nos serviços públicos de saúde. Ainda assim, os dados exprimem a ambiguidade ressaltada acima, por apresentarem consideráveis taxas de desrespeito. Na primeira cena descrita no capítulo 2, vemos a representante do CRDH questionar por que, apesar da existência de legislação, o respeito ao nome social não estaria acontecendo. Nesse sentido, os números não fornecem uma leitura unívoca, mas permitem identificar que as taxas de respeito ao nome social são baixas e não traduzem na prática, mesmo após alguns anos de implementação em diversas esferas administrativas, serem efetivas no respeito às diferenças.

Figura 20: Taxas de respeito ao nome social nos serviços públicos de educação e saúde.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MAPPA LGBTI+.

*

Buscamos explorar neste capítulo alguns dos significados e algumas das leituras possíveis a partir do que propomos denominar de “números LGBTI+”, enfatizando sua relação com as propostas políticas dos movimentos sociais. O GGB e a ANTRA continuam a publicar seus relatórios anuais, o que tem relação com a consolidação histórica desses segmentos e sua continuação por meio de alianças com outros grupos,

organizações ou instituições. As reuniões do MAPPA, contudo, pararam de ocorrer e a proposta de divulgar as informações, transformando os números produzidos em apresentações gráficas mais simples para a sociedade local, não foi concretizada. Isso se deveu à falta de financiamento da proposta, mas também ao contexto local, em que a recepção administrativo-institucional foi baixa, além dos canais de participação social estarem fragilizados, como o CMDS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção das estatísticas pelos movimentos LGBTI+ suscita a associação das letras que nomeiam as diferenças qualitativas de identidade de gênero e orientação sexual a números que permitem calcular quantitativamente os efeitos desiguais da diferença nomeada. Compreender esse processo “das letras aos números”, como buscamos nesta dissertação, nos permite visualizar como os movimentos LGBTI+ brasileiros têm produzido os “números LGBTI+”, construídos a partir da operacionalização das categorias de identidades sexuais e de gênero elaboradas historicamente. Conforme buscamos argumentar, esses números direcionam críticas à ausência de identidade de gênero e orientação sexual nos critérios de mensuração das estatísticas governamentais, através do acionamento de uma linguagem estatística para a reivindicação de políticas públicas. Também defendemos que esses números se contrapõem à ausência de memória administrativo-institucional nos aparatos desenvolvidos para a população LGBTI+ pelo Estado brasileiro.

Ao articularmos os debates teóricos sobre as diferenças, como gênero, sexualidade, raça e classe, e os que tratam dos processos sociais de quantificação, pudemos estabelecer que a construção de identidades e números não são neutros. A partir da contribuição de autores no âmbito de teorias pós-estruturalistas, *queer* e feminista, pudemos compreender a construção de sujeitos políticos como fenômenos contextuais e atravessados por dinâmicas de poder. Desde a criminalização e patologização das identidades dissidentes no período colonial e republicano brasileiro, até as categorias políticas emergentes a partir da segunda metade do século XX, observamos o esforço no sentido de qualificar as identidades. No século XXI, a institucionalização das políticas públicas, como o Programa Brasil Sem Homofobia e as medidas para a população LGBTI+ que dele derivaram, evidenciaram certa intensificação das políticas de identidades nos espaços de participação social e dificuldades orçamentárias.

Apesar da relevância dos “números LGBTI+”, por produzirem uma população quantificável e serem dados inovadores no que se refere às diferenças de gênero e sexualidade, é válido refletirmos sobre as limitações da produção de estatísticas como estratégia política. Por vezes, as pesquisas, relatórios e números produzidos supõem cidadãos que saibam ler e interpretar os dados, tanto no nível da prática política, quanto

no nível dos sujeitos acessados por tais pesquisas. Acompanhando os relatórios, é possível identificar que, com o tempo, foram sendo refinados e se consolidando, produzindo efeitos como outros movimentos que se atentem a tais aspectos da população LGBTI+. Ainda assim, apresentam metodologias frágeis quando comparadas aos censos nacionais ou outras pesquisas institucionais.

Mesmo com esses dilemas, buscamos demonstrar como os movimentos LGBTI+ têm direcionado críticas ao Estado, através de suas pesquisas, elemento que traz à tona os próprios sentidos evocados pela etimologia da palavra estatística, o “estado”. Refletir sobre a produção de estatísticas, como foi proposto neste texto, levanta sérias questões sobre os sentidos de cidadania no contexto contemporâneo, a construção de políticas públicas e a perspectiva do Estado brasileiro, assim como os próprios limites de suas ações. Neste sentido, identificamos que no contexto de São Carlos, o diálogo administrativo-institucional tem se constituído de maneira precária, o que fica evidente em encontros promovidos pelo Conselho Municipal de Diversidade Sexual, em que este é descrito a partir da metáfora do “*sangramento*” ou por ter como característica ser “*sem história*”.

As dificuldades no diálogo entre sociedade civil, poder público e administração pública, que ficaram evidentes nos encontros acompanhados, podem ser lidas como efeitos do contexto de intensificação do conservadorismo a partir de 2015 e 2016, tanto no contexto local quanto no nacional, que contribuiu para o processo de descontinuação dos aparatos institucionais criados na década anterior para a população LGBTI+.

Outro aspecto da produção de estatísticas pelos movimentos LGBTI+ é o financiamento para a realização das pesquisas. É notável a diferença nas amostras das pesquisas, muito menores que aquelas produzidas por instituições e órgãos administrativos do Estado, que produzem mensurações de gênero e sexualidade através de outras referentes às estatísticas oficiais.

A partir da realização da pesquisa, enquanto pesquisador, foi possível experienciar diferentes lugares e posições em campo. Inicialmente como analista e redator do relatório da pesquisa realizada pelo MAPPA LGBTI+, acompanhando a elaboração e formalização das demandas do coletivo por políticas públicas. Posteriormente, com a desarticulação do coletivo, ao acompanhar outras formas de ativismo LGBTI+ que se apresentavam nos movimentos LGBTI+ local, atuei como redator de ATAs no CMDS,

na reunião de outros coletivos, integrante da Comissão de Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero da OAB. Até que, em determinado momento, do projeto de pesquisa que buscava compreender as demandas, estava produzindo uma política pública, junto à Associação Blanca González, que foi a 1ª Feira da Diversidade e Inclusão, que ocorreu na Praça Coronel Salles no dia 13 de abril de 2024.

Conforme essas posições se alteravam ou se sobrepunham, a participação em campo também ganhava novos sentidos. Em suma, após o que buscamos expor, concluímos que o coletivo MAPPA LGBTI+ evidenciou uma experiência complexa e com relevância política enquanto uma ação coletiva associada à população LGBTI+ local. Sua experiência seguiu em consonância com os movimentos LGBTI+ brasileiros, que a partir de outros enquadramentos, também têm produzido dados e números. A análise dos encontros e das interações entre os membros do MAPPA LGBTI+ revela uma dinâmica horizontal e colaborativa, ainda que desafiadora, na tentativa de equilibrar a tecnicidade das análises estatísticas com a acessibilidade e aplicabilidade dos resultados para a comunidade. As discussões sobre terminologias e conceitos de gênero e sexualidade apontam para a construção contínua de um entendimento coletivo, essencial para a efetividade das reivindicações e ações do grupo.

Em suma, o MAPPA LGBTI+ se destaca como um exemplo de mobilização social que, através da produção de linguagem estatística e da articulação do sujeito político LGBTI+, buscou produzir reivindicações. Portanto, a construção dos "números LGBTI+" é mais do que uma simples tarefa de coleta de dados; é uma forma de elaboração coletiva e de operacionalização de conceitos elaborados historicamente. Esses números são relevantes para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que envolvem a população LGBTI+ e para a promoção de mudanças estruturais, sendo um campo aberto à investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguião, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

Aguião, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” “academia”. In: Sérgio R. R. Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla C. Teixeira (orgs.), **Antropologia das Práticas de Poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014.

Aguião, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). **Cadernos Pagu** (51), 2017.

Anderson, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Verso: London/New York. 1983 [2006].

Balieiro, Fernando. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. **Sociedade e Estado**. 2022, v. 37, n. 2, pp. 551-573.

Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara N. B. (orgs.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara N. B. (orgs.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expresso Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara N. B. (orgs.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expresso Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

Benevides, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

Benevides, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

Bento, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Bento, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, jan. – jun. 2014, pp. 165-182.

Brah, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329–376, 2006.

Bruno, Isabelle, *et al*, **The Social Sciences of Quantification:** From politics of Large Numbers to Target-Driven Policies. Logic, Argumentation & Reasoning: Interdisciplinary Perspectives from the Humanities and Social Sciences, Springer, 2016.

Bourdieu, Pierre. Efeitos de lugar. In: A miséria do mundo. 7ª ed, **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2008.

Butler, Judith. **Undoing gender.** Routledge, New York, 2004.

Butler, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [2003], 16ª ed. 2018.

Butler, Judith. **Corpos que importam:** sobre os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: Editora N-1, 1ª ed. 2019.

Camargo, Alexandre de Paiva Rio. **A construção da medida comum:** estatística e política de população no Império e na Primeira República. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Camargo, Alexandre; Lima, Renato Sérgio de; Hirata, Daniel Veloso. “Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, 2021, pp. 20-40.

Carrara, Sérgio; Ramos, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade.** Pesquisa 9a Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004. CEPESC: Rio de Janeiro, 2005.

Carrara, Sérgio e SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu** (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, pp. 65-100, 2007.

Carvalho, Angelita A.; Barreto, Rafael C. V. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, pp. 4059-4064, 2021.

Curiel, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Impresol Ediciones, Bogotá, D. C. 2013.

Coacci, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais, 2018.

Colling, Leandro. A igualdade não faz meu gênero: Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual de gênero no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n.2, jul.- dez. 2013, pp. 405-427.

Colling, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador, Edufba, 2015.

Dagnino, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? En Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

De Rosa, Eugenia. Gender Statactivism and NGOs: Development and the use of gender sensitive data for mobilizations and women's rights”. **Partecipazione e Conflitto**, v. 7, n. 2, 2014, pp. 314-347.

Didier, Emmanuel; Bruno, Isabelle. “O ‘estatativismo’ como uso militante da quantificação”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, 2021, pp. 82-109.

Dosse, François. **História do estruturalismo**: v. 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Tradução Álvaro Cabral – São Paulo: Ensaio; Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

Duggan, Lisa. **The twilight of equality**. 1st. ed. Boston: Beacon Press, 2003.

Facchini, Regina. **Sopa de letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 241 p, 2002.

Facchini, Regina. “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. **Cadernos AEL**, Campinas, V. 10, n. 18/19, 2003.

França, Isadora L. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Fraser, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua nova**, 70, São Paulo, 2007.

Foucault, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque - 8ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.

Foucault, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. 1ª ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

Green, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Traduzido por Crisina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Hacking, Ian. How should we do a History of Statistics?. In: **The Foucault Effect: studies in governmentality**. Edited by Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller. University of Chicago Press, Chicago, 1991.

Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Hocquenghem, Guy. **El deseo homosexual**. Barcelona: Melusina, 2009.

Irineu, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. 277f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Irineu, Bruna Andrade. **Nas Tramas da Política Pública LGBT: um estudo crítico acerca da experiência brasileira (2003-2015)**. 1ª ed. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

Jesus, Jaqueline Gomes de Jesus. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2ª ed, Brasília, 2012

Lima, Renato Sérgio. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Leite Junior, Jorge. **“Nossos corpos também mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

Leite, Vanessa Jorge. **Impróprio para menores?** Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. 2014. 366 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

Lima, Renato Sérgio de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MacRae, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: **A construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”** [online]. pp. 37-49, Salvador: EDUFBA, 2018.

Martin, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, nº 41, p. 13-34, 2001.

Martins, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2020.

Mello, Luiz; Brito, Walderes; Maroja, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403–429, jul. 2012.

Miskolci, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

Morland, Iain. What can queer theory do for intersex?. **GLQ: A journal of Lesbian and Gay Studies**, 15(2), p. 285-312.

Motta, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. **Mana**, v. 25, n. 1, pp. 72-94, 2019.

Oliveira, José Marcelo Domingos de. **Desejo, preconceito e morte: assassinatos de LGBT em Sergipe 1980 a 2010**. 2012. 251 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

Pelúcio, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre a prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos: UFSCar, 2007.

Perez, Olívia Cristina; Filho, Alberto Luís Araújo Silva. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, Vol. 11, nº 1, pp. 255-294, 2017.

Piscitelli, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, pp. 7-42.

Pollak, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Porter, Theodore M. **Trust in Numbers: The pursuit of Objectivity in Science and Public Life**. Princenton University Press, Princenton, New Jersey, 1995.

Puar, Jasbir. **Terrorists assemblages: homonationalism in queer times**. Duke University Press, Durham, 2007.

Quinalha, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Rayara, Megg. Por que você não me abraça? **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. 2018.

Truzzi, Oswaldo; Bassanezi, Maria Silvia. População, grupos étnico-raciais e economia

cafeeira: São Carlos, 1907. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul-dez, 2009, pp. 197-218.

Vergili, Guilherme E. **Institucionalização de políticas LGBTs**: Um estudo sobre a criação do tripé da cidadania LGBT no município de São Carlos entre os anos 2009 e 2012. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar-São Carlos, 2012.

Warner, Michael. **Fear of a queer planet**: Queer politics and social theory. Social Text Collective. Publisher: Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

Weber, Max. **A política como vocação**. Tradução de Maurício Tragtenberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Wittig, Monique. El pensamiento heterosexual. In: **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona, Madrid: Editorial Egales, 2006 [1980].

ANEXO I

O Anexo I trata da reprodução do formulário elaborado pelo MAPPA LGBTI+ na íntegra.

1. Você mora em São Carlos?

☐ Sim

☐ Não

2. Você é LGBTI+?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não desejo informar.

PERFIL SOCIOECONÔMICO

3. Qual é o bairro que você mora atualmente?

4. Zona de moradia.

☐ Aldeia

☐ Rural

☐ Urbana

☐ Não sei.

5. Situação de moradia atual

(Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.)

☐ Albergue/centro de acolhida

☐ Abrigo institucional

☐ Alojamento

☐ Aluguel

- ☐ Assentamento/ocupação/acampamento
- ☐ Casa de amigo/parente
- ☐ Casa própria
- ☐ Hotel/pousada/hostel
- ☐ Moro de favor
- ☐ Situação de rua

6. Você considera o local seguro?

- ☐ Muito seguro
- ☐ Seguro
- ☐ Pouco seguro
- ☐ Perigoso
- ☐ Não sei avaliar

7. Contando com você, quantas pessoas vivem nesse local?

- ☐ Somente eu
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 ou mais

8. Sua identidade de gênero e sexualidade são respeitadas pelas pessoas com quem você mora?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes
- ☐ Moro só
- ☐ Não sei avaliar
- ☐ Não desejo informar

9. Atualmente existe alguém, alguma situação ou sentimento que te impede de expressar seu gênero ou sua sexualidade? Se sim, qual (quais) opção (opções) abaixo?

- ☐ Família
- ☐ Amigos, conhecidos
- ☐ Namorado/a/e
- ☐ Religião
- ☐ Escola
- ☐ Trabalho
- ☐ Medo
- ☐ Culpa
- ☐ Vergonha
- ☐ Não existe, expesso meu gênero e/ou sexualidade
- ☐ Não quero responder

10. Se quiser, comente:

11. Desde o início da pandemia, você teve preocupação que a comida na sua casa acabasse antes que você tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

12. Com que frequência isto ocorreu?

- ☐ Em quase todos os dias
- ☐ Em alguns dias
- ☐ Em apenas 1 ou 2 dias
- ☐ Não sei

☐ Não aconteceu

13. Desde o início da pandemia, você ficou sem dinheiro (ou produção) para ter uma alimentação saudável e variada?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

14. Com que frequência isto ocorreu?

☐ Em quase todos os dias

☐ Em alguns dias

☐ Não sei

☐ Não aconteceu

15. Desde o início da pandemia, você alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia produção ou dinheiro suficiente para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

16. Com que frequência isto ocorreu?

☐ Em quase todos os dias

☐ Em alguns dias

☐ Em apenas 1 ou 2 dias

☐ Não sei

☐ Não aconteceu

17. Desde o início da pandemia, você recebeu algum auxílio para alimentação (cestas básicas, produtos alimentares, vales, tickets, etc...)? Se sim, qual a origem desse auxílio?

☐ Família ou amigos

☐ Órgãos ligados ao Governo Estadual

- ☐ Órgãos ligados ao Governo Federal
- ☐ CRAS - órgão ligado à Prefeitura Municipal
- ☐ Centro de Referência em Direitos Humanos - órgão ligado à Prefeitura Municipal
- ☐ ONGs, Organizações Religiosas, Organizações Sociais
- ☐ Universidades
- ☐ Auxílio Emergencial
- ☐ Não recebi

18. Você usa nome social?

“O nome social é uma política que permite às pessoas trans utilizarem os nomes pelos quais se identificam em diferentes instituições, como escolas (listas de chamadas), serviços de saúde (cartão SUS, prontuários, etc.) e em alguns documentos, como RG. O importante de ressaltar é que o nome social NÃO MUDA o nome escrito na certidão de nascimento, ele apenas permite que o nome de identificação seja utilizado socialmente.” (fonte: PoupaTrans)

- ☐ Sim
- ☐ Não sou uma pessoa trans ou travesti
- ☐ Já usei, mas não uso mais
- ☐ Já usei antes de retificar os documentos
- ☐ Sou uma pessoa trans ou travesti, mas nunca usei nome social
- ☐ Não sei responder
- ☐ Não desejo informar

19. Você fez a retificação dos seus documentos?

“A retificação de prenome e/ou gênero é o procedimento administrativo que permite a ALTERAÇÃO do nome e/ou gênero nos documentos pessoais, substituindo o nome registrado na Certidão de Nascimento por aquele que a pessoa se identifica.” (Fonte: PoupaTrans)

- ☐ Sim
- ☐ Não, mas quero retificar os documentos
- ☐ Não e não quero retificar
- ☐ Estou fazendo a retificação dos documentos agora
- ☐ Não sei responder
- ☐ Não sou uma pessoa trans ou travesti

☐ Não desejo informar

20. Idade:

☐ 16 - 17

☐ 18 - 25

☐ 26 - 35

☐ 36 - 45

☐ 56 - 65

☐ 66+

21. Gênero?

☐ Travesti

☐ Transmasculino/Homem trans

☐ Transfeminina/Mulher trans

☐ Não-Binário

☐ Homem cisgênero*

☐ Mulher cisgênero*

☐ Não desejo informar

22. Você é uma pessoa Intersexo?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

☐ Não desejo informar

23. Sexualidade

Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

☐ Lésbica

☐ Homossexual/gay

☐ Bissexual

- ☐ Heterossexual
- ☐ Assexual
- ☐ Pansexual
- ☐ Não desejo informar

24. Raça/cor

- ☐ Preto
- ☐ Pardo
- ☐ Indígena
- ☐ Amarelo
- ☐ Branco
- ☐ Não desejo informar

25. Você é uma pessoa com deficiência?

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Sim, motora (Ex: Paralisia Cerebral; Distrofia Muscular; Esclerose Múltipla; Esclerose
- ☐ Amiotrófica Lateral; Artrite; Parkinson)
- ☐ Sim, auditiva (Ex: Perda Total ou Parcial da Audição; Surdez Congênita; Surdez Adquirida; Surdez Unilateral; Surdocegueira; Pessoas Surdas Oralizadas e/ou Sinalizadas)
- ☐ Sim, visual (Ex: Cegueira; Baixa-visão; Catarata; Glaucoma; Daltonismo)
- ☐ Sim, cognitiva, neuronal ou de aprendizagem (Ex: Dislexia, Transtorno do Espectro do Autismo; Déficit de Atenção; Afasia; Discalculia; Síndrome de Down; Alzheimer)
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não desejo informar

26. Atualmente você tem uma fonte de renda própria?

☐ Sim

☐ Não

27. Qual é o valor da sua renda mensal, aproximadamente?

☐ Nenhuma renda

☐ Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.100,00).

☐ De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.100,01 até R\$ 3.300,00).

☐ De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.300,01 até R\$ 6.600,00).

☐ De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.600,01 até R\$ 9.900,00).

☐ Mais de 9 salários mínimos (a partir de R\$ 9.900,01)

28. Qual é a origem da maior parte da sua renda própria?

☐ Cabeleireira(o)

☐ Profissional do sexo

☐ Auxiliar de Limpeza

☐ Auxiliar de Cozinha

☐ Vendedor(a)/ atendente

☐ Atendente telefonista

☐ Ambulante

☐ Marketing Digital

☐ Costureira(o)

☐ Tecnologia

☐ Audiovisual

☐ Faxina

☐ Caixa de lojas, supermercados

☐ Barbeiro

☐ Telemarketing

☐ Bolsas da universidade/faculdade

- ☐ Ajuda de familiares ou pessoas conhecidas
- ☐ Auxílios do Governo ou da cidade
- ☐ No momento não tenho renda própria

29. Tipo de vínculo ou situação de trabalho.

- ☐ Trabalho Formal (Carteira assinada - CLT)
- ☐ MEI (Autônomo Formal)
- ☐ Trabalho Informal (faz bicos)
- ☐ Empregador/Profissional Liberal
- ☐ Pensionista ou aposentada
- ☐ Concursado em serviço público
- ☐ No momento não tenho vínculo de trabalho

30. Se você precisou se apresentar para alistamento militar em São Carlos, como você avalia a experiência?

- ☐ Excelente
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo
- ☐ Não sei avaliar
- ☐ Não precisei me alistar
- ☐ Não me alistei em São Carlos

SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

As perguntas a seguir se referem aos serviços públicos de saúde utilizados por você em São Carlos nos últimos 5 anos.

31. Nos últimos 5 anos, quais SERVIÇOS PÚBLICOS de SAÚDE você usou ou usa em São Carlos?

Você pode selecionar mais de uma opção.

- ☐ Santa Casa de São Carlos
- ☐ AME - Ambulatório Médico do Governo de São Paulo
- ☐ CeME - Centro Municipal de Especialidades em Saúde
- ☐ UBS - Unidades Básicas de Saúde / postos de saúde
- ☐ UPA - Unidade de Pronto Atendimento
- ☐ CAIC - Centro de Atendimento de Infecções Crônicas
- ☐ CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
- ☐ CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
- ☐ USF - Unidade de Saúde da Família
- ☐ CEO - Centro de Especialidades Odontológicas
- ☐ Ambulatório de Pronto Atendimento da UNICEP
- ☐ DeAS - Departamento de Atenção a Saúde (UFSCar)
- ☐ USE - Unidade Saúde Escola da UFSCar
- ☐ HU - Hospital Universitário
- ☐ Não uso serviços públicos de saúde em São Carlos
- ☐ Não desejo informar

32. Nos últimos 5 anos, você tem ido à consultas médicas com qual frequência?

Escolha a opção que mais se aproxima da sua realidade.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pelo menos uma vez por mês
- ☐ Uma vez a cada três meses
- ☐ Uma vez a cada seis meses
- ☐ Uma vez ao ano
- ☐ Não sei responder
- ☐ Não fui nenhuma vez
- ☐ Não desejo informar

33. Se não vai ao médico toda vez que precisa, qual é o motivo?

- ☐ Não fico doente com frequência
- ☐ Preguiça
- ☐ Falta de tempo
- ☐ Não respeitam meu gênero ou sexualidade
- ☐ Demora no atendimento
- ☐ É muito longe da minha casa
- ☐ Vou ao médico sempre que preciso
- ☐ Medo ou insegurança
- ☐ Não desejo informar

34. Se quiser, comente**35. Nos últimos 5 anos, você precisou de quais medicamentos/ tratamentos contínuos ou específicos do SERVIÇO PÚBLICO na cidade de São Carlos?**

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Endocrinologista/ hormônios
- ☐ Terapia de IST/HIV
- ☐ Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ou Profilaxia Pós-Exposição (PEP)
- ☐ Psicologia/ Psiquiatria
- ☐ Clínico Geral
- ☐ Odontologia
- ☐ Ginecologia
- ☐ Tratamento de Dependência Química
- ☐ Pneumatologista
- ☐ Oncologia
- ☐ Medicamentos diversos
- ☐ Exames

- ☐ Infectologia
- ☐ Proctologista
- ☐ Pronto Socorro
- ☐ Não precisei/preciso
- ☐ Não desejo informar

36. Caso não os tenha recebido, indique quais:

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Endocrinologista/ hormônios
- ☐ Terapia de IST/HIV
- ☐ Psicologia/Psiquiatria
- ☐ Clínico Geral
- ☐ Ginecologia
- ☐ Infectologia
- ☐ Odontologia
- ☐ Proctologia
- ☐ Exames
- ☐ Medicamentos diversos
- ☐ Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ou Profilaxia Pós-Exposição (PEP)
- ☐ Pneumatologista
- ☐ Oncologia
- ☐ Tratamento de Dependência Química
- ☐ Pronto Socorro
- ☐ Minhas necessidades foram ou são atendidas
- ☐ Não procurei os serviços de saúde
- ☐ Não precisei ou não preciso
- ☐ Não desejo informar

37. Você usa hormônios regularmente?

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Sim, uso com acompanhamento médico
- ☐ Sim, uso por conta própria
- ☐ Atualmente não uso, mas já usei com acompanhamento médico
- ☐ Atualmente não uso, mas já usei por conta própria
- ☐ Não, mas gostaria de usar
- ☐ Não, e não gostaria de usar
- ☐ Não desejo informar

38. Fez alguma intervenção corporal?

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Cirurgia Plástica
- ☐ Histerectomia
- ☐ Hormonização
- ☐ Mastectomia
- ☐ Procedimento Estético
- ☐ Redesignação Genital
- ☐ Silicone/Silicone Industrial
- ☐ Não fiz
- ☐ Não desejo informar

39. Como você avalia o atendimento e preparo das PESSOAS atendentes, médicas, enfermeiras e demais FUNCIONÁRIAS da SAÚDE PÚBLICA de São Carlos ao lidarem com questões LGBTI+?

- ☐ Excelente
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

- ☐ Péssimo
- ☐ Não sei avaliar
- ☐ Não uso serviços públicos de saúde em São Carlos
- ☐ Não desejo informar

40. Considerando os últimos 5 anos, se você usa/usou NOME SOCIAL, seu nome é/foi respeitado nas instituições de SAÚDE PÚBLICA de São Carlos?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Não uso/usava nome social
- ☐ Não uso serviços públicos de saúde em São Carlos
- ☐ Não desejo informar

SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO

As perguntas a seguir se referem aos serviços públicos de educação utilizados por você em São Carlos nos últimos 5 anos.

41. Escolaridade

- ☐ Analfabeto
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação incompleta
- ☐ Pós-graduação completa

42. Considerando os últimos 5 anos, quais SERVIÇOS PÚBLICOS de EDUCAÇÃO você usa ou usou na cidade de São Carlos?

- ☐ Escola Municipal/EMEJA
- ☐ Escola Estadual
- ☐ Universidade Federal
- ☐ Universidade Estadual
- ☐ Instituto Federal
- ☐ ETEC
- ☐ Não estudo/estudei em São Carlos

43. Como você avalia o atendimento e preparo das PESSOAS professoras, diretoras, coordenadoras e FUNCIONÁRIAS do ESPAÇO EDUCACIONAL PÚBLICO de São Carlos ao lidarem com questões LGBTI+?

- ☐ Excelente
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo
- ☐ Não sei avaliar
- ☐ Não estudo em São Carlos
- ☐ Não estudo
- ☐ Não desejo informar

44. Nessa instituição em que você estuda ou estudou, as pessoas funcionárias da instituição tratavam todos estudantes sem fazer distinção por sexualidade ou identidade de gênero?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei avaliar

☐ Não estudo/estudei em São Carlos

☐ Não estudo

☐ Não desejo informar

45. Nos últimos 5 anos, se você usa/ usou NOME SOCIAL", seu nome é/foi respeitado pela INSTITUIÇÃO PÚBLICA de EDUCAÇÃO onde você estuda/estudou em São Carlos?

Por exemplo: nas listas de chamada; listas públicas que divulguem nomes; plataformas de ensino; e-mail institucional etc.

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

☐ Não uso/usava nome social

☐ Não estudo em São Carlos

☐ Não estudo

☐ Não desejo informar

46. Considerando os últimos 5 anos, se você usa/usou NOME SOCIAL, seu nome é/foi respeitado pelas PESSOAS FUNCIONÁRIAS nas instituições de EDUCAÇÃO PÚBLICA de São Carlos?

Por exemplo: ao se referirem à você; ao conversarem com você; ao fazerem chamada etc.

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

☐ Não uso/usava nome social

☐ Não estudo em São Carlos

☐ Não estudo

☐ Não desejo informar

VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

As perguntas a seguir se referem a violências que possam ter ocorrido com você nos ÚLTIMOS 5 ANOS em São Carlos devido a sua identidade de gênero ou sexualidade. As respostas dessa seção não são obrigatórias.

47. Você se sente confortável para responder perguntas sobre violências que você possa ter vivido por ser uma pessoa LGBTI+? Se responder "NÃO" você pulará a seção.

- ☐ Sim
- ☐ Não - Pular para pergunta 62

CASOS DE VIOLÊNCIA

48. Nos últimos 5 ANOS você passou por alguma dessas violências?

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Física
- ☐ Verbal
- ☐ Psicológica
- ☐ Sexual
- ☐ Não sei avaliar
- ☐ Não fui vítima de violência
- ☐ Não quero responder

49. Se sofreu violência física nos últimos 5 ANOS, qual foi a frequência?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 ou 3 vezes
- ☐ 4 ou mais vezes
- ☐ Não sofreu
- ☐ Não quero responder

50. Se sofreu violência física nos últimos 5 ANOS, onde?

- ☐ Banheiros
- ☐ Serviços de saúde
- ☐ Casa dos pais ou familiares
- ☐ Casa de pessoas amigas ou conhecidas
- ☐ Casa de namorada/e/o
- ☐ Rua
- ☐ Transportes coletivos
- ☐ Local de trabalho
- ☐ Serviços de segurança pública
- ☐ Serviços de assistência social
- ☐ Estabelecimento comercial (supermercados, restaurantes, salões de beleza, hotéis, pensões, boates)
- ☐ Ensino público ou privado
- ☐ Estabelecimentos esportivos, clubes sociais
- ☐ Entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada
- ☐ Igrejas, templos e demais espaços religiosos
- ☐ Nenhum
- ☐ Não quero responder

51. Se sofreu violência verbal nos últimos 5 ANOS, qual foi a frequência?

- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Não quero responder

52. Se sofreu violência verbal nos últimos 5 ANOS, onde?

- ☐ Banheiros
- ☐ Serviços de saúde
- ☐ Casa dos pais ou familiares
- ☐ Casa de pessoas amigas ou conhecidas
- ☐ Casa de namorada/e/o
- ☐ Rua
- ☐ Transportes coletivos
- ☐ Local de trabalho
- ☐ Serviços de segurança pública
- ☐ Serviços de assistência social
- ☐ Estabelecimento comercial (supermercados, restaurantes, salões de beleza, hotéis, pensões, boates)
- ☐ Ensino público ou privado
- ☐ Estabelecimentos esportivos, clubes sociais
- ☐ Entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada
- ☐ Igrejas, templos e demais espaços religiosos
- ☐ Nenhum
- ☐ Não quero responder

53. Se sofreu violência psicológica nos últimos 5 ANOS, quantas vezes?

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 ou 3 vezes
- ☐ 4 ou mais vezes
- ☐ Não sofreu
- ☐ Não quero responder

54. Nos últimos 5 ANOS você passou por alguma dessas violências?

- ☐ Banheiros

- ☐ Serviços de saúde
- ☐ Casa dos pais ou familiares
- ☐ Casa de pessoas amigas ou conhecidas
- ☐ Casa de namorada/e/o
- ☐ Rua
- ☐ Transportes coletivos
- ☐ Local de trabalho
- ☐ Serviços de segurança pública
- ☐ Serviços de assistência social
- ☐ Estabelecimento comercial (supermercados, restaurantes, salões de beleza, hotéis, pensões, boates)
- ☐ Ensino público ou privado
- ☐ Estabelecimentos esportivos, clubes sociais
- ☐ Entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada
- ☐ Igrejas, templos e demais espaços religiosos
- ☐ Nenhum
- ☐ Não quero responder

55. Se sofreu violência sexual nos últimos 5 ANOS, qual foi a frequência?

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 ou 3 vezes
- ☐ 4 ou mais vezes
- ☐ Não sofreu
- ☐ Não quero responder

56. Se sofreu violência sexual nos últimos 5 ANOS, onde?

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Banheiros

- ☐ Serviços de saúde
- ☐ Casa dos pais ou familiares
- ☐ Casa de pessoas amigas ou conhecidas
- ☐ Casa de namorada/e/o
- ☐ Rua
- ☐ Transportes coletivos
- ☐ Local de trabalho
- ☐ Serviços de segurança pública
- ☐ Serviços de assistência social
- ☐ Estabelecimento comercial (restaurantes, salões de beleza, hotéis, pensões, boates)
- ☐ Ensino público ou privado
- ☐ Estabelecimentos esportivos, clubes sociais
- ☐ Entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada
- ☐ Igrejas, templos e demais espaços religiosos
- ☐ Nenhum
- ☐ Não quero responder

57. Algum desses casos de violência te levou a acionar algum serviço de SEGURANÇA PÚBLICA, em São Carlos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não quero responder

58. Caso a SEGURANÇA PÚBLICA não tenha sido acionada, qual(quais) foi(foram) o(s) motivo(s)?

Você pode selecionar mais de uma opção. Escolha o que mais se aproxima da sua realidade.

- ☐ Não respeitam meu gênero ou sexualidade
- ☐ Demora no atendimento

- ☐ Medo
- ☐ Preocupação com a impunidade
- ☐ Não desejo informar

59. Se quiser, comente

60. Se sim, sua denúncia foi efetiva?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não acionei
- ☐ Não quero responder

61. Se você usa/usava NOME SOCIAL, seu nome foi respeitado na(s) ocasião(ões) que precisou de algum serviço de SEGURANÇA PÚBLICA em São Carlos?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Não uso/usava nome social
- ☐ Não acionei os serviços de segurança pública
- ☐ Não quero responder

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS OU SOCIAIS

As perguntas a seguir se referem a possíveis organizações políticas ou sociais que você participe.

62. Você participa de algum movimento ou organização social?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

63. Qual organização?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

64. Você tem alguma sugestão de POLÍTICA PÚBLICA para pessoas LGBTI+ em São Carlos?

65. Você gostaria de participar de uma entrevista mais aprofundada futuramente?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

66. Se tiver marcado SIM ou TALVEZ na questão anterior, qual seu nome?

67. Caso tenha marcado SIM ou TALVEZ na questão sobre a entrevista, qual é a melhor forma de entrar em contato com você?

☐ Email

☐ Ligação por telefone/celular

☐ Mensagem via WhatsApp

☐ Pessoalmente

☐ Correspondência

68. De acordo com a sua escolha acima, informe o seu e-mail, o seu número de telefone fixo, o seu número de celular ou endereço para entrarmos em contato com você.

69. Gostaria de deixar alguma sugestão para o aprimoramento desse formulário?

70. Eu autorizo conceder meus dados para a organização MAPPA e contribuir com o Mapeamento sobre o acesso das populações LGBTI+ às políticas públicas na

cidade de São Carlos com o objetivo de ser analisado e embasar as proposições de políticas públicas no município.

☐ Sim, eu autorizo.

ANEXO II

O Anexo II se refere à reprodução do relatório do Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+) na íntegra. O relatório foi publicado na internet e seu acesso é possível através de um link específico⁶⁷, que redireciona o usuário interessado para uma exibição do arquivo em formato PDF. O link ficou disponibilizado na seção do perfil do MAPPA LGBTI+ no Instagram⁶⁸, rede social de compartilhamento de fotos.

Como discutimos durante o texto, a transformações dos números e dados presentes no relatório, mais extenso e de caráter técnico, em informações facilmente compreensíveis para a população mais ampla era um intuito do coletivo. Contudo, a desmobilização e a descontinuação desse aspecto do projeto fez com que isso não ocorresse.

Sendo assim, compreendemos que a inclusão desse documento como um anexo da dissertação era necessária, para que as informações não se perdessem, seja pela eventual obsolescência da rede social em que está disponível, da própria plataforma onde se encontra ou outras questões que incidem sobre documentos digitais. Além disso, tendo em vista o argumento que buscamos defender, relacionando a produção dos números LGBTI+ com a memória, não tomar cuidado com esses dados não seria proveitoso em termos de produção acadêmica, política e institucional.

Por isso, as próximas páginas são dedicadas à reprodução na íntegra das 88 páginas que compõem o relatório do MAPPA LGBTI+, que se dedicou à compreensão de aspectos quantitativos sobre a população LGBTI+ do município de São Carlos e sua relação com as políticas e serviços públicos.

⁶⁷ **Análise do Mapeamento realizado no ano de 2021.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fRTQbBLixPJzsw8DXzmGFOZ4rAQWNecB/view>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

⁶⁸ **MAPPA LGBTI.** Disponível em: https://www.instagram.com/mappa_lgbti/. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

MAPPA - MOVIMENTO DE AVANÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ATENÇÃO ÀS POPULAÇÕES LGBTI+

Análise do Mapeamento realizado no ano de 2021

Membros

Andrógine Zago, Gabe Teodoro Cruz, João
Otávio Galbieri, Letícia Caroline da Silva
David, Marcus Araújo, Márcia Oliveira,
Marina Yoza, Sofia Rodrigues,
Soraya Mattar

Mães Bordadeiras pela Diversidade

Márcia Oliveira

Defensoria Pública

Soraya Mattar

Análise dos Dados

João Otávio Galbieri
Letícia Caroline da Silva David
Marcus Araújo
Marina Yoza

Redação do Texto

João Otávio Galbieri
Letícia Caroline da Silva David

São Carlos

21 de Junho de 2022

Sumário

Lista de Tabelas	iii
Lista de Figuras	v
1 Introdução	1
1.1 Quem somos?	1
1.2 Apresentação do levantamento	2
1.3 Metodologia	5
2 Perfil Sociodemográfico	7
2.1 Gênero	7
2.2 Nome Social	9
2.3 Sexualidade	10
2.3.1 Impedimento de Expressar Gênero e Sexualidade	12
2.4 Raça/Cor	15
2.5 Faixa etária	18
2.6 Renda	19
2.7 Vínculo empregatício e origem da renda	21
2.8 Situação de moradia e percepção de segurança	24
2.9 Preocupação alimentar e financeira na pandemia, recebimento de auxílio financeiro e a origem do auxílio	27
2.10 Alistamento	30
3 Serviços Públicos de Saúde	31
3.1 Frequência em consultas médicas	31
3.2 Serviços públicos de saúde acessados e os não acessados	33
3.3 Hormonização	40

3.4	Avaliação do atendimento nos serviços públicos de saúde	41
3.5	Motivos para não ir ao médico	42
3.6	Nome social em serviços públicos de saúde	43
4	Serviços Públicos de Educação	45
4.1	Escolaridade	45
4.2	Serviços públicos de educação utilizados	46
4.3	Avaliação do atendimento e preparo dos profissionais da área da educação .	49
4.4	Distinção por ser LGBTI+	50
4.5	Nome social em serviços públicos de educação	51
5	Violência e Segurança Pública	53
5.1	Violências sofridas	53
5.2	Frequência dos tipos de violência	56
5.3	Esfera em que os tipos de violência ocorreram	60
5.4	Acionamento de serviços de segurança pública	67
5.5	Nome social em serviços de segurança pública	69
6	Considerações Finais	71
A	Apêndice	75
	Referências Bibliográficas	77

Lista de Tabelas

2.1	Distribuição dos respondentes por faixas etárias.	19
2.2	Distribuição de renda por gênero.	20
2.3	Distribuição de renda por gênero dos respondentes não-cisgênero.	20
2.4	Origem da renda dos respondentes.	23
2.5	Origem da renda dos respondentes categorizados como transgênero.	23
2.6	Preocupação alimentar e financeira alimentar na pandemia por gênero. . .	27
2.7	Frequência preocupação alimentar e financeira alimentar na pandemia por gênero.	28
2.8	Preocupação alimentar e financeira na pandemia por raça/cor.	28
2.9	Recebimento de auxílio durante a pandemia por gênero.	29
2.10	Distribuição da opinião dos respondentes sobre alistamento em São Carlos	30
3.1	Uso de hormônios.	41
3.2	Avaliação dos respondentes ao atendimento de saúde.	41
3.3	Motivos para não ir ao médico	43
4.1	Distribuição de respondentes por escolaridade.	46
4.2	Distribuição de respondentes por avaliação do atendimento de educação. .	49
4.3	Distinção por ser LGBTI+ por sexualidade	50
4.4	Distinção por ser LGBTI+ por gênero.	50
4.5	Distinção por ser LGBTI+ por raça/cor	51
5.1	Tipos de violência sofrida por gênero	54
5.2	Tipos de violência sofrida por pessoas cisgênero.	54
5.3	Tipos de violência sofrida por pessoas transgênero.	55
5.4	Tipos de violência sofrida por pessoas não-binárias ou que desejaram não informar o gênero.	56

5.5	Frequência de violência sofrida por gênero	59
5.6	Frequência de violência sofrida por gênero	60
5.7	Porcentagem de pessoas que não acionaram serviços de segurança pública.	68
5.8	Motivos para não acionar segurança pública	68
5.9	Efetividade da denúncia	69

Lista de Figuras

1.1	Disposição dos respondentes pela cidade de São Carlos.	5
2.1	Distribuição do perfil geral de respondentes por definição de gênero.	8
2.2	Distribuição do perfil de respondentes cisgêneros.	8
2.3	Distribuição do perfil de respondentes transgêneros.	9
2.4	Distribuição do perfil geral de respondentes por sexualidade.	10
2.5	Distribuição de respondentes cisgênero por sexualidade.	11
2.6	Distribuição de respondentes transgênero por sexualidade.	11
2.7	Distribuição de respondentes que não definiram gênero por sexualidade. . .	12
2.8	Impedimentos dos respondentes em expressar gênero e sexualidade.	13
2.9	Impedimentos dos respondentes cisgênero em expressar gênero e sexualidade.	14
2.10	Impedimentos dos respondentes transgênero em expressar gênero e sexua- lidade.	14
2.11	Distribuição do perfil geral de respondentes por raça/cor.	15
2.12	Distribuição dos respondentes cisgêneros por raça/cor.	16
2.13	Distribuição dos respondentes transgêneros por raça/cor.	16
2.14	Distribuição de respondentes não-binários por raça/cor.	17
2.15	Distribuição dos respondentes que não informaram gênero por raça/cor. . .	17
2.16	Distribuição do perfil geral de respondentes por renda.	19
2.17	Distribuição do perfil geral de respondentes pelo vínculo empregatício. . . .	21
2.18	Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes	24
2.19	Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes cisgênero .	25
2.20	Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes transgênero	26
2.21	Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes transgênero	26
2.22	Distribuição do perfil geral de respondentes por recebimento de auxílio na pandemia.	29

2.23	Distribuição pela origem do auxílio.	29
3.1	Distribuição dos respondentes por frequência em consultas médicas.	32
3.2	Distribuição dos respondentes cisgênero por frequência em consultas médicas.	32
3.3	Distribuição dos respondentes transgênero por frequência em consultas médicas.	33
3.4	Distribuição dos respondentes por frequência em consultas médicas.	33
3.5	Distribuição do perfil geral de respondentes pela procura aos serviços de saúde pública.	34
3.6	Distribuição do perfil de respondentes cisgênero pela procura aos serviços de saúde pública.	35
3.7	Distribuição do perfil de respondentes transgênero pela procura aos serviços de saúde pública.	36
3.8	Distribuição do perfil de respondentes não-binários pela procura aos serviços de saúde pública.	36
3.9	Distribuição do perfil de respondentes que não informaram o gênero pela procura aos serviços de saúde pública.	37
3.10	Distribuição pela declaração de raça/cor branca pela procura e acesso aos serviços de saúde pública.	38
3.11	Distribuição pela declaração de raça/cor preta pela procura e acesso aos serviços de saúde pública.	39
3.12	Distribuição pela declaração de raça/cor parda pela procura e acesso aos serviços de saúde pública.	40
3.13	Distribuição de respondentes por respeito ao uso do nome social.	43
4.1	Distribuição do perfil geral de respondentes pelos serviços de educação uti- lizados.	47
4.2	Distribuição do perfil de respondentes cisgênero pelos serviços de educação utilizados.	48
4.3	Distribuição do perfil de respondentes transgênero pelos serviços de educação utilizados.	48
4.4	Distribuição do perfil de respondentes que não informou o gênero pelos serviços de educação utilizados.	49
4.5	Distribuição de respondentes transgênero por respeito ao uso do nome social.	52

4.6	Distribuição de respondentes não-binárias por respeito ao uso do nome social.	52
5.1	Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência física.	56
5.2	Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência psicológica.	57
5.3	Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência verbal.	57
5.4	Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência sexual.	58
5.5	Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência física ocorreu.	61
5.6	Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência física ocorreu.	62
5.7	Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência verbal ocorreu.	63
5.8	Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência verbal ocorreu.	64
5.9	Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência psicológica ocorreu.	64
5.10	Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência psicológica ocorreu.	65
5.11	Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência sexual ocorreu.	66
5.12	Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência sexual ocorreu.	67
5.13	Respeito do nome social em serviços de segurança pública perfil transgênero.	69

Capítulo 1

Introdução

1.1 Quem somos?

O Movimento por Avanços nas Políticas Públicas de Atenção às populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+) surgiu em 2020. O grupo é formado por pessoas trans, gays, bissexuais e aliados e constitui um movimento da sociedade civil de São Carlos. O intuito do movimento é fomentar o debate sobre a (in)visibilidade das questões relativas à sexualidade e ao gênero na cidade e realizar um mapeamento da população LGBTI+ para que, então, seja possível compreender melhor as demandas deste público, principalmente quanto a suas situações de vulnerabilidade social. O grupo também tem como objetivo construir informações mais aprofundadas sobre a população, para informar a construção de políticas públicas direcionadas a essa população na cidade.

Glossário

A categoria LGBTI+ é um acrônimo utilizado pelo movimento social para classificar as identidades sexuais e de gênero que representa. As identidades sexuais são caracterizadas pela orientação afetiva e/ou sexual, enquanto as identidades de gênero pela identificação ou não com a atribuição feita no momento do nascimento [JESUS \(2012\)](#).

- L - Lésbicas: Mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com outras mulheres;
- G - Gays: Homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens;
- B - Bissexuais: Pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com homens e mulheres;

- T - Transgênero (travesti, transfeminina/mulher trans; transmasculino/homem trans; não-binária): entendida como conceito “guarda-chuva”, que pode ser utilizado, por exemplo, em políticas públicas para agrupamento de um perfil populacional, é caracterizada pela não identificação, em diversos graus, com o gênero atribuído no momento do nascimento (JESUS, 2012);
- I - Intersexo: pessoa que o corpo varia dos padrões culturais estabelecidos para masculino ou feminino, cromossomicamente e genitalmente (JESUS, 2012)¹;
- + = demais identidades dissidentes sexuais e de gênero, como Assexuais, que sentem pouca ou nenhuma atração sexual por outras pessoas ou Pansexuais, pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com outras pessoas independente de seu gênero ou sexualidade;
- Cisgênero: um conceito “guarda-chuva” que designa pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído em seu nascimento. (JESUS, 2012)

1.2 Apresentação do levantamento

Este relatório apresenta os resultados do mapeamento realizado pelo Movimento de Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às Populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+). O questionário digital, disponível para ser respondido online, consistiu em 70 questões divididas entre as seguintes seções: Perfil socioeconômico, atendimento em serviços públicos de saúde, atendimento em serviços públicos de educação, violência e segurança pública e as considerações finais. O formulário ficou disponível para ser respondido, de forma digital, durante o período de junho a setembro de 2021 e obteve um total de 389 respostas válidas.

O investimento político na realização do mapeamento, reflete a influência de experiências realizadas por outras organizações da sociedade civil, como a da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)², que tem divulgado relatórios e cartilhas informativas em seu site, assim como do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

¹A Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI) utiliza a definição proposta pela Intersex Human Rights, segundo a qual pessoas intersexo são aquelas com características congênitas, que faz com que não se enquadrem nas normas médicas e sociais para corpos femininos e masculinos. Disponível em: <https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/definicao-de-intersexo/>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

²Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

(CEDEC), que realizou o Mapeamento da População Trans em São Paulo (CEDEC, 2021). Além disso, há a organização VoteLGBT³, que surgiu em 2014 e também vem realizando, desde 2016, pesquisas com a população LGBTI+. No Diagnóstico LGBT+ na Pandemia 2021, apontam como a pandemia de Covid-19 agravou a situação financeira da população LGBTI+, ocasionando insegurança alimentar, afastamento das redes de apoio e insatisfação com o governo pela falta de políticas públicas.

TODXS⁴, organização não-governamental criada em 2017, produziu a Cartilha de Saúde LGBTI+: (MELO, Gabriela, SIMÕES, Nathan Chagas, BARBABELA, Pedro, 2020) Políticas, instituições e saúde em tempos de COVID-19, em que apontam algumas demandas e empecilhos específicos na procura pelo acesso aos serviços por essa população. A pressuposição heteronormativa de que pessoas designadas mulheres ao nascer com vulva, realizam sexo heterossexual, supostamente "sem risco" de transmissão de IST's, além da falta de métodos contraceptivos alternativos, como marca do problema das pessoas lésbicas ou bissexuais. O despreparo de equipes médicas ao lidar com a população trans, o desrespeito ao uso do nome social e a ocorrência de atitudes transfóbicas.

Segundo o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), que também surgiu em 2017, o nome social é apenas a ponta do iceberg quando se trata desta população. A pesquisa realizada pelo instituto evidenciou que o estado de São Paulo é o que mais possui alunxs que utilizam nome social na rede estadual de educação, correspondendo a 755 pessoas. Dentre estes, a maioria se concentra na faixa de ensino em Educação para Jovens e Adultos (EJA). Contudo, preconceitos enraizados, fazem com que a evasão escolar seja grande, dificultando a incorporação pelo mercado de trabalho formal.

No Dossiê dos Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020 ANTRA, Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (2021), a ANTRA aponta que, entre outros fatores, a (1) ausência de dados populacionais e estatísticos sobre a população LGBTI e a (2) dificuldade no acesso à saúde, especialmente no acesso aos procedimentos previstos no processo transexualizador e cuidados com a saúde mental, evidenciam algumas das problemáticas. A ausência de dados reflete diretamente no problema da subnotificação dos dados do assassinato de pessoas travestis e demais pessoas trans.

Dessa forma, o presente relatório faz eco a algumas das experiências citadas acima, no

³Disponível em: <https://votelgbt.org/>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

⁴Disponível em: <https://www.todxs.org/biblioteca>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

intuito de compreender melhor as características e demandas da população LGBTI+ de São Carlos.

Na primeira seção, realiza-se uma descrição do perfil sociodemográfico a partir dos dados coletados. Apresentamos gráficos relativos ao gênero, definições de sexualidade, raça/cor, faixa etária, renda, situação de moradia e percepção de segurança no local de moradia das pessoas respondentes. Além disso, realiza-se uma análise da preocupação financeira e com a variedade alimentar durante a pandemia de COVID-19, por perfil de gênero, raça/cor e também a identificação do recebimento e origem do auxílio.

Na segunda seção, leva-se em consideração os aspectos relativos aos serviços de saúde pública. São pontuadas, então, em tabelas, a frequência em consultas médicas, serviços públicos de saúde acessados e os não acessados, a avaliação do atendimento nos serviços públicos de saúde e o respeito ao uso do nome social no setor.

Na terceira seção, a descrição dos dados são relativos aos serviços de educação pública. Assim, descreve-se o perfil de escolaridade dos respondentes, os serviços públicos de educação utilizados, a avaliação do preparo dos profissionais da área de educação pública com relação à população LGBTI+ e uso do nome social.

Na quarta seção, a violência e segurança pública são centralizadas. Apresentamos os dados relativos às respostas obtidas sobre violência física, violência verbal, violência psicológica e violência sexual. Além disso, dados relacionados ao acionamento dos serviços de segurança pública, bem como a porcentagem das denúncias que foram de fato efetivadas. Nas considerações finais, realiza-se uma breve recuperação dos principais dados obtidos e conclusão do relatório. Também é apresentado nos anexos a quais organizações sociais os respondentes, que participassem de alguma, estavam no momento da resposta.

geração das visualizações dos dados e tabulação dispostos no relatório.

Algumas coisas são dignas de nota: a princípio, por conta da quantidade de intersecções que são possíveis de existir em relação à auto identificação de gênero e a quantidade de categorias obtidas como resultado das respostas, optamos pela utilização da quebra das categorias de gênero para a melhor visualização dos dados aqui dispostos. Não buscamos invisibilizar nenhuma das categorias, apenas conseguir descrever os dados da melhor forma possível.

A categorização mais ampla utilizada para gênero foram as seguintes: cisgênero, transgênero e pessoas que não desejaram informar seu gênero. Cisgênero contém pessoas que se identificaram como mulher cisgênero ou homem cisgênero ao responder o questionário. Transgênero considera as pessoas que se identificaram como travesti, transfeminina/mulher trans, transmasculino/homem trans ou não-binária. Devido aos objetivos do mapeamento, a saber, o de conhecer características das populações LGBTI+ da cidade de São Carlos, as composições das categorizações podem mudar em alguns momentos, de forma a permitir visualizar melhor estes aspectos. Quando consideramos o cruzamento entre sexualidade e raça/cor e o enquadramento da população transgênero, sem considerar o perfil de pessoas não-binárias, por exemplo, obtemos importantes considerações aos aspectos raciais e sexuais dos dois grupos. No primeiro caso, não temos o exercício/identificação com práticas heterossexuais entre pessoas não-binárias, mas sim entre as pessoas transgênero. No segundo caso, é possível distinguir uma população majoritariamente branca entre pessoas não-binárias e a única composição de categoria transgênero que superaria a população branca.

Outro aspecto se refere ao uso dos serviços de saúde pública, em que, quando consideramos separadamente, temos que os serviços mais procurados e menos acessados pela população cisgênero são de ginecologia, transgênero a endocrinologia e não-binárias ao atendimento psicológico. O mesmo movimento é realizado com a categoria cisgênero, como na seção de violência e segurança pública, em que especificar entre homens cisgênero e mulheres cisgênero permite visualizar nuances.

Capítulo 2

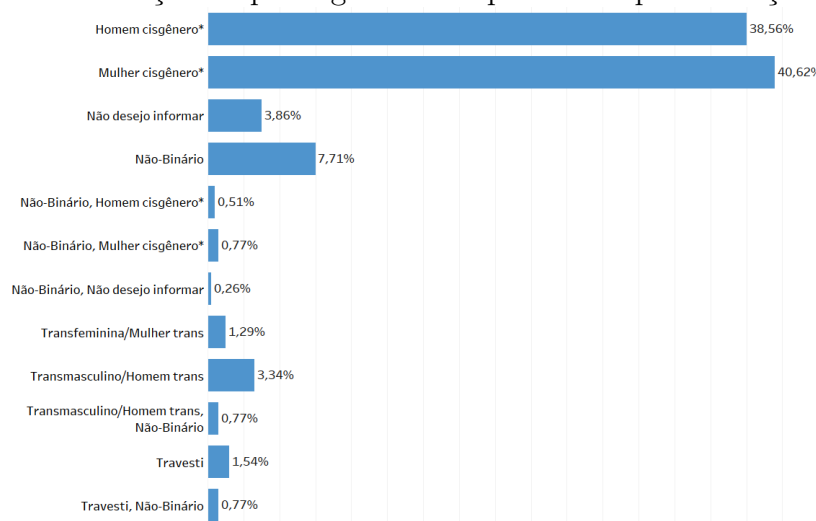
Perfil Sociodemográfico

Esta primeira seção apresenta os dados obtidos da parte do questionário que tratava do perfil sociodemográfico. São considerados os dados relativos ao gênero, sexualidade, raça/cor, faixa etária, renda, vínculo empregatício, origem da renda e situação de moradia das pessoas que responderam a pesquisa. Além disso, apresentamos informações sobre uso de nome social, impedimento de expressar gênero e sexualidade, a preocupação alimentar e/ou financeira na pandemia, o recebimento de auxílio financeiro e qual a sua origem, e alistamento militar.

2.1 Gênero

A resposta de declaração de gênero foi proposta nas seguintes opções: travesti, transmasculino/homem trans, transfeminina/mulher trans, não-binário, homem cisgênero, mulher cisgênero e não desejo informar. Dessa forma, como vemos na Figura 2.1, a distribuição do perfil geral de respondentes ficou majoritariamente composto por pessoas que se declararam cisgênero (80,46%), dentre as quais a maior parte são mulheres cisgênero (40,62%) seguidas por homens cisgênero (38,56%). Dentro do perfil de respondentes que se declararam transgênero (6,17%), as porcentagens de distribuição para as categorias específicas são de transmasculino/homem trans (3,34%), travesti (1,54%), transfeminina/mulher trans (1,29%). Parte considerável de respondentes se declarou não-binário (7,97%) e não desejou informar seu gênero (3,86%).

Figura 2.1: Distribuição do perfil geral de respondentes por definição de gênero.



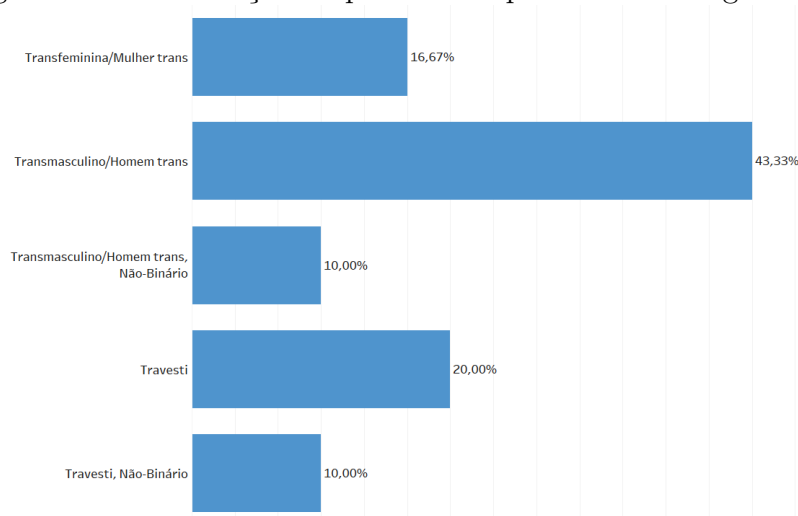
A Figura 2.2 demonstra que, dentro do perfil de pessoas que se declararam cisgênero, a concentração é maior dentro do grupo de mulheres cisgênero (51,30%) do que de homens cisgênero (48,70%).

Figura 2.2: Distribuição do perfil de respondentes cisgêneros.



Levando em consideração o perfil de respostas de pessoas que se declararam como transgênero, como é expresso na Figura 2.3, temos a distribuição mais concentrada em transmasculino/homem trans (43,33%), seguida por travesti (20%) e transfeminina/mulher trans (16,67%). Além destas, com concentrações iguais, temos travesti não-binária (10%) e transmasculino/homem trans não-binário (10%).

Figura 2.3: Distribuição do perfil de respondentes transgêneros.



2.2 Nome Social

O nome social é um mecanismo institucional que permite as pessoas transgêneras o uso do nome que contemple a identidade de gênero pela qual se reconhece em órgãos públicos, que se tornou possível a partir do dia 28 de abril de 2016, pelo Decreto nº 8.727¹. Obtivemos que pouco menos da metade das pessoas transgênero já fizeram ou fazem uso de nome social (42,11%). Desses respondentes a maioria ainda faz uso (59,38%) e outra parte que não faz mais (41,62%), seja por já ter feito a retificação dos documentos ou por optarem não utilizar mais. O nome social também é visto como uma medida paliativa no combate à discriminação de gênero e, como veremos nas subseções à frente, destinadas a análise do respeito ao uso do nome social nos serviços públicos, ainda há dificuldade na sua implementação completa.

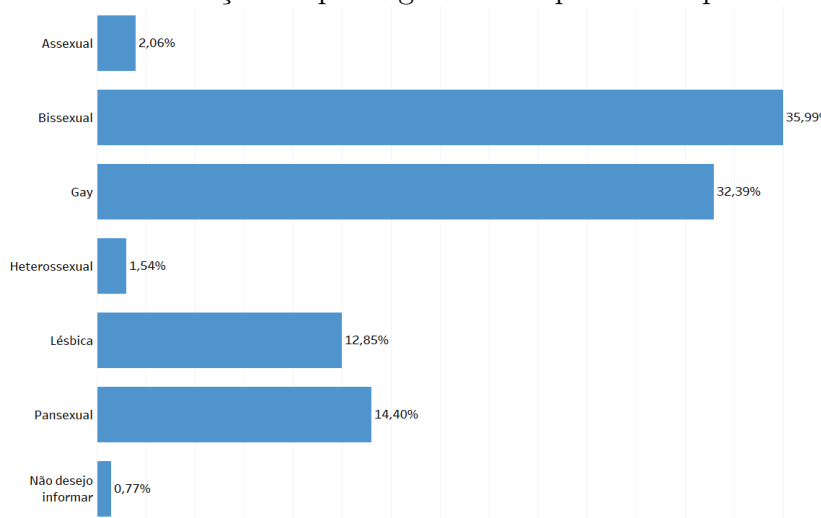
Já no que se refere a retificação dos documentos de registro civil, foi possível identificar partes iguais de pessoas que demonstraram não querer fazer a retificação dos documentos de registro civil e de pessoas que demonstraram querer retificar os registros civis, mas ainda não tinham feito ao responder o questionário (38,89% cada). Além desses, temos que a menor porcentagem se refere às pessoas que já haviam feito a retificação (22,22%).

¹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 29 de maio de 2022.

2.3 Sexualidade

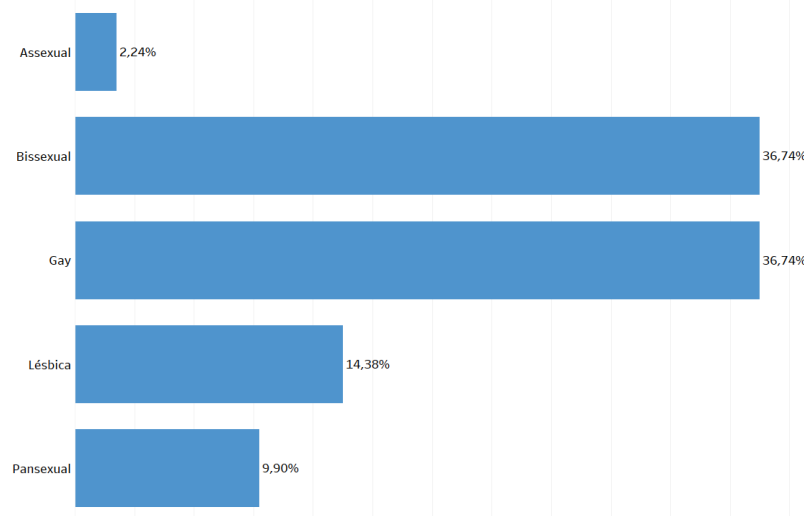
A definição de sexualidade, para a pesquisa, foi proposta em lésbica, gay, bissexual, heterossexual, assexual, pansexual ou podendo a pessoa participante não informar sua sexualidade. Como pode ser visto na Figura 2.4, o perfil geral dos respondentes se dividiu em uma concentração maior no grupo bissexual (35,99%), seguida por gay (32,39%), pansexual (14,40%) e lésbica (12,85%). Com proporções mais baixas, aparecendo nos grupos assexual (2,06%) e heterossexual (1,54%). A quantidade de pessoas que optaram por não informar sua sexualidade corresponde a menor faixa de respostas (0,77%).

Figura 2.4: Distribuição do perfil geral de respondentes por sexualidade.



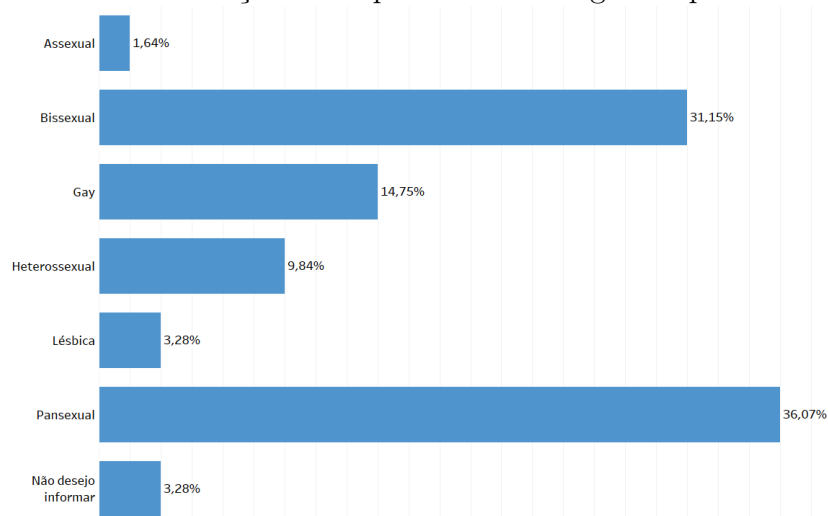
A fim de analisarmos a distribuição da sexualidade para cada um dos gêneros definidos anteriormente foram feitos os gráficos para cada um dos gêneros. Levando em consideração pessoas que se definiram como cisgênero, como pode ser visto na Figura 2.5, a distribuição por sexualidade fica com mesma quantidade de respondentes para as categorias bissexual ou gay (36,74% cada). Para as demais categorias as porcentagens de respostas são mais concentradas, respectivamente, em lésbica (14,38%), pansexual (9,90%) e assexual (2,24%). Neste perfil de respostas, não foi identificado pessoas que não definiram sua sexualidade.

Figura 2.5: Distribuição de respondentes cisgênero por sexualidade.



Com relação ao perfil de pessoas transgênero e sexualidade, nota-se na Figura 2.6, abaixo, que as maiores concentrações são nas faixas de definição como bissexual (31,15%) e como pansexual (36,07%). As menores faixas são as definições como heterossexual (9,04%), como gay (14,75%) e a quantidade de respondentes que se identificam como lésbica ou optaram por não informar a sua sexualidade, que foi a mesma (3,28%). Vale ressaltar que a opção de heterossexualidade só obteve respostas para esse gênero pois, nesse caso, mesmo sendo heterossexual o respondente ainda faz parte do público alvo da pesquisa.

Figura 2.6: Distribuição de respondentes transgênero por sexualidade.

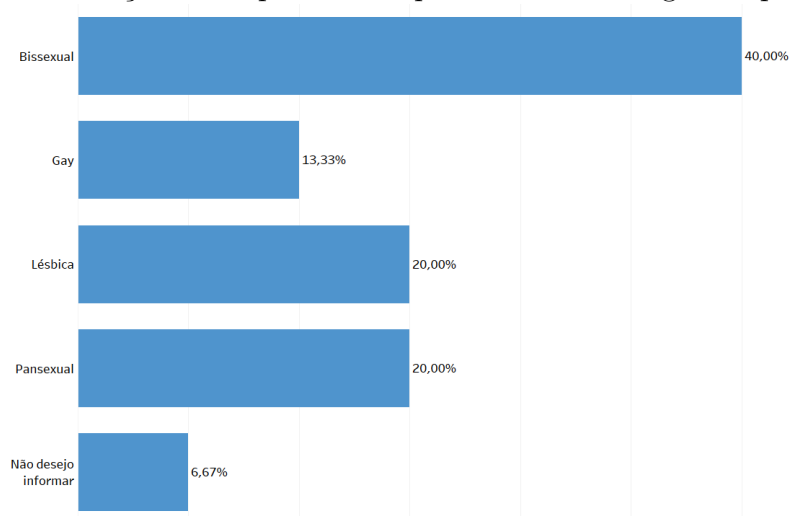


Analisando apenas as pessoas que se declararam não-binárias a distribuição por sexualidade neste perfil está concentrada nas categorias pansexual (41,94%), bissexual (29,03%) e gay (19,35%). As categorias que representam os respondentes que se definem como asse-

xual, lésbica ou que não desejaram informar a sua sexualidade obteve a mesma quantidade de respondentes (3,23%), sendo assim as categorias com menos respostas.

Por fim, entre os respondentes que não quiseram definir o gênero, mas ainda assim definiram sua sexualidade, temos que o perfil, Figura 2.7, se divide predominantemente entre bissexuais (40%), posteriormente, lésbicas (20%) e pansexuais (20%). A menor faixa de definição de sexualidade é a correspondente a gay (13,33%). Também obteve-se que parte deste perfil não desejou informar sua sexualidade (6,67%).

Figura 2.7: Distribuição de respondentes que não definiram gênero por sexualidade.

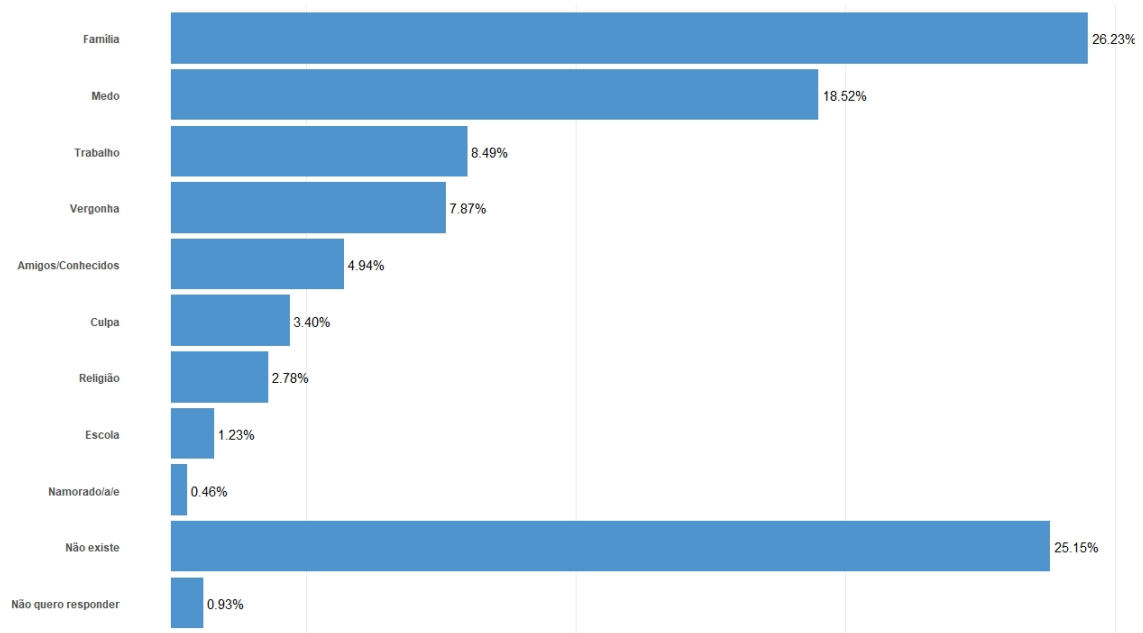


2.3.1 Impedimento de Expressar Gênero e Sexualidade

No que diz respeito ao impedimento de expressão de gênero e sexualidade, foram propostas as seguintes opções, com possibilidade de escolha de mais do que uma: Família; Amigos ou conhecidos; Namorado/a/e; Religião; Escola; Trabalho; Medo; Culpa; Vergonha; Não existe, expressei meu gênero e/ou sexualidade; ou a opção Não quero responder, para as pessoas que não o desejassem.

Dessa forma, na Figura 2.8, obteve-se que as duas maiores faixas correspondem ao impedimento por causa da família (26,23%), mas também à não existência de impedimento (25,15%). Após estas duas faixas, destaca-se o medo (18,52%), e em menor grau o ambiente de trabalho (8,49%) ou a vergonha (7,87%) são fatores que impedem os respondentes de expressar seu gênero e sexualidade.

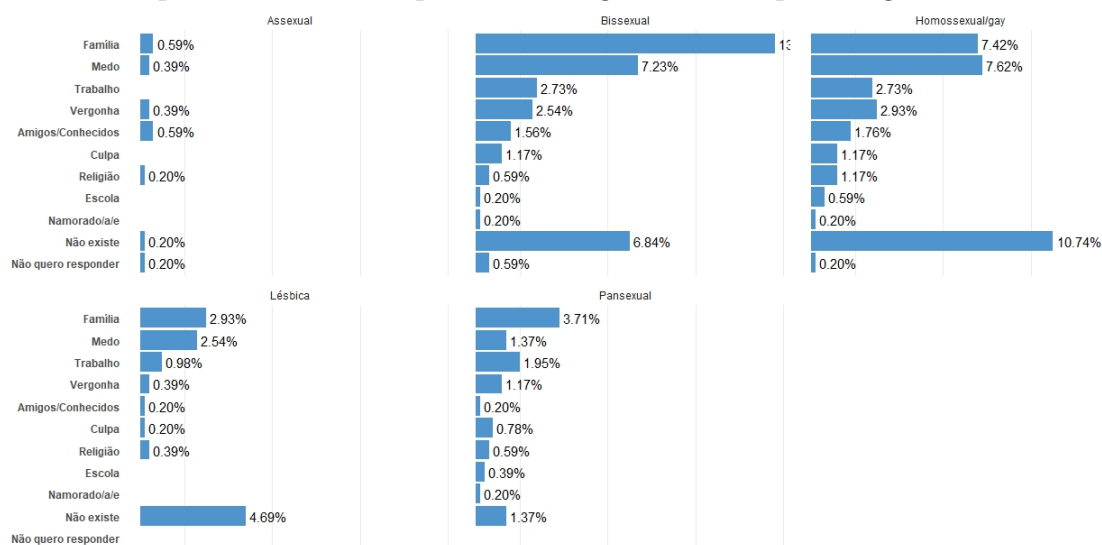
Figura 2.8: Impedimentos dos respondentes em expressar gênero e sexualidade.



Como pode ser visto na Figura 2.9 para homens gays cisgênero a maior parte sente algum tipo de impedimento de expressar seu gênero ou sua sexualidade. Sendo a maior parte por medo (7,62%) e a segunda maior parte pela família (7,42%). Apesar disso, essa sexualidade é a que mais considera a não existência de algum impedimento (10,74%). Respondentes bissexuais cisgênero possuem a maior concentração em um determinado tipo de impedimento sendo os familiares (13,28%) e o segundo maior impedimento medo.

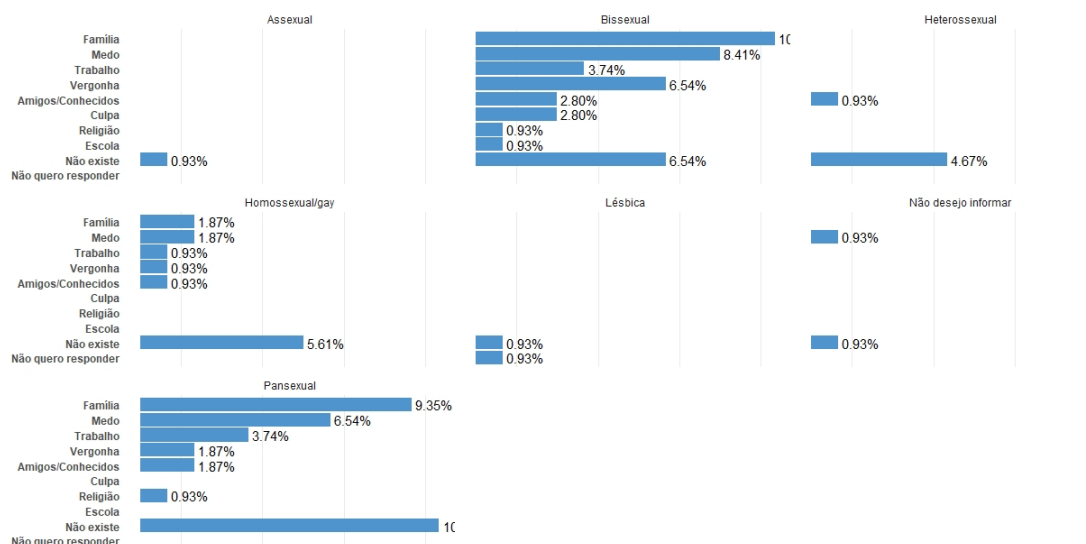
De maneira geral, respondentes cisgênero possuem como maiores impedimento em expressar seu gênero ou sua sexualidade os familiares (27,93%) ou o medo (19,15%). Menos de um quarto desses respondentes (23,84%) não possuem nenhum impedimento em expressar seu gênero ou sua sexualidade.

Figura 2.9: Impedimentos dos respondentes cisgênero em expressar gênero e sexualidade.



Analisando os impedimentos para o perfil de respondentes transgênero, Figura 2.10, pouco menos de um terço dos respondentes (29,89%) afirmam não existir impedimento. Assim como no perfil cisgênero o maior impedimento para expressão de gênero é a família (22,43%). Neste sentido, levando em consideração a sexualidade, obtivemos que bissexuais e pansexuais são os que apontam mais tipos de impedimento de expressão de gênero ou sexualidade.

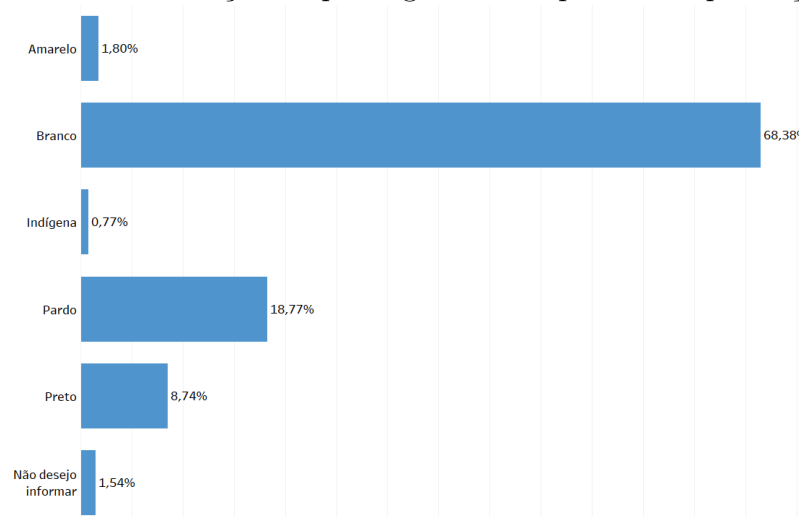
Figura 2.10: Impedimentos dos respondentes transgênero em expressar gênero e sexualidade.



2.4 Raça/Cor

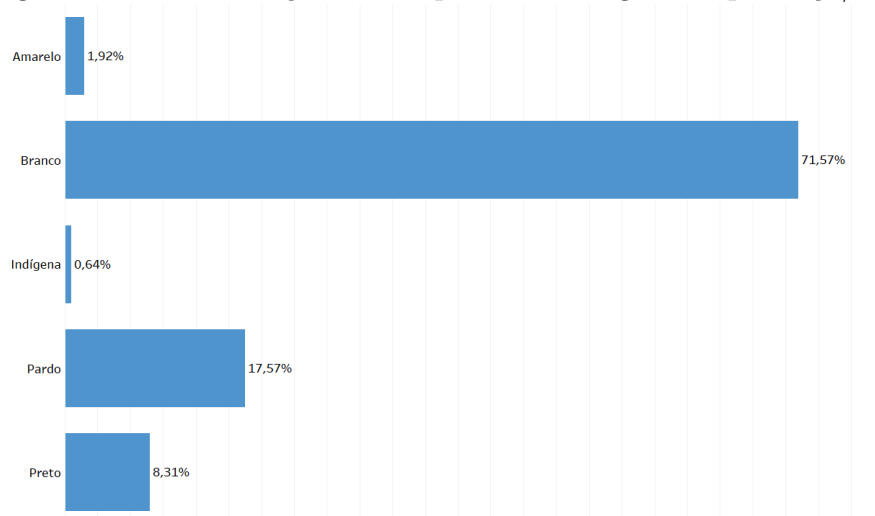
A declaração de raça/cor foi proposta de acordo com os critérios adotados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a saber, preto, pardo, indígena, amarelo, branco, além da opção por não declarar, para quem não o desejasse. Assim, como vemos na Figura 2.11, o perfil geral dos respondentes se distribuiu da seguinte forma: concentra-se principalmente em branco (68,38%), pardo (18,77%) e preto (8,74%). As menores faixas são amarelo (1,80%) e indígena (0,77%). Por fim, também houveram respondentes que não quiseram declarar (1,54%).

Figura 2.11: Distribuição do perfil geral de respondentes por raça/cor.



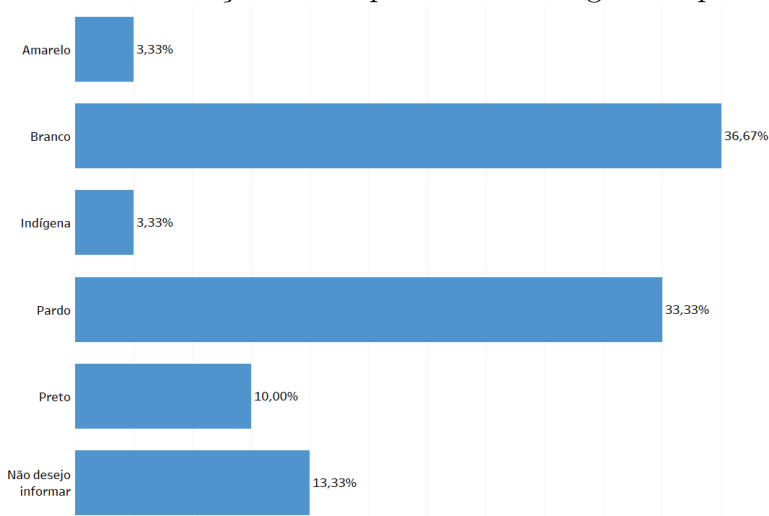
Seguindo para uma análise específica dos respondentes cruzando a declaração de gênero e a de raça/cor, na Figura 2.12, temos que a distribuição ocorre da seguinte forma para respondentes que se identificaram como cisgênero: branco (71,57%), pardo (17,57%) e preto (8,31%). Seguindo em consonância com o perfil geral, descrito acima, as menores faixas são amarelo (1,92%) e indígena (0,64%).

Figura 2.12: Distribuição dos respondentes cisgêneros por raça/cor.



Segundo os dados coletados e visualizados na Figura 2.13, a distribuição de pessoas transgêneros por declaração de raça/cor dispõe-se nas seguintes ordem: branco (36,67%), pardo (33,33%) e preto (10%). As menores faixas amarelo e indígena (3,33% cada). Ressalta-se que a faixa de pessoas que não quiseram declarar raça/cor também é considerável (13,33%). De maneira geral, o perfil de respondentes transgêneros por raça/cor é o único recorte em que a porcentagem de pardos se aproxima da de brancos ou a ultrapassa, caso consideremos pardos, pretos, indígenas e amarelos em conjunto (49,99%), ou seja, pessoas não brancas.

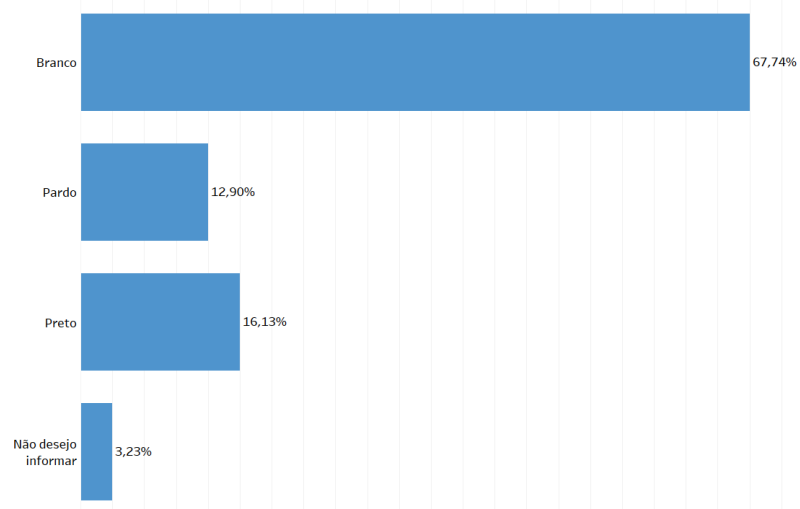
Figura 2.13: Distribuição dos respondentes transgêneros por raça/cor.



Como vemos na Figura 2.14, a distribuição de pessoas que se definiram como não-binárias por declaração de raça/cor se dispôs em branco (67,74%), seguidos por preto (16,13%) e pardo (12,90%). Houve respondentes neste perfil que não desejaram declarar

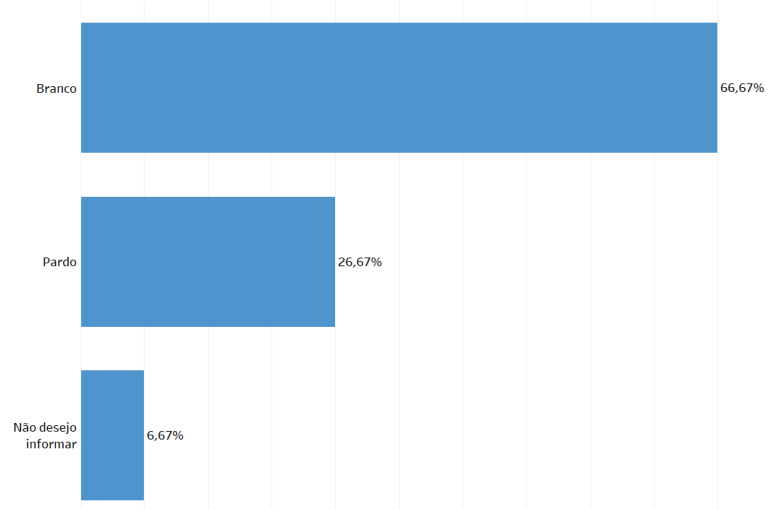
raça/cor (3,23%).

Figura 2.14: Distribuição de respondentes não-binários por raça/cor.



A distribuição de respondentes que não desejaram informar seu gênero mas fizeram declaração de raça/cor, ficou concentrada em mais da metade branco (66,67%), seguida por pardo (26,67%). Também houve pessoas que desejaram não informar também raça/cor (6,67%). Temos, então, que nenhuma pessoa do perfil que não declarou o gênero, se declara como preta, amarela ou indígena, conforme pode ser visto na Figura 2.15.

Figura 2.15: Distribuição dos respondentes que não informaram gênero por raça/cor.



A partir das informações acima, temos que o perfil dos respondentes que não se identificam como cisgênero não difere de forma significativa dos respondentes cisgênero, sendo: branco (55,26%), pardo (23,68%), preto (10,53%), amarelo e indígena (1,32%).

2.5 Faixa etária

A categorização da variável faixa etária foi feita considerando um intervalo de nove anos para cada divisão, com uma última categorização contendo respondentes acima de 66 anos. A única exceção compreende a classe 16 a 25 anos que foi dividida em duas categorias por conta da idade de maioridade civil, ficando assim a primeira sendo 16 a 17 anos seguida pela categoria 18 a 25 anos. A quantidade de respondentes para cada faixa etária pode ser vista na Tabela 2.1.

O perfil geral das pessoas que responderam ao questionário se distribui em todas as categorias, sendo que a maior concentração dos respondentes possuem de 18 a 35 anos. A distribuição da maioria dos indivíduos é de 18 a 25 anos (50,64%) e de 26 a 35 anos (37,28%). As categorias com menos participantes são as de pessoas com idades entre 56 e 65 anos (0,77%) e a de maiores de 66 anos (0,26%).

De maneira similar ao perfil geral, a categoria de respondentes que se identificaram como cisgênero é composta, majoritariamente, por pessoas de 18 a 35 anos (87,22%). A categoria com mais respondentes é a que possui pessoas com idade entre 18 e 25 anos (48,56%) e a com menos respondentes é a das pessoas com idade entre 56 a 65 anos (0,96%). Não houveram respondentes para essa categoria com mais de 66 anos.

Levando em consideração as pessoas que se identificaram como transgênero por faixa etária: as duas maiores são entre 18 e 25 anos (62,30%) e entre 26 e 35 anos (32,79%). As menores concentração são nas faixas etárias entre 16 e 17 anos, entre 36 e 45 anos e entre 46 e 55 anos (3,33% cada). Não houve, então, nenhuma pessoa transgênero acima de 56 anos, que respondeu ao questionário.

Dentre os respondentes transgênero e considerando apenas os respondentes que se identificaram como não-binárias, a distribuição de idade fica mais concentrada entre 18 e 25 anos (77,42%), posteriormente entre 26 e 35 anos (19,35%) e 3,32% entre 36 e 45 anos. Não houve, então, nenhuma pessoa não-binária, entre 16 e 17 anos, nem acima dos 46 anos que responderam ao questionário. A distribuição dos respondentes que optaram por não informar o gênero que se identificam é mais heterogênea do que as de perfis apresentados anteriormente. Maior na faixa entre 18 e 25 anos (46,67%), depois entre 26 e 35 anos (26,67%), seguida pela faixa entre 16 e 17 anos (13,33%) e, por último, igual para participantes para cada uma das categorias relativas às faixas entre 36 e 45 anos e com 66 anos ou mais (6,67% cada).

Tabela 2.1: Distribuição dos respondentes por faixas etárias.

	Geral	Cisgênero	Transgênero	Não Informaram
16 - 17	3,34%	3,19%	1,64%	13,33%
18 - 25	50,64%	48,56%	62,30%	46,67%
26 - 35	37,28%	38,66%	32,79%	26,67%
36- 45	5,91%	6,71%	1,64%	6,67%
46- 55	1,80%	1,92%	1,64%	-
56 - 65	0,77%	0,96%	-	-
66+	0,26%	-	-	6,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

2.6 Renda

A identificação de renda própria recebida até o momento da resposta do questionário foi proposta em até 1 salário mínimo (R\$ 1.100,00) por mês, de 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.100,01 até R\$ 3.300,00), de 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.300,01 até R\$ 6.600,00), de 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.600,01 até R\$ 9.900,00), mais de 9 salários mínimos (a partir de R\$ 9.900,01) ou nenhuma renda.

Sendo assim, como vemos na Figura 2.16, com relação ao perfil geral de respondentes, a maior concentração se encontra na faixa de recebimento de 1 a 3 salários mínimos mensais (36,76%), seguida pela faixa com até 1 salário mínimo (26,74%). Ausência de renda é a terceira maior faixa (20,31%), depois a faixa do recebimento de 3 a 6 salários mínimos (10,54%). As duas menores faixas de recebimento correspondem ao recebimento de 6 a 9 salários mínimos e mais de 9 salários mínimos (2,83% cada).

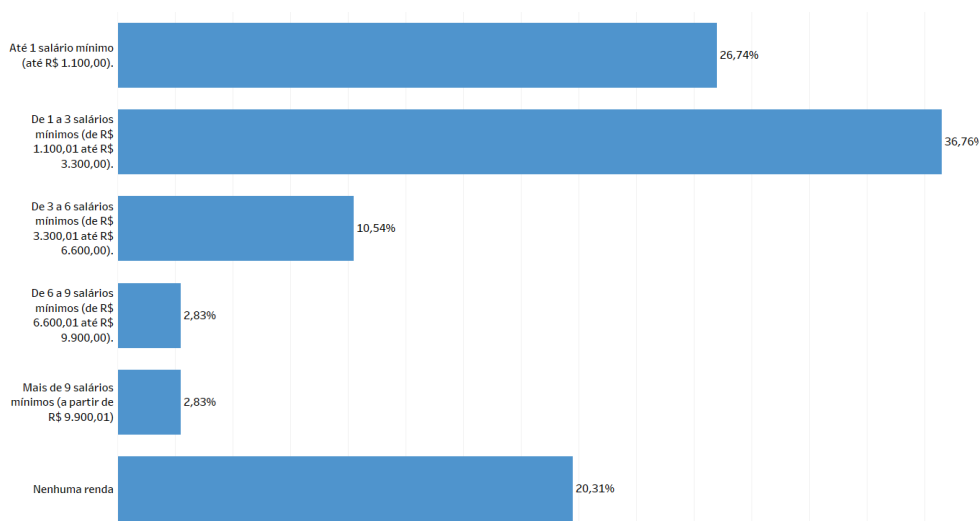


Figura 2.16: Distribuição do perfil geral de respondentes por renda.

	Cisgênero	Não-Cisgênero
Nenhuma renda	16,93%	34,21%
1 salário mínimo	24,92%	34,21%
1 a 3 salários	39,3%	26,32%
3 a 6 salários	13,1%	-
6 a 9 salários	2,88%	2,63%
Mais de 9 salários	2,88%	2,63%
Total	100,00%	100,00

Tabela 2.2: Distribuição de renda por gênero.

	Transgênero	Não-binário	Não informou
Nenhuma renda	16,67%	45,16%	46,67%
1 salário mínimo	43,33%	32,26%	20,00%
1 a 3 salários	33,33%	19,35%	26,67%
3 a 6 salários	-	-	-
6 a 9 salários	-	6,67%	6,67%
Mais de 9 salários	6,67%	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 2.3: Distribuição de renda por gênero dos respondentes não-cisgênero.

Comparando o perfil dos respondentes cisgênero com os que não se identificam como tal², pode ser notado que respondentes que não se identificam como cisgênero possuem maior concentração na faixa de renda de ausência de renda até 3 salários enquanto que respondentes cisgênero possuem uma parcela de indivíduos que conseguem possuir renda de 3 a 6 salários mínimos. Vale ressaltar que apesar dos cisgêneros possuírem maior distribuição nas categorias de renda, a partir de 6 salários mínimos o perfil de ambos os casos se tornam semelhantes.

Com relação a distribuição de renda pelos perfis de gênero, como pode ser visto na Tabelas 2.2 e 2.3, as pessoas que se definiram como cisgênero por renda, tem a maior concentração na faixa do recebimento de 1 a 3 salários mínimo (39,30%), depois com até 1 salário mínimo (24,92%), seguida pela ausência de renda (16,39%) e recebimento de 3 a 6 salários mínimos (13,10%). As faixas menos expressivas, são as do recebimento de 6 a 9 salários mínimos e com mais de 9 salários (2,88% cada). Ao passarmos para a distribuição de pessoas que se definiram como transgêneros temos alterações, no sentido de que a maior concentração se encontra no recebimento de até 1 salário mínimo (43,33%), depois de 1 até 3 salários mínimos (33,33%), seguida pela ausência de renda (16,67%). A faixa menos expressiva para este perfil é a do recebimento de mais de 9 salários mínimos (6,67%).

Com relação ao perfil de respondentes não-binários, é notável a ausência de renda (45,16%), seguida pelo recebimento de até 1 salário mínimo (32,26%) e de 1 a 3 salários mínimos (19,35%). Dessa forma, o perfil de pessoas não binárias é o segundo maior em

²Respondentes transgênero ou que não desejaram informar gênero

porcentagem com ausência de renda, ficando apenas atrás das pessoas que não quiseram definir seu gênero. A distribuição do perfil de pessoas que não definiram o gênero ficou, como foi dito, mais marcado pela ausência de renda (46,67%), recebimento de 1 a 3 salários mínimos mensais (26,67%) e com até 1 salário mínimo (20%). A faixa de renda menos expressiva é a do recebimento de 6 a 9 salários mínimos (6,67%).

2.7 Vínculo empregatício e origem da renda

O vínculo empregatício foi caracterizado segundo as seguintes categorias: No momento não tenho vínculo de trabalho; Trabalho formal (Carteira assinada - CLT); Trabalho informal (faz bicos); Concursado em serviço público; MEI (Autônomo Formal); Empregador/Profissional Liberal; Pensionista ou aposentada. Dessa forma, como pode ser visto na Figura 2.17, temos que pouco mais da metade das respostas, indicam a ausência de vínculo de trabalho (50,12%). Das pessoas que disseram ter algum vínculo de trabalho, temos que a maioria atua com vínculo CLT (21,03%), seguida pela atuação em trabalhos informais (11%), concurso público (7,82%), atuação como MEI (5,62%). As duas menores parcelas, são as atuam como profissional liberal (3,18%) e pensionista ou aposentada (1,22%).

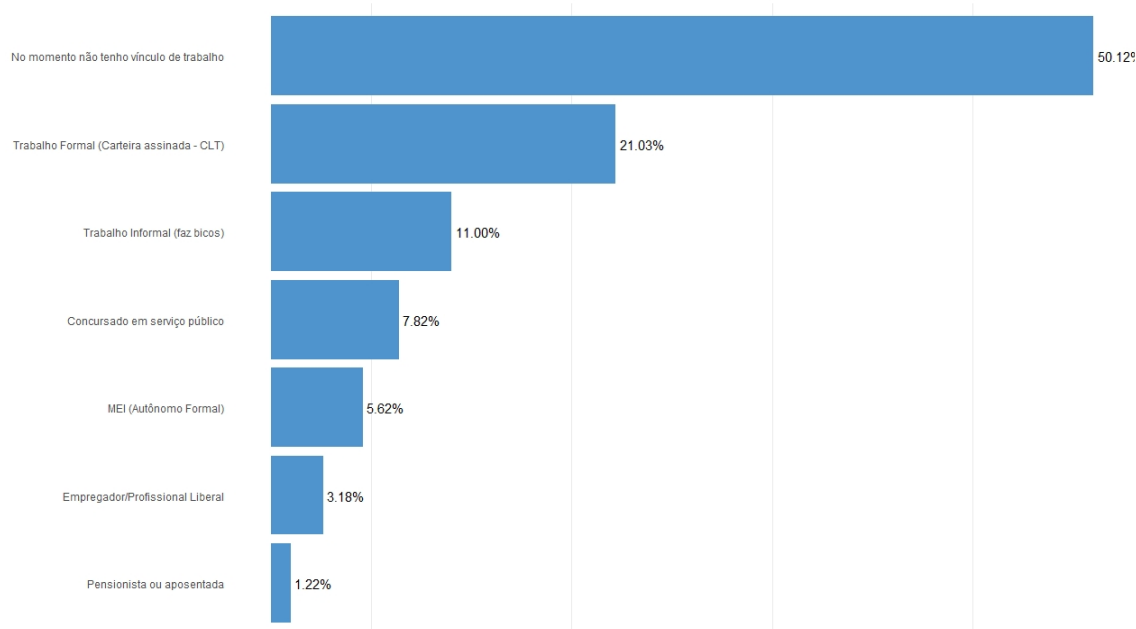


Figura 2.17: Distribuição do perfil geral de respondentes pelo vínculo empregatício.

A origem da renda foi proposta nas seguintes opções: Cabelereira; Profissional do sexo; Auxiliar de limpeza; Auxiliar de cozinha; Vendedor(a)/atendente; Atendente telefonista;

Ambulante; Marketing digital; Costureira(o); Tecnologia; Audiovisual; Faxina; Caixa de lojas, supermercados; Barbeiro; Telemarketing; Bolsas da universidade/faculdade; Ajuda de familiares ou pessoas conhecidas; Auxílios do Governo ou da cidade; No momento não tenho renda própria e, por fim, uma opção aberta com “outro”, dando a possibilidade para a pessoa respondente escrever sobre uma possível origem de renda que não se encontrasse nas opções acima.

Assim, como é possível ver na Tabela 2.4, destaca-se que a origem da renda do perfil cisgênero é marcado pelo recebimento de bolsas da universidade/pesquisa (22,22%), ausência de renda própria (15,61%), ajuda de familiares ou pessoas conhecidas (11,11%) e a origem da renda por serviços como profissional da educação (7,67%).

Com relação a origem da renda do perfil de respondentes transgênero, destaca-se a ajuda de familiares ou pessoas conhecidas (16,25%), marketing digital (7,50%) e a ausência de renda (20,00%). Ao analisarmos a categoria dos respondentes transgênero pelas subcategorias definidas inicialmente, podemos ver na Tabela 2.5 que seja o respondente Travesti, Transfeminina ou Transmaculino a origem da renda com maior porcentagem para os três casos é a de ajuda de familiares ou amigos, sendo (26,67%), (16,67%) e (19,05%), as respectivas porcentagens para cada caso.

Passando para o perfil das pessoas não-binárias, temos que é notável, principalmente, a ausência de renda (27,50%), recebimento de bolsas da universidade/pesquisa (15%) e ajuda de familiares ou pessoas conhecidas (10%). Por fim, com relação às pessoas que não informaram o gênero, também é expressiva a ausência de renda (30%), ajuda de familiares ou pessoas conhecidas (15%), outras ocupações (10%) e artista/artesanato e tarologia (10%).

Tabela 2.4: Origem da renda dos respondentes.

	Cisgênero	Transgênero	Não Informou
Agricultura	-	1,25%	-
Ajuda de familiares ou pessoas conhecidas	11,11%	16,25%	15,00%
Ambulante	0,26%	3,75%	-
Aposentado/Pensionista	1,06%	-	-
Artista/Artesanato/Tarologia	0,79%	3,75%	10,00%
Atendente telefonista/Telemarketing	1,06%	-	-
Audiovisual	1,32%	5,00%	-
Auxiliar de Cozinha	0,53%	1,25%	5,00%
Auxiliar de Limpeza	0,26%	-	5,00%
Auxílios Federal ou Municipal	5,29%	3,75%	5,00%
Bolsa de estágio	0,79%	-	-
Bolsas da universidade/Pesquisa	22,22%	11,25%	5,00%
Caixa de lojas, supermercados	0,53%	-	-
Ciências e Tecnologia	5,56%	1,25%	-
Consultoria/Microempreendedor	0,79%	1,25%	-
Costureira(o)	0,26%	-	-
Cuidador de crianças/idosos	0,53%	1,25%	-
Esteticista/Tatuagem/Perfuração corporal	0,53%	1,25%	-
Faxina/Serviços gerais	0,26%	-	5,00%
Marketing Digital/Comunicação	6,61%	7,50%	-
No momento não tenho renda própria	15,61%	20,00%	30,00%
Outras ocupações	7,41%	5,00%	10,00%
Profissional da educação	7,67%	3,75%	5,00%
Profissional da psicologia	0,26%	2,50%	-
Profissional da saúde	1,06%	1,25%	5,00%
Profissional do sexo	0,26%	3,75%	-
Profissional freelancer	1,85%	3,75%	-
Reservas econômicas	0,53%	-	-
Servidor público	4,23%	-	-
Vendedor(a)/ atendente	1,32%	1,25%	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 2.5: Origem da renda dos respondentes categorizados como transgênero.

	Travesti	Transfeminina	Transmasculino	Não-binário
Agricultura	-	-	4,76%	-
Ajuda de familiares ou pessoas conhecidas	26,67%	16,67%	19,05%	10,00%
Ambulante	6,67%	-	-	5,00%
Artista/Artesanato/Tarologia	6,67%	-	-	2,50%
Audiovisual	20,00%	-	-	5,00%
Auxiliar de Cozinha	-	-	4,76%	-
Auxílios Federal ou Municipal	-	-	-	7,50%
Bolsas da universidade/faculdade	6,67%	16,67%	4,76%	15,00%
Ciências e Tecnologia	-	-	-	2,50%
Cuidador de crianças/idosos	-	16,67%	-	-
Empreendedor	-	16,67%	-	-
Emprego assalariado não especificado	-	-	9,52%	-
Esteticista/Tatuagem/Perfuração corporal	-	-	-	2,50%
Marketing Digital/Comunicação	6,67%	16,67%	14,29%	2,50%
No momento não tenho renda própria	-	16,67%	19,05%	27,50%
Outras ocupações	-	-	-	5,00%
Pesquisador	-	-	4,76%	-
Profissional da educação	-	-	9,52%	2,50%
Profissional da psicologia	6,67%	-	-	2,50%
Profissional da saúde	6,67%	-	-	-
Profissional do sexo	6,67%	-	-	5,00%
Profissional freelancer	-	-	-	5,00%
Promotor de vendas	-	-	4,76%	-
Seguro desemprego	-	-	4,76%	-
Vendedor(a)/ atendente	6,67%	-	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

2.8 Situação de moradia e percepção de segurança

A situação de moradia foi elencada nas seguintes opções: Albergue/centro de acolhida, abrigo institucional, alojamento, aluguel, assentamento/ocupação/acampamento, casa de amigo/parente, casa própria, hotel/pousada/hostel, moro de favor ou situação de rua. A percepção de segurança do local de moradia foi possibilitada a partir das opções muito seguro, seguro, pouco seguro, perigoso e não sei avaliar. De forma geral, destaca-se a situação de moradia em aluguel como uma característica marcante e comum a todos perfis.

Dessa forma, como expressa a Figura 2.18(a), dentro do perfil geral de respondentes, a maior parte mora em situação de aluguel (60,15%), seguida pela faixa de pessoas que moram em casa própria (23,91%), em Outros (Abrigo institucional e Alojamento, Aluguel em casa de amigo/parente e Casa de amigo/parente) (13,37%), em alojamento (1,54%), 0,77% moram de favor e 0,26% em abrigo institucional. Com relação a distribuição do perfil geral de respondentes pela percepção de segurança (Figura 2.18(b)), temos que mais da metade avalia como seguro (64,74%), seguido por muito seguro (23,43%) e pouco seguro (11,58%) e 0,26% considerando perigoso.

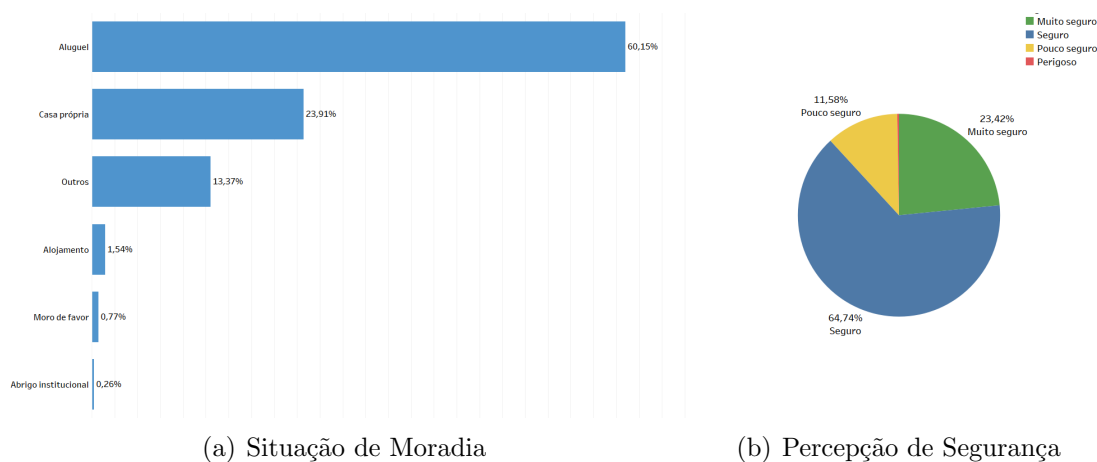


Figura 2.18: Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes

Com relação às pessoas que se declararam cisgênero, a situação de moradia (Figura 2.19(a)) se distribui com a maior faixa correspondendo a situação de aluguel (61,02%), seguida por casa própria (24,92%), Outros (11,50%), alojamento (1,92%) e, igualmente, para moram de favor e abrigo institucional (0,32%). Neste sentido, como demonstra a Figura 2.19(b), a distribuição deste perfil de respondentes com relação a percepção de segurança no local de moradia ficou seguro (66,15%), muito seguro (23,78%) e pouco seguro (10,75%).

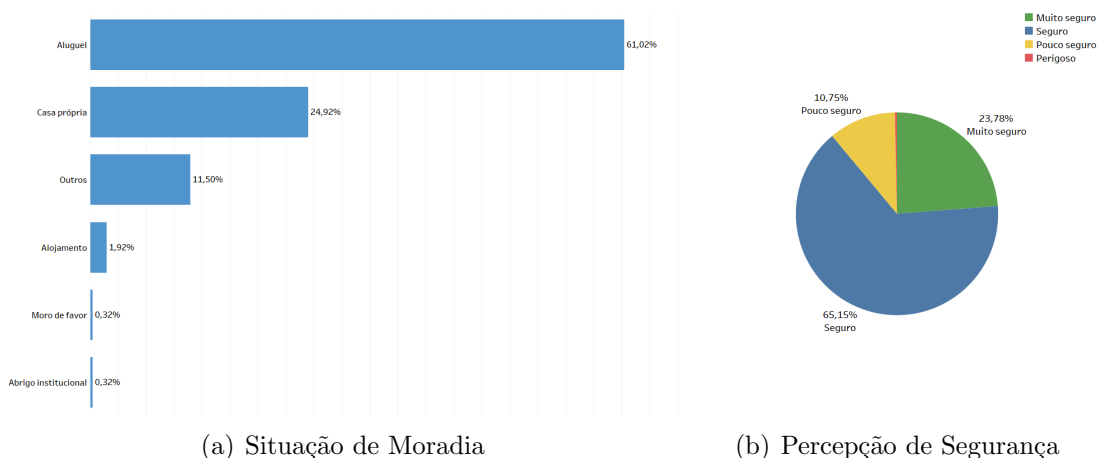


Figura 2.19: Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes cisgênero

A distribuição de pessoas transgênero (Figura 2.20(a)) pela situação de moradia também ficou em consonância com os demais perfis, no que diz respeito a morar em situação de aluguel (59,02%), outros tipos de situação (21,31%), casa própria (16,39%) e morando de favor (3,28%). Como é possível visualizar na Figura 2.20(b), com relação à percepção de segurança no local de moradia deste mesmo perfil, temos que pouco mais da metade avalia como seguro (67,80%), seguido por quem avalia como muito seguro (18,64%) e como pouco seguro (13,56%).

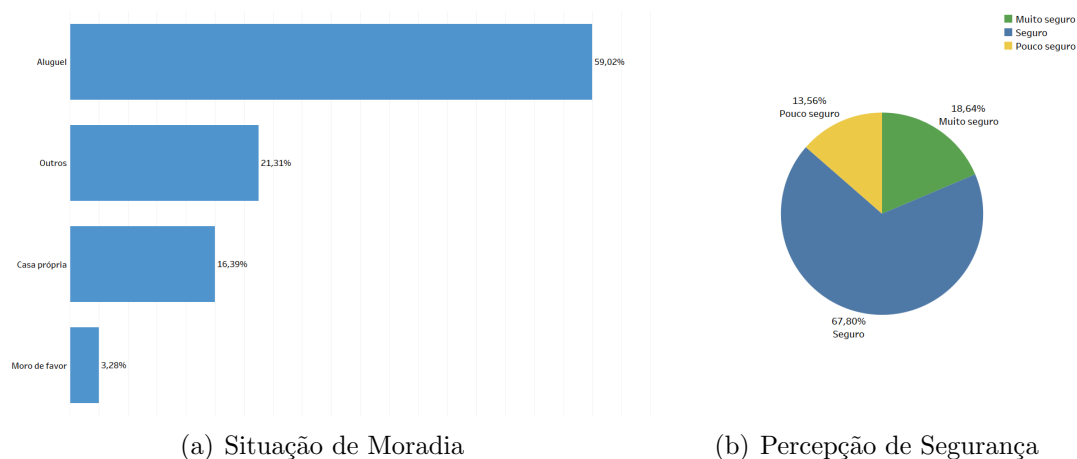


Figura 2.20: Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes transgênero

A disposição das respostas das pessoas que não informaram gênero pela situação de moradia (Figura 2.21(a)) ficou em situação de aluguel (46,67%), seguida de casa própria (33,33%) e em casa de amigo/parente (20%). Com relação à percepção de segurança no local de moradia deste mesmo perfil, como vemos na Figura 2.21(b), fica distribuída em uma maior parte que avalia como seguro (42,86%), depois que consideram muito seguro (35,71%), e que consideram pouco seguro (21,43%).

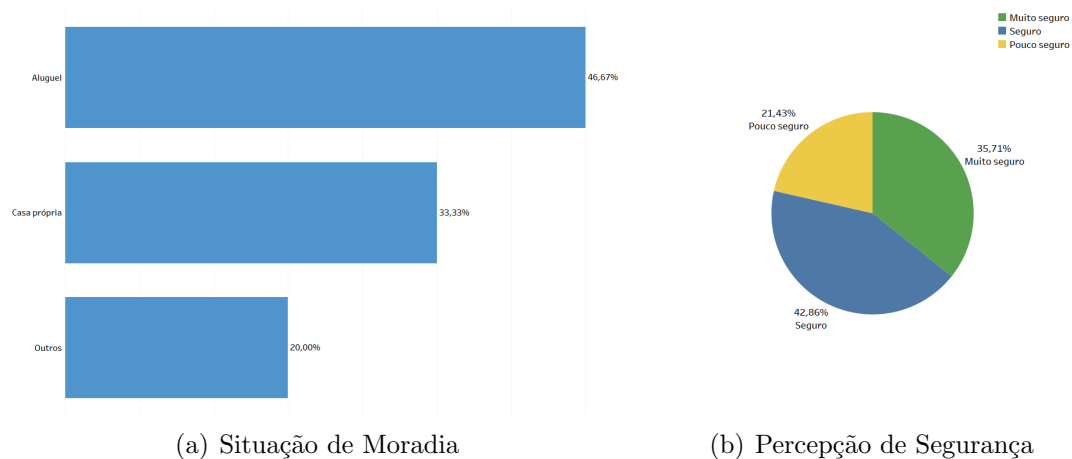


Figura 2.21: Situação de moradia e percepção de segurança dos respondentes que não informaram gênero

Desconsiderado os respondentes que se declaram como cisgênero temos que a situação de moradia da maioria é aluguel (56,58%), seguida por outras situações de moradia (21,05%), casa própria (19,74%) e 2,63% morando de favor. Em relação a percepção de segurança, a maioria considera seguro (63,01%) ou muito seguro (21,92%).

2.9 Preocupação alimentar e financeira na pandemia, recebimento de auxílio financeiro e a origem do auxílio

A preocupação alimentar foi pensada durante o período da pandemia em três possibilidades de resposta: sim, não ou não sei. Assim, a pergunta foi feita com base na preocupação com que a comida acabasse e não houvesse condições de comprar, receber ou produzir mais comida. A preocupação financeira também foi pensada nos mesmos termos, com relação a possibilidade de manter uma alimentação saudável e variada.

Portanto, se considerarmos o perfil geral de respostas, como podemos ver na Tabela 2.6, a maior parte definiu preocupação financeira alimentar (33,16%) e definiu preocupação alimentar (30,85%). Das pessoas que se definiram como cisgênero (28,43%) alegou preocupação com variedade alimentar e (29,71%) preocupação financeira alimentar. Das pessoas que se definiram como transgênero, a ordem de preocupação aumenta para primeiramente com relação a variedade alimentar (50%) e preocupação financeira alimentar (46,67%). Passando para o perfil das pessoas não-binárias, as porcentagens ficam, respectivamente, em (35,48%) e (51,61%). Destaca-se, então, que as pessoas transgênero são o grupo que mais se preocuparam com a variedade alimentar, enquanto as pessoas não-binárias são o grupo que mais teve preocupação financeira alimentar durante a pandemia.

Tabela 2.6: Preocupação alimentar e financeira alimentar na pandemia por gênero.

Gênero	Preocupação alimentar	Preocupação financeira alimentar
Geral	30,85%	33,16%
Cisgênero	28,43%	29,71%
Transgênero	49,18%	42,62%
Não informou gênero	33,33%	40,00%
Total	100,00%	100,00

Foi possível estabelecer também a frequência da preocupação financeira e alimentar, como podemos ver na Tabela 2.7. Destacamos que frequência da preocupação financeira alimentar acometeu por alguns dias: as pessoas cisgênero (62,07%), transgênero (65,52%). Com relação a frequência de preocupação alimentar, destaca-se quase todos os dias para as pessoas transgênero (78,57%) e alguns dias para as pessoas cisgênero (86,05%).

Tabela 2.7: Frequência preocupação alimentar e financeira alimentar na pandemia por gênero.

Gênero	Preocupação financeira alimentar			Preocupação alimentar	
	Quase todos dias	Alguns dias	1 ou 2 dias	Quase todos dias	Alguns dias
Geral	9,92%	63,64%	26,45%	15,79%	84,03%
Cisgênero	9,20%	62,07%	28,74%	13,95%	86,05%
Transgênero	13,79%	65,52%	20,69%	78,57%	21,43%
Não informou	80,00%	20%	-	80%	20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quando consideramos as declarações de raça/cor, destaca-se que, dentro do grupo LGBTI+ no geral, das pessoas que não desejaram declarar raça/cor, tem maior preocupação financeira (83,33%) e preocupação alimentar (66,67%), seguidas por pessoas indígenas, que declararam ter preocupação alimentar e financeira (66,67% cada) e pessoas pretas (47,06% cada). Posteriormente, na Tabela 2.8, temos o grupo das pessoas pardas, que disse ter preocupação alimentar (34,29%) e preocupação financeira (34,25%) e das pessoas brancas as pessoas brancas, declarou ter tido preocupação alimentar (26,37%) e preocupação financeira (30,45%). A preocupação financeira dentro do grupo de pessoas que se definiram como amarelas, declarou ter tido preocupação alimentar (28,57%) e preocupação financeira (14,29%).

Tabela 2.8: Preocupação alimentar e financeira na pandemia por raça/cor.

Raça/cor	Preocupação alimentar	Preocupação financeira
Amarelo	28,57%	14,29%
Branco	26,37%	30,45%
Indígena	66,67%	66,67%
Pardo	34,29%	34,25%
Preto	47,06%	47,06%
Não desejou informar	83,33%	66,67%
Total	100,00%	100,00%

Além da preocupação alimentar e financeira, foi questionado sobre o recebimento de auxílio durante a pandemia. Assim, como podemos ver na Figura 2.22, de acordo com o perfil geral de respondentes, temos que pouco mais da metade disseram não ter recebido (52,70%), enquanto pouco menos da metade afirmou ter recebido (47,30%). Como é expresso na Tabela 2.9, levando em consideração o perfil de respondentes que se identificaram como cisgênero, a distribuição fica em que recebeu auxílio durante a pandemia (44,09%) e que não recebeu (55,91%). As pessoas transgênero ficaram distribuídas em mais da metade que afirmaram ter recebido auxílio (60,66%), enquanto menos da metade não receberam (39,34%).

Figura 2.22: Distribuição do perfil geral de respondentes por recebimento de auxílio na pandemia.

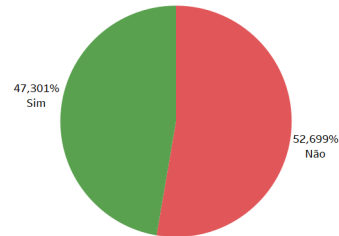
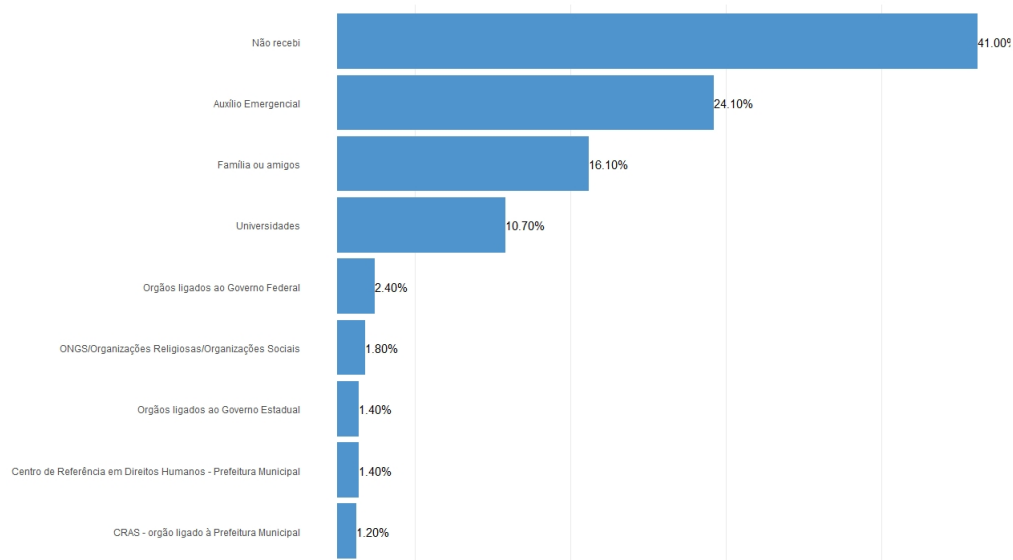


Tabela 2.9: Recebimento de auxílio durante a pandemia por gênero.

	Cisgênero	Transgênero
Sim	44,09%	60,66%
Não	55,91%	39,34%
Total	100,00%	100,00%

A origem do auxílio foi proposta em: Família ou amigos; órgãos ligados ao governo estadual; órgãos ligados ao governo federal, CRAS - órgão ligado à Prefeitura municipal; Centro de Referência em Direitos Humanos - órgão ligado à Prefeitura Municipal; ONGs, Organizações religiosas, Organizações Sociais; Universidades; Auxílio Emergencial ou Não recebi.

Figura 2.23: Distribuição pela origem do auxílio.



Como pode ser visto na Figura 2.23, a maioria das pessoas que responderam ao questionário declararam não ter recebido auxílio (41%). Das pessoas que receberam, a maior

parte teve origem pelo Auxílio Emergencial (24,10%), foram auxiliados financeiramente por família ou amigos (16,10%), por Universidades (10,70%), por órgãos ligados ao Governo Federal (2,40%), por ONG's, organizações sociais ou religiosas (1,80%), por Centro de Referência em Direitos Humanos (1,40%) e por CRAS (1,20%).

2.10 Alistamento

O alistamento militar na cidade de São Carlos foi avaliado pela experiência que o respondente teve no momento em que se alistou. Considerando os respondentes cisgênero (84,35%) não precisaram se alistar ou não se alistaram em São Carlos, as porcentagens para os respondentes transgênero foi de (53,33%), não-binário foi (83,87%) e os que não informaram gênero foi de (73,33%). A distribuição dos respondentes que se alistaram em São Carlos pode ser vista na Tabela 2.10.

Tabela 2.10: Distribuição da opinião dos respondentes sobre alistamento em São Carlos

	Geral	Cisgênero	Transgênero	Não Informou
Excelente	5,56%	2,04%	15,79%	-
Bom	19,44%	24,49%	5,26%	25,00%
Regular	30,56%	28,57%	36,84%	25,00%
Ruim	8,33%	10,2%	5,26%	-
Péssimo	27,78%	28,57%	26,32%	25,00%
Não sei avaliar	8,33%	6,12%	10,53%	25,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Desconsiderados os gêneros, a opinião é de que a experiência foi regular (30,56%) seguida de que foi péssima (27,78%). Essa avaliação também pode ser vista para respondentes cisgênero com (28,57%) para regular ou péssimo. Para respondentes transgêneros a avaliação é um pouco menos positiva com (36,84%) considerando regular e (26,32%) avaliando como péssimo. A maior quantidade de respondentes que não souberam avaliar a experiência foi a de respondentes que não informaram o gênero sendo essa porcentagem de (25%).

Capítulo 3

Serviços Públicos de Saúde

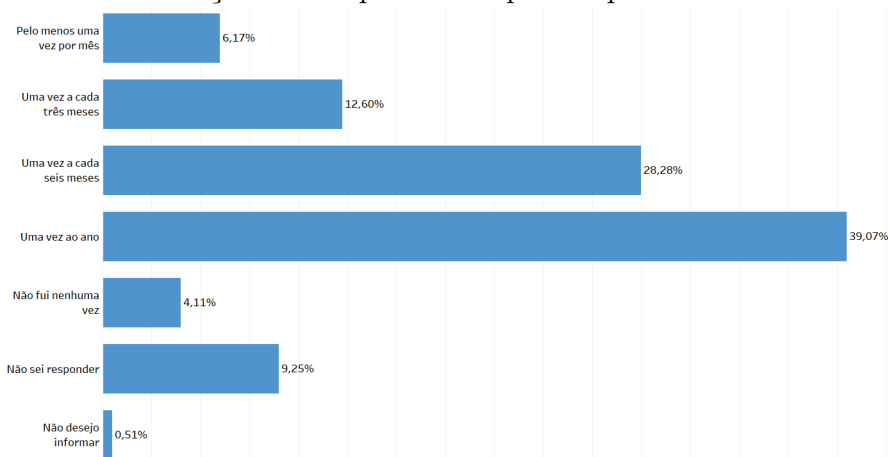
Esta segunda seção apresenta os dados obtidos da parte do questionário relativa aos serviços públicos de saúde. São considerados os dados relativos a frequência em consultas médicas, os serviços públicos de saúde acessados e os que não foram acessados, uso de hormônios, avaliação do atendimento nos serviços públicos de saúde, motivos para não ir ao médico e, por fim, o respeito ao uso do nome social pelos profissionais da área.

3.1 Frequência em consultas médicas

A identificação do perfil de frequência em consultas médicas foi pensada pelo período dos últimos cinco anos e proposta nas seguintes opções: pelo menos uma vez por mês, uma vez a cada três meses, uma vez a cada seis meses, uma vez ao ano, não sei responder, não fui nenhuma vez ou não desejo informar.

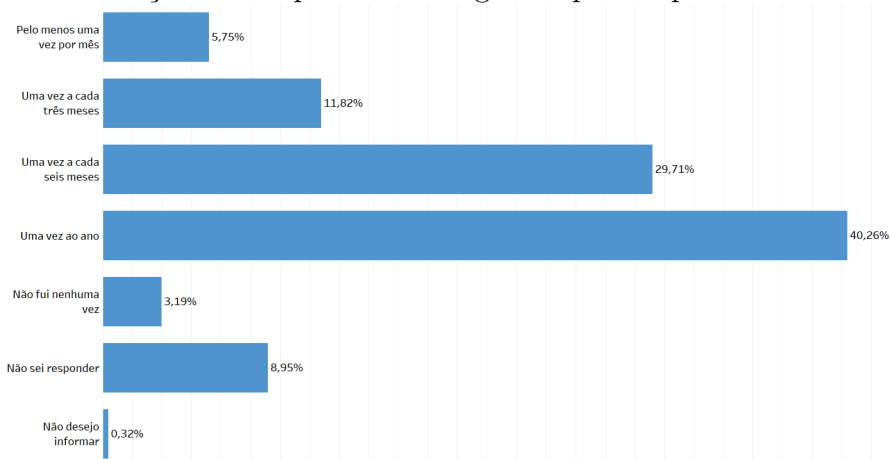
Assim, de acordo com os dados coletados, o perfil geral das respostas é marcado por pessoas que vão entre uma vez ao ano a uma vez a cada três meses (79,95%). Menos expressivas são as faixas das pessoas que não souberam responder (9,25%), frequências a consultas médicas pelo menos uma vez por mês (6,17%), das que não foram nenhuma vez (4,11%) e das que não desejaram informar (0,51%).

Figura 3.1: Distribuição dos respondentes por frequência em consultas médicas.



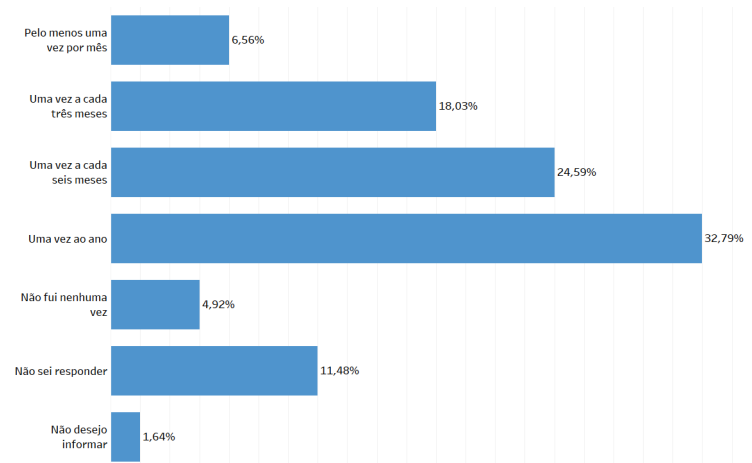
Levando em consideração o perfil de pessoas que se identificaram como cisgênero, a distribuição, que pode ser vista na Figura 3.2, fica em: uma vez ao ano (40,26%), uma vez a cada seis meses (29,71%) e uma vez a cada três meses (11,82%). Posteriormente, obtivemos que parte das pessoas respondentes não souberam responder (8,95%), frequentou consultas médicas pelo menos uma vez ao mês (5,75%), não foi nenhuma vez (3,19%) e poucas pessoas não desejaram informar (0,32%).

Figura 3.2: Distribuição dos respondentes cisgênero por frequência em consultas médicas.



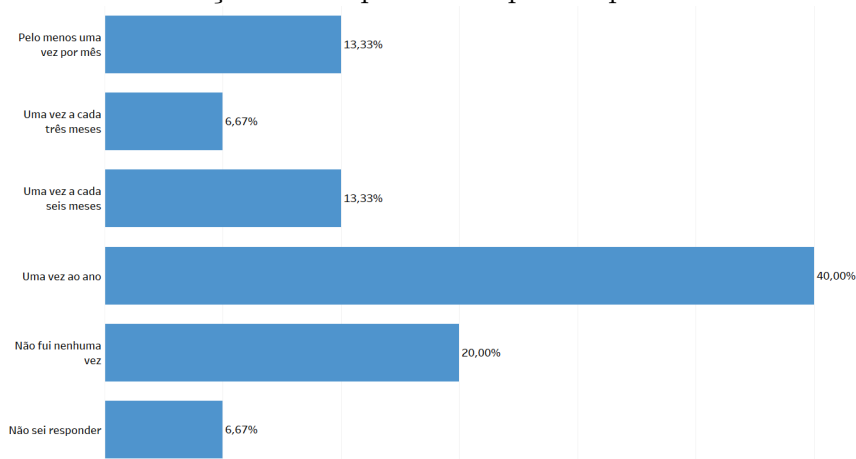
Com relação ao perfil de pessoas que se identificaram como transgênero, a distribuição fica em: uma vez a cada seis meses (24,59%), uma vez ao ano (32,79%) as pessoas que não souberam responder (11,48%). Com menos expressão, na Figura 3.3, encontram-se as faixas de pessoas que não foram nenhuma vez (4,92%), frequentaram consultas médicas pelo menos uma vez por mês (6,56%) seguidas pelas pessoas que frequentam uma vez a cada três meses (18,03%).

Figura 3.3: Distribuição dos respondentes transgênero por frequência em consultas médicas.



Finalizando a frequência a consultas médicas pelo perfil das pessoas que não definiram o gênero, como deixa explícito a Figura 3.4, destaca-se que a frequência de ao menos uma vez ao ano foi a mais respondida (40%), seguida pela das pessoas que não foram nenhuma vez (20%). Posteriormente, com igual contingente de respostas são as frequências de pelo menos uma vez por mês e uma vez a cada seis meses (13,33% cada) e as de uma vez a cada três meses e das pessoas que não souberam responder (6,67%).

Figura 3.4: Distribuição dos respondentes por frequência em consultas médicas.



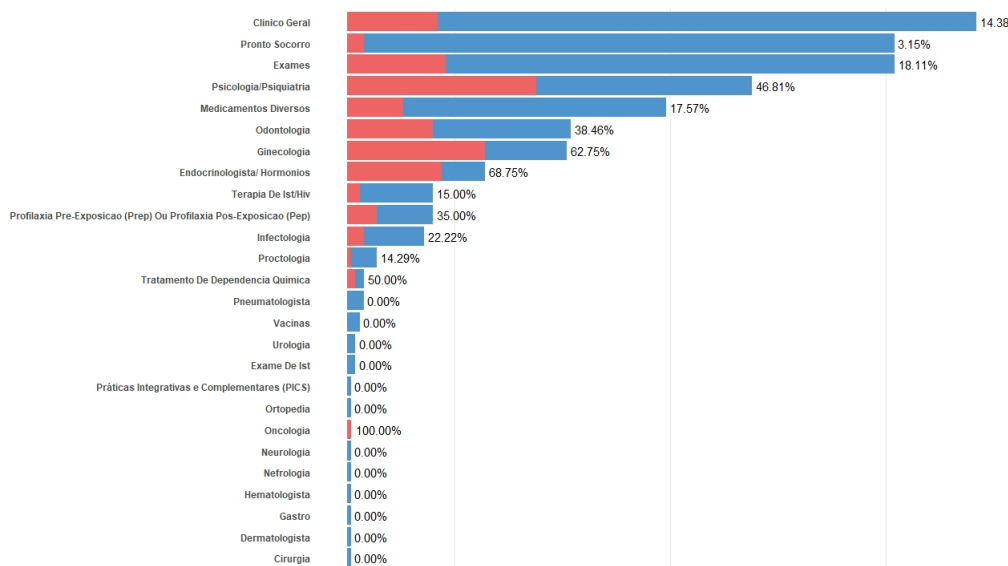
3.2 Serviços públicos de saúde acessados e os não acessados

Os serviços públicos de saúde, acessados ou não acessados, foram pensados a partir da procura no período dos últimos 5 anos. Então, a identificação ao respondente se dividiram

nas seguintes opções: Endocrinologista/hormônios; Terapia de IST/HIV; Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ou Profilaxia Pós-Exposição (PEP); Psicologia/Psiquiatria; Clínico Geral; Odontologia; Ginecologia; Tratamento de Dependência Química; Pneumatologista; Oncologia; Medicamentos diversos; Exames; Infectologia; Proctologista; Pronto Socorro; Não precisei/preciso e/ou não desejo informar. Além disso, a pergunta contava com uma caixa “outro”, em que a pessoa poderia especificar outro serviço que foi solicitado.

Como a Figura 3.5 demonstra, o perfil geral de respondentes declarou ter uma procura maior por serviços como, Clínico geral (85,62% acessaram e 14,38% não acessaram), Pronto Socorro (96,85% acessaram e 3,15% não acessaram), Exames (81,89% acessaram e 18,11% não acessaram), Psicologia/Psiquiatra (51,19% acessaram e 46,81% não acessaram), Medicamentos Diversos (82,43% acessaram e 17,57% não acessaram), Odontologia (61,54% acessaram e 38,46% não acessaram), Ginecologia (37,25% acessaram e 62,75% não acessaram) e Endocrinologista (31,25% acessaram e 68,75% não acessaram). Destaca-se que, de maneira geral, o serviço de saúde pública Pronto Socorro tende a ser o mais fácil de acessar. Abaixo é possível ver em vermelho os serviços que foram procurados, mas não acessados e em azul os que foram procurados e acessados.

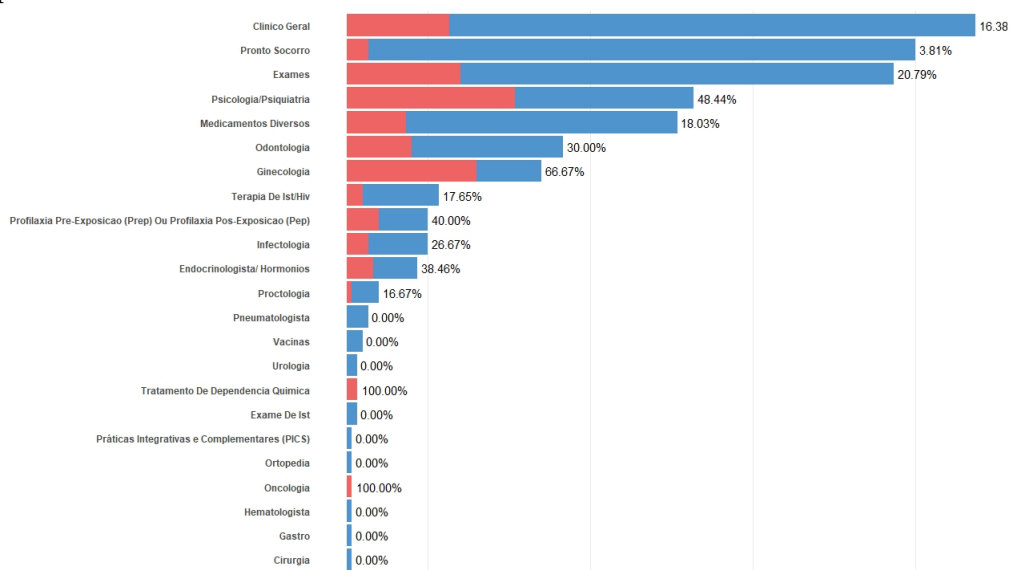
Figura 3.5: Distribuição do perfil geral de respondentes pela procura aos serviços de saúde pública.



Ao considerarmos o perfil de respondentes que se definiram como cisgênero, temos que (Figura 3.6), Clínico Geral (83,62% acessaram e 16,38% não acessaram), Pronto Socorro (96,19% acessaram e 3,81% não acessaram), Exames (79,21% acessaram e 20,79% não acessaram), Psicologia/Psiquiatria (51,56% acessaram e 48,44% não acessaram), Medica-

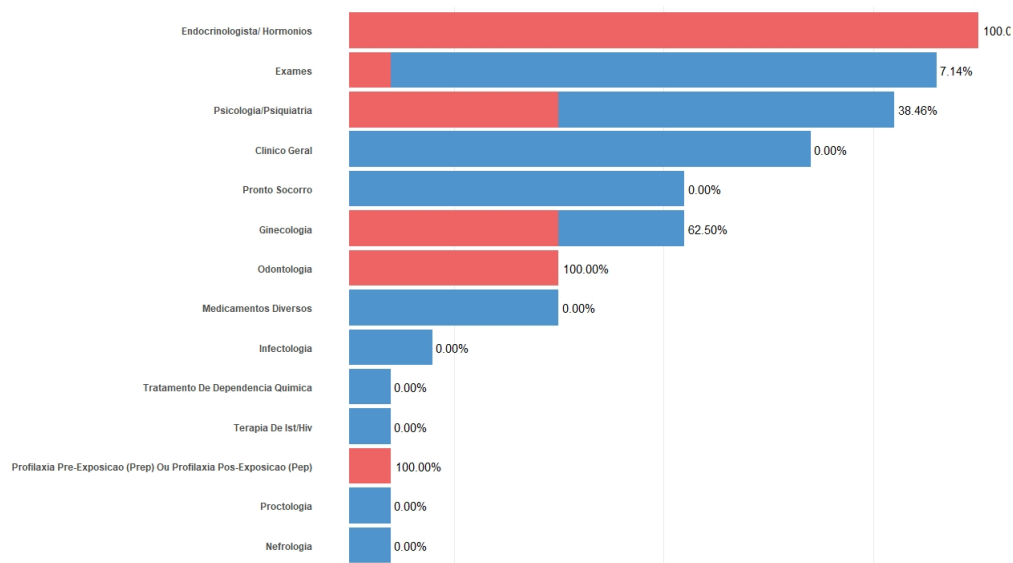
mentos Diversos (81,97% acessaram e 18,03% não acessaram), Odontologia (70% acessaram e 30% não acessaram), Ginecologia (33,33% acessaram e 66,67% não acessaram), Terapia de Ist/HiV (82,35% acessaram e 17,65% não acessaram), Profilaxia Pré-Exposição (Prep) ou Profilaxia Pós-Exposição (60% acessaram e 40% não acessaram), Infectologia (73,33% acessaram e 26,67% não acessaram), Endocrinologista/Hormônios (61,54% acessaram e 38,46% não acessaram).

Figura 3.6: Distribuição do perfil de respondentes cisgênero pela procura aos serviços de saúde pública.



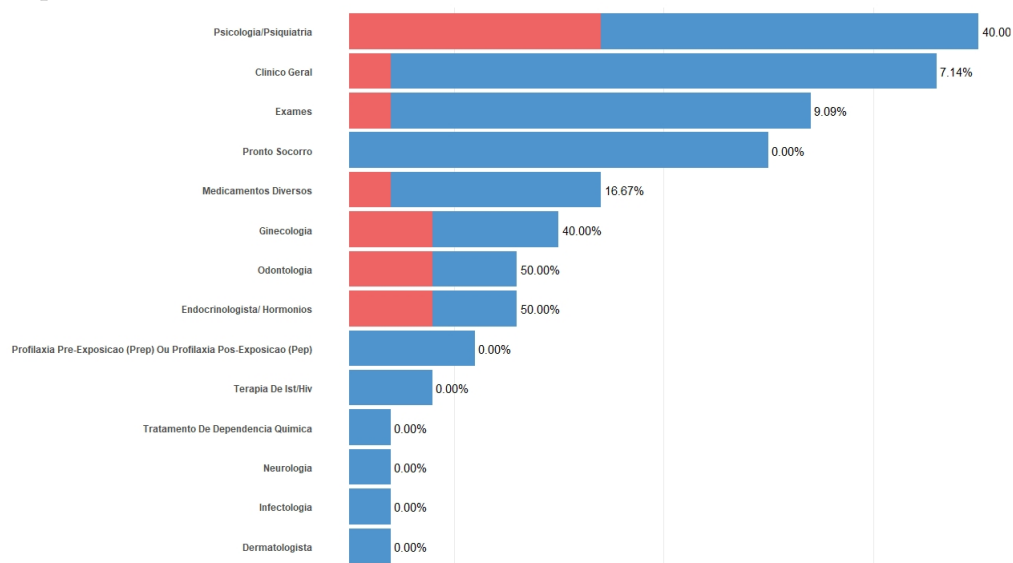
Passando para o perfil de respondentes que se definiram como transgênero, Figura 3.7, de acordo com maior ordem de procura, temos que, Endocrinologista/Hormônios (100% não acessou), Exames (92,85% acessaram e 7,14% não acessaram), Psicologia/Psiquiatra (61,54% acessaram e 38,46% não acessaram), Clínico Geral e Pronto Socorro (100% acessou), Ginecologia (37,50% acessaram e 62,50% não acessaram), Odontologia (100% não acessou) e Profilaxia Pré-Exposição (Prep) ou Profilaxia Pós-Exposição (Pep) (100% não acessou).

Figura 3.7: Distribuição do perfil de respondentes transgênero pela procura aos serviços de saúde pública.



Ao considerarmos o perfil de respondentes que se definiram como não-binários, como mostra a Figura 3.8, temos que, a maior procura foi pelos serviços de Psicologia/Psiquiatria (60% acessou e 40% não acessou), Clínico geral (92,86% acessaram e 7,14% não acessaram), Exames (90,91% acessaram e 9,09% não acessaram), Pronto Socorro (100% acessaram), Medicamentos Diversos (83,33% acessaram e 16,67% não acessaram), Ginecologia (60% acessaram e 40% não acessaram), Odontologia (50% acessaram e 50% não acessaram), Endocrinologista/Hormônios (50% acessaram e 50% não acessaram).

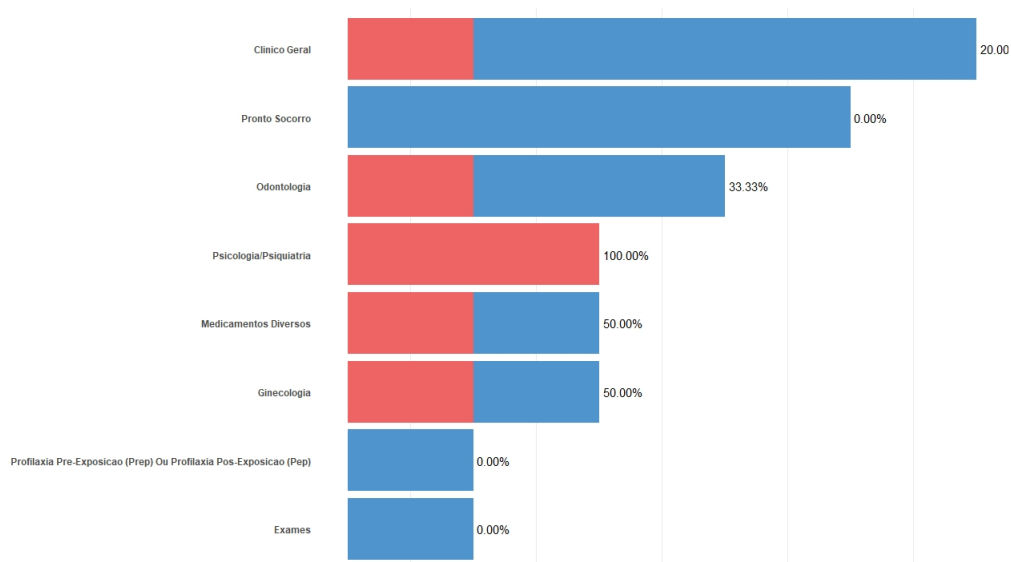
Figura 3.8: Distribuição do perfil de respondentes não-binários pela procura aos serviços de saúde pública.



Dentro do perfil de das pessoas que não informaram o gênero, Figura 3.9, temos que,

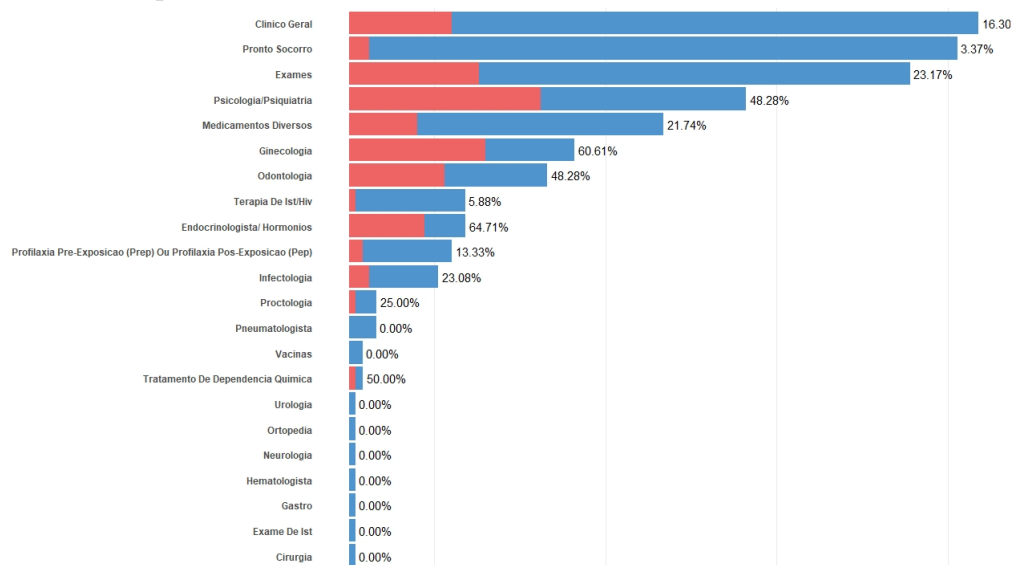
Clínico Geral (80% acessaram e 20% não acessaram), Pronto Socorro (100% acessaram), Odontologia (66,67% acessaram e 33,33% não acessaram), Psicologia/Psiquiatria (100% não acessou), Medicamentos Diversos (50% acessou e 50% não acessou), Ginecologia (50% acessaram e 50% não acessaram).

Figura 3.9: Distribuição do perfil de respondentes que não informaram o gênero pela procura aos serviços de saúde pública.



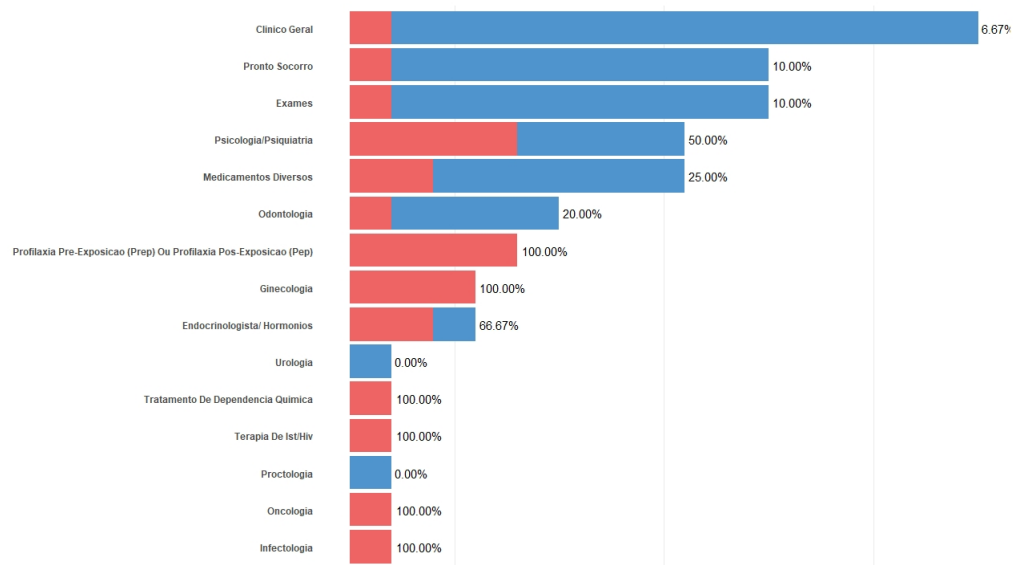
Considerar o recorte da declaração de raça/cor como branca e o acesso aos serviços públicos de saúde proporciona as seguintes considerações. Clínico Geral (83,70% acessaram e 16,30% não acessaram), Pronto Socorro (96,63% acessaram e 3,37% não acessaram), Exames (76,83% acessaram e 23,17% não acessaram), Psicologia/Psiquiatria (51,72% acessaram e 48,28% não acessaram), Medicamentos Diversos (78,26% acessaram e 21,74% não acessaram), Ginecologia (39,39% acessaram e 60,61% não acessaram), Odontologia (51,72% acessaram e 48,28% não acessaram), Terapia de IsT/HiV (94,12% acessaram e 5,88% não acessaram), Endocrinologista/Hormônios (35,29% acessaram e 64,71% não acessaram), Profilaxia Pré-Exposição (Prep) ou Profilaxia Pós-Exposição (Pep) (86,67% acessaram e 13,33% não acessaram), Infectologia (76,92% acessaram e 23,08% não acessaram), Proctologia (75% acessaram e 25% não acessaram).

Figura 3.10: Distribuição pela declaração de raça/cor branca pela procura e acesso aos serviços de saúde pública.



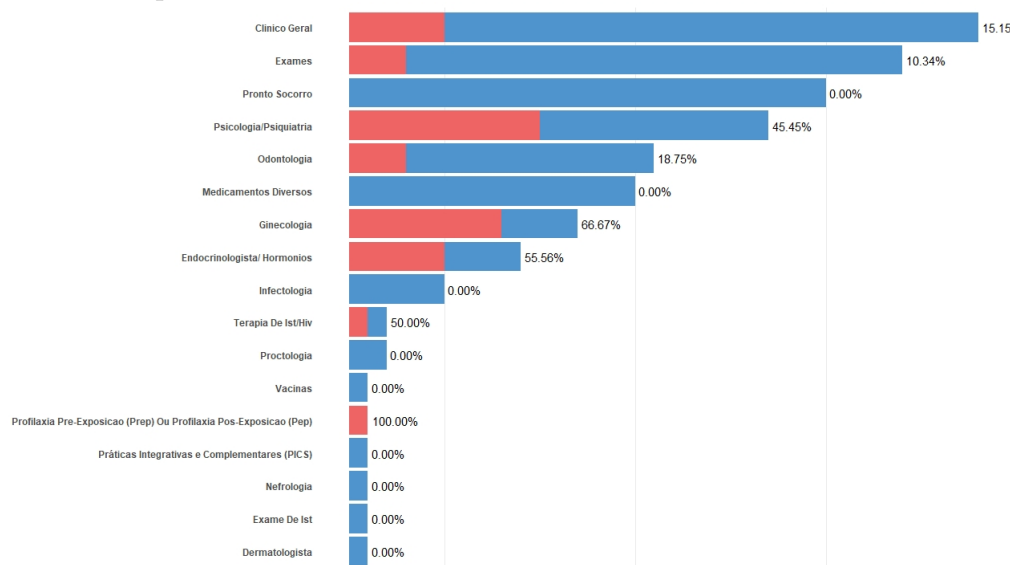
Passando para o perfil de respondentes que declararam sua cor/raça como preta, Figura 3.11, temos que, Clínico Geral (93,33% acessaram e 6,67% não acessaram), Pronto Socorro e Exames (90% acessaram e 10% não acessaram), Psicologia/Psiquiatria (50% acessou e 50% não acessou), Medicamentos diversos (75% acessou e 25% não acessou), Odontologia (80% acessou e 20% não acessou), Profilaxia Pré-Exposição (Prep) ou Profilaxia Pós Exposição (Pep) (100% não acessou), Ginecologia (100% não acessou), Endocrinologista/Hormônios (33,33% acessou e 66,67% não acessou), a procura por Tratamento de Dependência Química, Terapia de IsT/HiV, Oncologia e Infectologia também não teve acessos.

Figura 3.11: Distribuição pela declaração de raça/cor preta pela procura e acesso aos serviços de saúde pública.



A distribuição de pessoas que declararam sua cor/raça como parda pelos serviços públicos de saúde acessados e os não acessados, temos que, Clínico Geral (84,85% acessaram e 15,15% não acessaram), Exames (89,66% acessaram e 10,34% não acessaram), Pronto Socorro (100% acessou), Psicologia/Psiquiatria (54,55% acessaram e 45,45% não acessaram), Odontologia (81,25% acessaram e 18,75% não acessaram), Medicamentos diversos (100% acessou), Ginecologia (33,33% acessaram e 66,67% não acessaram), Endocrinologista/Hormônios (44,44% acessaram e 55,56% não acessaram), Terapia de IsT/HiV (50% acessaram e 50% não acessaram), Profilaxia Pré-Exposição (Prep) ou Profilaxia Pós-Exposição (Pep) (100% não acessou). Como pode ser visto na Figura 3.12 abaixo.

Figura 3.12: Distribuição pela declaração de raça/cor parda pela procura e acesso aos serviços de saúde pública.



3.3 Hormonização

Com relação ao uso de hormônios, foi questionado se o uso é feito, a periodicidade e intenção de uso. As possibilidades propostas, podendo ser marcada mais que uma, caso se aplicasse, foram as seguintes: sim, uso com acompanhamento médico; sim, uso por conta própria; atualmente não uso, mas já usei com acompanhamento médico; atualmente não uso, mas já usei por conta própria; não, mas gostaria de usar; não, e não gostaria de usar; não desejo informar. Como vemos na Tabela 3.1, considerando respondentes não-cisgêneros, destaca-se que a maior concentração de respostas se encontra em pessoas que não usaram e não gostariam de usar (41,77%), seguida por pessoas que não usaram, mas gostariam de usar (27,85%) e pessoas que usam por conta própria (10,13%). Com um pouco menos de expressão, encontram-se as pessoas que usam hormônios com acompanhamento médico (8,86%), e as que não usavam ao responder o questionário, mas já haviam usado por conta própria e as que não desejaram informar (5,06% cada). Por fim, as que também não usavam ao responder o questionário, mas já haviam feito uso com acompanhamento médico (1,27%).

Tabela 3.1: Uso de hormônios.

	Quantidade
Atualmente não uso, mas já usei com acompanhamento médico	1,27%
Atualmente não uso, mas já usei por conta própria	5,06%
Não desejo informar	5,06%
Não, e não gostaria de usar	41,77%
Não, mas gostaria de usar	27,85%
Sim, uso com acompanhamento médico	8,86%
Sim, uso por conta própria	10,13%
Total	100,00%

3.4 Avaliação do atendimento nos serviços públicos de saúde

A avaliação do atendimento nos serviços públicos de saúde levou em consideração o atendimento e preparo das pessoas atendentes, assim sendo, médicas, enfermeiras e funcionárias da saúde pública ao lidarem com questões relativas ao público LGBTI+. As opções disponibilizadas foram: excelente, bom, regular, ruim, péssimo, não sei avaliar, não uso os serviços públicos de saúde em São Carlos ou não desejo informar.

Tabela 3.2: Avaliação dos respondentes ao atendimento de saúde.

	Geral	Cisgênero	Transgênero	Não Informou
Excelente	3,02%	1,91%	5,36%	15,38%
Bom	14,80%	15,65%	10,71%	15,38%
Regular	24,47%	24,43%	25,00%	23,08%
Ruim	12,69%	12,98%	14,29%	-
Péssimo	6,34%	4,58%	14,29%	7,69%
Não sei avaliar	38,07%	40,46%	28,57%	30,77%
Não desejo informar	0,60%	1,79%	3,70%	7,69%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Dessa forma, como pode ser visto na Tabela 3.2 a partir dos dados coletados, o perfil geral de respostas ficou distribuído de forma a se concentrar, principalmente, na faixa de pessoas que não soube avaliar (38,07%), seguidas pelas pessoas que avaliaram como regular (24,47%), bom (14,80%) pelas pessoas que consideram ruim (12,69%). Com menos expressão, encontram-se as avaliações como péssimo (6,34%), excelente (3,02%) quem não desejou informar (0,60%).

A avaliação do atendimento dos serviços de saúde quando consideramos o perfil de respondentes cisgênero, concentra-se na faixa das pessoas que não souberam avaliar (40,46%), seguida pelas pessoas que avaliaram como regular (24,43%) e bom (15,65%). Menos expressivas são as faixas como ruim (12,98%), péssimo (4,58%) e excelente (1,91%).

Ao considerarmos as pessoas transgênero, a maior quantidade de respostas foi para a faixa de avaliação dos serviços públicos de saúde como não sei avaliar (28,57%) e regular

(25,00%), seguida pelas faixas ruim e péssimo (14,29% cada) e bom (10,71%). Posteriormente, temos, com menos expressão, as faixas excelente (5,36%) e bom (10,71%) e pessoas que não desejaram informar sua avaliação (3,70%).

Passando para o perfil de pessoas que não definiram o gênero pela avaliação do atendimento nos serviços públicos de saúde, temos que a maior parte não soube avaliar (30,77%), seguida pelas pessoas que consideraram regular (23,08%) e pelas pessoas que avaliaram como excelente e bom (15,38% cada). Com menos expressão, são as faixas de pessoas que avaliaram como péssimo ou não desejaram avaliar (7,69% cada).

3.5 Motivos para não ir ao médico

As possibilidades propostas a essa pergunta, foram: Não fico doente com frequência, preguiça, falta de tempo, não respeitam meu gênero ou sexualidade, demora no atendimento, é muito longe da minha casa, vou ao médico sempre que preciso, medo ou insegurança ou não desejo informar. A pessoa respondente poderia responder todas que se aplicassem ao seu caso específico. De maneira geral, como veremos, é comum entre os perfis não ir a consultas médicas por não ficar doente com frequência.

Assim, entre o perfil de respondentes cisgênero, destaca-se que não ficar doente com frequência (19,60%), demora no atendimento e falta de tempo (15,90% cada), preguiça e medo ou insegurança (12,30% cada) como os motivos mais apontados. Entre as pessoas transgênero, não ficar doente com frequência (23,30%), falta de respeito com relação ao gênero ou sexualidade (18,60%), medo ou insegurança (16,30%) e demora no atendimento (14%) como os principais motivos.

Quando consideramos as pessoas respondentes não-binárias, salienta-se que não ficar doente com frequência (21,90%), medo ou insegurança (18,80%), demora no atendimento (12,50%). Por fim, com relação às pessoas que não desejaram informar o gênero, destaca-se a falta de tempo (29,40%), demora no atendimento (17,60%), preguiça e aquelas pessoas que vão ao médico sempre que precisam (11,80% cada).

Tabela 3.3: Motivos para não ir ao médico

	Cisgênero	Transgênero	Não-Binário	Não informou
Demora no atendimento	15,90%	14,00%	12,50%	17,60%
É muito longe da minha casa	8,70%	4,70%	3,10%	-
Falta de tempo	15,90%	4,70%	9,40%	29,40%
Medo ou insegurança	12,30%	16,30%	18,80%	-
Não desejo informar	2,20%	-	3,10%	5,90%
Não fico doente com frequência	19,60%	23,30%	21,90%	23,50%
Não me sinto seguro	-	-	3,10%	-
Não respeitam meu gênero ou sexualidade	2,90%	18,60%	9,40%	-
Preguiça	12,30%	12,50%	-	11,80%
Vou ao médico sempre que preciso	10,10%	9,30%	6,20%	11,80%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

3.6 Nome social em serviços públicos de saúde

Com relação ao respeito pelo uso do nome social em serviços públicos de saúde, a distribuição de pessoas que se definiram como transgênero, Figura 3.13(a), e se sentiram parcialmente respeitadas foi a com mais respostas (64,64%), seguidas pelas pessoas que se sentiram respeitadas (22,73%) e às que disseram não se sentir respeitada (13,64%).

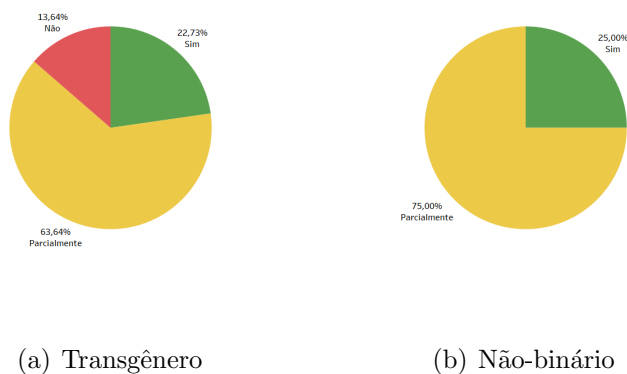


Figura 3.13: Distribuição de respondentes por respeito ao uso do nome social.

No que se refere às pessoas que se definiram como não-binárias, Figura 3.13(b), as porcentagens mudam para um aumento para as pessoas que se sentiram parcialmente respeitadas (75%) e também para as pessoas que se sentiram respeitadas (25%). Dessa forma, não houve nenhuma resposta com um não enfático com relação ao respeito no uso do nome social em serviços públicos de saúde.

Como veremos na seção de educação, mais pessoas transgênero se sentem respeitadas com relação ao uso do nome social por profissionais da educação (55% sim), assim como

pela instituição de educação (33,33%). Contudo, a porcentagem que respondeu não (30%), também é maior em comparação com relação ao serviço saúde.

Capítulo 4

Serviços Públicos de Educação

Esta terceira seção apresenta os dados obtidos da parte do questionário que tratava dos serviços públicos de educação. São considerados os dados de escolaridade, serviços públicos de educação utilizados, avaliação do atendimento e preparo dos profissionais da área da educação, distinção por ser LGBTI+, respeito do uso do nome social pelos profissionais da área e pela instituição.

4.1 Escolaridade

A identificação de escolaridade foi proposta em analfabeto, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto, completo, pós-graduação incompleta e pós-graduação completa.

Como vemos na Tabela 4.1, não houve resposta de pessoas analfabetas. O perfil geral de respondentes se concentrou principalmente em superior incompleto (47,53%), seguida pelo ensino superior completo (14,55%) e pós-graduação completa (14,03%). Posteriormente, passamos para as faixas de ensino médio completo (11,17%), pós-graduação incompleta (8,31%) e ensino médio incompleto (3,38%). As faixas das pessoas que cursaram ensino fundamental incompleto e fundamental completo receberam o menor e o mesmo percentual de respostas (0,52% cada).

Tabela 4.1: Distribuição de respondentes por escolaridade.

	Geral	Cisgênero	Transgênero	Não Informou
Analfabeto	-	-	-	-
Fundamental incompleto	0,52%	-	3,45%	-
Fundamental completo	0,52%	0,32%	-	6,67%
Médio incompleto	3,38%	2,56%	6,90%	6,67%
Médio completo	11,17%	8,65%	18,97%	33,33%
Superior incompleto	47,53%	47,12%	51,72%	40,00%
Superior completo	14,55%	15,71%	8,62%	13,33%
Pós-graduação incompleta	8,31%	9,29%	5,17%	-
Pós-graduação completa	14,03%	16,35%	5,17%	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Levando em consideração o perfil de respondentes que se definiram como cisgênero a maior faixa de respondentes se concentra na faixa de ensino superior incompleto (51,72%) e na de ensino médio completo (47,12%). Posteriormente, temos que superior completo (15,71%), pós-graduação completa (16,35%), pós-graduação incompleta (9,29%), (8,65%) com ensino médio completo, ensino médio incompleto (2,56%), ensino fundamental incompleto (3,45%). A menor concentração de respondentes foi em ensino fundamental completo (0,32%).

Passando para o perfil das pessoas transgênero, temos que a maior faixa de respondentes se concentra na faixa de ensino superior incompleto (51,72%) e na de ensino médio completo (18,97%). Posteriormente, temos que superior completo (8,62%) pós-graduação incompleta e pós-graduação completa receberam o mesmo percentual de respostas (5,17%). A menor concentração de respondentes foi em ensino fundamental incompleto (3,45%).

As pessoas que não desejaram informar o gênero, distribui-se da seguinte forma: a maior parte das pessoas respondentes se concentra na faixa correspondente ao ensino superior incompleto (40%), seguida pela das pessoas que cursaram ensino médio completo (33,33%) e ensino superior completo (33,33%). Por fim, temos as do ensino fundamental completo e ensino médio incompleto (6,67% cada). Não constando, então, respostas com pessoas que não informaram o gênero em nível de pós-graduação.

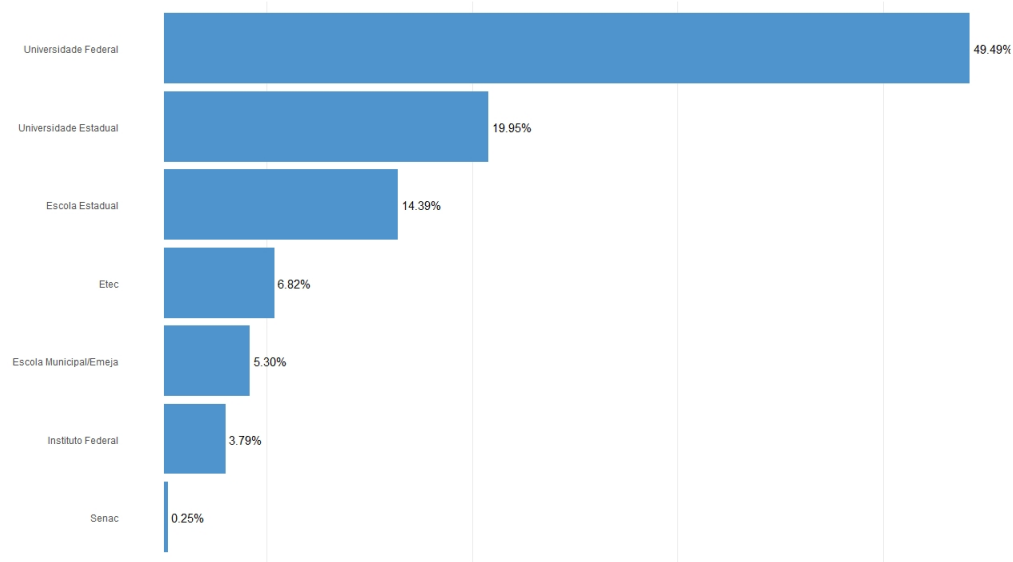
4.2 Serviços públicos de educação utilizados

Os serviços públicos de educação usados foram pensados no período dos últimos 5 anos e compreendiam as seguintes opções: Escola municipal/EMEJA; Escola estadual; Universidade Federal; Universidade Estadual; Instituto Federal; Escola Técnica Estadual (ETEC); além da opção Não estudo ou não estudei em São Carlos.

Dessa forma, ao considerarmos o perfil geral de respondentes, Figura 4.1, quase me-

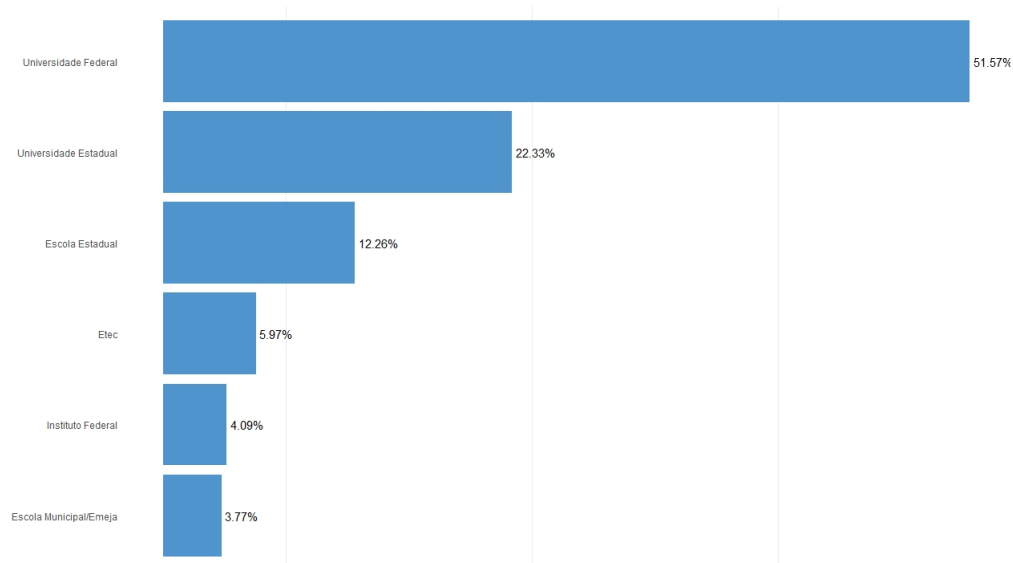
tade utilizou serviços públicos de educação da Universidade Federal (49,49%), em menor escala da Universidade Estadual (19,95%) e da Escola Estadual (14,39%). Com menor concentração estão o uso de serviços públicos de educação da ETEC (6,82%), da Escola Municipal/EMEJA (5,30%), do Instituto Federal (3,79%) e, por fim, do SENAC (0,25%).

Figura 4.1: Distribuição do perfil geral de respondentes pelos serviços de educação utilizados.



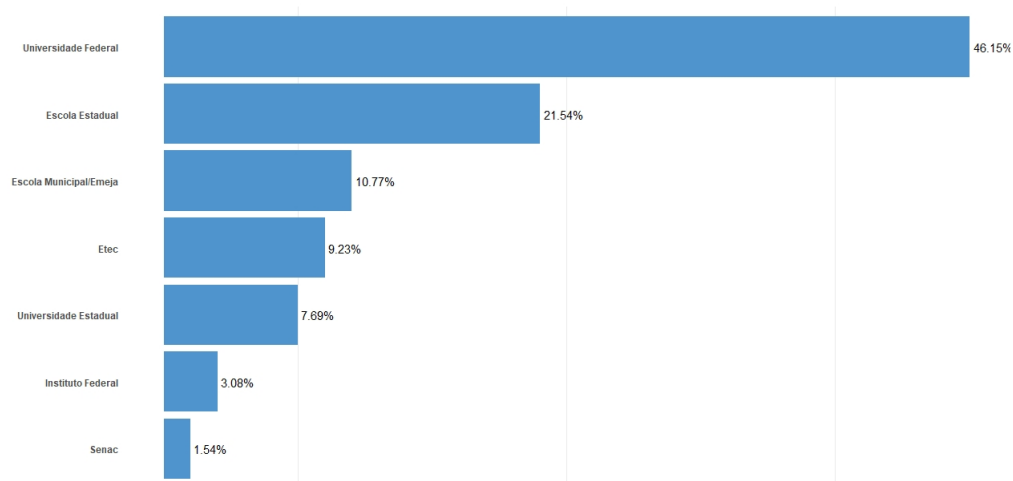
Conforme vemos na Figura 4.2, os serviços utilizados pelas pessoas do perfil cisgênero são concentrados pelo uso da Universidade Federal (51,57%), seguido pelo uso da Universidade Estadual (22,33%) e pelo uso da Escola Estadual (12,25%). Posteriormente, com menor concentração, temos o uso da ETEC (6,97%), Instituto Federal (4,09%) e escola municipal (3,77%).

Figura 4.2: Distribuição do perfil de respondentes cisgênero pelos serviços de educação utilizados.



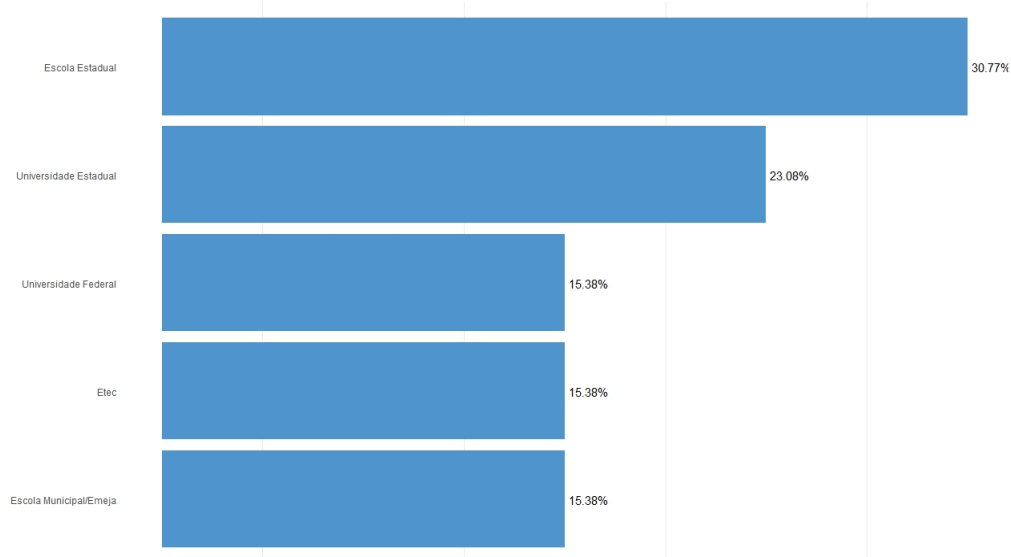
A distribuição dos serviços públicos de educação utilizados por respondentes transgênero, Figura 4.3, fica em Universidade Federal (46,15%), Escola Estadual (21,54%), Escola Municipal/EMEJA (10,77%), ETEC (9,23%), em Universidade Estadual (7,69%), Instituto Federal (3,08%) e Senac (1,54%).

Figura 4.3: Distribuição do perfil de respondentes transgênero pelos serviços de educação utilizados.



Passando para o perfil de pessoas que não desejaram informar o gênero, Figura 4.4, os serviços de educação pública utilizados foram: (30,77%) escola estadual, (23,08%) universidade estadual, (15,38%) universidade federal, ETEC e Escola Municipal/Emeja (15,38%).

Figura 4.4: Distribuição do perfil de respondentes que não informou o gênero pelos serviços de educação utilizados.



4.3 Avaliação do atendimento e preparo dos profissionais da área da educação

A avaliação do atendimento e preparo de professoras, diretoras, coordenadoras, ou seja, funcionárias do espaço educacional público de São Carlos no geral, para lidar com questões referentes à população LGBTI+ foi elencada em: excelente, bom, regular, ruim, péssimo, não sei avaliar, não estudo em São Carlos, não estudou ou não desejo informar.

Dessa forma, o perfil geral de respostas de distribui de forma a ficar mais proeminente nas avaliações como regular (30,26%), bom (25,36%) e as pessoas que não souberam avaliar (18,16%). Como ruim (15,85%), péssimo (5,76%) e como excelente (4,61%).

Tabela 4.2: Distribuição de respondentes por avaliação do atendimento de educação.

	Geral	Cisgênero	Transgênero	Não Informou
Excelente	4,61%	3,96%	3,57%	23,08%
Bom	25,36%	26,26%	23,21%	15,38%
Regular	30,26%	32,01%	25,00%	15,38%
Ruim	15,85%	13,31%	26,79%	23,08%
Péssimo	5,76%	4,32%	12,50%	7,69%
Não sei avaliar	18,16%	20,14%	8,93%	15,38%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Levando em consideração as respostas de pessoas que se identificaram como cisgênero, a avaliação do atendimento como excelente diminui para (3,96%), como bom e regular aumentam para (26,26% e (32,01%), respectivamente. Enquanto ruim e péssimo diminui para (13,31%) e (4,32%), respectivamente, (20,14%) disseram não saber avaliar.

Como vemos na Tabela 4.2, a avaliação das pessoas transgênero para o atendimento nos serviços públicos de educação, como excelente é (3,57%), pouco menos de um quarto consideram bom (23,21%), um quarto considera regular (25,00%), (26,79%) avalia como ruim, (12,50%) como péssimo e (8,93%) não soube avaliar. Considerado apenas o perfil das pessoas que se identificaram como não-binárias, é similar ao das pessoas transgênero, diferenciando apenas em relação péssimo com (7,14%) e não saber avaliar o atendimento com (10,71%).

4.4 Distinção por ser LGBTI+

A questão colocada com relação à distinção por parte dos profissionais dos serviços públicos de educação em questões de gênero e sexualidade ficou distribuída da seguinte forma: Como vemos na Tabela 4.3, com relação a sexualidade, pessoas que definem sua sexualidade pela identidade gay são as que mais sentem (34,13%), seguidas pelas pessoas que se definiram como heterossexuais (33,33%). Em seguida, temos as pessoas que se definem como assexuais (25%) e depois pessoas pansexuais (23,21%). Pessoas que se definiram como bissexuais (22,86%) e pessoas lésbicas (22%).

Tabela 4.3: Distinção por ser LGBTI+ por sexualidade

Sexualidade	Distinção por ser LGBTI+
Bissexual	22,86%
Gay	34,13%
Pansexual	23,21%
Lésbica	22,00%
Assexual	25,00%
Heterossexual	33,33%
Não desejou informar	-
Total	100,00%

Passando para o recorte de gênero, na Tabela 4.4, a distribuição se altera da seguinte forma. De acordo com o perfil geral de respostas, (30,12%) das pessoas sentiram distinção por serem LGBTI+. Especificando os perfis, têm-se que as pessoas que não desejam informar o gênero sentiram distinção (53,85%), seguidas por pessoas transgênero (33,93%).

Tabela 4.4: Distinção por ser LGBTI+ por gênero.

Gênero	Distinção por ser LGBTI+
Perfil geral	30,12%
Cisgênero	28,21%
Transgênero	33,93%
Não desejou informar	53,85%
Total	100,00%

Ao considerar o recorte racial, a distinção por ser LGBTI+ pesa mais para pessoas que se declararam pretas (32,25%), seguidas pelas pessoas pardas (27,40%). Pessoas brancas marcam a porcentagem (26,32%), seguidas pelas pessoas que não desejam definir raça/cor (16,67%) e, por fim, as pessoas amarelas (14,29%). Não obtivemos respostas das pessoas que se declararam indígenas.

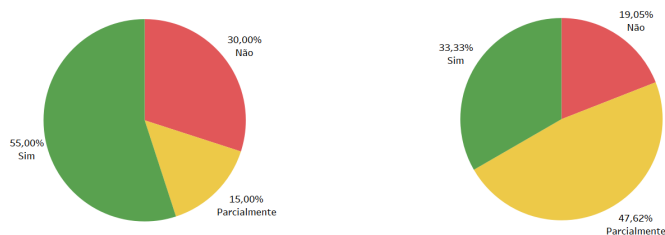
Tabela 4.5: Distinção por ser LGBTI+ por raça/cor

Raça/Cor	Distinção por ser LGBTI+
Amarelo	14,29%
Branco	26,32%
Pardo	27,40%
Preto	32,35%
Indígena	-
Não desejou informar	16,67%
Total	100,00%

4.5 Nome social em serviços públicos de educação

O uso de nome social em espaços educacionais públicos foi pensado pelo período dos últimos cinco anos. Tanto em relação ao respeito por profissionais, ao se referirem às pessoas que usam, em procedimentos como fazer chamadas ou em conversas, quanto pela instituição ao colocá-lo nas listas de chamada, na divulgação de notas, plataformas de ensino, listas de e-mails.

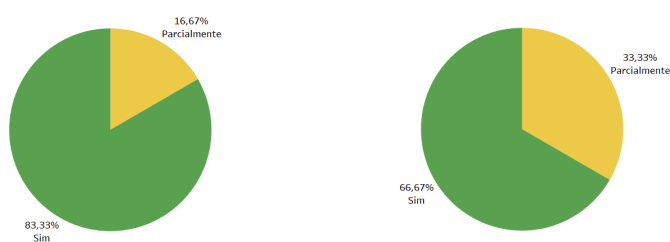
Dessa forma, de acordo com os dados coletados, como vemos na Figura 4.5(a), 55% de pessoas que se identificaram como transgênero disseram ter respeito quanto ao uso do nome social por profissionais da educação, 30% disseram não ter e 15% apontaram que o respeito ao uso se deu parcialmente. No que diz respeito ao respeito pela instituição (Figura 4.5(b)), a maior parte disse que o respeito ocorreu parcialmente (47,62%), disseram sim (33,33%) e disseram não (19,05%).



(a) Por profissionais de educação (b) Pela instituição de educação

Figura 4.5: Distribuição de respondentes transgênero por respeito ao uso do nome social.

Levando em consideração as pessoas que se identificaram como não-binárias, o respeito com relação ao uso do nome social em situações com profissionais da educação, como vemos na Figura 4.6(a), dispõe-se em uma maioria que disse sim (83,33%) e com menos expressão as pessoas que disseram parcialmente (16,67%). Assim, nenhuma pessoa não-binária disse se sentir completamente desrespeitada quanto ao uso do nome social pelos profissionais. Já no que se refere ao respeito pela instituição (Figura 4.6(b)), a porcentagem diminuiu para sim (66,67%) e aumentou para o respeito parcial (33,33%). Ainda assim, nenhuma pessoa não-binária disse não ter o nome social completamente desrespeitado.



(a) Por profissionais de educação (b) Pela instituição de educação

Figura 4.6: Distribuição de respondentes não-binárias por respeito ao uso do nome social.

Capítulo 5

Violência e Segurança Pública

Esta quarta seção apresenta os dados relativos aos casos de violência e segurança pública. Apresentamos os dados de tipos de violências sofridas, a frequência dos tipos de violência, a esfera em que os tipos de violência ocorreram, acionamento dos serviços de segurança pública e uso do nome social em serviços de segurança pública. As perguntas do questionário se referiam a violências que poderiam ter ocorrido no período dos últimos 5 anos, que fossem relacionadas a identidade de gênero e/ou sexualidade. A primeira questão perguntava se a pessoa respondente se sentia confortável em responder às perguntas sobre violência. Caso contrário, o questionário passaria para a seção seguinte. Dos respondentes desta seção, obteve-se que parte considerável não foram vítimas de nenhum tipo de violência (23,86%), não se sentiram confortável para responder essa seção (9%) ou não souberam avaliar se sofreram em algum momento (3,12%).

As violências referidas nas perguntas se relacionam a identificação de violências física, verbal, psicológica e sexual. Além disso, havia a possibilidade de marcar “não sei avaliar”, “não fui vítima de violência” ou “não quero responder”.

5.1 Violências sofridas

Como podemos visualizar na Tabela 5.1, dentro do perfil geral de respondentes, destaca-se a ocorrência de violências psicológicas e verbais (29,96%) ou apenas verbal (28,4%). Quando consideramos os perfis específicos, é possível destacar que o tipo de violência mais recorrente entre pessoas que se identificaram como cisgênero é a de tipo apenas verbal (31,79%), verbal e psicológica (29,23%), apenas psicológica (11,28%) e psicológica, verbal e sexual (7,69%). Com relação às pessoas transgênero, destaca-se

violências de tipo psicológica e verbal (30,77%), psicológica, verbal e sexual (13,46%) e física, verbal e psicológica (9,62%).

No que se refere às pessoas não-binárias, obteve-se que a violência mais recorrente é a de tipo psicológica e verbal (22,22%), apenas verbal, assim como conjuntamente psicológica, verbal e sexual (18,52% cada). Seguindo o perfil de pessoas que não informaram o gênero pelo tipo de violência, destaca-se a ocorrência de violências do tipo verbal e psicológica (40%).

Tabela 5.1: Tipos de violência sofrida por gênero

	Geral	Cisgênero	Transgênero	Não Informou
Apenas Física	0,78%	0,51%	-	10,00%
Apenas Psicológica	10,89%	11,28%	9,62%	10,00%
Apenas Sexual	0,78%	0,51%	-	10,00%
Apenas Verbal	28,40%	31,79%	19,23%	10,00%
Física, Psicológica	-	-	-	-
Física, Sexual	0,78%	0,51%	-	10,00%
Física, Verbal	1,56%	1,54%	1,92%	-
Psicológica, Sexual	1,95%	2,05%	1,92%	-
Psicológica, Verbal	29,96%	29,23%	30,77%	40,00%
Sexual, Verbal	3,50%	3,08%	5,77%	-
Física, Verbal, Psicológica	7,39%	7,18%	9,62%	-
Física, Verbal, Sexual	0,39%	0,51%	-	-
Psicológica, Verbal, Sexual	8,95%	7,69%	13,46%	10,00%
Todas	4,67%	4,12%	7,69%	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Ao especificarmos os tipos de violência sofridas dentro do perfil de pessoas que se declararam como cisgênero, obtivemos que, Tabela 5.2, homens cisgênero declararam ocorrências de violências do tipo verbal (36,56%), psicológica e verbal (24,73%) . Já mulheres cisgênero apontam psicológica e verbal (31,63%), apenas verbal (28,57%) e apenas psicológica (13,27%). Destaca-se também, certa proeminência na porcentagem de mulheres cisgênero que passaram por violências do tipo psicológica, verbal e sexual (9,18%)

Tabela 5.2: Tipos de violência sofrida por pessoas cisgênero.

	Cisgênero	
	Homem	Mulher
Apenas Física	1,08%	-
Apenas Psicológica	9,68%	13,27%
Apenas Sexual	1,08%	-
Apenas Verbal	36,56%	28,57%
Física, Psicológica	-	-
Física, Sexual	1,08%	-
Física, Verbal	2,15%	1,02%
Psicológica, Sexual	-	4,08%
Psicológica, Verbal	24,73%	31,63%
Sexual, Verbal	3,23%	3,06%
Física, Verbal, Psicológica	10,75%	4,08%
Física, Verbal, Sexual	-	1,02%
Psicológica, Verbal, Sexual	5,38%	9,18%
Física, Verbal, Psicológica, Sexual	4,30%	4,08%
Total	100,00%	100,00%

Quando levamos em consideração o perfil das pessoas transgênero, Tabela 5.3, especificamente das mulheres trans/transfemininas, evidencia-se as violências de tipo apenas verbal (50%). Além desta, temos que o sofrimento de violências conjuntas, como psicológica e verbal, assim como física, verbal, psicológica e sexual (25% cada) tem percentuais semelhantes. Com relação ao perfil de respondentes travestis, destaca-se as violências de tipo apenas verbal e também conjuntamente, física, verbal, psicológica e sexual (25% cada). No que se refere aos homens trans/transmasculinos, temos que violências de tipo psicológica e verbal, assim como psicológica, verbal e sexual (26,67% cada) são os tipos mais recorrentes, seguidas pelas de tipo apenas psicológico (13,33%).

Tabela 5.3: Tipos de violência sofrida por pessoas transgênero.

	Transgênero		
	Mulher	Travesti	Homem
Apenas Física	-	-	-
Apenas Psicológica	-	-	13,33%
Apenas Sexual	-	-	-
Apenas Verbal	50,00%	25,00%	6,67%
Física, Psicológica	-	-	-
Física, Sexual	-	-	-
Física, Verbal	-	12,50%	-
Psicológica, Sexual	-	-	-
Psicológica, Verbal	25,00%	12,50%	26,67%
Sexual, Verbal	-	-	13,33%
Física, Verbal, Psicológica	-	12,50%	6,67%
Física, Verbal, Sexual	-	-	-
Psicológica, Verbal, Sexual	-	12,50%	26,67%
Todas	25,00%	25,00%	6,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Por fim, quando consideramos os tipos de violência sofrida pelas pessoas que se identificaram como não-binárias, Tabela 5.4, destaca-se as de tipo psicológica e verbal (40%), apenas verbal (20%) e consideradas com a mesma expressividade percentual, as de tipo apenas psicológico e conjuntamente física, verbal e psicológica (12%). Para as pessoas que não quiseram declarar seu gênero, temos destaque para violências de tipo psicológica e verbal (40%).

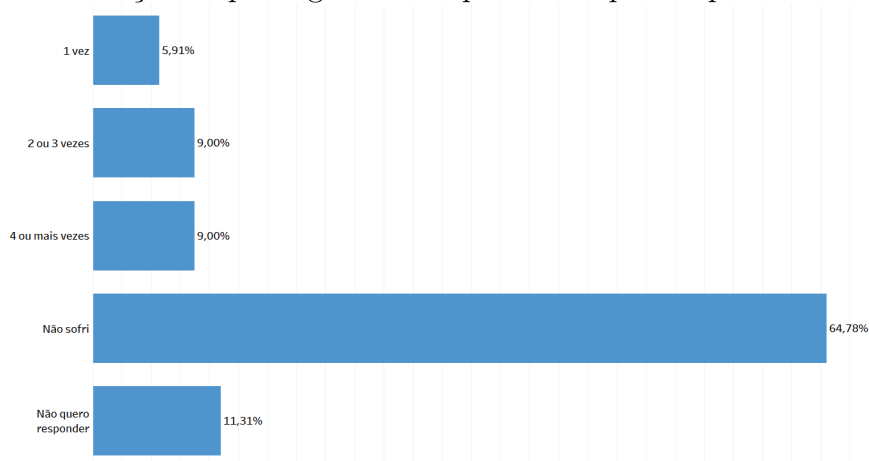
Tabela 5.4: Tipos de violência sofrida por pessoas não-binárias ou que desejaram não informar o gênero.

	Não-Binário	Não Informaram
Apenas Física	-	10,00%
Apenas Psicológica	12,00%	10,00%
Apenas Sexual	-	10,00%
Apenas Verbal	20,00%	10,00%
Física, Psicológica	-	-
Física, Sexual	-	10,00%
Física, Verbal	-	-
Psicológica, Sexual	4,00%	-
Psicológica, Verbal	40,00%	40,00%
Sexual, Verbal	4,00%	-
Física, Verbal, Psicológica	12,00%	-
Física, Verbal, Sexual	-	-
Psicológica, Verbal, Sexual	8,00%	10,00%
Física, Verbal, Psicológica, Sexual	-	-
Total	100,00%	100,00%

5.2 Frequência dos tipos de violência

A frequência de ocorrência de violência física, dizia respeito ao período dos últimos 5 anos e podia ser marcada em 1 vez, 2 ou 3 vezes, 4 ou mais vezes, não sofri ou não quero responder. Dessa forma, como podemos ver na Figura 5.1, o perfil geral de respostas se concentra na faixa de pessoas que não sofreram (64,78%), pessoas que não quiseram responder (11,31%) e igualmente que sofreram 2 ou 3 vezes, 4 ou mais vezes (9% cada).

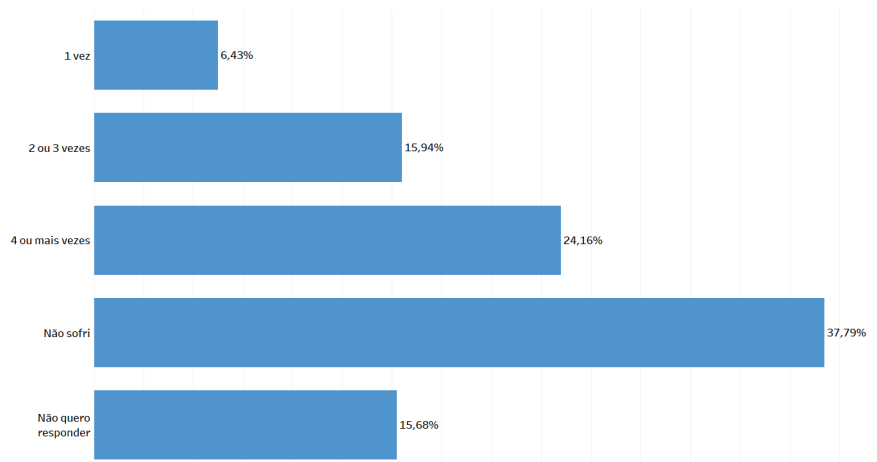
Figura 5.1: Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência física.



A frequência de violência psicológica, no período dos últimos 5 anos, podia ser marcada em 1 vez, 2 ou 3 vezes, 4 ou mais vezes, não sofri ou não quero responder. Dessa forma, o perfil geral de respostas, Figura 5.2, se distribuiu em uma maior parte das pessoas que disse não ter sofrido (37,79%), seguidas pelas pessoas que sofreram 4 ou mais vezes (24,16%) e 2 ou 3 vezes (15,94%). Outra faixa de resposta com expressividade é a das

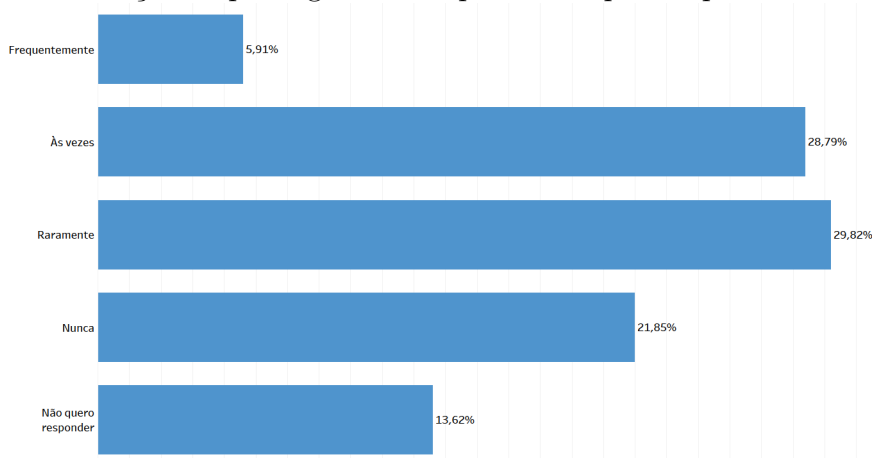
peessoas que não quiseram responder (15,68%).

Figura 5.2: Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência psicológica.



A frequência de ocorrência de violência verbal também foi considerada no período dos últimos cinco anos. Contudo, a frequência disponibilizada foi frequentemente, às vezes, raramente, nunca ou não quero responder. Assim, como vemos a visualização da Figura 5.3, a distribuição do perfil geral de respondentes com relação a frequência, ficou disposta da seguinte forma: raramente (29,82%), às vezes (28,79%) e nunca (21,85%) 5,91% marcaram frequentemente, e 13,62% preferiu não responder.

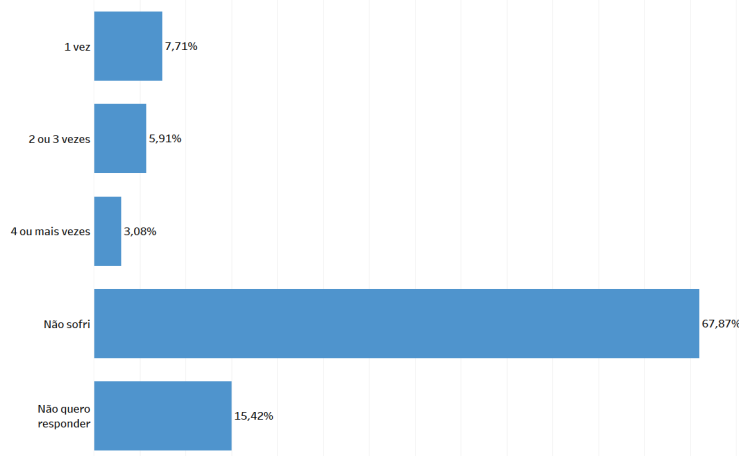
Figura 5.3: Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência verbal.



A frequência de ocorrência de violência sexual, no período dos últimos 5 anos, podia ser marcada em 1 vez, 2 ou 3 vezes, 4 ou mais vezes, não sofreu ou não quero responder. Dessa forma, o perfil geral de respostas, Figura 5.4, se concentrou em pessoas que disseram não ter sofrido (67,87%), seguida pelas pessoas que não quiseram responder (15,42%). De

maneira mais dispersa, encontram-se as faixas de frequência de 1 vez (7,71%), 2 ou 3 vezes (5,91%) e 4 ou mais vezes (3,08%).

Figura 5.4: Distribuição do perfil geral de respondentes por frequência de violência sexual.



Como é possível visualizar na Tabela 5.5, destaca-se que a maior frequência de violência física é com relação às travestis (33,33%), seguidas pelas mulheres trans/transfeminina (20%) e homens trans (18,75%). Quando consideramos a violência psicológica, a ordem de maior frequência se altera primeiramente para os homens trans (56,25%), mulheres trans/transfeminina (40%) e travestis (33,33%). Também é expressiva a frequência deste tipo de violência a mulheres cisgênero (24,05%).

Com relação a violência verbal, destaca-se que a maior frequência se dá com relação a pessoas que se identificaram travestis (55,56%) e mulheres trans/transfemininas (40%). Quando consideramos uma frequência menor para este tipo de violência, como “às vezes”, é notável que homens trans/transmasculinos (62,50%), também é notável que travestis (33,33%), seguidas por homens cisgênero (27,33%) e mulheres cisgênero (27,22%).

No que se refere a violência sexual, destaca-se que as travestis (22,22%) e homens trans/transmasculinos (12,5%). Levando em consideração a segunda maior faixa de frequência (2 ou 3 vezes), temos que mulheres trans/transfemininas (20%) são as mais acometidas pela violências sexual, seguidas por homens trans/transmasculinos (12,5%) e mulheres cisgênero (5,7%).

Tabela 5.5: Frequência de violência sofrida por gênero

	Cisgênero		Transgênero		
	Homem	Mulher	Mulher	Travesti	Homem
Violência Física					
1 vez	7,33%	4,43%	-	11,11%	-
2 ou 3 vezes	9,33%	8,23%	-	-	18,75%
4 ou mais vezes	8,00%	7,59%	20,00%	33,33%	18,75%
Não sofreu	67,33%	65,82%	80,00%	44,44%	56,25%
Não quero responder	8,00%	13,92%	-	11,11%	6,25%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Violência Psicológica					
1 vez	6,67%	5,06%	-	-	12,50%
2 ou 3 vezes	16,00%	15,82%	-	22,22%	12,50%
4 ou mais vezes	15,33%	24,05%	40,00%	33,33%	56,25%
Não sofreu	48,00%	35,44%	60,00%	33,33%	18,75%
Não quero responder	14,00%	19,62%	- 11,11%	-	-
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Violência Verbal					
Frequentemente	2,00%	6,33%	40,00%	55,56%	-
Às vezes	27,33%	27,22%	20,00%	33,33%	62,50%
Raramente	34,00%	25,32%	20,00%	-	31,25%
Nunca	25,33%	23,42%	20,00%	-	6,25%
Não quero responder	11,33%	17,72%	-	11,11%	-
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Violência Sexual					
1 vez	8,00%	7,59%	-	11,11%	18,75%
2 ou 3 vezes	3,30%	5,7%	20%	-	12,5%
4 ou mais vezes	0,67%	2,53%	-	22,22%	12,5%
Não sofreu	76,67%	65,82%	60%	22,22%	50%
Não quero responder	11,33%	18,35%	20%	44,44%	6,25%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

O perfil de respostas de pessoas que se definiram como não-binárias ficou distribuído da seguinte forma com relação a frequência de violência física: a maior parte disse não ter sofrido violência (58,06%), seguidas pelas pessoas que preferiram não responder (16,13%) e pessoas que sofreram 2 ou 3 vezes (12,90%). O mesmo percentual de pessoas marcaram ter sofrido violência física 1 vez e 4 ou mais vezes (6,45%). Dessa forma, a mudança mais substancial com relação aos perfis anteriores é a de não ter sofrido nenhuma violência (de 6,72% a menos se consideramos o perfil geral, 8,71% a menos se consideramos o perfil cisgênero e 1,39% a mais se consideramos o perfil transgênero).

Ao levarmos em consideração as respostas das pessoas não-binárias com relação a frequência de violência psicológica, temos que a maior quantidade de respostas se concentra na frequência de 4 ou mais vezes (35,48%), seguida pela das pessoas que sofreram 2 ou 3 vezes (22,58%) e das pessoas que não sofreram (19,35%). 6,45% disse ter sofrido 1 vez, não quis responder (16,13%).

A distribuição de frequência da ocorrência de violência verbal para as pessoas não-binárias, é de 6,45% em frequentemente, em raramente (41,49%), em às vezes (29,03%) e não quis responder (12,90%). 9,68% disse nunca ter sofrido violência verbal.

Em relação a violência sexual, a maioria disse dos respondentes não-binários afirmam

não ter sofrido (64,52%), seguido pelas pessoas que não quiseram responder (16,13%) e 2 ou 3 vezes (9,68%). Por fim, temos a frequência de 4 ou mais vezes (6,45%) e 1 vez (3,23%).

Tabela 5.6: Frequência de violência sofrida por gênero

	Não-binário	Não Informou
Violência Física		
1 vez	6,45%	13,33%
2 ou 3 vezes	12,90%	-
4 ou mais vezes	6,45%	13,33%
Não sofreu	58,06%	53,33%
Não quero responder	16,13%	20,00%
Total	100%	100%
Violência Psicológica		
1 vez	6,45%	6,67%
2 ou 3 vezes	22,58%	13,33%
4 ou mais vezes	35,48%	40,00%
Não sofreu	19,35%	20,00%
Não quero responder	16,13%	20,00%
Total	100%	100%
Violência Verbal		
Frequentemente	6,45%	6,67%
Às vezes	29,03%	33,33%
Raramente	41,94%	13,33%
Nunca	9,68%	26,67%
Não quero responder	12,90%	20,00%
Total	100%	100%
Violência Sexual		
1 vez	3,23%	-
2 ou 3 vezes	9,68%	20,00%
4 ou mais vezes	6,45%	6,67%
Não sofreu	64,52%	53,33%
Não quero responder	16,13%	20,00%
Total	100%	100%

5.3 Esfera em que os tipos de violência ocorreram

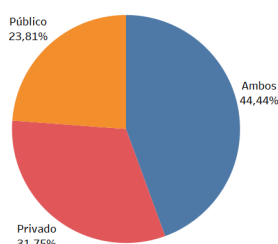
O local em que a violência ocorreu poderia ser marcado em mais de uma opção, dentre as quais estavam disponíveis: banheiros; serviços de saúde; rua; transportes coletivos; local de trabalho; serviços de segurança pública; serviços de assistência social; estabelecimento comercial (supermercados, restaurantes, salões de beleza, hotéis, pensões, boates); ensino público ou privado; estabelecimentos esportivos; clubes sociais; entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada; igrejas, templos e demais espaços religiosos; casa dos pais ou familiares; pessoas amigas ou conhecidas; namorada/e/o; nenhum ou não quero responder.

Aqui, a esfera pública é considerada por: Entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escadas; Serviços de segurança pública; Serviços de assistência social; Rua; Transportes coletivos; Serviços de saúde; Banheiros. A esfera privada por: Igrejas, templos e demais espaços religiosos; Estabelecimentos esportivos, clubes sociais;

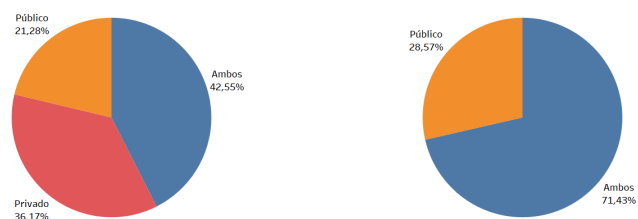
Estabelecimento comercial (supermercados, restaurantes, salões de beleza, hotéis, pensões, boates); Local de trabalho; Casa dos pais ou familiares; Casa de pessoas amigas ou conhecidas; Casa de namorada/e/o; por fim, Ensino público ou privado.

Sendo assim, o perfil geral de respostas obtidas se dividiu de forma em que a violência física em ambas as esferas foi a mais respondida (44,44%), seguida pela esfera privada (31,75%) e pela esfera pública (23,81%).

Figura 5.5: Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência física ocorreu.

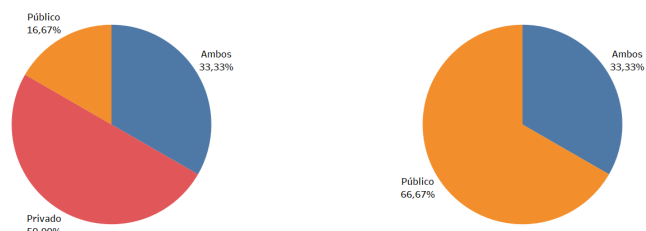


Entre as pessoas que disseram ter sofrido violência física e se definiram como cisgênero, a distribuição do local de ocorrência se distribui em ambas esferas (42,55%), apenas na esfera privada (36,17%) e na esfera pública (21,28%). Dessa forma, em relação ao perfil geral, têm-se um ligeiro aumento com relação a ambas esferas (de 1,89%), na esfera privada (de 4,42%) e uma diminuição na esfera pública (de 2,53%).



(a) Cisgênero

(b) Transgênero



(c) Não-binário

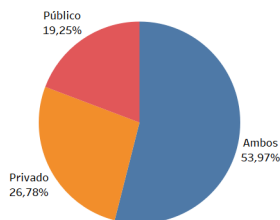
(d) Não informou

Figura 5.6: Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência física ocorreu.

A distribuição do local em que a violência física ocorreu tem mudanças mais substanciais ao considerarmos o perfil de respondentes que se definiram como transgênero. Assim, como é expresso na Figura 5.6(b), as pessoas marcaram ter sofrido violências majoritariamente em ambas esferas (71,43%), na pública e privada, e parte apenas na esfera pública (28,57%). Portanto, nenhuma resposta marcou ter sofrido violência apenas na esfera privada. Há, então, um aumento de em ambas as esferas (de 26,99%) se considerarmos a relação com o perfil geral e em relação ao perfil de pessoas cisgênero (de 28,88%).

Já na Figura 5.7, é possível ver a distribuição deste perfil geral pelo local em que a violência verbal ocorreu, sendo que a maioria ocorreu em ambas esferas (53,97%), seguida por parte considerável que ocorreu apenas na esfera privada (26,78%) e de forma pouco menos expressiva apenas na esfera pública (19,25%).

Figura 5.7: Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência verbal ocorreu.



Com relação a esfera em que a violência verbal ocorreu levando em consideração o perfil cisgênero, como expressa a Figura 5.8(a), pouco mais da metade apontou em ambas esferas (50,82%), sendo a segunda maior esfera de ocorrência apenas na esfera privada (30,05%) e depois apenas na esfera pública (19,13%).

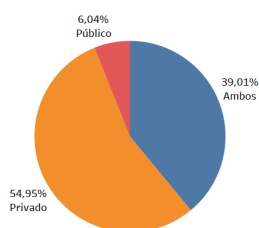
Conforme vemos na Figura 5.8(b), de acordo com a esfera em que a violência ocorreu, os respondentes transgênero disseram que em ambas esferas (62,96%), na esfera pública (22,22%) e na esfera privada (14,81%).



Figura 5.8: Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência verbal ocorreu.

Para respondentes não-binários a distribuição de acordo com a esfera em que a violência verbal ocorreu, temos que em 5.8(c), foram em ambas (69,57%), na esfera pública (17,99%) e na esfera privada (13,04%)

Figura 5.9: Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência psicológica ocorreu.



Como se expressa na Figura 5.9, a esfera em que a violência psicológica ocorreu se concentra, com mais da metade do percentual, na esfera privada (54,95%), seguida por ambas (39,01%) e na esfera pública (6,04%).



Figura 5.10: Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência psicológica ocorreu.

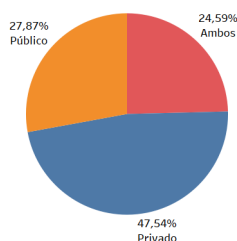
Levando em consideração o perfil de respondentes que se definiram como cisgêneros, Figura 5.10(a), pela esfera em que a violência psicológica ocorreu, a maior porcentagem se concentra em espaços privados (59,70%), seguida por ambas (33,58%) e o menor índice de resposta em espaços públicos (6,72%).

O local de violência psicológica que as pessoas transgênero sofreram (Figura 5.10(b)) é consideravelmente maior que a metade em ambos (70%) e apenas no privado (30%). Portanto, não houve marcações de violências psicológicas sofridas por pessoas transgênero apenas em espaços privados.

Conforme a Figura 5.10(c) expressa, que pessoas não-binárias, sofreram metade das pessoas sofreu na esfera privada (50%), pouco menos da metade disse ter sofrido em ambas esferas (45%) e a faixa menos expressiva é a que diz respeito à esfera pública (5%).

Considerando o perfil geral, 5.11 a maior parte das respostas apontou que as violências sexuais se deram na esfera privada (47,54%), seguidas pela esfera pública (27,87%) e em ambas esferas (24,59%).

Figura 5.11: Distribuição do perfil geral de respondentes pela esfera em que a violência sexual ocorreu.



Considerando a esfera de ocorrência de violências sexuais do perfil de respondentes que se identificaram como cisgênero, Figura 5.12(a), obteve-se que pouco mais da metade ocorreu na esfera privada (52,38%), seguida pela ocorrência na esfera pública (28,57%) e em ambas esferas (19,05%).



Figura 5.12: Distribuição do perfil de respondentes pela esfera em que a violência sexual ocorreu.

Ao levarmos em consideração as respostas das pessoas transgênero com relação a esfera em que a violência sexual ocorreu, figura 5.12(b), constatou-se que a maioria se deu na esfera privada (41,67%), em ambas (33,33%) e público (25%). A maioria da violência sexual sofrida por respondentes não-binários ocorreu em ambas esferas (66,67%) e na esfera privada (33,33%).

5.4 Acionamento de serviços de segurança pública

Como pode ser visto na Tabela 5.7, levando em consideração o perfil geral de respondentes, mais da metade não acionou os serviços de segurança pública (78,92%). Com relação aos perfis específicos e a porcentagem de pessoas que não acionaram os serviços de segurança pública, obteve-se que a maior porcentagem de pessoas que não acionaram

foram as pessoas transgênero (85,25%), seguidas pelas pessoas cisgênero (77,96%). Por fim, temos as pessoas que não desejaram informar o gênero (73,33%).

Tabela 5.7: Porcentagem de pessoas que não acionaram serviços de segurança pública.

Não acionou a segurança pública	
Perfil geral	78,92%
Cisgênero	77,96%
Transgênero	85,25%
Não desejou informar	73,33%
Total	100%

Das pessoas que responderam ao questionário, acionaram a segurança pública e afirmaram que a denúncia foi efetivada, temos do perfil geral 72,73% não foi efetivada e 27,27% foi.

Como é expresso na Tabela 5.8, obtivemos os motivos para não acionar os serviços segurança pública. Destaca-se que para o perfil de pessoas cisgênero, a demora no atendimento, o medo, o desrespeito quanto ao gênero e sexualidade e a preocupação com a impunidade são os principais fatores (24% cada). Quando analisamos o perfil de pessoas transgênero, destaca-se o medo (32,50%), a preocupação com a impunidade (27,50%) e o desrespeito ao gênero e sexualidade (20,00%).

No que diz respeito às pessoas que não desejaram informar o gênero, obteve-se que os principais motivos para não acionar os serviços de segurança pública são a demora no atendimento e o medo (25% cada), além de ter parte considerável do perfil que não desejou informar (25%).

Tabela 5.8: Motivos para não acionar segurança pública

	Cisgênero	Transgênero	Não informou
Demora no atendimento	24,00%	12,50%	25,00%
Medo	24,00%	32,50%	25,00%
Não desejo informar	3,00%	5,00%	25,00%
Não respeitam meu gênero ou sexualidade	24,00%	20,00%	12,00%
Preocupação com a impunidade	24,00%	27,50%	12,00%
Ter a sensação de que não funciona e saber que posso sofrer mais uma violência nesses espaços	-	2,50%	-
Total	100%	100%	100%

Levando em consideração a efetivação da denúncia, podemos ver na Tabela 5.9, que o o e o perfil cisgênero, 29,41% declararam que efetivaram sua denúncia, enquanto 70,59% declarou não ter sido. Com relação ao perfil transgênero 100% das denúncias foram efetivadas e com relação ao perfil não-binário 100% das denúncias não foram efetivadas. Porém, vale ressaltar que esse dado para as pessoas não-binárias corresponde a 2 pessoas e para pessoas transgênero equivale a 1 pessoa.

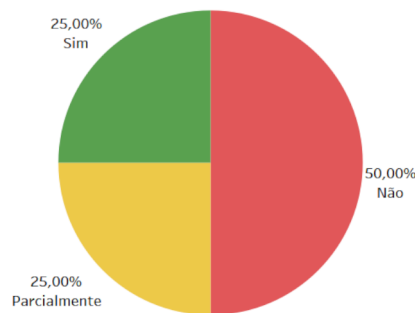
Tabela 5.9: Efetividade da denúncia

	Geral	Cisgênero	Transgênero
Sim	27,27%	29,41%	33,33%
Não	72,73%	70,59%	66,67%
Total	100%	100%	100%

5.5 Nome social em serviços de segurança pública

Como vemos na Figura 5.13, o respeito quanto ao uso do nome social por pessoas transgênero em serviços de segurança pública foi majoritariamente negativo (50%). A porcentagem do respeito total ao uso do nome social, marcado por “Sim”, e parcial, por “Às vezes”, foi igual (25% cada). Não houve dados relativos a resposta de pessoas não-binárias a essa pergunta.

Figura 5.13: Respeito do nome social em serviços de segurança pública perfil transgênero.



Capítulo 6

Considerações Finais

Como vimos nas páginas anteriores, a pesquisa realizada pelo Movimento de Avanço nas Políticas Públicas de Atenção às populações LGBTI+ (MAPPA LGBTI+), coletou dados interessantes para conhecer algumas das características desta comunidade em São Carlos. Dessa forma, temos que com relação ao gênero, a maior porcentagem foi de mulheres cisgênero (40,62%), seguidas por homens cisgênero (38,56%), por pessoas não binárias (7,97%), pessoas que não desejaram informar seu gênero (3,86%), transmasculinos/homens trans (3,34%), travestis (1,54%) e transfemininas/mulheres trans (1,29%). A declaração de raça/cor é predominantemente branca com relação ao perfil geral (68,38%), tendo alteração mais substancial quando consideramos o perfil das pessoas transgêneros. A faixa etária da maioria das pessoas respondentes, se divide entre 18 e 35 anos (87,22%).

O capítulo 2, que apresenta dados relacionados aos aspectos sociodemográficos Os grupos mais acessados em termos de gênero foi a população de mulheres cisgênero (40,62%), de sexualidade foram as pessoas bissexuais (35,99%) e pessoas brancas (68,38%) em termos de raça/cor. De maneira geral, a sexualidade da população LGBTI+ acessada pela pesquisa é bissexual (35,99%) e gay (32,39%). Considerar os dados específicos das pessoas não-binárias é interessante neste eixo, por dar uma dimensão racial, composta por mais pessoas brancas (67,74%). A categoria transgênero, assim formatada, configura-se como o único perfil de respondentes que as pessoas não brancas superam as brancas (49,99%).

A maior parte da população cisgênero acessada tem entre 18 e 35 anos (87,22%) e não houve resposta de nenhuma pessoa acima dos 66 anos. Quase toda a população transgênero acessada tem entre 18 e 35 anos (95,09%), não havendo nenhuma pessoa deste grupo acima dos 56 anos. Com relação a renda, a maior faixa de recebimento salarial entre pessoas cisgênero é a de 1 a 3 salários mínimos (39,3%), enquanto para as

peças transgênero é de 1 salário mínimo (34,21%). Neste sentido, a ausência de renda é maior entre as peças não binárias (45,16%). De maneira geral, grande porcentagem das peças não tinha nenhuma renda (20,31%), sendo que peças transgênero são as que mais tem problema com ausência de renda (34,21%). Tais questões influenciam na ausência de vínculo de trabalho (50,12%)

Além dessas questões, pouco mais da metade das peças não tem vínculo de trabalho formal (50,12%). A principal fonte de renda de peças cisgênero são bolsas da universidade/pesquisa (22,22%) e das peças transgênero é a ajuda de familiares ou peças conhecidas (16,25%), sendo essa inferior a quantidade da ausência de renda (20,00%) para esses respondentes.

Outra questão de predominância e semelhança nas respostas é a situação de moradia de aluguel do perfil geral (60,15%), o que influi nos perfis específicos, como do perfil cisgênero (61,02%), do perfil transgênero (59,02%).

Em consonância com outras pesquisas realizadas durante a pandemia de COVID- 19, a preocupação alimentar, a saber, a de receber ou produzir comida e financeira, que diz respeito a possibilidade de poder manter uma alimentação variada, foi maior entre as peças transgêneras (49,18% - 42,62%). O recebimento de algum auxílio foi maior entre as peças transgêneras (60,66%). Pela consideração da definição de raça/cor, a preocupação alimentar fica na seguinte ordem, em porcentagem, indígenas (66,67%), pretos (47,06%), pardo (34,29%), amarelos (28,57%) e brancos (26,47%). Já a preocupação financeira alimentar, indígenas (66,67%), pretos (47,06%), pardos (34,25%), brancos (30,45%) e amarelos (14,29%).

O capítulo 3 sobre serviços públicos de saúde trazem dados interessantes. No geral, a população LGBTI+ tende a frequentar consultas médicas entre uma a quatro vezes ao ano (79,95%). Os serviços de saúde mais procurados varia entre os perfis, pode ser visualizado que entre as peças cisgênero a maior procura é por clínico geral, peças transgênero é endocrinologista, peças não-binárias é o atendimento psicológico. Dessa maneira, nota-se que serviços mais gerais são mais fáceis de serem acessados e os mais específicos mais difíceis

O capítulo 4 sobre serviços públicos de educação também trazem dados interessantes. O público LGBTI+ acessado pela pesquisa é escolarizado, não tendo recebido a resposta de nenhuma pessoa analfabeta, muito provavelmente isso aconteceu por conta da aplicação do questionário ter sido online. Entre os serviços públicos utilizados, destaca-se a Univer-

cidade Federal de São Carlos (49,49%), a Universidade de São Paulo (19,95%) e Escola estadual (14,39%). A ordem continua a mesma para a categoria de pessoas cisgênero, mas se altera quando consideramos as pessoas transgênero, dentro da qual a Universidade de São Paulo se torna o 5º serviço público mais utilizado (7,69%), a frente apenas do Instituto Federal (3,08%) e o Senac (1,54%).

Com relação ao nome social, obtivemos que pelo menos metade das pessoas transgênero já fizeram ou fazem uso de nome social (42,11%). A maioria ainda fazia uso ao responder o questionário (59,28%) e as pessoas que não faziam mais (41,62%), era por dois motivos: já ter realizado a retificação do registro civil. Os serviços públicos de saúde são os que menos respeitam o nome social em que apenas (22,73%) respeitavam completamente. Nos serviços públicos de educação também é possível perceber algumas das dificuldades, expressas nos (55%) que disseram ter sido respeitadas pelos profissionais e os (45%) que não foram ou apenas parcialmente. Não obtivemos respostas de pessoas não-binárias que utilizaram nome social em serviços de segurança pública. Das pessoas transgênero, então, (50%) disse não ter sido respeitada.

Por fim, o capítulo 5, que tratou da seção sobre violência e segurança pública da pesquisa, evidencia como as violências são sofridas e que a segurança pública não tem sido acionada pela população LGBTI+ (78,92%).

Apêndice A

Apêndice

Houveram 65 respondentes que afirmaram compor alguma organização social, sendo que 53 informaram qual, ou quais, organizações. Foram apontadas 54 diferentes organizações sociais, que podem ser vistas na nuvem de palavras em anexo.



Referências Bibliográficas

- ANTRA, Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. IBTE, São Paulo.
- CEDEC (2021). *Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa*. CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, São Paulo.
- JESUS, J. G. d. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília.
- MELO, Gabriela, SIMÕES, Nathan Chagas, BARBABELA, Pedro (2020). *Cartilha de Saúde LGBTI+: políticas, instituições e saúde em tempos de Covid-19*. TODXS.